Em um Brasil de diversidades,
uma só Tractebel Energia



Tractebel Energia
GDF SUEZ

Relatório de Sustentabilidade 2012

Em um Brasil de diversidades, uma só Tractebel Energia.

Imenso, heterogêneo e ímpar. Rico na biodiversidade, plural em culturas, etnias e ritmos. Assim é o Brasil. Entre o cavaquinho e o berimbau, a viola e o pandeiro, o samba e Villa Lobos. De Portinari à arte de rua, dos rituais indígenas aos arranha céus das metrópoles. O país do carnaval, da Bossa Nova e do futebol é também a maior economia da América Latina e a sétima do mundo.

A Tractebel Energia se orgulha de fazer parte de um país assim.

Em 2012, a inauguração da Usina Hidrelétrica Estreito, na divisa de Maranhão e Tocantins, consolidou a presença da Companhia nas cinco regiões do Brasil.

A Tractebel Energia progride na sua missão de gerar energia para a vida, implantando projetos que contribuem para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País. Com a mesma dedicação e os mesmos valores do início das suas atividades na Região Sul, atualmente opera usinas em 12 estados, sempre com a visão de ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil.

País em que uma só língua é falada com diferentes sotaques, saborosos de ouvir. Mas é uma só língua, que se soma a outros traços que são comuns a todos os lugares do Brasil. Foi com essa percepção que, na abertura dos capítulos deste Relatório de Sustentabilidade de 2012, utilizamos um elo que pudesse expressar esta marca: a da brasilidade. A inspiração veio da arte de rua, que já conta com artistas brasileiros de renome internacional.

A maior geradora privada do Brasil está presente em todas as suas regiões. Algo para ser compartilhado com muita alegria. É com esse sentimento que fazemos a você o convite para conhecer este Relatório, com os acontecimentos e realizações de 2012 de relevância para a Tractebel Energia e todos os seus públicos.

Índice

Destaques 2012 4
Principais Indicadores 6
Mensagem da Administração 8
Sobre o Relatório de Sustentabilidade 10

1. Perfil Corporativo 12
2. Governança Corporativa 20
3. Estratégia e Vantagens Competitivas 30
4. Ativos Intangíveis 36
5. Gestão de Riscos Empresariais 42
6. Gestão Econômica 46
7. Gestão da Operação 64
8. Premiações e Reconhecimentos 104

Balanço Social Consolidado 106
Índice GRI 109
Asseguração Independente 130
Informações Corporativas 134
Demonstrações Contábeis 136



Missão

Gerar energia para a vida.

Visão

Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil.

Valores

Profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito ao meio ambiente, ética.

Destaques 2012

Aumento do Lucro Líquido

» Lucro líquido de R$ 1,5 bilhão - um aumento de 3,6% sobre o de 2011.

Valorização das Ações Negociadas

» Valorização de 18,9% das ações negociadas na BM&FBovespa, sem incluir os proventos.

Elevação dos *Ratings*

» Elevação dos *ratings* pela Standard & Poors e a Fitch, alcançando o grau AAA na escala local na avaliação de ambas, e o BBB na internacional, segundo a Fitch.

Financiamento para Novo MDL

» Obtenção de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as primeiras usinas eólicas destinadas ao mercado livre - as do Complexo Eólico Trairi, em construção no Ceará, que foi incluído no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU.

Oitavo Ano Consecutivo no ISE

» Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa pelo oitavo ano consecutivo.

GDF SUEZ - Maior Produtora Independente de Energia do Mundo

» Incorporação da International Power (IPR) pela GDF SUEZ, consolidando a posição da Controladora como a maior produtora independente de energia do mundo.

Inauguração da Usina Hidrelétrica Estreito

» Inauguração oficial da Usina Hidrelétrica Estreito, com 97,3% da energia assegurada e sete das oito unidades geradoras em pleno funcionamento.

Alto Índice de Disponibilidade

» Manutenção de alto índice de disponibilidade, de 96,9%, das 22 usinas em operação (descontadas as paradas programadas).

Recorde na Geração Instantânea

» Novo recorde na geração instantânea, de 7.562 MW, o equivalente a 89% da capacidade total operada, e maior geração histórica das eólicas em operação, com 19,3 MW médios, correspondendo a um fator de capacidade de 44,3%.

Aumento das Vendas Líquidas

» Aumento de 13,5% das vendas líquidas em relação a 2011, acumulando R$ 4,9 bilhões em 31 de dezembro.

Obtenção do Selo Energia Sustentável

» Obtenção do Selo Energia Sustentável do Instituto Acende Brasil para as 22 usinas em operação, válido para o período 2012-2013.

31 Novos Clientes

» Conquista de 31 novos clientes no diversificado portfólio e índice geral de satisfação de 95% em pesquisa realizada com a totalidade dos 114 clientes.

Reeleita uma das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar

» Reeleita como uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, participando pela segunda vez da seleção das revistas Você S.A. e Exame.

1º Lugar no Prêmio Abraconee

» Vencedora do Prêmio Abraconee, da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica, na categoria Grandes Empresas.

1º Lugar no *Ranking* da Revista Institutional Investor

» Obtenção de primeiro lugar no prêmio "Melhor Relação com Investidores" na avaliação dos analistas de mercado, no *ranking* da revista Institutional Investor entre empresas da América Latina.

1º Lugar no Prêmio Brasil Ambiental

» Em conjunto com a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Vila Alegre, obtenção do primeiro lugar no 8º Prêmio Brasil Ambiental da Câmara de Comércio Americana - categoria Responsabilidade Socioambiental.

Conquista do XI Prêmio LIF

» Conquista do XI Prêmio LIF - Liberdade, Igualdade, Fraternidade, concedido pela Câmara de Comércio França-Brasil para o programa voluntário "Crianças Saudáveis, Futuro Saudável", desenvolvido com o suporte da Tractebel Energia pela Fundação GDF SUEZ, em parceria com o Instituto Alcoa, que já beneficiou cerca de 15 mil crianças em 197 escolas na região de Estreito.

EC1

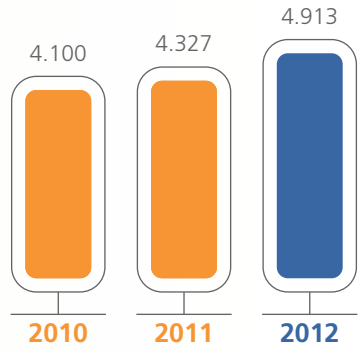
Principais Indicadores

Dimensão Econômica	2010	2011	2012	Variação 2012/11
Informações Financeiras (R$ milhões)				
Ativo total	12.486,3	12.028,6	12.264,4	2,0%
Patrimônio líquido	5.072,7	5.450,3	5.462,8	0,2%
Receita líquida de vendas	4.100,4	4.327,0	4.912,5	13,5%
Lucro bruto	2.212,3	2.466,3	2.781,6	12,8%
Resultado de serviço (EBIT ou LAJIR) [1]	2.150,2	2.408,6	2.547,2	5,8%
Lucro operacional	1.721,3	2.034,8	2.100,0	3,2%
Lucro líquido	1.211,6	1.448,1	1.499,9	3,6%
EBITDA (LAJIDA) [2]	2.611,5	2.909,7	3.108,4	6,8%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Dívida total (empréstimos, financiamentos e debêntures)	4.443,9	3.649,2	3.534,5	-3,1%
Caixa e equivalentes de caixa	1.082,6	781,8	1.180,0	50,9%
Dívida líquida	3.361,3	2.867,4	2.354,5	-17,9%
ROCE [3] (%)	20,2	22,4	24,8	2,4 p.p.
Dívida bruta/EBITDA (LAJIDA)	1,7	1,3	1,1	-
Participação do capital de terceiros sobre o ativo total (%)	59,4	54,7	55,5	0,8 p.p.
Margem operacional (%)	42,0	47,0	42,7	-4,3 p.p.
Margem líquida (%)	29,5	33,5	30,5	-3,0 p.p.
Ações				
Lucro líquido por ação (R$)	1,8562	2,2185	2,2979	3,6%
Preço médio da ação [4] – ON (R$)	22,78	29,96	32,35	8,0%
Dividendos por ação (R$)	1,0178	2,1898	2,3691	8,2%

[1] EBIT (LAJIR) = lucro operacional + resultado financeiro.
[2] EBITDA (LAJIDA) = lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras líquidas + depreciação e amortização.
[3] ROCE (retorno sobre o capital empregado) = resultado do serviço/ativo não circulante.
[4] Média simples dos preços de fechamento, ajustados a dividendos.

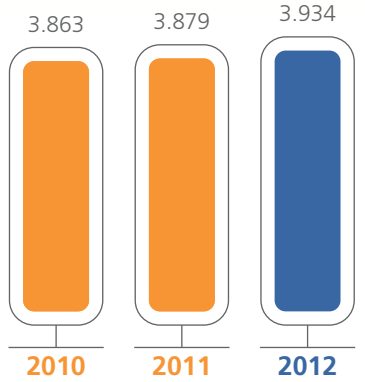
Receita Líquida de Vendas

(R$ milhões)



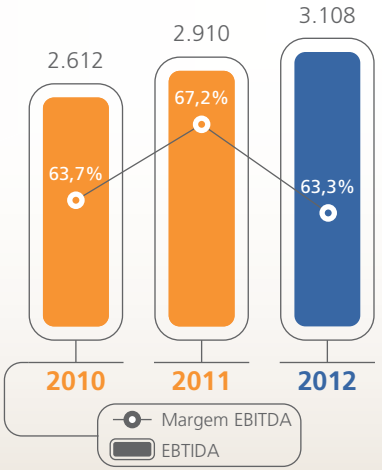
Volume de Vendas

(MW médios)



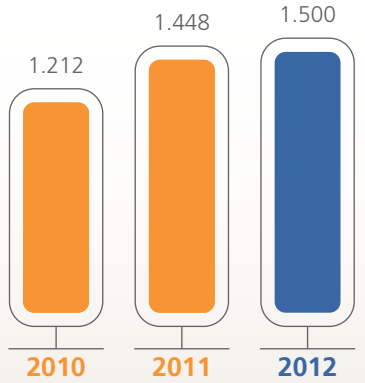
EBITDA e Margem EBITDA

(R$ milhões e %)



Lucro Líquido

(R$ milhões)



Dimensão Ambiental

Indicadores	2010	2011	2012	Variação 2012/11
Mudas de espécies nativas plantadas e doadas (milhares)	396	540	347	-35,7%
Resíduos não perigosos reciclados (%)	97,6	99,9	99,9	0
Energia consumida por GJ gerado (GJ)	0,012	0,018	0,026	44,4%[1]
Consumo de água de superfície (milhões de m³)	4,6	5,4	5,5	1,8%
Emissão de CO_2 por MWh gerado (t de CO_2/MWh)	0,129	0,084	0,148	76,2%
Investimento em melhorias para proteção ambiental (R$ milhões)	48,6	40,2	40,1	-0,2%

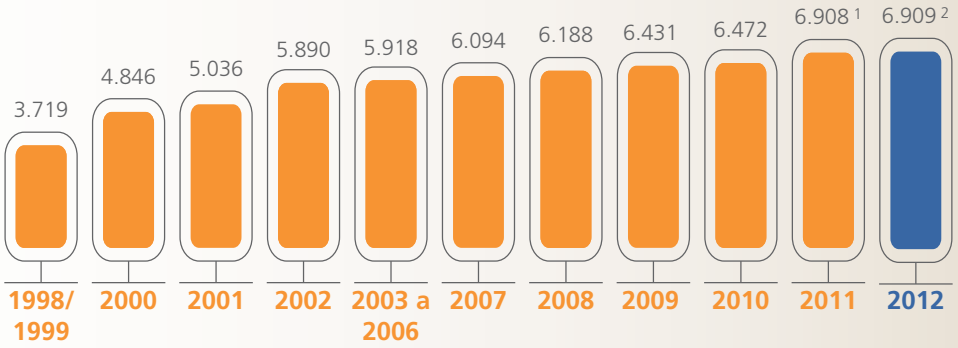
[1] Devido às condições hidrológicas adversas, responsáveis por uma redução de 24,9% na geração das usinas hidrelétricas, houve um aumento de 32,8% na geração das termelétricas, elevando o volume da energia consumida.

Dimensão Social

Indicadores	2010	2011	2012	Variação 2012/11
Investimentos voluntários em projetos sociais	9,8	10,2	13,1	28,4%
Número de visitantes às usinas	45.400	41.931	46.931	11,9%
Número de empregos diretos gerados	1.033	1.084	1.082	-0,2%
Número de profissionais de empresas contratadas	680	907	827	-8,8%
Investimento em treinamento e desenvolvimento profissional (R$ milhões)	3,7	3,3	4,0	21,2%
Total de horas de treinamento	91.523	80.445	78.916	-1,9%
Número de acidentes de trabalho e trajeto - empregados	9	7	2	-71,4%

Capacidade Própria de Fornecimento

(MW)

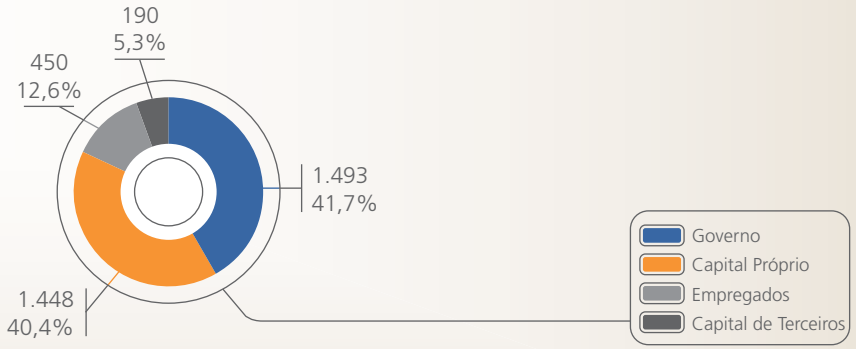


[1] Considera a motorização completa da Usina Hidrelétrica Estreito.

[2] Considera aumento da participação societária da Companhia na Ibitiúva Energética em 2012.

Distribuição do Valor Adicionado

(R$ milhões e %)



Mensagem da Administração



Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração



Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Para a Tractebel Energia, 2012 foi mais um ano de realizações, apesar do cenário de crises externas, do discreto crescimento da economia brasileira e de contratempos regulatórios. O lucro líquido da Companhia atingiu R$ 1,5 bilhão, representando um aumento de 3,6% em relação a 2011. As ações da Tractebel Energia tiveram uma variação positiva de 18,9%, sem incluir os proventos, enquanto o índice do setor elétrico recuou 11,7%, e o Ibovespa avançou 7,4%.

A Companhia teve seus *ratings* elevados por agências de classificação de risco de primeira linha. A Tractebel Energia alcançou o grau AAA na escala local e o BBB na internacional.

Oferecendo uma sólida estrutura de garantias, a Companhia conseguiu viabilizar o financiamento das primeiras usinas eólicas destinadas exclusivamente ao mercado livre - as do Complexo Eólico Trairi, no Ceará -, concedido pelo BNDES. Em outra frente, medidas de preparação da Tractebel Energia para a aquisição da participação da GDF SUEZ no projeto da Usina Hidrelétrica Jirau, como a ampliação dos limites de financiamento resultante da revisão dos *covenants* e a racionalização do endividamento da Companhia, iniciadas em 2011, foram concluídas em 2012. E, pelo oitavo ano consecutivo, a Tractebel Energia manteve-se no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

Contribuíram para o alcance desses importantes resultados a credibilidade e a solidez da nossa controladora, a GDF SUEZ – que incorporou a International Power em 2012, assim fortalecendo sua posição de maior produtora independente de energia do mundo, com capacidade instalada superior a 118 GW.

Ao longo de sua história, a Tractebel Energia vem concretizando um consistente planejamento estratégico de expansão em todas as regiões do território brasileiro, diversificando sua matriz energética e a participação nos diferentes mercados regionais. A Companhia adota e dissemina seus valores, sua Política de Gestão Sustentável e seu sistema de governança corporativa em todas as regiões em que atua, o que viabiliza a implantação e operação de usinas que, em alguns casos, são distantes milhares de quilômetros da sede e entre si, em regiões que guardam peculiaridades culturais e diferentes demandas de qualificação de mão de obra local.

Em 17 de outubro, com 97,3% da energia assegurada e sete das oito unidades geradoras em pleno funcionamento, foi inaugurada a Usina Hidrelétrica Estreito, na divisa de Tocantins e Maranhão – empreendimento no qual a Tractebel Energia participa com 40,07%, sendo a empresa líder do consórcio. O evento contou com a presença da Presidente da República, Dilma Rousseff, e do Presidente da GDF SUEZ, Gerard Mestrallet. Considerando-se a totalidade da potência de Estreito, a capacidade operada pela Companhia atinge 8.630 MW, e a própria, que exclui a participação de consorciadas em algumas usinas, 6.909 MW.

Além da grandiosidade da obra de engenharia em si, a construção de Estreito foi um importante marco no desenvolvimento econômico e social dos 12 municípios da região de abrangência do projeto, pois, além dos 33 programas oficiais, o projeto viabilizou vários programas voluntários implementados por seus sócios, promovendo benefícios tangíveis para a população local.

A implantação dos parques eólicos no Nordeste seguiu em curso, apesar de alguns entraves de licenciamento, já superados. O êxito da nossa estratégia de expansão majoritariamente por fontes renováveis obteve um importante reconhecimento: a inclusão do já mencionado Complexo Eólico Trairi no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Outra iniciativa de relevância para ampliar as perspectivas futuras do uso de energias renováveis é o projeto de pesquisa e desenvolvimento – realizado em parceria com outras instituições – de um parque de energia solar para conexão ao Sistema Nacional Interligado, com capacidade de pico de 3 MW.

Nossas 22 usinas em operação, descontadas as paradas programadas, alcançaram em 2012 uma disponibilidade de 96,9%, 1,4 ponto percentual inferior aos 98,3% obtidos em 2011 e 2010. Problemas como limitações de uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, a inoperância de um transformador na Usina Termelétrica William Arjona e uma falha de contenção da vazão do Rio Tocantins na Usina Hidrelétrica

Estreito, antes da sua inauguração, foram fatores que contribuíram para essa pequena redução. Em contrapartida, tivemos um novo recorde na geração instantânea, a qual, em 18 de outubro, atingiu 7.562 MW, o equivalente a 89% da capacidade total operada pela Tractebel Energia. Alcançamos também a maior geração histórica das usinas eólicas em operação: 19,3 MW médios, 46,6% acima da obtida em 2011, e que correspondem a um fator de capacidade de 44,3%.

A Companhia vem investindo no aumento da eficiência de suas unidades geradoras. Em 2012, foi iniciado o projeto de modernização e revitalização das usinas hidrelétricas Salto Santiago, Passo Fundo e Ponte de Pedra. Além disso, foram realizadas melhorias em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, reduzindo a quantidade de combustível para a geração de energia, o que também traz benefícios ao meio ambiente.

Todos os nossos operadores foram recertificados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e duas auditorias de manutenção ocorridas em maio e novembro de 2012 confirmaram as certificações segundo as normas NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e BS OHSAS 18001, obtidas em 2010 para 15 usinas, cuja capacidade instalada, somada, corresponde a cerca de 90% da total operada pela Tractebel Energia.

Três conquistas marcaram o êxito do nosso desempenho comercial em 2012: nossas vendas líquidas tiveram um aumento de 13,5% em relação a 2011, acumulando R$ 4,9 bilhões em 31 de dezembro – mais um recorde; 31 novos clientes ingressaram em nosso diversificado portfólio; e uma pesquisa realizada com a totalidade dos 114 clientes da Tractebel Energia, desde os mais antigos até os que ingressaram em 2012, obteve um índice geral de satisfação de 95%.

Como nos anos anteriores, conquistamos importantes reconhecimentos. Na gestão de recursos humanos, participando pela segunda vez da seleção promovida pelas revistas Você S.A. e Exame, a Tractebel Energia foi reeleita uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Pela qualidade das suas demonstrações contábeis de 2011, também pelo segundo ano consecutivo, a Companhia foi contemplada com o Prêmio Abraconee, da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica, na categoria Grandes Empresas.

Já no *ranking* promovido pela revista Institutional Investor entre empresas da América Latina, a Tractebel Energia ficou em primeiro lugar no prêmio "Melhor Relação com Investidores" na avaliação dos analistas de mercado. E o Centro de Cultura de Entre Rios do Sul (RS), implantado em 2011 por meio do patrocínio da Tractebel Energia, foi vencedor do 8º Prêmio Brasil Ambiental, concedido pela Câmara de Comércio Americana - categoria Responsabilidade Socioambiental. Finalmente, o programa voluntário "Crianças Saudáveis, Futuro Saudável", que já beneficiou cerca de 15 mil crianças em 197 escolas na região de Estreito, melhorando indicadores de saúde, foi agraciado com o XI Prêmio LIF - Liberdade, Igualdade, Fraternidade - da Câmara de Comércio França-Brasil.

Em 2012, foi de relevância para o setor elétrico a edição, em 11 de setembro, da Medida Provisória (MP) 579, com uma proposta de redução de encargos na conta de energia elétrica, aportes da União e antecipação da renovação de concessões de usinas que venceriam entre 2015 e 2017. As concessões da Tractebel Energia, por só começarem a vencer em 2028, não fizeram parte desse conjunto. Entendemos como positiva a intenção do Governo Federal de aumentar a modicidade tarifária e, com isso, a competitividade da indústria. Por outro lado, a decisão de investimentos de longo prazo de maturação requer estabilidade regulatória. Este requisito, que caracteriza o setor elétrico brasileiro desde 2004 – quando o modelo de modicidade tarifária foi implantado –, pelo menos temporariamente, foi posto em dúvida por analistas e investidores do setor. Prova disso foram os impactos sofridos, após a edição da MP 579, pelas ações do setor elétrico – que, portanto, terá entre os desafios de 2013 o restabelecimento de um ambiente regulatório capaz de garantir, em conjunto com a modicidade tarifária e a competitividade, a continuidade do suprimento de energia elétrica compatível com as necessidades do País.

A Tractebel Energia terá novos marcos na sua história em 2013. As obras do Complexo Eólico Trairi, no Ceará, serão concluídas, agregando mais 115 MW ao nosso parque gerador – e a Companhia permanece com o firme propósito de continuar sua expansão, principalmente por meio de fontes renováveis, como a hidráulica, a eólica, a biomassa e a solar. Teremos também a inauguração de três novos centros de cultura, nos mesmos moldes de autogestão do implantado em Entre Rios do Sul, sendo dois em Santa Catarina, nos municípios de Alto Bela Vista e Capivari de Baixo, e um em Quedas do Iguaçu, no Paraná.

Outro evento de grande importância em 2013 será a possível transferência para a Tractebel Energia da participação da GDF SUEZ na Usina Hidrelétrica Jirau, de 3.750 MW. Em 2012, a GDF SUEZ adquiriu a participação de um dos sócios, passando a deter 60% do empreendimento. A instalação do Comitê Independente de Partes Relacionadas conferirá a adequada transparência e confiabilidade ao processo de transferência.

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas, fornecedores, empregados, sócios, às populações das áreas de abrangência dos nossos empreendimentos e instituições com as quais nos relacionamos pela confiança de que temos sido merecedores. Com todos compartilhamos o mérito de nossas conquistas de 2012 e ratificamos nosso compromisso de máximo empenho para que 2013 seja mais um ano de sucesso, mantendo a trajetória exitosa da Tractebel Energia.

3.1 3.2 3.3 3.5
3.7 3.9 4.14 4.17

Sobre o Relatório de Sustentabilidade

Este Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia.

O documento foi desenvolvido pelo sexto ano consecutivo com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional de relatos de sustentabilidade. O modelo de relato adotado estabelece princípios de qualidade pautados por equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, transparência e confiabilidade. As diretrizes da GRI estimulam a apresentação de informações que retratem o desempenho da sustentabilidade ao longo dos anos na Companhia e permitam comparação entre organizações de todos os setores de atividade. **Acesse globalreporting.org para saber mais.**

O objetivo desta publicação é a prestação de contas dos acontecimentos do ano de 2012 de maneira completa e clara, além de ser uma ferramenta de diálogo entre a Tractebel Energia e seus *stakeholders*.

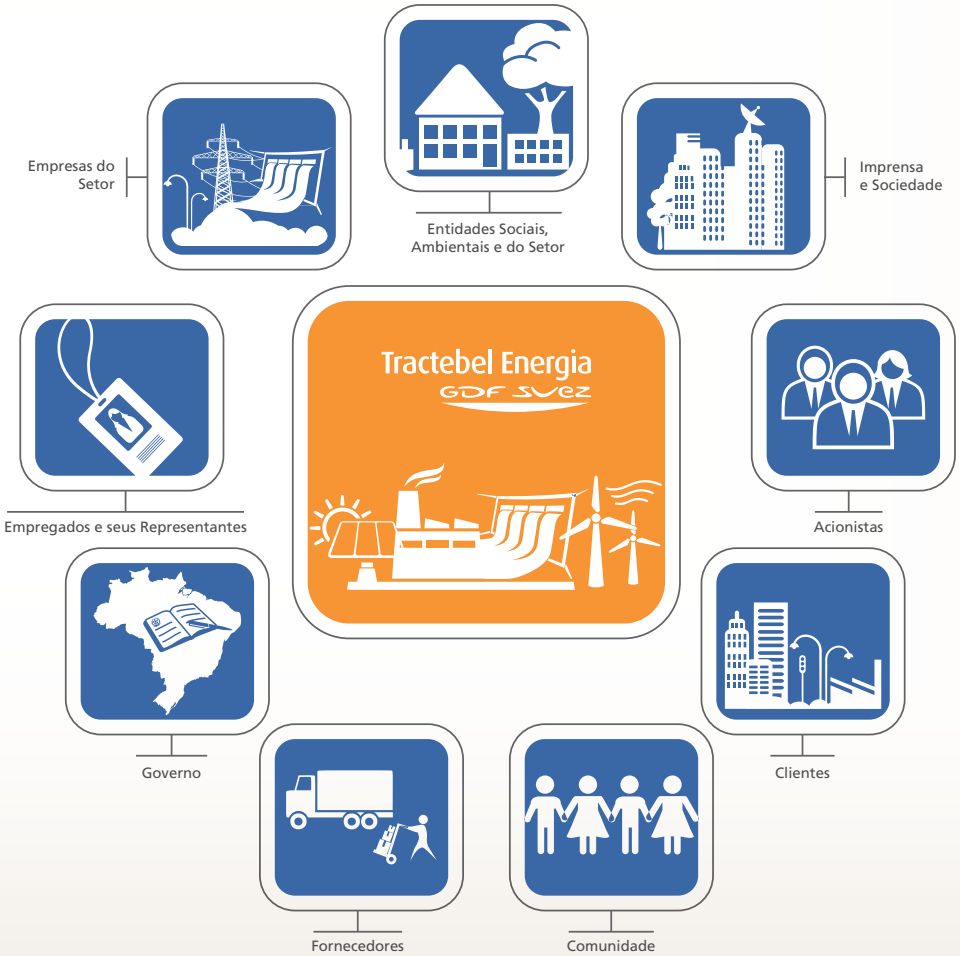
O Relatório foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, de diferentes áreas da Companhia, incluindo o Comitê de Sustentabilidade. Esse envolvimento facilita a identificação dos temas mais relevantes sob a ótica da Tractebel Energia e a exposição de informações completas sobre cada um deles.

Ademais, a Companhia consulta seus públicos de relacionamento antes da elaboração do Relatório, por meio de formulário eletrônico, sobre quais temas eles consideram mais representativos e que devem ser abordados com maior profundidade na publicação. Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade de 2012, buscando maior participação dos seus públicos, analistas de mercado e investidores da Tractebel Energia foram consultados por telefone.

Os temas de maior interesse dos stakeholders, segundo consulta, foram:

- Desempenho econômico;
- Impactos econômicos indiretos;
- Principais impactos dos serviços da Companhia no meio ambiente;
- Gestão ambiental geral;
- Geração de emprego; e
- Comunidade.

Stakeholders Consultados



Nível de Aplicação das Diretrizes GRI

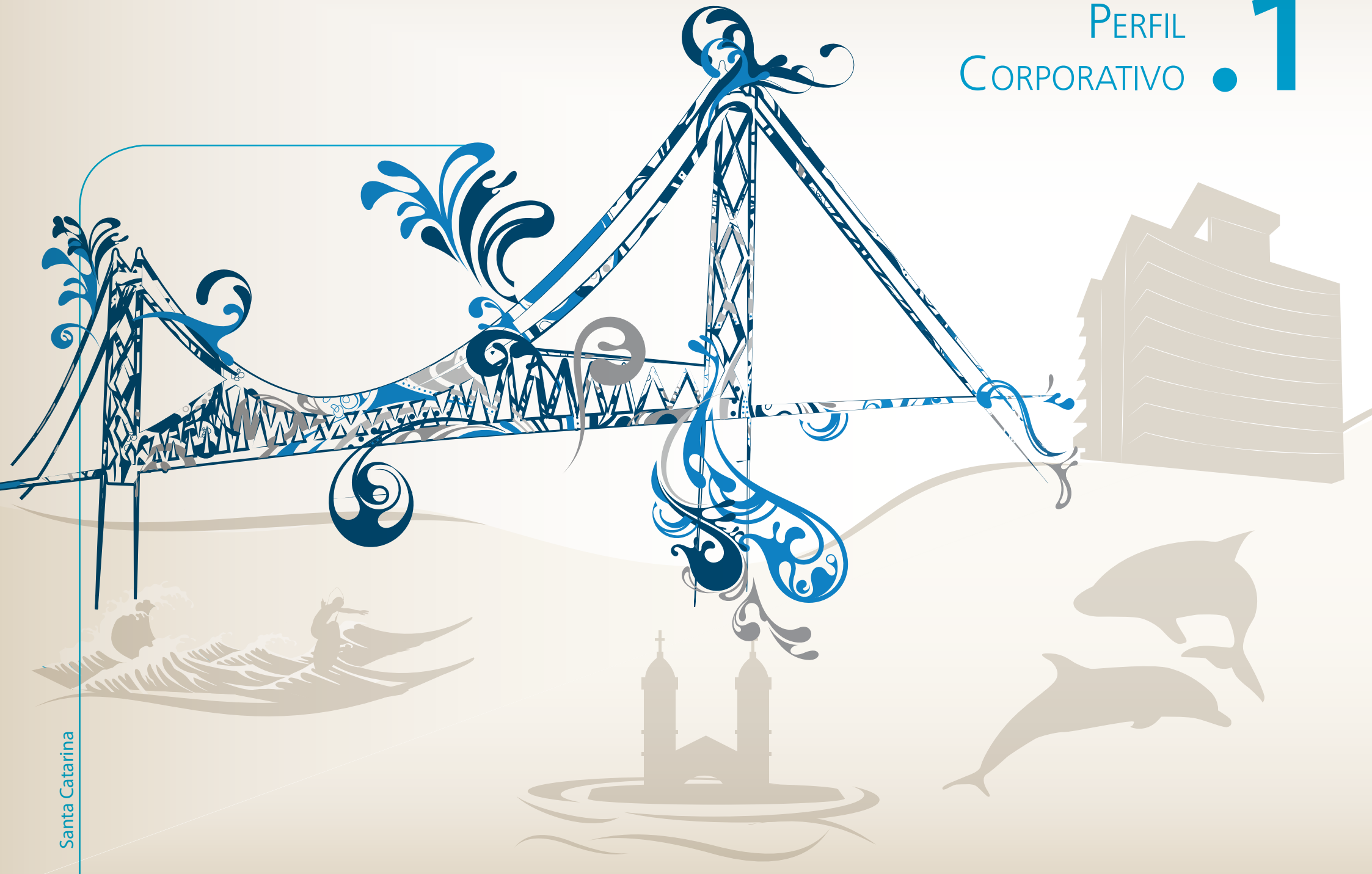
O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo. Isso demonstra que a publicação alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+).

		C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatório	Auto Declarado		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
Opcional	Examinado por Terceiros		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
Opcional	Examinado pela GRI		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		

Relatório Integrado

Além do Relatório de Sustentabilidade, a Tractebel Energia publica o Relatório da Administração, em cumprimento ao Art. 133 da Lei 6.404/1976. Com vistas à proposta de um Relatório Integrado, do Comitê Internacional para Relatórios Integrados (IIRC na sigla em inglês), apoiada pela BM&FBovespa e diversas outras instituições, previsto para ser mundialmente implantado nos próximos anos, o presente Relatório de Sustentabilidade incorpora informações do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2012 e de 2011 da Tractebel Energia.

Perfil Corporativo .1



Santa Catarina

1. Perfil Corporativo

2.2 2.3 2.4 2.6 2.7 2.8 2.9 3.8 3.10 EU1

1.1. A Tractebel Energia

A Tractebel Energia atua desde 1998 na geração e comercialização de energia, por meio da implantação e operação de usinas. Com **sede em Florianópolis (SC)** e presente em todas as regiões do Brasil, é a maior geradora privada do País.

A Companhia tem capital social de R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias, negociadas regularmente, sob o código TBLE3, no Novo Mercado da BM&FBovespa. A Tractebel Energia também negocia ADRs (American Depositary Receipts) Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código TBLEY, segundo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A Tractebel Energia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), que detém 68,71% das ações. Esta, por sua vez, é controlada pelo grupo franco-belga GDF SUEZ, maior produtor independente de energia do mundo, com uma capacidade instalada superior a 118 GW, e que atua em toda a cadeia de valor da energia, tanto na exploração e produção quanto no transporte, distribuição e comercialização, em eletricidade e gás natural.

1.2. Estrutura Societária

A Tractebel Energia é controladora das seguintes empresas: Companhia Energética Estreito, Companhia Energética São Salvador, Lages Bioenergética Ltda., Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Esta última é responsável, especificamente, pela intermediação e operação de compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia atua como consorciada em alguns empreendimentos de geração de energia, com as seguintes participações:

» 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa) e 19,28% no Consórcio Machadinho, responsável pela exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho;

» 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), por meio da participação detida pela Companhia Energética Estreito, responsável pela exploração da Usina Hidrelétrica Estreito; e

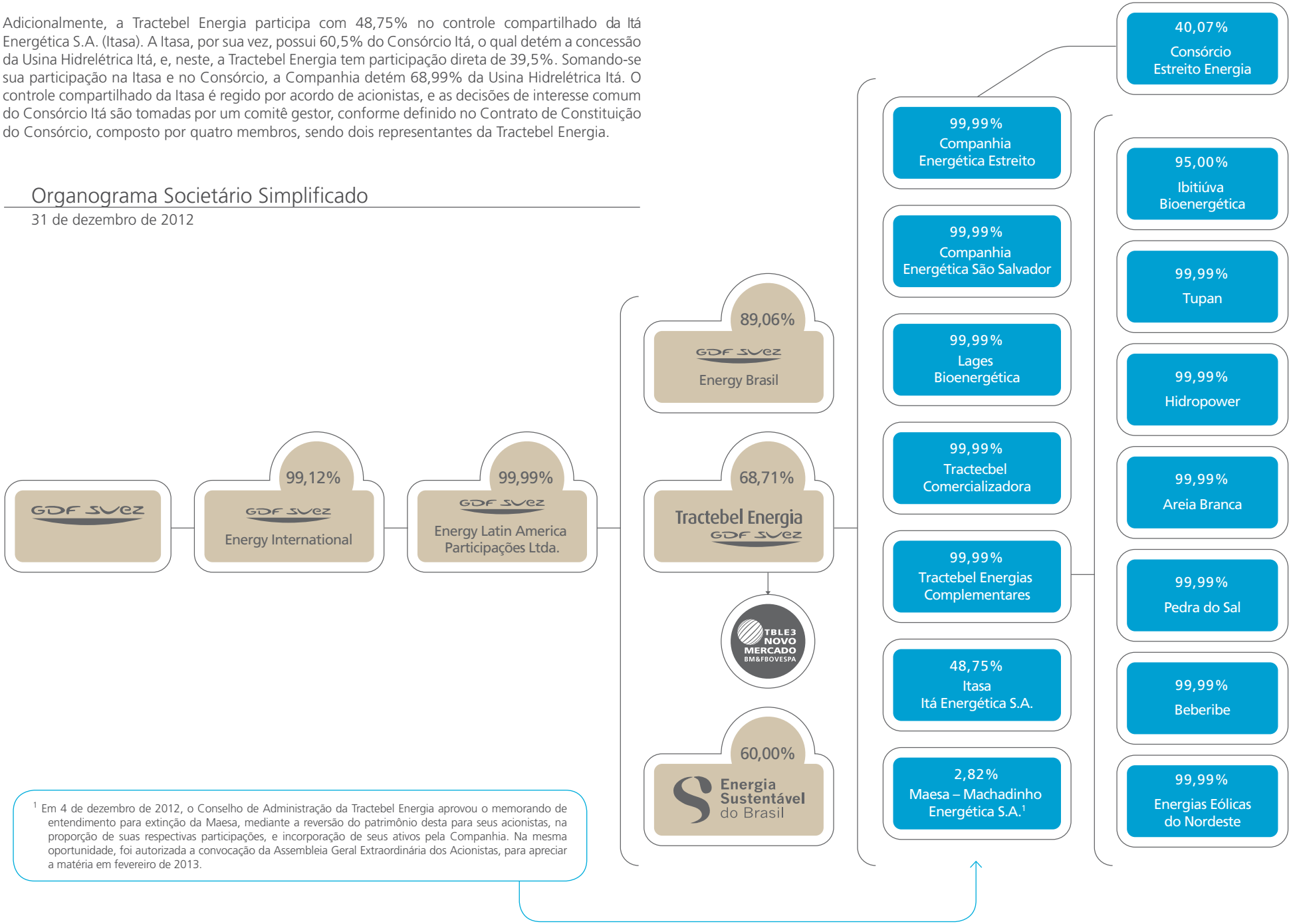
» 72,90% no Consórcio Andrade, responsável pela exploração da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, por meio da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A., da qual a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. detém 95,00% do capital social.



Adicionalmente, a Tractebel Energia participa com 48,75% no controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa). A Itasa, por sua vez, possui 60,5% do Consórcio Itá, o qual detém a concessão da Usina Hidrelétrica Itá, e, neste, a Tractebel Energia tem participação direta de 39,5%. Somando-se sua participação na Itasa e no Consórcio, a Companhia detém 68,99% da Usina Hidrelétrica Itá. O controle compartilhado da Itasa é regido por acordo de acionistas, e as decisões de interesse comum do Consórcio Itá são tomadas por um comitê gestor, conforme definido no Contrato de Constituição do Consórcio, composto por quatro membros, sendo dois representantes da Tractebel Energia.

Organograma Societário Simplificado

31 de dezembro de 2012

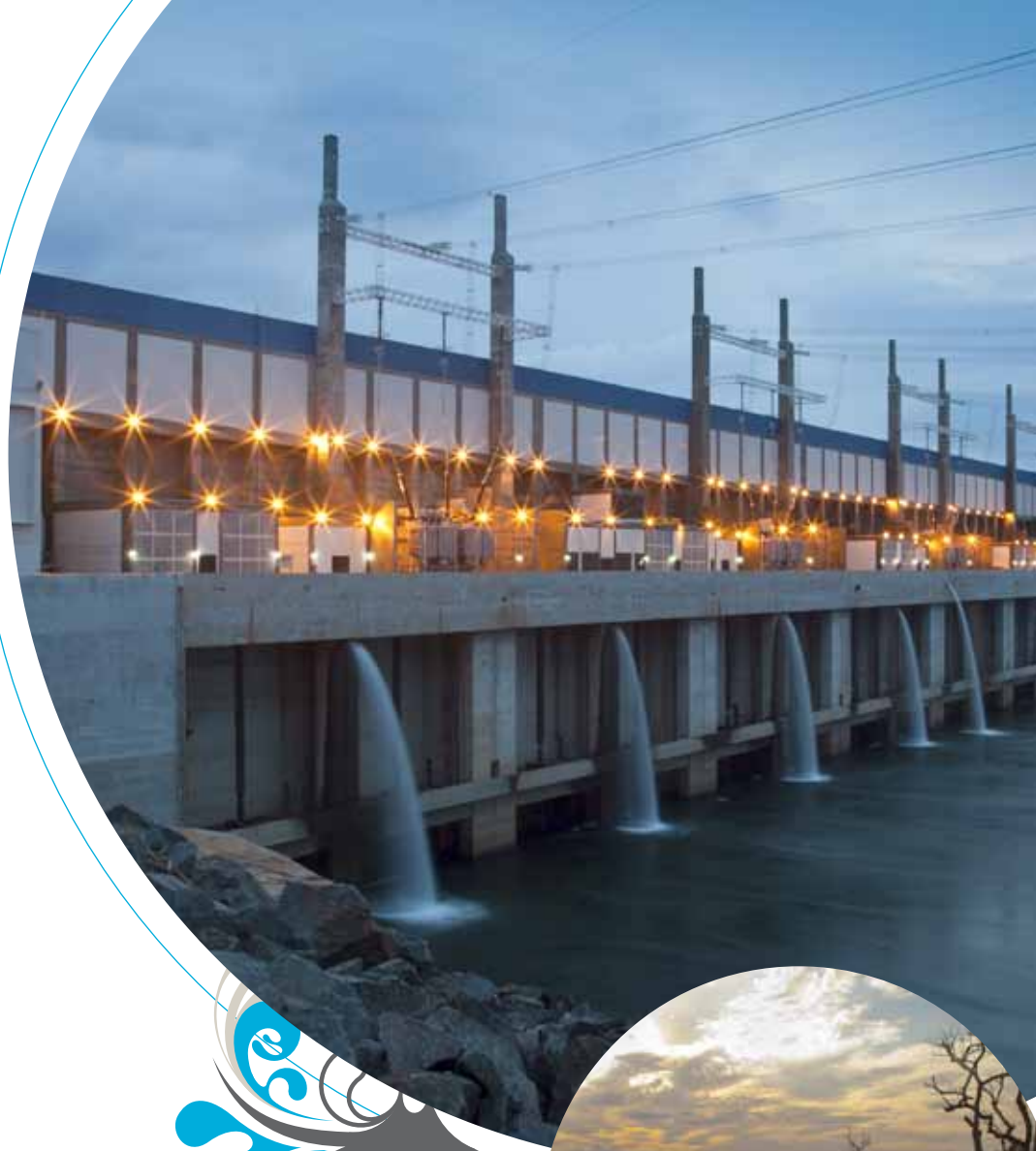


[1] Em 4 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Tractebel Energia aprovou o memorando de entendimento para extinção da Maesa, mediante a reversão do patrimônio desta para seus acionistas, na proporção de suas respectivas participações, e incorporação de seus ativos pela Companhia. Na mesma oportunidade, foi autorizada a convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, para apreciar a matéria em fevereiro de 2013.

1.3. Parque Gerador

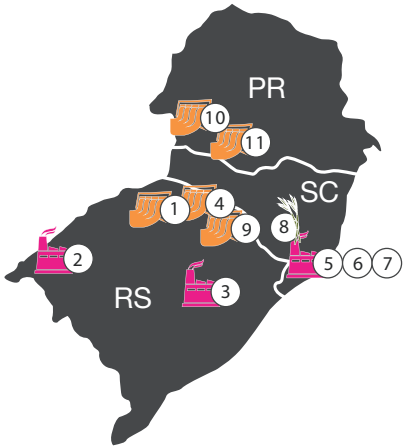
Considerando a capacidade plena da **Usina Hidrelétrica Estreito**, o parque gerador da Tractebel Energia soma 6.909 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 22 usinas, entre hidrelétricas (UHEs), termelétricas (UTEs) e complementares – pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), eólicas e a biomassa –, localizadas em 12 estados das cinco regiões do Brasil. A Companhia opera todas essas usinas e controla integralmente 18 delas. Em quatro – Itá, Machadinho, Estreito e Ibitiúva Bioenergética –, participa como consorciada. A potência total das 22 usinas operadas pela Tractebel Energia é de 8.630 MW. Os principais dados dessas usinas são apresentados a seguir, por região do Brasil.

Em 17 de outubro, a Usina Hidrelétrica Estreito foi oficialmente inaugurada, com sete das oito unidades geradoras em operação (e 97,3% da energia assegurada). A oitava unidade geradora teve sua entrada em operação postergada para o primeiro semestre de 2013, porque, em 23 de setembro, ocorreu a queima, com a consequente necessidade de troca, do disjuntor principal da unidade.





PARQUE GERADOR – REGIÃO SUL



Usina Hidrelétrica
Usina Termelétrica
Usina a Biomassa
Usina Eólica
Pequena Central Hidrelétrica



1 - USINA HIDRELÉTRICA PASSO FUNDO

Início das Operações: 1973
Localização: Entre Rios do Sul (RS) - Rio Passo Fundo
Capacidade Instalada: 226,0 MW – duas unidades geradoras de 113,0 MW
Capacidade Comercial: 119,0 MW médios
Validade da Concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

2 - USINA TERMELÉTRICA ALEGRETE

Início das Operações: 1968
Localização: Alegrete (RS)
Fonte de Energia: óleo combustível pesado
Capacidade Instalada: 66,0 MW – duas unidades geradoras de 33,0 MW
Capacidade Comercial: 21,1 MW médios
Validade da Autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

3 - USINA TERMELÉTRICA CHARQUEADAS

Início das Operações: 1962
Localização: Charqueadas (RS)
Fonte de Energia: carvão mineral
Capacidade Instalada: 72,0 MW – quatro unidades geradoras de 18,0 MW
Capacidade Comercial: 45,7 MW médios
Validade da Autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

4 - USINA HIDRELÉTRICA ITÁ

Início das Operações: 2000
Localização: entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) - Rio Uruguai
Capacidade Instalada Total: 1.450,0 MW – cinco unidades geradoras de 290,0 MW
Capacidade Instalada Tractebel Energia: 1.126,9 MW
Capacidade Comercial Tractebel Energia: 544,2 MW médios
Validade da Concessão: 2030 – concedida ao Consórcio Itá, formado por Tractebel Energia (69,0%), Companhia Siderúrgica Nacional (29,5%) e Cimento Itambé (1,5%)
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

5, 6 E 7 - USINAS DO COMPLEXO TERMELÉTRICO JORGE LACERDA (UTLA, UTLB E UTLC)

Início das Operações: 1965
Localização: Capivari de Baixo (SC)
Fonte de Energia: carvão mineral
Capacidade Instalada:

- UTLA: duas unidades geradoras de 50,0 MW e duas de 66,0 MW;
- UTLB: duas unidades de 131,0 MW; e
- UTLC: uma unidade de 363,0 MW.

Capacidade Instalada Total do Complexo: 857,0 MW
Capacidade Ccomercial do Complexo: 649,9 MW médios
Validade da Autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

8 - UNIDADE DE COGERAÇÃO LAGES

Início das Operações: 2003
Localização: Lages (SC)
Fonte de Energia: biomassa – cavaco de madeira (proveniente de refugo de madeireiras)
Capacidade Instalada: 28,0 MW – uma unidade geradora
Capacidade Comercial: 25,0 MW médios
Autorização para Operação: 2032
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

9 - USINA HIDRELÉTRICA MACHADINHO

Início das Operações: 2002
Localização: entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS) – Rio Pelotas
Capacidade Instalada Total: 1.140,0 MW – três unidades geradoras de 380,0 MW
Capacidade Instalada Tractebel Energia: 403,9 MW
Capacidade Comercial Tractebel Energia: 147,2 MW médios
Validade da Concessão: 2032 – concedida ao Consórcio Machadinho, formado pela Machadinho Energética S.A. (80,72%) e pela Tractebel Energia (19,28%)
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

10 - USINA HIDRELÉTRICA SALTO OSÓRIO

Início das Operações: 1975
Localização: entre os municípios de Quedas do Iguaçu (PR) e São Jorge d'Oeste (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade Instalada: 1.078,0 MW – quatro unidades geradoras de 182,0 MW e duas de 175,0 MW
Capacidade Comercial: 522,0 MW médios
Validade da Concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

11 - USINA HIDRELÉTRICA SALTO SANTIAGO

Início das Operações: 1980
Localização: entre os municípios de Saudade do Iguaçu (PR) e Rio Bonito do Iguaçu (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade Instalada: 1.420,0 MW – quatro unidades geradoras de 355,0 MW
Capacidade Comercial: 723,0 MW médios
Validade da Concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

PARQUE GERADOR – REGIÃO SUDESTE



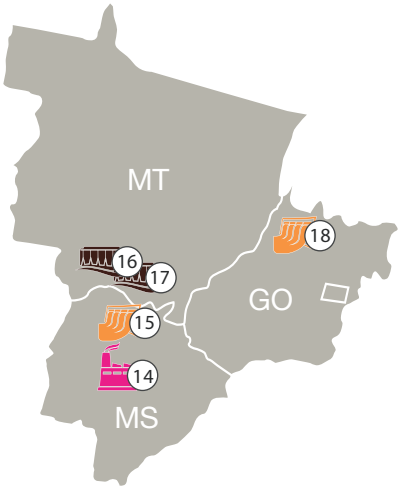
12 - USINA TERMELÉTRICA IBITIÚVA BIOENERGÉTICA

Início da Operação: 2010
Localização: Pitangueiras (SP)
Fonte de Energia: Biomassa – bagaço da cana-de-açúcar
Capacidade Instalada Total: 33,0 MW – uma unidade geradora
Capacidade Instalada Tractebel Energia: 22,9 MW
Capacidade Comercial Tractebel Energia: 13,9 MW médios
Validade da Autorização: 2030, concedida ao Consórcio Andrade, no qual a Companhia detém 69,3%

13 PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA AREIA BRANCA

Início da Operação: 2010
Localização: entre os municípios de Caratinga (MG) e Ipanema (MG) – Rio Manhuaçu
Capacidade Instalada: 19,8 MW – duas unidades geradoras de 9,9 MW
Capacidade Comercial: 11,1 MW médios
Validade da Autorização: 2030

PARQUE GERADOR – REGIÃO CENTRO-OESTE





- Usina Hidrelétrica
- Usina Termelétrica
- Usina a Biomassa
- Usina Eólica
- Pequena Central Hidrelétrica

14 - USINA TERMELÉTRICA WILLIAM ARJONA

Início da Operação: 1999
Localização: Campo Grande (MS)
Fonte de Energia: gás natural e óleo diesel
Capacidade Instalada: 190,0 MW – três unidades geradoras de 40,0 MW e duas de 35,0 MW
Capacidade Comercial: 136,1 MW médios
Validade da Autorização: 2029
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

15 - USINA HIDRELÉTRICA PONTE DE PEDRA

Início da Operação: 2005
Localização: entre os municípios de Sonora (MS) e Itiquira (MT) – Rio Correntes
Capacidade Instalada: 176,1 MW – três unidades geradoras de 58,7 MW
Capacidade Comercial: 131,6 MW médios
Validade da Concessão: 2035
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

16 - PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA RONDONÓPOLIS

Início da Operação: 2007
Localização: Rondonópolis (MT) – Ribeirão Ponte de Pedra
Capacidade Instalada: 26,7 MW – três unidades geradoras de 8,9 MW
Capacidade Comercial: 14,0 MW médios
Validade da Autorização: 2032

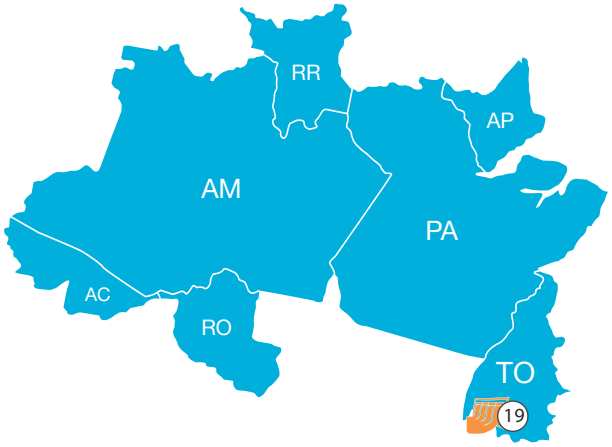
17 - PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA JOSÉ GELAZIO DA ROCHA

Início da Operação: 2007
Localização: Rondonópolis (MT) - Ribeirão Ponte de Pedra
Capacidade Instalada: 23,7 MW - três unidades geradoras de 7,9 MW
Capacidade Comercial: 11,9 MW médios
Validade da Autorização: 2032

18 - USINA HIDRELÉTRICA CANA BRAVA

Início da Operação: 2002
Localização: entre os municípios de Cavalcante (GO), Minaçu (GO) e Colinas do Sul (GO) – Rio Tocantins
Capacidade Instalada: 450,0 MW – três unidades geradoras de 150,0 MW
Capacidade Comercial: 273,5 MW médios
Validade da Concessão: 2033
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001

PARQUE GERADOR – REGIÃO NORTE

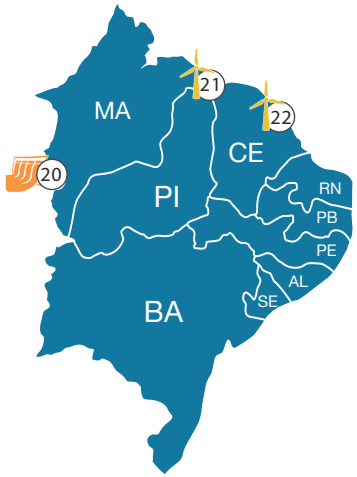


19 - USINA HIDRELÉTRICA SÃO SALVADOR

Início da Operação: 2009
Localização: entre os municípios de São Salvador (TO) e Paranã (TO) – Rio Tocantins
Capacidade Instalada: 243,2 MW – duas unidades geradoras de 121,6 MW
Capacidade Comercial: 148,5 MW médios
Validade da Concessão: 2037
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001



PARQUE GERADOR – REGIÃO NORDESTE



20 - USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO

Início da Operação: 2011 (ao final de 2012, sete das oito unidades geradoras se encontravam em operação).
Localização: entre os municípios de Estreito (MA), Palmeiras do Tocantins (TO) e Aguiarnópolis (TO) – Rio Tocantins
Capacidade Instalada Total: 1.087,0 MW – oito unidades geradoras de 135,9 MW
Capacidade Instalada Tractebel Energia: 435,6 MW
Capacidade Comercial Tractebel Energia: 256,9 MW médios
Validade da Concessão: 2037, para o Consórcio Estreito Energia (Ceste), composto por Tractebel Energia (40,1%), Vale (30,0%), Alcoa Alumínio (25,5%) e Camargo Corrêa (4,4%)

21 - USINA EÓLICA PEDRA DO SAL

Início da Operação: 2008
Localização: Parnaíba (PI)
Capacidade Instalada: 18,0 MW – 20 aerogeradores de 0,9 MW
Capacidade Comercial: 7,8 MW médios
Validade da Concessão: 2032

22 - USINA EÓLICA BEBERIBE

Início da Operação: 2008
Localização: Beberibe (CE)
Capacidade Instalada: 25,6 MW – 32 aerogeradores de 0,8 MW
Capacidade Comercial: 9,8 MW médios
Validade da Concessão: 2033



Usina Hidrelétrica
Usina Termelétrica
Usina a Biomassa
Usina Eólica
Pequena Central Hidrelétrica



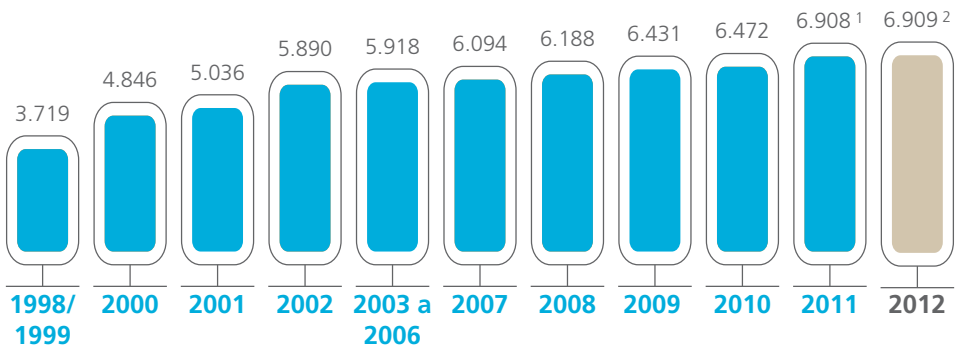
1.4. Expansão do Parque Gerador

A Companhia vem concretizando um consistente planejamento estratégico de expansão em todas as regiões do Brasil, diversificando sua matriz energética e a participação nos diferentes mercados regionais. Assim, permanece com o firme propósito de continuar essa ampliação, principalmente por meio de fontes renováveis, como a hidráulica, a eólica, a biomassa e a solar.

Além da **inauguração da UHE Estreito**, em 17 de outubro, as obras de implantação do Complexo Eólico Trairi, no Ceará, com capacidade instalada de 115 MW, mantiveram-se em curso em 2012, bem como foi mantida a previsão da sua conclusão para 2013. Já o projeto eólico no Piauí, em função de atrasos no processo de licenciamento, deverá ter sua viabilidade econômica reavaliada em 2013.

Capacidade Própria de Fornecimento

(MW)



[1] Considera a motorização completa da Usina Hidrelétrica Estreito.
[2] Considera aumento da participação societária da Companhia na Ibitiúva Energética em 2012.

Governança Corporativa .2



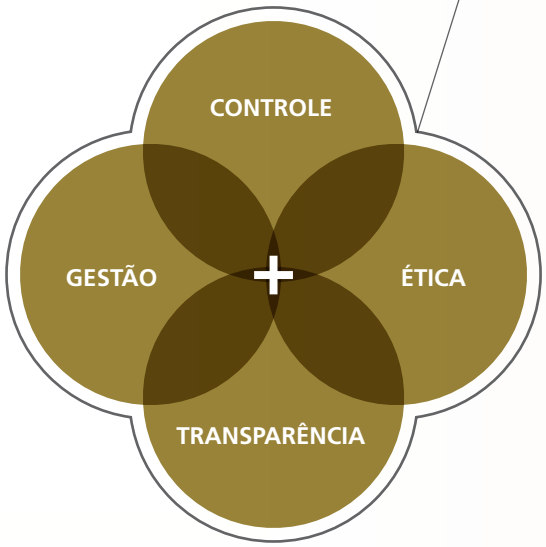
Rio Grande do Sul

2. Governança Corporativa

4.1 4.3 4.5 4.6 4.7 4.8 4.9

2.1. Princípios

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA



Os Princípios que regem a governança corporativa da Tractebel Energia são:

ÉTICA – A ética é o fio condutor de todas as atividades da Companhia. Esse valor é compartilhado com todos os empregados e demais *stakeholders* por meio do Código de Ética da Tractebel Energia. O documento é fornecido em versão impressa aos empregados, acompanhado por um *folder* com o Guia de Práticas Éticas, que contém orientações quanto à conduta a ser tomada diante de possíveis dilemas. O Código também está disponível no *website* da Tractebel Energia (www.tractebelenergia.com.br).

Em 26 de junho de 2012, foi realizado, na sede da Tractebel Energia, o Seminário Ética, Sustentabilidade e Energia. Com palestras do Instituto Ethos, do Instituto Ideal (especializado em energias por fontes renováveis), do Movimento Nós Podemos Santa Catarina (alinhado aos Objetivos do Milênio da ONU), da Tractebel Energia e da empresa de consultoria CRA, o evento reuniu 81 pessoas, entre empregados e representantes de fornecedores, clientes, empresas prestadoras de serviços e comunidade.

GESTÃO - A gestão da Tractebel Energia é norteada pelos valores profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito ao meio ambiente e ética. O diagrama a seguir apresenta os documentos que detalham suas políticas e diretrizes.

Políticas e Diretrizes de Gestão



Esses documentos encontram-se disponíveis no *website* e na intranet da Companhia. Todos os empregados são orientados quanto ao uso e eventuais revisões desses instrumentos normativos.

TRANSPARÊNCIA – A prestação de contas e informações, com clareza e equidade a todos os públicos, é uma busca permanente da Tractebel Energia, tanto em relação às atividades da Companhia quanto aos seus posicionamentos sobre questões de relevância para o setor elétrico.

Como parte de seu compromisso com a transparência e equidade no acesso à informação por seus acionistas, a Companhia conta com a Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações, que atende às regras e exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa; e informa fatos relevantes, conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, oferecendo aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. Entre os materiais divulgados pela Companhia, destacam-se:

» Informações Trimestrais;
» Release e apresentação de resultados;
» Demonstrações Contábeis;
» Comunicados ao Mercado;
» Avisos aos Acionistas;
» Fatos Relevantes; e
» Relatório de Sustentabilidade.

Outros veículos de comunicação das informações corporativas são a revista Boas Novas, voltada ao público externo e também encaminhada aos empregados, o informativo interno Conexão e boletins eletrônicos, veiculados pela área de Recursos Humanos.

CONTROLE - O sistema de controles internos em operação na Tractebel Energia é baseado na lei Sarbanes-Oxley (SOX), que define um padrão mundial de mecanismos de auditoria e segurança para garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros das companhias de capital aberto. Esse sistema é constantemente aprimorado e passa anualmente por testes e certificação pela Administração, tendo seus resultados e conformidade com a lei verificados por auditores externos. A Companhia conta com uma unidade de auditoria interna para atestar a efetividade de seus processos, normas e práticas de governança, além de um Conselho Fiscal instalado com três membros, sendo um deles representante dos acionistas minoritários. A Companhia não possui Comitê de Auditoria.

2.2. Novo Mercado

A Tractebel Energia faz parte do Novo Mercado – segmento do mais alto nível de práticas de governança da BM&FBovespa, que superam as exigidas pela legislação.

A fim de proteger o interesse de todos os seus acionistas com equidade, a Companhia garante, de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de governança, os seguintes direitos aos detentores de ações da Tractebel Energia:

» Votar em Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, e fazer recomendações e orientações ao Conselho de Administração quanto à tomada de decisões;

» Receber dividendos e participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas (de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição);

» Fiscalizar a administração da Tractebel Energia, conforme o Estatuto Social, e retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; e

» Receber, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle, de acordo com o regulamento do Novo Mercado, no caso de oferta pública de ações em decorrência da alienação do controle da Companhia.

Adicionalmente, a Tractebel Energia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.



2.3. Índice de Sustentabilidade Empresarial

Pelo oitavo ano consecutivo, a Tractebel Energia se manteve no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE). A nova carteira, válida entre 7 de janeiro de 2013 e 3 de janeiro de 2014, é composta por 51 ações de 37 companhias, que representam 16 setores da economia, com um valor de mercado equivalente a cerca de 45% do total do valor de mercado das companhias com ações negociadas na BM&FBovespa[1].

8º

Ano Consecutivo

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2013

"O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa."

(Fonte: BM&FBovespa)

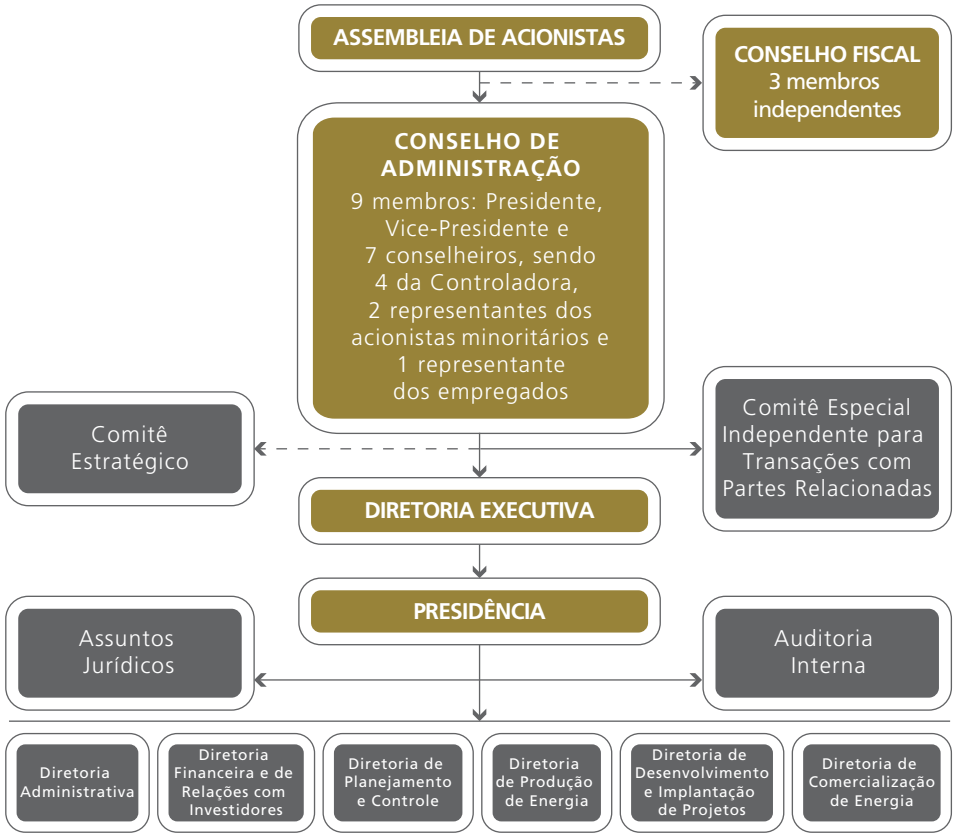
[1] Em 26 de novembro de 2012 – fonte: BM&FBovespa.

2.4. Administração

2.4.1. Organograma

Organograma da Tractebel Energia

31 de dezembro de 2012



2.4.2. Conselho de Administração

2.4.2.1. REGIMENTO INTERNO

O Regimento Interno do Conselho de Administração, disponível no *website* da Tractebel Energia, estabelece práticas, princípios e responsabilidades a serem observados pelos conselheiros da Companhia. O Regimento busca assegurar a eficácia da contribuição de cada conselheiro, alinhado aos valores, visão e missão da Tractebel Energia, bem como aos padrões de ética e integridade que se espera que eles observem, além de conter cláusula específica referente a conflitos de interesses.

2.4.2.2. COMPOSIÇÃO

O Conselho de Administração da Tractebel Energia é composto por nove membros, dos quais três são independentes: dois representam os acionistas minoritários e um os empregados da Companhia. Os mandatos são de dois anos, com possibilidade de renovação. Os atuais membros foram eleitos na 15ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 21 de março de 2012. A composição vigente em 31 de dezembro do mesmo ano é descrita a seguir.

Conselho de Administração da Tractebel Energia

31 de dezembro de 2012

TITULARES	SUPLENTES
Maurício Stolle Bähr (Presidente)	Patrick Charles Clement Obyn
Jan Franciscus Maria Flachet (Vice-Presidente)	Manuel François Colcombet
Manoel Arlindo Zaroni Torres [1]	André Aquino Fontenelle Cangucú
Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle	Luiz Eduardo Simões Viana
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	Gil de Methodio Maranhão Neto
Philip Gotsall Cox	José Carlos Cauduro Minuzzo
Luiz Antônio Barbosa [2]	Roberto Henrique Tejada Vencato [5]
José Paes Rangel [3]	José João Abdalla Filho [6]
Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro [4]	Antonio Alberto Gouvêa Vieira [7]

[1] Diretor-Presidente da Tractebel Energia.
[2] Representante dos empregados.
[3] Representante dos acionistas minoritários.
[4] Representante dos acionistas minoritários.
[5] Representante dos empregados.
[6] Representante dos acionistas minoritários.
[7] Representante dos acionistas minoritários.

2.4.3. Diretoria Executiva

2.4.3.1. ATRIBUIÇÕES

Conforme estabelece o Estatuto Social da Companhia, disponível no seu *website,* as atribuições e poderes dos membros da Diretoria Executiva são fixados pelo Conselho de Administração.

2.4.3.2. COMPOSIÇÃO

Além da presidência, compõem a Diretoria Executiva da Tractebel Energia as diretorias de Produção de Energia, Comercialização de Energia, Desenvolvimento e Implantação de Projetos, Financeira e de Relações com Investidores, Planejamento e Controle e Administrativa. Os mandatos dos diretores são de três anos, podendo ser renovados. A composição vigente em 31 de dezembro de 2012 é apresentada a seguir.



Diretoria Executiva da Tractebel Energia

31 de dezembro de 2012

NOME	CARGO
1 - Manoel Arlindo Zaroni Torres	Diretor-Presidente
2 - José Carlos Cauduro Minuzzo	Diretor de Produção de Energia
3 - Luciano Flávio Andriani	Diretor Administrativo
4 - Marco Antônio Amaral Sureck	Diretor de Comercialização de Energia
5 - José Luiz Jansson Laydner	Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos
6 - Eduardo Antonio Gori Sattamini	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
7 - Edson Luiz da Silva	Diretor de Planejamento e Controle

2.4.4. Conselho Fiscal

2.4.4.1. ATRIBUIÇÕES

O Conselho Fiscal da Tractebel Energia tem como atribuições a fiscalização dos atos da Diretoria Executiva e a análise das Demonstrações Contábeis da Companhia.

2.4.4.2. COMPOSIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2012, o Conselho Fiscal da Companhia mantinha seu caráter não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas, conforme previsto na legislação. É constituído por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. A composição vigente em 31 de dezembro de 2012 do Conselho Fiscal é apresentada a seguir.

Conselho Fiscal da Tractebel Energia

31 de dezembro de 2012

TITULARES	SUPLENTES
Paulo de Resende Salgado (Presidente)	Flávio Marques Lisboa Campos
Manoel Eduardo Lima Lopes	Ailton Pinto Siqueira
Carlos Guerreiro Pinto	Manuel Eduardo Bouzan de Almeida



2.4.5. Remuneração da Administração

2.4.5.1. POLÍTICA

A política de remuneração dos administradores - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal - considera os conhecimentos exigidos, a complexidade das atividades e os resultados esperados para cada cargo.

2.4.5.2. CRITÉRIOS

O valor da remuneração global anual dos administradores é definido pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia, e sua composição obedece aos seguintes critérios:

(a) Conselho de Administração

O valor anual estabelecido para cada conselheiro é pago em 13 parcelas mensais. Eventualmente, parcelas variáveis, baseadas em indicadores financeiros, metas e resultados operacionais, incluindo aspectos relacionados à sustentabilidade, podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembleia Geral. A remuneração do Presidente do Conselho é maior que a dos demais conselheiros e o membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados recebe um bônus baseado no número de remunerações mensais pagas aos empregados como Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

(b) Diretoria Executiva

A remuneração dos membros da Diretoria é composta por uma parcela fixa e outra variável, na forma de bônus. Os benefícios, como assistência à saúde, seguro de vida e previdência complementar, compõem a remuneração indireta dos diretores executivos. A remuneração fixa da Diretoria Executiva é estabelecida com base no mercado, e seu valor é pago em 13 parcelas mensais. O valor do bônus pode variar entre 25% e 90% da remuneração anual total, de acordo com o cargo, desafios e metas estabelecidas. Essa parcela variável considera:

» Indicadores financeiros, como evolução do EBITDA, geração de caixa livre e resultado líquido, e solidariedade com os resultados do controlador, entre outros, que representam, em média, 40% do valor do bônus;

» Indicadores individuais e operacionais, como cumprimento de metas, resultados operacionais e/ou financeiros – incluindo temas relacionados à sustentabilidade –, que representam, em média, 40% do valor do bônus; e

» Questões comportamentais e gerenciais, que representam, em média, 20%, do valor do bônus.

O pagamento ocorre no primeiro semestre do ano seguinte, após o fechamento do exercício-base, e o valor anual da remuneração da Diretoria Executiva é estabelecido pela Assembleia Geral dos Acionistas.

(c) Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixa, paga em forma de pró-labore, e é estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas, que elege os conselheiros. O valor pago a cada membro em exercício não pode ser inferior a 10% da média da remuneração mensal dos diretores executivos, sem considerar os benefícios e a remuneração variável.

2.4.5.3. REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 2012

A remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva foi de, aproximadamente, R$ 16,8 milhões em 2012, dos quais cerca de 63% corresponderam à remuneração fixa.

2.4.5.4. REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO FISCAL EM 2012

O total pago ao Conselho Fiscal da Tractebel Energia em 2012 foi de R$ 351,7 mil.

2.4.6. Comitês

A estrutura de governança da Companhia inclui comitês que participam, direta ou indiretamente, de seus processos decisórios. São eles:

» Comitê Estratégico: é um órgão consultivo, com a função de orientar o Conselho de Administração e a Diretoria sobre assuntos estratégicos, tais como aspectos regulatórios, tendências do setor elétrico e expansão do parque gerador da Tractebel Energia.

» Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas: subordinado ao Conselho de Administração, é um órgão não permanente, instalado quando ocorre uma transação envolvendo partes relacionadas à Companhia. Entre suas atribuições estão a negociação dos termos da transação e a orientação ao Conselho, de modo a garantir a defesa dos interesses da Tractebel Energia e de seus acionistas. É composto por três ou cinco membros, sendo a maioria formada por conselheiros independentes do Conselho de Administração.

» Comitês internos: integram profissionais de diferentes áreas e possuem funções específicas relacionadas à estratégia de gestão da Companhia. Os sete comitês internos da estrutura vigente em 31 de dezembro de 2012 são relacionados a seguir.

COMITÊ DE ENERGIA: avalia a situação do mercado de energia elétrica e dos negócios da Tractebel Energia, aprova a política de comercialização e administração do risco de mercado, define preços de transferência e valida estratégias para participação em leilões de energia e contratos de venda.

COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS: define metas, diretrizes e procedimentos de controle dos riscos da Companhia e atua na melhoria contínua do processo de avaliação de riscos gerenciados pelas áreas operacionais.

COMITÊ FINANCEIRO: avalia as condições macroeconômicas e seus impactos na gestão financeira da Tractebel Energia, recomenda políticas de captação, aplicação de recursos e derivativos, de antecipação de pagamentos e de antecipação ou postergação de recebimentos. Além disso, identifica riscos de descasamentos nas operações ativas e passivas, contratação de operações de reestruturação de passivo, aprova ranking de bancos com os quais a Companhia irá trabalhar e, quando pertinente, propõe operações de *hedge*.

COMITÊ DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: discute e interpreta a aplicação da legislação tributária, debate e recomenda ações no curso de contestações administrativas e judiciais, apresenta sugestões para obtenção de possíveis benefícios fiscais legais nas operações da Tractebel Energia e participa das decisões sobre novos projetos, identificando oportunidades de economia fiscal.

COMITÊ DE ÉTICA: avalia permanentemente a atualidade e pertinência do Código de Ética da Tractebel Energia. Também é responsável por divulgar, conscientizar, aplicar e atualizar o Código, deliberar sobre dúvidas de interpretação do seu conteúdo e julgar os possíveis casos de violação.

COMITÊ DE INOVAÇÃO: tem como objetivo criar um ambiente propício para ideias inovadoras, capazes de agregar valor para a Companhia, recebendo e avaliando as propostas encaminhadas pelos empregados e recomendando à Diretoria Executiva a alocação de recursos para adoção das ideias selecionadas, assim como ações para reconhecimento dos autores, além de estimular a participação da Tractebel Energia no concurso GDF SUEZ Innovation Trophies.

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE: tem como meta permanente criar um sistema proativo de atuação da Companhia em questões sociais e ambientais nas comunidades onde está inserida, promovendo a conscientização de seus stakeholders sobre o tema. Faz recomendações sobre aspectos de sustentabilidade socioambiental de projetos em desenvolvimento e em implantação, propõe e submete à aprovação da Diretoria Executiva as Metas Tractebel Energia de Sustentabilidade anuais, articulando-se com as áreas operacionais para que sejam alcançadas.

Como estabelecido no Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade, que foi publicado no *website* da Companhia em 2012, o Comitê passou a ter 11 membros, entre eles o Conselheiro Independente e representante dos empregados no Conselho de Administração. O Comitê é coordenado pelo Diretor Administrativo e, além do Coordenador e do Conselheiro Independente, tem outros nove membros, das seguintes áreas da organização: suprimentos, novos negócios, recursos humanos, relações com investidores, comunicação empresarial, meio ambiente, geração hidráulica, geração térmica e comercialização de energia.

Estratégia e Vantagens Competitivas • 3

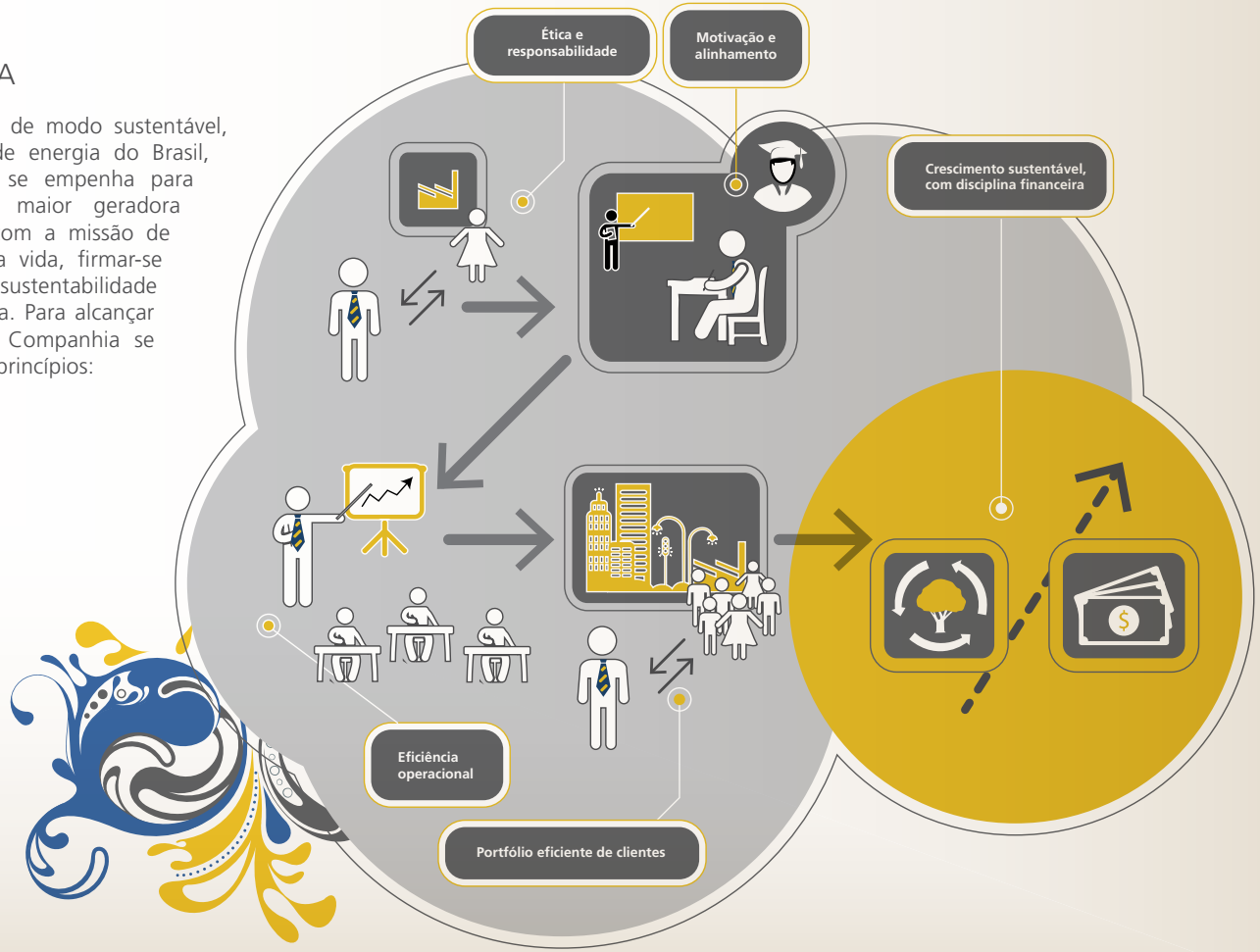


EU3 EU7

3. Estratégia e Vantagens Competitivas

3.1. Estratégia

Com a visão de ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil, a Tractebel Energia se empenha para manter-se como a maior geradora privada do País e, com a missão de gerar energia para a vida, firmar-se como referência em sustentabilidade no setor em que atua. Para alcançar esses diferenciais, a Companhia se baseia nos seguintes princípios:



3.1.1. Ética e Responsabilidade

A Companhia compartilha seus princípios éticos com todos os públicos com os quais se relaciona. Seu Código de Ética está disponível no *website* e é distribuído a todos os empregados. A Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável reafirma seus valores, e sua dimensão Responsabilidade Social ratifica de forma explícita a ética e a integridade como elementos da gestão social da Tractebel Energia.

3.1.2. Motivação e Alinhamento

A Companhia compartilha seus valores e busca estabelecer uma cultura de confiança e coesão, aliada à devida capacitação. Dessa forma, tem contado ao longo da sua trajetória com a motivação e o alinhamento de seus empregados para o alcance dos objetivos empresariais.

3.1.3. Eficiência Operacional

A Tractebel Energia investe em Pesquisa e Desenvolvimento e na modernização do seu parque gerador, contando com equipes altamente preparadas para operar e manter seus sistemas e equipamentos, bem como para a gestão estratégica, comercial, técnica e administrativa de seu negócio.

A Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável abrange a Qualidade, o Meio Ambiente, a Saúde e Segurança no Trabalho e a Responsabilidade Social, sendo aplicada em todas as 22 usinas em operação. Ao todo, 15 usinas do parque gerador são certificadas segundo as normas NBR ISO 9001 e 14001 e BS OHSAS 18001, representando cerca de 90% da capacidade total operada pela Companhia. Em 2013, a meta é recertificar essas usinas.

3.1.4. Portfólio Eficiente de Clientes

A Tractebel Energia tem por princípio estratégico formar um eficiente portfólio de clientes, a partir dos seguintes princípios:

» Diversificação do portfólio, que tem como objetivo principal a diluição de riscos entre os diferentes mercados: o regulado, composto por distribuidoras, e o livre, formado por comercializadoras, consumidores livres (com demandas superiores a 3,0 MW), e consumidores especiais (com demandas superiores a 0,5 MW). A diversificação também se dá entre diferentes setores industriais em que atuam os consumidores livres e especiais (químico e petroquímico, automobilístico, mineração, gases industriais, papel e celulose, supermercados, entre outros). A Tractebel Energia é pioneira na prospecção sistemática de clientes livres. Mais 31 novos clientes ingressaram no portfólio da Companhia e 21 contratos foram renovados em 2012.

» Análise de crédito, que permite à Tractebel Energia manter índices de adimplência muito próximos a 100%.

» Garantia de suprimento, que tem como base a diversificação da matriz do parque gerador, a alta disponibilidade das usinas, a forte geração de caixa, a solidez econômico-financeira, o domínio dos aspectos regulatórios e a experiência de mercado, entre outros.

» Flexibilidade de negociação, que possibilita customizar os contratos de fornecimento de energia para atender às necessidades específicas de cada cliente.

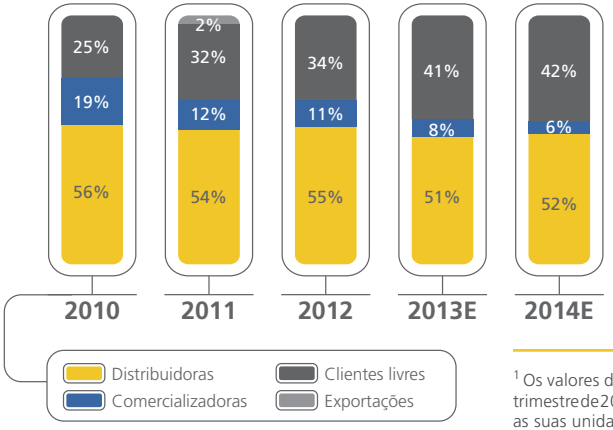
» Fidelização, formada a partir do alinhamento com os valores, a missão e a visão da Tractebel Energia, contribuindo para a consolidação de relacionamentos duradouros.

3.1.5. Crescimento Sustentável, com Disciplina Financeira

A gestão financeira da Companhia é norteada pela disciplina. A Tractebel Energia amplia suas receitas de modo sustentável, por meio de uma criteriosa avaliação de riscos, investimento e retorno envolvidos no desenvolvimento e na implantação de novos projetos, bem como nas transações de comercialização de energia, intrinsecamente consideradas as dimensões social e ambiental associadas.

Composição da Carteira de Clientes da Tractebel Energia [1]

31 de dezembro de 2012



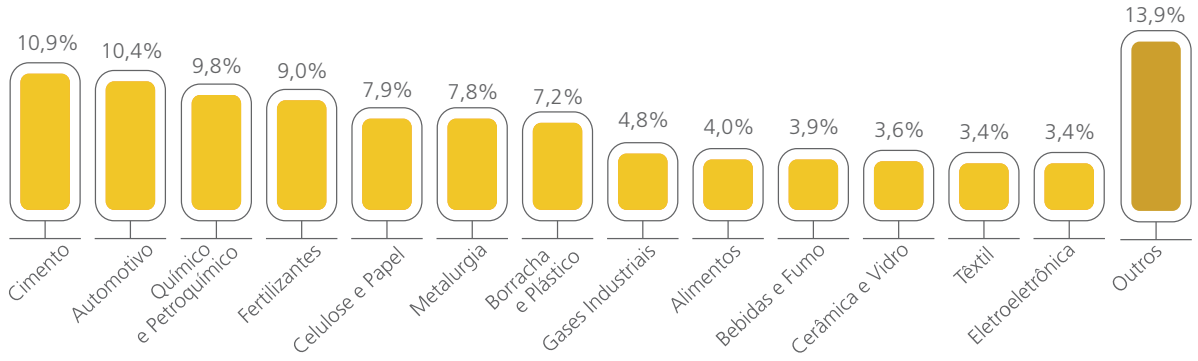
Pioneirismo no atendimento sistemático ao mercado livre...

- Flexibilidade (preços, prazos e condições) → Maximiza a eficiência do portfólio
- Oportunidades em contratos de prazos mais curtos → Meio de aproximação a alguns clientes livres
- Maior mercado consumidor; Contratos regulados e livres → Maior previsibilidade do fluxo de caixa de longo prazo

...visando minimizar riscos e maximizar a eficiência do portfólio de clientes

[1] Os valores de 2011 foram corrigidos após passarem por uma reclassificação contábil. A Companhia, a partir do terceiro trimestre de 2012, passou a apresentar as vendas para comercializadoras, que destinam a energia comprada exclusivamente para as suas unidades produtoras, como vendas para consumidores livres, e não mais como para comercializadoras.

Distribuição do Volume de Vendas para Clientes Livres em 2013, por Setor de Atuação



Volume Total
1.740 MW médios

Nota: a segmentação dos clientes tem como base a classificação do IBGE.

3.2. Vantagens Competitivas

3.2.1. Pessoas e Gestão

Executivos experientes e comprometidos com as melhores práticas de governança corporativa compõem a Administração da Tractebel Energia, e seus empregados são preparados para aliar à base técnica que possuem uma visão estratégica e gerencial do negócio da Companhia. Um consistente programa de retenção de talentos garante uma rotatividade compatível com as necessidades de renovação do seu quadro de empregados, além de um elevado nível interno de satisfação.

3.2.2. Sinergia, Tradição Corporativa e Potencial de Crescimento

O controle acionário da Tractebel Energia pertence à GDF SUEZ, maior produtora independente de energia do mundo, que tem no Brasil uma de suas prioridades de investimento.

De 1998 a 2012, a capacidade instalada própria da Tractebel Energia cresceu 86%, passando de 3.719 MW em 1998 para 6.909 MW em 2012[1]. A parte desse crescimento formada por novas usinas hidrelétricas baseou-se no modelo de negócio que prevê a transferência do controle acionário da Controladora para a Tractebel Energia após a mitigação dos principais riscos de implantação. Para reforçar a transparência desse modelo, desde 2010, a transferência do controle acionário passa pela avaliação do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, composto, em sua maioria, por representantes dos acionistas minoritários que integram o Conselho de Administração.

3.2.3. Foco na Geração

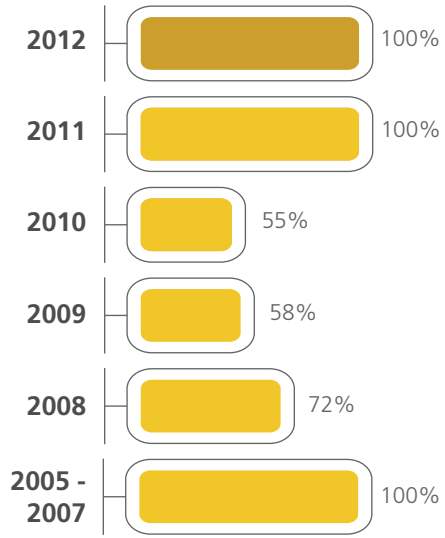
Por estar focada na geração, não atuando na distribuição nem na transmissão de energia, a Tractebel Energia evita possíveis sobreposições de interesses e, ao mesmo tempo, maximiza o potencial de seu capital humano na prospecção, avaliação e desenvolvimento de oportunidades de novos negócios nesse segmento.

3.2.4. Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (Payout)

Os critérios de payout foram aperfeiçoados em 2005, quando a Companhia realizou a oferta secundária de ações que resultou no seu ingresso no Novo Mercado da BM&FBovespa. A definição do valor a ser distribuído depende das condições macroeconômicas, da condição financeira e das perspectivas de investimento Tractebel Energia. Sua Administração tem como compromisso o pagamento mínimo equivalente a 55% do lucro líquido ajustado no ano, que é superior aos 30% previstos em seu Estatuto Social, já acima dos 25% previstos na Lei das S.A. Em 2012, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia realizou payout de 100%.



Evolução de Payout



[1] Considerada a totalidade das unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito.



3.2.5. Atratividade para o Mercado de Capitais

Desde o ingresso no Novo Mercado da BM&FBovespa em 2005, as ações da Companhia têm apresentado valorização superior ao Ibovespa. Além das vantagens competitivas já mencionadas, alguns fatores contribuem para esse desempenho, tais como:

» Atuação em setor estratégico, de perfil defensivo em tempos de crise;

» Financiamento em condições atrativas, com excelente classificação de risco - o *rating* corporativo e das debêntures em 2012 foram classificados como "brAAA" pela Standard & Poors e "AAA(bra)" pela Fitch, ambos em escala nacional, e "BBB(bra)" em escala global, pela Fitch;

» Desempenho financeiro estável, com forte geração de caixa, margem EBITDA média superior a 60%, lucro líquido consistente, baixa exposição cambial e ativa gestão financeira;

» Liderança no setor, posicionada como a maior geradora privada de energia no Brasil;

» Valor de mercado de R$ 21,8 bilhões em 31 de dezembro de 2012;

» Clara estratégia comercial, com alto nível de contratação nos próximos anos e contratos indexados à taxa de inflação;

» Previsibilidade do fluxo de caixa; e

» **Base geradora hídrica,** com diversificação em térmicas e eólicas.

Ativos Intangíveis • 4



Mato Grosso

EU8

4. Ativos Intangíveis

4.1. Capital Humano

A qualificação de administradores, gestores e especialistas é fundamental no setor em que a Tractebel Energia atua. A gestão de recursos humanos praticada pela Companhia a levou a ser reeleita em 2012 como uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, na sua segunda participação na pesquisa promovida pelas revistas Você S.A. e Exame, da Editora Abril.





4.2. Inovação

Para se manter na liderança de um setor estratégico ao País e à sociedade, a Tractebel Energia, a exemplo de sua controladora GDF SUEZ, tem na inovação um de seus ativos mais importantes, parte indissociável de sua cultura corporativa. Além de promover um ambiente de trabalho participativo, que estimula a busca permanente pela inovação, para fortalecê-la, a Companhia mantém, desde 2007, o Programa Inove, que reconhece as melhores contribuições de seus empregados, à semelhança do concurso Innovation Trophies, promovido anualmente pela GDF SUEZ. O Programa Inove concede prêmios aos melhores projetos ou ações em cinco categorias: Operação e Manutenção, Pesquisa e Desenvolvimento, Comercial e Negócios, Socioambiental e Gestão. Excetuando-se os gerentes de unidades organizacionais e os membros do Comitê de Inovação, todos os empregados da Tractebel Energia podem participar do Inove.

Em 2012, foram inscritos 47 projetos no Programa Inove da Tractebel Energia. Destes, 23 são ideias cuja implantação passará por avaliações futuras e 24 correspondem a ações que já foram implantadas. Destas, após a respectiva pontuação pelo Comitê de Inovação, 11 foram selecionadas, das quais sete foram aprovadas pela Diretoria Executiva para premiação. O valor dos prêmios pagos aos autores totalizou R$ 100 mil.

4.3. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Lei nº 9991/2010 determina que as empresas de geração, transmissão e distribuição de energia apliquem 1,0% da sua receita líquida anual em P&D, cabendo às empresas definir os objetivos de seus programas e submeter seus projetos à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O programa de P&D da Tractebel Energia tem como principais objetivos:

» Capacitação e desenvolvimento de competências para pesquisa e inovação tecnológica nas regiões onde a Companhia está presente;

» Desenvolvimento de tecnologias inovadoras que agreguem valor para a Companhia e seus públicos;

» Aplicação e difusão dos resultados dos projetos de P&D para gerar desenvolvimento;

» Redução de impactos ambientais, controle e redução das emissões atmosféricas e pesquisa da biodiversidade; e

» Desenvolvimento de novas fontes de geração de energia renovável.

Em 2012, o investimento realizado pela Tractebel Energia em seu programa de P&D foi de R$ 28,6 milhões e teve a seguinte destinação:

» R$ 10,0 milhões para projetos propostos pela Companhia e aprovados pela Aneel;

» R$ 6,2 milhões para o Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); e

» R$ 12,4 milhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O investimento total nos 20 projetos em andamento – alguns em cooperação com outras instituições - corresponde a cerca de R$ 100 milhões.

Projetos de P&D em Andamento

31 de dezembro de 2012

	CÓDIGO ANEEL	TÍTULO	OBJETIVOS	ENTIDADE EXECUTORA	INVESTIMENTO (R$)	INÍCIO	TÉRMINO PREVISTO
1	PD-0403-0001/2008	Emissões de gases de efeito estufa derivadas da futura área da UHE São Salvador.	Determinar as emissões naturais de gases de efeito estufa (GEE) - dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4) e óxido nitroso (N_20) -, gases que interagem com a radiação infravermelha na atmosfera, causando intensificação do efeito estufa, na área da UHE São Salvador, durante o período de pré-enchimento e pós-enchimento.	Coppe[1] - RJ	**2.929.752,34**	10/09/2008	09/05/2013
2	PD-0403-0002/2008	Implantação de protótipo de conversor de ondas *onshore* nas condições de mar do nordeste do Brasil.	Desenvolvimento e implantação de um conversor de eletricidade a partir de ondas do mar. O protótipo consiste de dois módulos, cada qual composto de flutuador, braço e bomba, fixados no quebra-mar existente, que contribuirão para um único conjunto de turbina, gerador e câmara hiperbárica para geração de 50 kW de eletricidade.	Coppe - RJ	**17.097.857,87**	05/03/2009	04/07/2013
3	PD-0403-0003/2008	Sistema de gestão em tempo real para controle, avaliação da performance e otimização da produção de energia na Usina Hidrelétrica Itá.	Desenvolvimento e implantação de um sistema de gestão em tempo real para controle, avaliação da performance e otimização da produção da UHE Itá, incluindo uma base de dados contendo informações relativas a rendimento e perdas hidráulicas médias ponderadas, dentre outras.	UFSC[2] / M&D[3]	**1.874.501,30**	01/05/2009	31/10/2013

[1] Coppe: Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia.
[2] UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.
[3] M&D Monitoração e Diagnose Ltda.

	CÓDIGO ANEEL	TÍTULO	OBJETIVOS	ENTIDADE EXECUTORA	INVESTIMENTO (R$)	INÍCIO	TÉRMINO PREVISTO
4	PD-0403-0005/2008	Utilização da palha de arroz em processo de *co-firing* com carvão pulverizado.	Determinar, a partir dos resultados dos testes experimentais e análises, as condições operacionais para utilização da tecnologia de *co-firing* numa das usinas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, além da logística para a coleta e transporte da biomassa.	UFSC	**8.839.975,37**	04/03/2009	03/10/2013
5*	PD-0403-0011/2010	Sistema elétrico de propulsão para barcos de pequeno porte empregando baterias e energia solar.	Estudo, projeto e construção de um barco de pequeno porte com um sistema de propulsão elétrico, com captação de energia solar fotovoltaica. O sistema é composto basicamente por baterias, painéis fotovoltaicos, motores e inversores de tensão trifásicos.	UFSC / Feesc[4] / Cebra[5]	**1.746.641,80**	09/08/2011	09/02/2014
6	PD-0403-0012/2010	Desenvolvimento de novos revestimentos por aspersão térmica à ARCO para proteção contra corrosão e desgaste erosivo em trocadores de calor ar/gases.	Estudo da utilização e aperfeiçoamento de técnicas de revestimento, por aspersão térmica a ARCO, em tubos de aço CORTEN-A com materiais nobres constituídos por aços inoxidáveis das séries 300, 400 e superligas, visando aumento da resistência à corrosão e ao desgaste.	SATC[6]	**716.405,00**	02/02/2011	01/04/2013
7	PD-0403-0014/2010	Elevação do pH da água de sistemas de resfriamento como método de controle de bioincrustação em usinas hidrelétricas.	Desenvolvimento de técnica de controle de espécies invasoras incrustantes, elevando o pH da água do sistema de resfriamento de usinas hidrelétricas através de injeção de Hidróxido de Sódio (NaOH).	Lactec[7]	**1.005.472,80**	30/05/2011	29/05/2014
8*	PD-0403-0015/2010	Desenvolvimento de boia instrumentada para monitoramento de qualidade da água - Boia Yara.	Desenvolvimento de protótipo conceitual de boia instrumentada para medição de parâmetros de qualidade da água (QA) em reservatórios hídricos, dotada de telemetria e tecnologias de sensores inteligentes para fins de rastreabilidade das medições, amparo legal, redução de custos com manutenção e transmissão de dados.	Certi[8]	**1.206.431,00**	22/11/2011	21/11/2014
9*	PD-0403-0016/2010	Desenvolvimento de um sistema de monitoramento *on-line* da grade de adução da tomada d'água de usinas hidrelétricas.	Desenvolvimento de um sistema de monitoramento para supervisão da integridade física da grade de proteção instalada na adução da tomada d'água da turbina da usina hidrelétrica. Para detecção será empregada uma rede de sensores à fibra ótica, integrados a um sistema interrogador de sensores e um *software* para análise multiponto.	CPqD[9]	**1.648.040,00**	17/11/2011	16/11/2013
10	PD-0403-0017/2011	Desenvolvimento e implantação de micro redes inteligentes - estratégias de controle para integração de sistemas e gerenciamento de energia.	Desenvolvimento de um sistema modular para gerenciamento de geração e de demanda em micro redes inteligentes. Inclui: - Implantação de projeto piloto em planta de 30 kW; - Elaboração de dossiê técnico e comercial para aplicação do sistema em novo produto/serviço de fornecimento de energia a ser ofertado no Mercado Livre.	Certi UFSC Supplier	**2.319.190,00**	16/04/2012	15/04/2014
11	PD-0403-0019/2011	Utilização da cinza pesada das usinas termelétricas da Tractebel Energia como meio de cultura para produção "*in vitro*" e produção de substrato para desenvolvimento de plantas nativas florestais e ornamentais.	Desenvolvimento de meio de cultura alternativo para a produção de plantas "*in vitro*" como orquídeas, bromélias e outras plantas nativas e substrato para plantas ornamentais e florestais a partir do uso da cinza pesada proveniente das usinas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.	Unisul[10]	**615.765,90**	20/09/2011	19/03/2014
12	PD-0403-0020/2011	Desenvolvimento de tecnologias de previsão de geração de energia elétrica para parques eólicos em operação.	O projeto visa desenvolver um modelo de previsão de curto prazo para a geração de energia elétrica em parques eólicos, modelo este a ser calibrado e validado nos parques eólicos operados pela Tractebel Energia (Beberibe e Pedra do Sal).	UFSC	**3.028.616,20**	06/12/2011	05/12/2014
13	PD-0403-0021/2011	Nacionalização de um relé de proteção completo para pequenas centrais.	Desenvolvimento de um relé de proteção nacional para gerador adotando como arquitetura o prescrito na norma IEC 61850 para centrais de geração.	Reason[11]	**2.636.650,00**	10/06/2011	09/06/2013

[4] Feesc: Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina.
[5] Cebra: Conversores Estáticos Brasileiros Ltda.
[6] SATC: Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina.
[7] Lactec: Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento.
[8] Certi : Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras.
[9] CPqD: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.
[10] Unisul: Universidade do Sul de Santa Catarina.
[11] Reason: Reason Tecnologia S.A.

* Projeto cooperado com a Itasa.

	CÓDIGO ANEEL	TÍTULO	OBJETIVOS	ENTIDADE EXECUTORA	INVESTIMENTO (R$)	INÍCIO	TÉRMINO PREVISTO
14	PD-0403-0022/2011	Influência da adição de água durante a compactação e do teor de finos no comportamento mecânico de enrocamentos em equipamento triaxial de grandes dimensões.	Produto principal: metodologia para a) teor máximo de finos e b) adição ou não de água na compactação de enrocamentos com alto teor de finos. Produtos secundários: a) triaxial otimizado para permitir diferentes formas de carregamento e b) infraestrutura de britagem e peneiramento.	UFSC / Leme Eng.	**364.029,00**	27/01/2012	26/01/2014
15	PD-0403-0023/2011	Desenvolvimento de tecnologia para produção de material cerâmico à base de cinza pesada proveniente de queima de biomassa para geração de energia elétrica.	Produção de tijolos à base de cinza pesada originária da queima de biomassa.	Udesc[12]	**589.350,00**	08/02/2012	07/02/2014
16	PD-0403-0024/2011	Processo de osmose direta para a geração de energia utilizando gradiente de salinidade.	Desenvolvimento de membranas e permeadores, e construção de equipamento demonstrativo, em escala laboratorial, que, com a circulação de correntes com diferentes salinidades, produz fluxo osmótico e energia.	COPPE - RJ	**1.692.943,00**	14/02/2012	13/02/2014
17	PD-0403-0025/2011	Desenvolvimento de uma tecnologia nacional automatizada para o revestimento e fabricação por soldagem de tubos de caldeiras e tecnologias de soldagem associadas.	Desenvolvimento de um sistema integrado constituído de um manipulador robótico com cinco graus de liberdade e equipamentos de soldagem de revestimento para a recuperação de tubos de caldeira (do tipo espiralada, soldagem horizontal) deteriorados por corrosão e erosão, bem como para aumento da vida útil de tubos novos.	UFSC	**1.785.648,88**	25/04/2012	24/04/2015
18	PD-0403-0026/2011	Tecnologia para formação de bancos de germoplasma e produção de peixes nativos para estocagem (repovoamento) no Rio Iguaçu.	Tecnologias para formação de banco de germoplasma para viabilizar a produção artificial e repovoamento de peixes do Rio Iguaçu. Envolve captura de reprodutores, caracterização seminal, conservação/criopreservação de gametas e embriões, reprodução artificial, criação de jovens/adultos e estocagem.	UNIOESTE[13]	**1.829.800,00**	28/02/2012	27/02/2016
19**	PE-0403-0027/2012	Implantação de usina solar fotovoltaica (FV) de 3 MWp e avaliação do desempenho técnico e econômico da geração FV em diferentes condições climáticas na matriz elétrica brasileira.	Instalação de oito módulos de avaliação com sete tecnologias FV e estações solarimétricas em oito localidades com diferentes climas. Instalação de usina FV de 3 MWp com três tecnologias FV consolidadas. Avaliação técnica, ambiental, econômica, regulatória, tributária, legal, comercial além de capacitação de recursos humanos.	UFSC	**56.301.400,00**	16/07/2012	15/07/2015
20	PD-0403-0028/2012	Sistema de monitoração de temperatura em geradores elétricos de alta potência, empregando técnicas de sensoriamento óptico distribuído e quase-distribuído.	O projeto proposto consiste no emprego de técnicas de sensoriamento à fibra ótica para o desenvolvimento de sistema de monitoração de temperatura de geradores elétricos, para determinação de balanceamento térmico da eficiência do sistema de refrigeração e prevenção de falhas de isolação galvânica na superfície do estator.	UTFPR - PB[14]	**1.033.701,00**	29/10/2012	28/10/2015
				TOTAL	**109.262.171,46**		

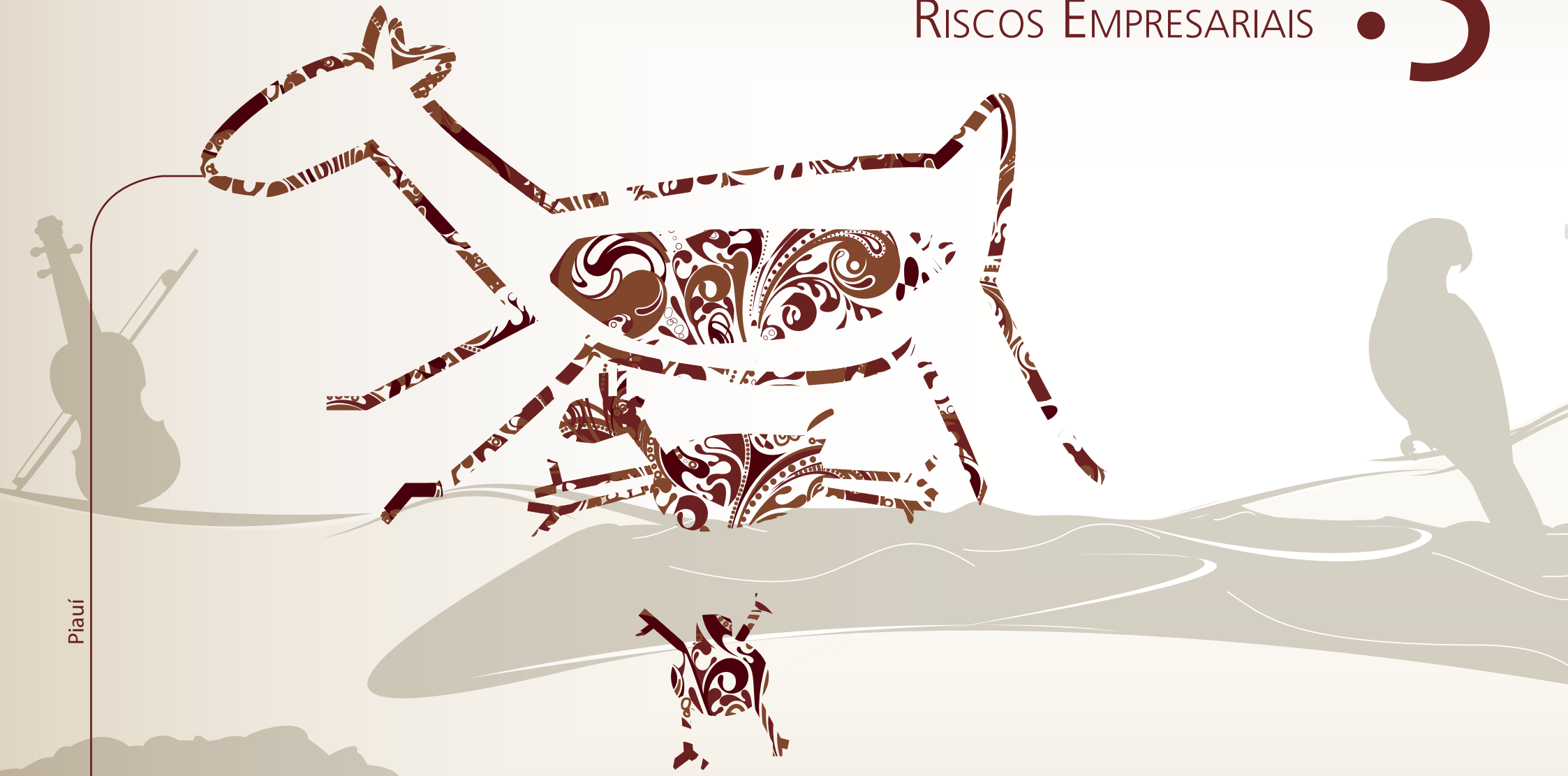
[12] Udesc: Universidade do Estado de Santa Catarina.
[13] Unioeste: Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
[14] UTFPR - PB: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Pato Branco.

** Projeto estratégico com 12 empresas cooperadas.

4.4. Imagem

A Tractebel Energia procura valorizar sua imagem corporativa por meio da forma como atua, que deve agregar à eficiência operacional a transparência e o diálogo, além do compartilhamento e da prática de seus valores. Canais de comunicação permanente com os *stakeholders*, pesquisas e consultas permitem identificar e avaliar as expectativas relacionadas às operações da Companhia, bem como a percepção de sua imagem pelo público. Em 2012, pesquisa realizada com os clientes da Tractebel Energia apresentou um resultado de 95% de aprovação, sendo que 70,8% dos entrevistados consideram a Companhia como a 1ª melhor empresa fornecedora de energia elétrica e 85,1% indicariam a Tractebel Energia como fornecedora para outra empresa.

Gestão de Riscos Empresariais • 5



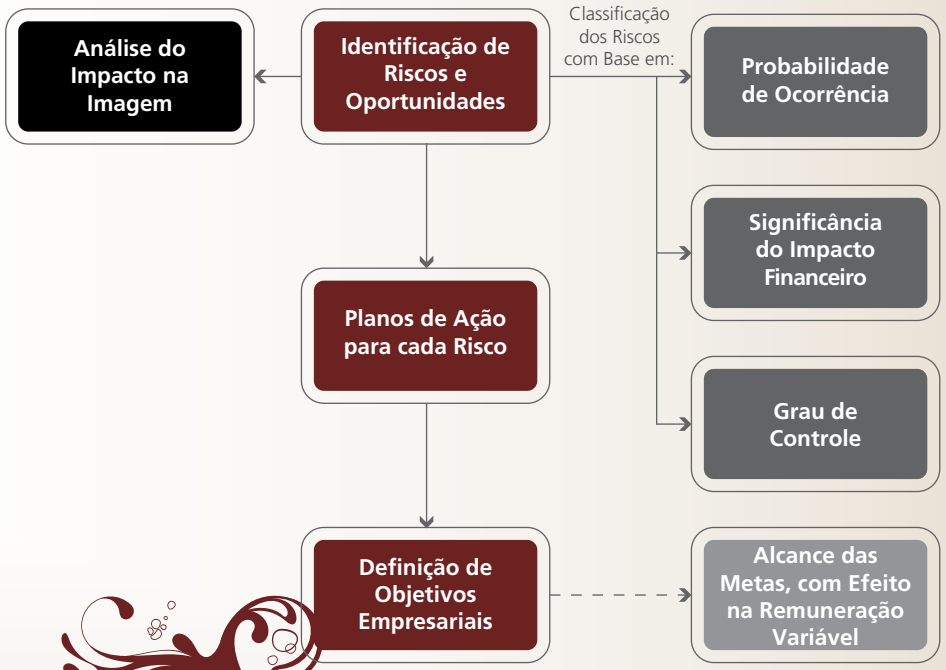
1.2 4.11 EU11 EU30

5. Gestão de Riscos Empresariais

Na Tractebel Energia, o processo de análise de riscos e oportunidades empresariais é sistemático e está disseminado por toda a Companhia. A análise de riscos é um exercício que envolve os empregados, gerentes e diretores, incluindo o Diretor-Presidente da Tractebel Energia, além do Comitê de Gerenciamento de Riscos. O resultado é registrado no documento Matriz de Riscos e Oportunidades Empresariais.

Assim, a análise de riscos é muito mais que uma demanda do acionista controlador ou do mercado, constituindo-se uma eficiente ferramenta de planejamento estratégico. Vários planos de ação que emergem do exercício de análise de riscos transformam-se em objetivos empresariais e são acompanhados ao longo do ano. Após a aprovação desses objetivos pela Diretoria, são definidas metas para os empregados de carreira gerencial, que terão sua remuneração variável atrelada ao grau de alcance dessas metas.

Análise de Riscos





A análise dos riscos empresariais compreende a identificação dos riscos e sua classificação quanto à probabilidade de ocorrência, significância em termos de impacto financeiro e de imagem e grau de controle. A partir dessa análise, são desenvolvidos planos de ação para cada risco e identificadas as eventuais oportunidades associadas.

Os riscos e oportunidades caracterizam-se por possíveis variações em relação ao Planejamento Financeiro de Médio Prazo (PMT) da Companhia. Variações negativas em relação ao PMT determinam os riscos, e as positivas, as oportunidades.

PRINCIPAIS RISCOS DO NEGÓCIO DA TRACTEBEL ENERGIA



- Risco de mercado: a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter um comportamento diferente do previsto, com impacto nos volumes e preços da energia.
- Risco regulatório: evolução adversa da regulação do setor elétrico.
- Risco tributário: evolução adversa da legislação tributária e da atuação dos órgãos arrecadadores.
- Risco de fatores econômicos: alteração nas variáveis econômicas como juros, câmbio, preço das *commodities,* crescimento econômico e inflação, com impacto nos negócios da Companhia.
- Risco de quebra de contrato: descumprimento de disposições constantes dos contratos de venda e compra de energia firmados pela Companhia, e das regras de comercialização na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- Risco socioambiental das usinas em operação: evolução adversa da regulação ambiental e da atuação de movimentos sociais organizados em relação às usinas em operação.
- Risco no desenvolvimento e implantação de novos projetos: ocorrência de eventos no desenvolvimento e na implantação de projetos que causem atraso no cronograma da obra ou custos adicionais na implantação ou na operação da usina.
- Risco de indisponibilidade de energia: indisponibilidade da garantia física das usinas próprias e da energia comprada.
- Risco de sinistro de grandes proporções: acidentes e desastres de grandes proporções por causas naturais e humanas, envolvendo a implantação de projetos, a operação das usinas e a administração da Companhia.
- Risco de recursos humanos: indisponibilidade de pessoal, em função da não contratação e treinamento em tempo hábil para atender a expansão da Companhia e reposição do quadro; aumento de custos por concorrência por recursos humanos em função do crescimento econômico; e acidentes de trabalho.
- Risco de tecnologia da informação: a indisponibilidade e a falta de segurança dos recursos de tecnologia da informação podem impactar negativamente as operações e a imagem da Companhia.

Gestão Econômica . 6

São Paulo



6. Gestão Econômica

EU2 EU6

6.1. Cenário Macroeconômico e Setorial

6.1.1. Economia Brasileira

Em 2012, a economia brasileira passou por um cenário de desaceleração do crescimento, reflexo da economia global ainda impactada pela crise financeira da Zona do Euro e de medidas executadas pelo Governo Federal para ajuste da estratégia de crescimento econômico do País.

Entre essas medidas, estão a mudança na política cambial, visando à desvalorização do real em relação ao dólar para incentivar as exportações, e o corte nas taxas de juros para estimular os investimentos produtivos. Apesar da valorização de 9,43% do dólar, que encerrou o ano cotado em R$ 2,0447, as exportações não tiveram o aumento esperado.

A combinação da desvalorização do real e o aumento do preço das *commodities* gerou um processo inflacionário que acarretou queda do poder aquisitivo e, consequentemente, redução do ritmo de consumo, enfraquecendo a expansão da indústria.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do ano chegou a 5,8%, queda de 0,7 pontos percentuais (p.p.) em relação ao ano anterior e 1,3 p.p. acima da meta definida pelo Governo, de 4,5% - com margem de 2 p.p. para mais ou para menos. Esse índice, acima do esperado também por analistas, deve-se principalmente à quebra da safra agrícola no Hemisfério Norte, o que elevou os preços de grãos e derivados. Seu aumento também teve relação com a taxa Selic, que encerrou o ano em 7,25% – queda de 3,75 p.p. em relação a 2011 após dez cortes consecutivos pelo Comitê de Política Monetária (Copom), com o objetivo de impulsionar a atividade econômica no País.

Nesse cenário, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 0,9%, continuando a curva de desaceleração em relação aos 2,9% de 2011 e de 7,5% de 2010.

6.1.2. Setor Elétrico Brasileiro

6.1.2.1. CAPACIDADE DE GERAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2012, 2.809 usinas de geração de energia elétrica estavam em operação no Brasil, com uma capacidade instalada total de 121.104 GW, superior em 3.970 MW, ou 3,4%, à de 117.134 registrada em dezembro de 2011[1].

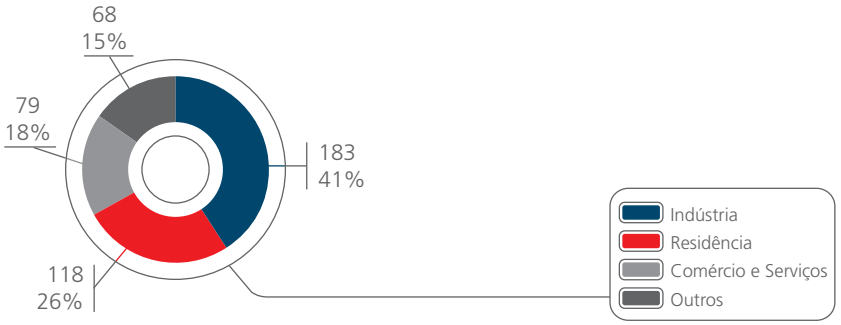
6.1.2.2. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil em 2012 foi de 448 mil GWh, superando em 3,5% o de 2011.

[1] Fonte: Aneel, Resumo Geral das Usinas.

Consumo de Energia Elétrica em 2012 por Segmento

(Milhares de GWh e %)



O aumento do consumo nas categorias residencial e comercial foi o principal responsável pelo crescimento acima do ritmo do PIB. Na categoria comercial, o consumo evoluiu 7,9%, passando a representar 17,7% do total consumido, com 79 mil GWh. O segmento residencial, por sua vez, alcançou 118 mil GWh, alta de 5,0% em comparação com o ano anterior.

A indústria apresentou leve redução de 0,05% no consumo, que totalizou 183 mil GWh em 2012, enquanto a produção foi reduzida em 2,6% no período, segundo dados do IBGE.

O restante do consumo, distribuído na segmentação "outros", que envolve principalmente os setores rural e público, apresentou aumento de 6,2% no consumo, somando 68 mil GWh.

6.1.2.3. LEILÕES DE ENERGIA

a) Leilões de Ajuste

Em 2012 foram realizados três leilões de ajuste:

» Em 29 de março de 2012, o 12° Leilão de Ajuste, no qual foram comercializados 13,5 MW médios para suprimento no Submercado Sul entre 1° de junho e 31 de dezembro de 2012, a um preço médio de R$ 142,46/MWh.

» Em 14 de junho de 2012, o 13º Leilão de Ajuste, no qual foram comercializados 103,5 MW médios distribuídos em quatro produtos: período de suprimento de seis meses para o Submercado Nordeste, a um preço médio de R$ 120,74/MWh; período de suprimento de seis meses para o Submercado Sudeste/Centro-Oeste, a um preço médio de R$ 114,51/MWh; período de suprimento de três meses para o Submercado Nordeste, a um preço médio de R$ 128,04/MWh; e período de suprimento de três meses para o Submercado Sudeste/Centro-Oeste, a um preço médio de R$ 116,00/MWh.

» Em 27 de setembro de 2012, o 14º Leilão de Ajuste, no qual foram comercializados dois produtos: período de suprimento de três meses para o Submercado Nordeste, com 17,5 MW médios comercializados a R$ 139,13/MWh; e período de suprimento de três meses para o Submercado Sudeste/Centro-Oeste, com 46,5 MW médios comercializados a R$ 130,73/MWh.

b) Leilão de Energia Nova

O 15º Leilão de Energia Nova (Leilão A-5 de 2012) foi realizado em 14 de dezembro de 2012, promovendo a licitação de empreendimentos novos de geração com entrega de energia para 2017. Foram comercializados 150,6 MW médios com fonte hidrelétrica, em contratos por quantidade, a um preço médio de R$ 93,46/MWh. Também foram comercializados 151,6 MW médios com fonte eólica em contratos por disponibilidade, a um preço médio de R$ 87,94/MWh.

6.1.2.4. EXPANSÃO

Segundo o Plano Decenal 2012-2021 elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a capacidade instalada a ser adicionada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) no período totaliza 65.910 MW (ou 65,91 GW), sendo 54,0% provenientes de hidrelétricas – incluindo Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) –, 22,0% de termelétricas (incluindo usinas a biomassa), 22,0% de eólicas e 2,0% de fonte nuclear. Dessa capacidade prevista, cerca de 40 GW são de obras já contratadas -

principalmente de usinas hidrelétricas, com um total de 21GW, e cerca de 25 GW de novas usinas, principalmente de fontes alternativas, totalizando 13 GW.

6.1.2.5. SUSTENTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO

A composição e a expansão da matriz energética brasileira, nos seus aspectos tecnológicos, territoriais e socioambientais, principalmente em relação à hidreletricidade, fizeram parte de uma abordagem multi-institucional, especialmente preparada para o 6° Fórum Mundial da Água - realizado em março de 2012, em Marselha, França -, com o título de "Contribuições do Brasil para o Processo Regional das Américas". Em seu capítulo "Harmonizar água e energia", apresentando ampla e detalhada gama de informações acerca das fontes energéticas disponíveis no País, o documento registra que a fonte hidráulica, por ser renovável e abundante, continua sendo a melhor opção para atender às necessidades de crescimento do Brasil. Também é feita a constatação de que é a Região Amazônica que atualmente apresenta tanto o potencial capaz de atender à maior proporção dessas necessidades quanto o duplo desafio de conservar sua rica biodiversidade e superar seus problemas sociais. Como alguns dos principais meios para as perspectivas de sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos, o documento destaca o arcabouço legal existente no País, a inovação tecnológica e a construção do diálogo com a sociedade.

Outro evento de grande importância no ano de 2012 foi a proposição, pelo Governo Federal, da redução de impostos nas tarifas de energia elétrica atrelada à antecipação da renovação de concessões de usinas hidrelétricas previstas para vencer entre 2015 e 2017, por meio da edição da Medida Provisória 579 em 11 de setembro. Diversos setores da sociedade se manifestaram a esse respeito – por exemplo, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que, em Nota Técnica de 23 de outubro, fez constar que "Os efeitos sobre as empresas públicas[2] devem ser avaliados pelo governo, tendo em vista que estas se constituíram em grandes investidoras no setor nos últimos anos. A redução da tarifa não pode incorrer no erro de inviabilizar as empresas, sob pena de comprometer a própria expansão do setor, fazendo com que as tarifas sejam mais caras no futuro."

Os temas da oferta de energia e seu preço são permanentes. Em livro organizado por Carlos Alberto da Silva, consta um discurso, datado de 20 de dezembro de 1945, do engenheiro Vidal Dias, como paraninfo da formatura da segunda turma de engenheiros do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá[3]. O livro se chama "Vidal Dias, uma vida, muitas histórias", e o trecho do discurso mencionado que aborda os dois temas é a seguir transcrito:

"Preciso, todavia, é que se não perca de vista que a velha tecla da energia barata nada significa; por isso que não é o preço da energia que entrava o progresso industrial entre nós, mas sim a falta de energia. Não é, pois, de energia barata que necessitamos, mas de energia abundante, naturalmente a preço razoável."

A Mensagem da Administração deste Relatório de Sustentabilidade de 2012 é mais uma oportunidade em que a Tractebel Energia reafirma o firme propósito de continuar a expansão do parque gerador da Companhia, principalmente por meio de fontes renováveis, como a hidráulica, a eólica, a biomassa e a solar. Ao mesmo tempo, propõe como desafio para o setor elétrico em 2013 o restabelecimento de um ambiente regulatório capaz de garantir a continuidade do suprimento de energia elétrica compatível com as necessidades do País.

[2] Da Medida Provisória 579.

[3] Atual Universidade Federal de Itajubá (Unifei).



6.2. Desempenho Operacional e Econômico-Financeiro

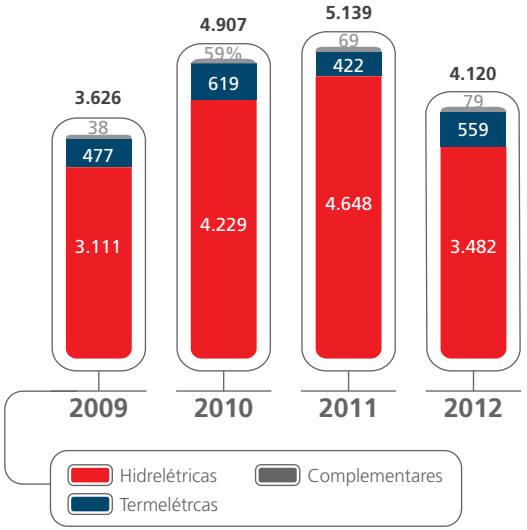
6.2.1. Desempenho Operacional

6.2.1.1. DISPONIBILIDADE

Descontadas as paradas programadas, a disponibilidade das **usinas operadas pela Tractebel Energia** em 2012 foi de 96,9%, sendo 98,3% das usinas hidrelétricas, 89,0% das usinas termelétricas e 93,8% das usinas complementares (PCHs, eólicas e térmicas a biomassa). Consideradas todas as paradas, a disponibilidade geral no ano foi de 90,9%, sendo 94,1% das usinas hidrelétricas, 72,7% das termelétricas e 87,2% das complementares.

Geração de Energia Elétrica das Usinas Operadas pela Tractebel Energia

(MW médios)



6.2.1.2. PRODUÇÃO E BALANÇO DE ENERGIA

Produção

No período de 12 meses, a produção total de energia elétrica nas usinas operadas pela Tractebel Energia alcançou 36.193 GWh (4.120 MW médios), sendo 30.584 GWh (3.482 MW médios) provenientes das usinas hidrelétricas, 4.916 GWh (559 MW médios) das termelétricas e 693 GWh (79 MW médios) das usinas complementares. Em comparação a 2011, houve um decréscimo de geração total de 19,6%.

Essa redução em relação ao ano anterior está associada às condições hidrológicas adversas na Região Sul do País e à parada da Unidade C do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, no primeiro semestre de 2012, para modernização e reforma. As condições de hidrologia, principalmente na bacia do Rio Uruguai, foram responsáveis por uma redução de 24,9% na geração nas usinas hidrelétricas em relação a 2011. Em contrapartida, houve um aumento de 32,8% na geração das termelétricas, e um aumento de 14,7% nas complementares, em relação ao ano anterior, com destaque para a geração das usinas eólicas, que registraram a sua maior geração anual histórica: 19,3 MW médios, 46,6% acima da obtida em 2011, correspondente a um fator de capacidade de 44,3%.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução desse tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Isso se deve à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre seus participantes.

Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

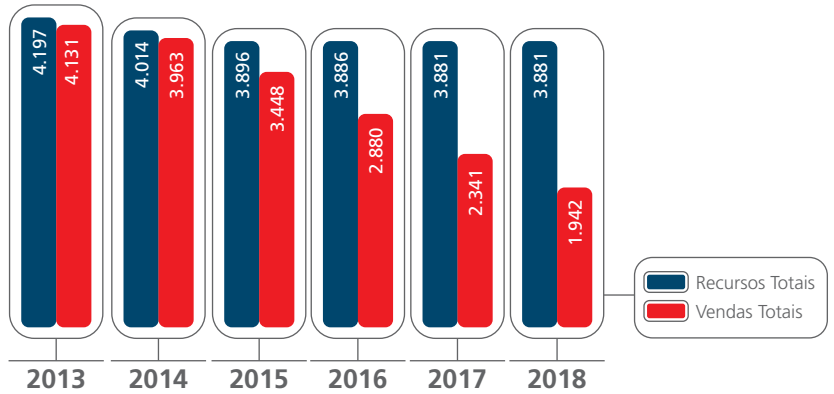


Balanço de Energia

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31.12.2012, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, praticamente contratada por completo até 2014.

Balanço de Energia

(MW médios)



A Companhia comercializa sua energia, substancialmente, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) – venda para distribuidoras em leilões públicos e comercialização feita através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) –, e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) – venda direta para geradoras, comercializadoras e consumidores livres.

6.2.2. Desempenho Econômico-Financeiro

6.2.2.1. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

No ano em análise, houve uma ampliação de 13,5% da receita líquida de vendas, o equivalente a R$ 585,5 milhões, passando de R$ 4.327,0 milhões em 2011 para R$ 4.912,5 milhões em 2012. Essa elevação decorreu, essencialmente, da seguinte combinação:

» R$ 300,4 milhões – aumento do preço médio líquido de venda;

» R$ 212,7 milhões – elevação da quantidade de energia vendida;

» R$ 210,3 milhões – acréscimo da receita das transações realizadas no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);

» R$ 7,2 milhões – crescimento das vendas de crédito de carbono e de cinzas; e

» R$ 145,1 milhões – redução da exportação de energia.

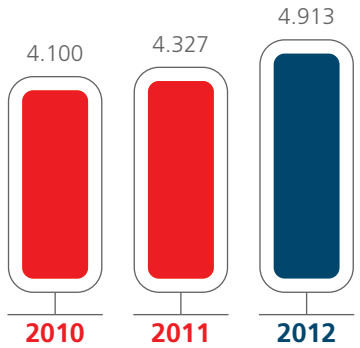
A entrada em operação comercial ao longo de 2012 de unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito) agregou receita adicional de R$ 191,5 milhões no ano, valor já considerado na segmentação mencionada no parágrafo anterior.

» **Preço Médio Líquido de Venda**

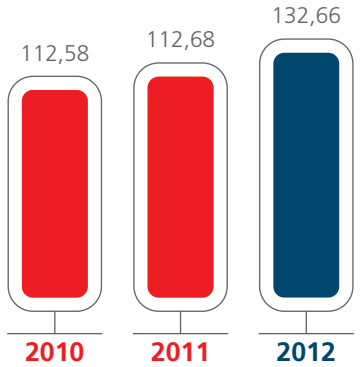
Em 2012, o preço médio líquido de venda de energia foi de R$ 132,66/MWh, ou 8,1% superior ao praticado no ano de 2011, que foi de R$ 122,68/MWh.

A elevação do preço médio foi resultante da atualização monetária dos contratos existentes, bem como da elevação dos preços praticados em novos contratos, especialmente os de venda para comercializadoras.

Receita Líquida de Vendas
(R$ milhões)



Preço Médio Líquido de Venda [1]
(R$/MWh)



[1] Líquido de exportações e impostos sobre a venda

» **Volume de Vendas**

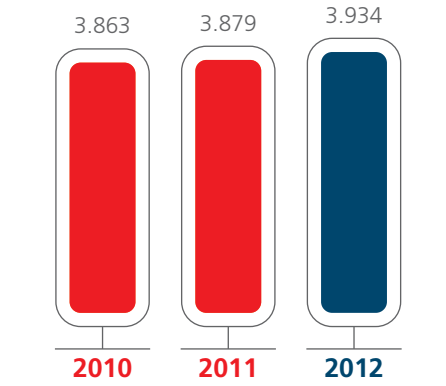
No acumulado de 2012, a quantidade de energia vendida foi de 34.559 GWh (3.934 MW médios), 575 GWh (55 MW médios), ou 1,7%, acima dos 33.984 GWh (3.879 MW médios) registrados em 2011. Desconsiderando-se a exportação de energia, que caiu de 824 GWh (94 MW médios) em 2011 para 26 GWh (3 MW médios) em 2012, o volume de venda de energia aumentou em 1.373 GWh (156 MW médios), ou 4,1%, entre os anos analisados. Dessa variação, 1.299 GWh (147 MW médios) resultaram da entrada em operação comercial das unidades da UHE Estreito.

O aumento da quantidade de energia vendida, sem considerar a exportação, foi reflexo do que segue:

» Ampliação de 1.653 GWh (188 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras;

» Evolução de 984 GWh (112 MW médios) na energia vendida para consumidores livres; e

» Decréscimo de 1.264 GWh (144 MW médios) nas vendas para comercializadoras.



A Companhia, ao longo de 2011 e 2012, em atendimento à solicitação de determinados consumidores livres, transferiu alguns contratos anteriormente firmados com os mesmos para empresas comercializadoras pertencentes ao mesmo grupo empresarial do cliente. Ademais, a Companhia firmou novos contratos com comercializadoras que também repassam a energia adquirida exclusivamente para unidades industriais do mesmo grupo. Essas ações têm sido motivadas pela iniciativa de clientes de aprimorar a gestão de suas compras e alocações de energia no conjunto de suas unidades industriais.

Entretanto, na busca de uma análise mais realista sobre a evolução de vendas para consumidores livres, a Companhia, a partir de 2012, passou a apresentar as vendas para comercializadoras que destinam a energia comprada para as suas unidades produtoras como vendas para consumidores livres, e não mais como para comercializadoras. Assim, o montante reclassificado no ano de 2011 foi 678 GWh (77 MW médios), equivalente a R$ 82,5 milhões.

6.2.3. Comentários sobre as Variações da Receita Líquida de Vendas, por Natureza de Conta

6.2.3.1. SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

No período de 12 meses de 2012, a receita de suprimento de energia elétrica atingiu R$ 3.182,8 milhões, acréscimo de R$ 324,2 milhões, ou 11,3%, em relação à receita auferida em 2011, que foi de R$ 2.858,6 milhões. Essa ampliação é explicada pelas seguintes variações:

» R$ 168,1 milhões - crescimento de 6,5% no preço médio líquido de venda para distribuidoras;

» R$ 56,8 milhões - ampliação do preço da energia vendida para comercializadoras em 17,0%;

» R$ 230,7 milhões - incremento de 1.653 GWh (188 MW médios), ou 9,1%, no volume vendido para distribuidoras; e

» R$ 131,4 milhões - redução de 1.264 GWh (144 MW médios) nas vendas para comercializadoras.

O aumento das vendas para distribuidoras deve-se, substancialmente, ao início do fornecimento da energia da UHE Estreito no ambiente regulado de comercialização de energia para distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2012. No ano em análise, houve ainda uma redução no volume comercializado por meio de contratos bilaterais assinados anteriormente aos leilões de energia no ambiente regulado.

Durante o ano de 2011, a energia gerada pela UHE Estreito foi vendida, substancialmente, para consumidores livres.

6.2.3.2. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Nos 12 meses de 2012, a receita de fornecimento de energia alcançou R$ 1.398,4 milhões, 15,6% além dos R$ 1.209,4 milhões auferidos no mesmo período de 2011. Essa ampliação está relacionada ao que segue:

» R$ 113,4 milhões – acréscimo de 984 GWh (112 MW médios) na quantidade de venda de energia; e

» R$ 75,6 milhões – crescimento de 6,0% no preço médio líquido da energia vendida.

6.2.3.3. TRANSAÇÕES NO ÂMBITO DA CCEE

No ano em análise, houve uma ampliação de R$ 210,3 milhões na receita auferida na CCEE, passando de R$ 88,0 milhões em 2011 para R$ 298,3 milhões em 2012. Mais explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas no item "Detalhamento das Operações na CCEE".

6.2.3.4. EXPORTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No acumulado de 2012, a receita líquida de exportação de energia foi de R$ 8,0 milhões, redução de R$ 145,1 milhões em relação aos R$ 153,1 milhões registrados no ano de 2011. A queda verificada decorreu tanto pela menor demanda, principalmente por parte da Argentina, quanto pelo fato de as unidades termelétricas da Companhia estarem operando por ordem de mérito, em atendimento às necessidades energéticas do Sistema Interligado Nacional (SIN).



6.2.3.5. CUSTOS DA VENDA DE ENERGIA E SERVIÇOS

Em 2012, os custos da venda de energia e serviços alcançaram R$ 2.130,9 milhões, 14,5%, ou R$ 270,3 milhões, superiores aos R$ 1.860,6 milhões registrados no ano de 2011. Essas variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda: incremento de R$ 191,6 milhões, correspondentes a 1.341 GWh (153 MW médios) no ano de 2012 em relação a 2011, motivado pelo plano da Companhia de comprar energia de curto e médio prazos para a criação de novos produtos para fornecimento no período de três, quatro e cinco anos e, em menor proporção, pelo reajuste anual de preços dos contratos já existentes.

b) Transações no âmbito da CCEE: entre os exercícios de 2012 e 2011, o aumento verificado foi de R$ 31,5 milhões. Mais detalhes estão descritos em item específico "Detalhamento das Operações na CCEE".

c) Combustíveis para produção de energia elétrica: na comparação entre os anos em análise, esses custos apresentaram um declínio de R$ 69,1 milhões, refletindo a combinação dos seguintes fatores:

» Queda de R$ 84,2 milhões no consumo de carvão mineral próprio em razão da redução da exportação de energia; e

» Elevação de R$ 15,1 milhões no consumo de biomassa, gás natural e óleo diesel devido ao aumento da geração nas usinas termelétricas.

d) Encargos de uso de rede elétrica e conexão: incremento de R$ 42,8 milhões entre os anos de 2012 e de 2011, refletindo, principalmente, os efeitos do reajuste anual da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e da entrada em operação comercial de três novas unidades geradoras da UHE Estreito.

e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): redução de R$ 47,4 milhões entre os anos comparados, resultado da combinação do seguinte:

» Menor geração hidrelétrica em virtude da estiagem que atingiu o País;

» Reajuste tarifário anual; e

» Início da operação de novas unidades da UHE Estreito.

f) Pessoal: aumento de R$ 18,7 milhões entre os anos analisados, decorrente, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados e de provisões adicionais relativas a novas adesões ao Programa de Demissão Voluntária (PDV).

g) Materiais e serviços de terceiros: elevação de R$ 19,9 milhões entre os anos de 2011 e 2012, em função, basicamente, da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia e, em menor proporção, por serviços de consultorias ambientais e de engenharia. Ao final de 2012, a Companhia incorreu em custos extraordinários de manutenção das unidades termelétricas, em especial no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e na Usina Termelétrica Alegrete, a qual foi demandada a gerar para atendimento às necessidades do Sistema Interligado Nacional, em razão da redução de oferta da geração hidrelétrica no sistema elétrico brasileiro.

h) Depreciação e amortização: ampliação de R$ 63,4 milhões entre os anos em análise, em razão, especialmente, da entrada em operação de novas unidades geradoras da UHE Estreito.

i) Outros custos: aumento de R$ 18,9 milhões entre os anos verificados, em função do ajuste extraordinário dos tributos sobre compra de energia realizada no primeiro trimestre de 2012.

6.2.3.6. DETALHAMENTO DAS OPERAÇÕES NA CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a apresentação deste tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados, ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo:

» Da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE);

» Do chamado "risco de submercado";

» Do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR);

» Da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e

» Naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

No acumulado de 2012, o resultado líquido na CCEE foi positivo em R$ 244,8 milhões, crescimento de R$ 178,8 milhões em relação ao também resultado positivo de R$ 66,0 milhões obtidos no mesmo período de 2011. Essa elevação do resultado decorreu, em especial, da conjunção do que segue:

» Incremento da posição vendedora na CCEE;

» Aumento da receita resultante da energia secundária, compensada quase que integralmente pelos custos decorrentes da redução da geração hidrelétrica nos últimos meses do ano, conforme anteriormente mencionado;

» Ampliação do resultado negativo decorrente da exposição termelétrica, ainda que o volume de exposição em 2012 tenha sido inferior ao ano anterior; e

» Queda do resultado positivo no MRE.

Cabe considerar que os expressivos aumentos do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passaram de R$ 29,55/MWh em 2011 para R$ 166,77/MWh em 2012, contribuíram significativamente para os efeitos positivos nos resultados decorrentes do aumento da posição vendedora na CCEE e da energia secundária, bem como para os impactos negativos advindos do crescimento do valor da exposição termelétrica e dos custos resultantes da redução da geração hidrelétrica.

6.3. Despesas Gerais e Administrativas

No acumulado de 2012, as despesas gerais e administrativas foram de R$ 170,0 milhões, portanto, superiores em R$ 12,9 milhões aos R$ 157,1 milhões em 2011. Excluindo-se a doação extraordinária realizada pela Companhia no montante de R$ 5,3 milhões em 2012, essas despesas cresceram R$ 7,6 milhões entre os exercícios comparados, resultado, principalmente, das seguintes variações:

» Incremento de R$ 9,1 milhões de gastos com pessoal devido ao reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados e de provisões adicionais relativas a novas adesões ao PDV;

» Aumento de R$ 3,9 milhões nos gastos e provisões relativas a serviços de consultorias e advogados;

» Redução de R$ 3,3 milhões na depreciação e amortização causada pelo término da vida útil de determinados ativos; e

» Redução de R$ 1,4 milhão nas despesas com aluguéis.

6.3.1. Constituições e Reversões de Provisões Operacionais, Líquidas

A Companhia, no ano de 2012, registrou despesa líquida decorrente de provisões operacionais de R$ 29,0 milhões, ao passo que no ano anterior reconheceu receita líquida relativa à reversão de provisões de R$ 97,0 milhões, acarretando, portanto, impacto negativo no resultado entre os anos analisados de R$ 126,0 milhões. As principais provisões registradas em 2012 correspondem, principalmente, a:

» Contingências de naturezas cíveis e tributárias no valor de R$ 12,6 milhões; e

» Provisão para perda não recorrente resultante de efeitos de incorporação de ativo, a ser realizada pela Companhia, no valor de R$ 15,7 milhões.

As reversões mais relevantes reconhecidas em 2011 foram:

» De passivo atuarial, não recorrente, registrado no montante adicional de R$ 76,9 milhões; e

» De contingências de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias, no valor liquido de R$ 13,1 milhões.

6.3.2. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

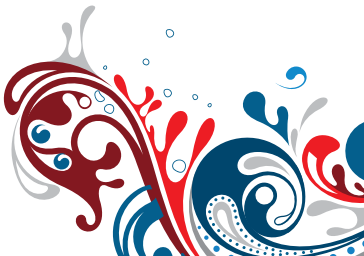
No ano de 2012, foi reconhecida uma despesa líquida de R$ 16,7 milhões, referente, substancialmente, à perda na baixa de ativos fixos e a penalidades assumidas com fornecedores, enquanto em 2011 foi registrada receita líquida de R$ 19,1 milhões, decorrente da combinação do seguinte:

» Ganho não recorrente na alienação de investimento no montante de R$ 15,4 milhões;

» Ganho extraordinário em ação judicial referente a PIS e Cofins de R$ 8,8 milhões; e

» Perda na baixa de ativo imobilizado no valor de R$ 5,1 milhões.

Os citados impactos derivaram um efeito negativo de R$ 35,8 milhões no resultado entre os anos comparados.



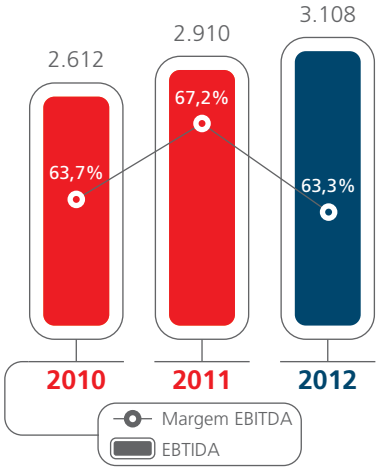
6.4. EBITDA e Margem EBITDA

No ano de 2012, o EBITDA atingiu R$ 3.108,4 milhões, 6,8% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 2.909,7 milhões, enquanto a margem EBITDA sofreu redução de 3,9 p.p. – 63,3% em 2012 e 67,2% em 2011.

Excluindo-se os efeitos anuais não recorrentes – total de R$ 101,1 milhões em 2011, sendo R$ 76,9 milhões referentes à reversão de provisão, R$ 8,8 milhões oriundos de ganho em ação judicial e R$ 15,4 milhões relativos à alienação de investimento; e R$ 15,7 milhões em 2012 decorrentes de provisão –, o EBITDA cresceu 11,2%. Por outro lado, a margem EBTIDA sofreu redução entre os anos de 2011 e 2012, de 64,9% para 63,6%. A queda na margem EBITDA decorreu, principalmente, da combinação entre a elevação da compra de energia para revenda e o aumento do resultado positivo das operações praticadas no âmbito da CCEE, que parcialmente compensou a elevação da compra.

EBITDA [1] e Margem EBITDA

(R$ milhões e %)



[1] EBITDA representa: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA, apresentamos a tabela a seguir:

Conciliação do Lucro Líquido com o EBITDA

(R$ mil)

	2010	2011	2012	Variação 2012/2011
Lucro Líquido	1.211.649	1.448.106	1.499.923	3,6%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	509.661	586.682	600.077	2,3%
(+) Despesas Financeiras, Líquidas	428.842	373.810	447.238	19,6%
(+) Depreciação e Amortização	461.325	501.099	561.174	12,0%
EBITDA	2.611.477	2.909.697	3.108.412	6,8%

6.5. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no comparativo entre os anos, as receitas financeiras caíram R$ 45,5 milhões, passando de R$ 133,7 milhões em 2011 para R$ 88,2 milhões em 2012. Essa variação é explicada, substancialmente, pelas seguintes reduções:

» R$ 28,0 milhões na receita de aplicação financeira;

» R$ 7,1 milhões nos juros sobre créditos tributários;

» R$ 2,5 milhões nos juros sobre contas de energia;

» R$ 2,8 milhões decorrentes, essencialmente, de recuperação de valores de aplicações financeiras de instituição liquidada pelo Banco Central; e

» R$ 5,1 milhões em outras receitas financeiras.

Despesas financeiras: as despesas financeiras cresceram de R$ 507,5 milhões em 2011 para R$ 535,4 milhões em 2012, ou seja, R$ 27,9 milhões, resultante dos seguintes aumentos:

» R$ 14,8 milhões nos juros;

» R$ 3,5 milhões na variação cambial; e

» R$ 9,6 milhões na variação monetária.

6.6. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No acumulado do ano, as despesas com IR e CSLL passaram de R$ 586,7 milhões, em 2011, para R$ 600,1 milhões em 2012, crescimento de R$ 13,4 milhões. Essa evolução é resultado, sobretudo, do aumento do lucro antes dos impostos e do crédito dos juros sobre o capital próprio. As alíquotas efetivas dos tributos sobre o lucro nos anos de 2011 e 2012 ficaram em 28,8% e 28,6%, respectivamente.

6.7. Lucro Líquido

No exercício de 2012, o lucro líquido alcançou R$ 1.499,9 milhões, valor 3,6%, ou R$ 51,8 milhões, superior ao alcançado no ano de 2011, que foi de R$ 1.448,1 milhões. Desconsiderando-se os efeitos não recorrentes – a provisão de R$ 10,3 milhões em 2012 e a reversão da provisão e os ganhos em ação judicial e na alienação de investimento, no montante total de R$ 66,8 milhões, em 2011 –, o lucro líquido apresentou um aumento de R$ 128,9 milhões, ou 9,3% em relação ao ano anterior.

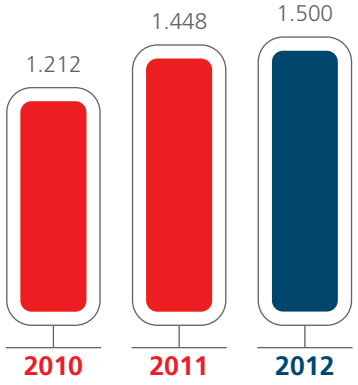
Esse crescimento foi resultante, sobretudo, da combinação dos seguintes fatores já descritos ao longo deste relatório:

- Aumento do preço médio líquido de venda e da quantidade de energia vendida;
- Elevação do resultado em decorrência do início da operação comercial de três novas unidades geradoras da UHE Estreito;
- Crescimento dos custos com a compra de energia para revenda;
- Crescimento das provisões para contingências;
- Redução das receitas financeiras; e
- Redução da exportação de energia verificada em 2012.

Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia propôs a seus acionistas a distribuição de R$ 1.546,4 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a R$ 2,3690660666 por ação ou 100% do lucro líquido distribuível ajustado.

Lucro Líquido

(R$ milhões)



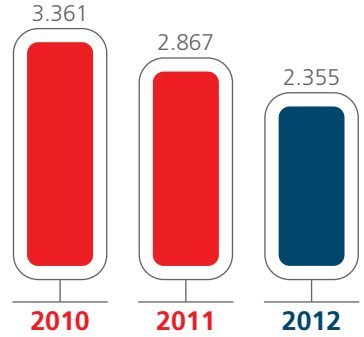
6.8. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R$ 2.354,6 milhões, 17,9% inferior aos R$ 2.867,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, financiamentos e debêntures, totalizava R$ 3.534,5 milhões, uma queda de 3,1% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2011. Do total da dívida no final do período, 6,1% eram em moeda estrangeira (5,8% ao final de 2011), parcela que não estava sujeita a instrumentos de *hedge* em função do seu longo perfil de amortização.

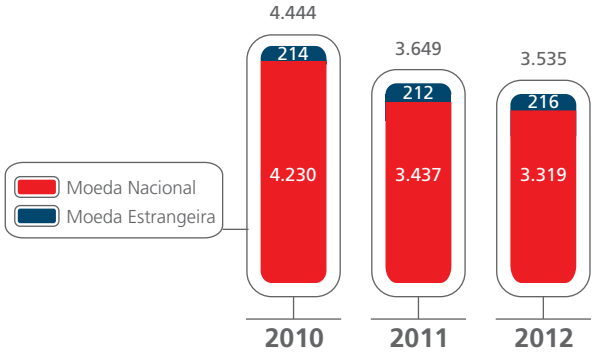
Evolução da Dívida Líquida

(R$ milhões)



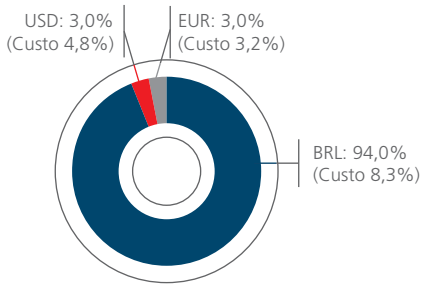
Composição da Dívida Bruta

(R$ milhões)



Custo da Dívida

(R$ milhões)



A redução do endividamento da Companhia está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores ocorridos em 2012:

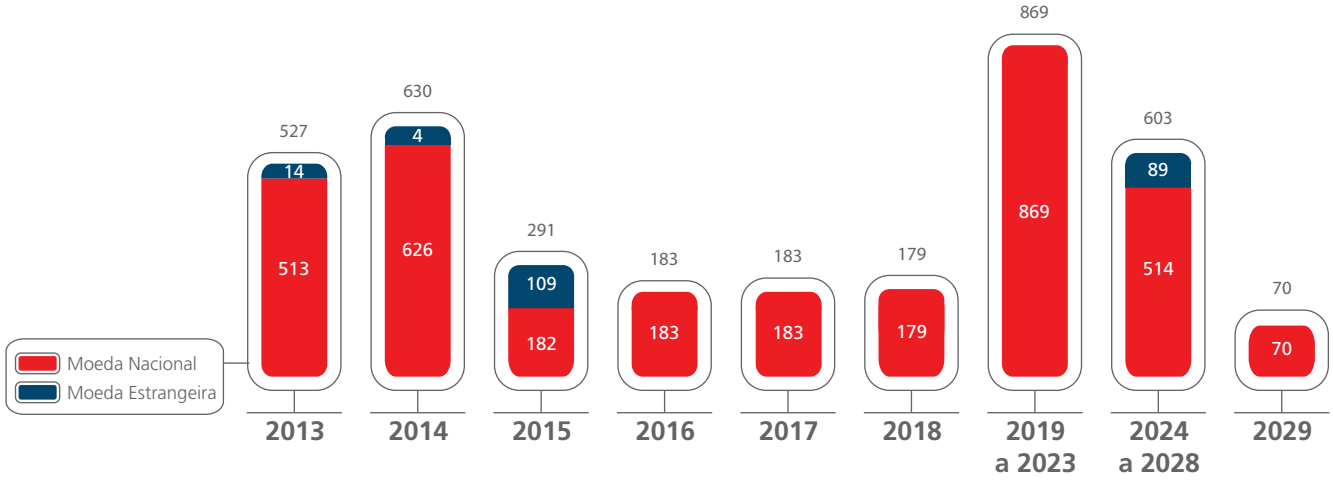
» Saques junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 244,3 milhões, para suportar os investimentos na UHE Estreito;

» A geração de R$ 308,9 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária e cambial; e

» Amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R$ 667,8 milhões.

Cronograma de Vencimento da Dívida

(R$ milhões)



6.9. Custo de capital

A formação usual do capital investido pela Tractebel Energia na expansão do seu negócio é de cerca de um terço de capital próprio - para isso, a Companhia, quando necessário, retém parte do lucro gerado – e dois terços de capital de terceiros. Na parcela que possui como fonte o capital de terceiros, a Companhia tem obtido financiamentos por meio de linhas de crédito setoriais, preferencialmente do BNDES, com taxas inferiores às de mercado. A maior parte desses recursos está vinculada à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) - 76,0% do total do endividamento em moeda nacional em 31 de dezembro de 2012. O restante dos recursos é proveniente de outros empréstimos com taxas variáveis no mercado. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o custo total da dívida da Companhia com terceiros foi de cerca de 8%, considerando moeda nacional (custo de 8,3%) e moedas externas (custo de 4,0%).

O custo do capital próprio é, presumidamente, maior que o custo do capital de terceiros e, no caso da Companhia, leva em conta a Taxa Livre de Risco, a Taxa de Risco Brasil e o Prêmio de Risco de Mercado, além do Beta desalavancado, que varia de acordo com o mercado, a série histórica e a liquidez da ação na Bolsa de Valores. Considerando a exigência de uma taxa de retorno adequada, a Companhia busca remunerar satisfatoriamente os investimentos feitos com capital próprio.

6.10. Investimentos

6.10.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

Para fazer frente a seu plano de crescimento, a Tractebel Energia realizou em 2012 investimentos de R$ 272,6 milhões, dos quais R$ 160,1 milhões foram aplicados nas obras da Usina Hidrelétrica Estreito e R$ 112,5 milhões nas centrais eólicas Trairi, Guajiru, Mundaú, Fleixeiras e Porto do Delta, em construção na Região Nordeste.

Adicionalmente, para manter o alto grau de disponibilidade das usinas, R$ 81,0 milhões foram destinados a seus projetos de manutenção e revitalização.

Dessa forma, em 2012 os investimentos totalizaram R$ 353,6 milhões.



6.11. Mercado de Capitais

Desde sua adesão ao Novo Mercado da BM&FBovespa, a Tractebel Energia passou a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), os quais reúnem as companhias que oferecem ao acionista minoritário uma proteção maior no caso de alienação do controle. Suas ações integram, ainda, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, que reúne empresas com reconhecido comprometimento em relação à responsabilidade corporativa, além do Índice de Energia Elétrica (IEE), constituído pelas empresas abertas do setor elétrico que apresentam maior valor de mercado.

As ações ordinárias da Tractebel Energia são negociadas na BM&FBovespa sob código TBLE3. Além disso, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano Over-The-Counter (OTC) sob código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

6.11.1. Desempenho das Ações

Em 2012, formou-se um cenário de turbulências no setor de energia elétrica, após a edição da Medida Provisória (MP) 579 pelo Governo Federal. Essa MP teve como objetivos reduzir as tarifas de energia elétrica e antecipar a renovação de concessões de usinas que venceriam entre 2015 e 2017. Nesse cenário, o IEE recuou 11,7%, enquanto o Ibovespa cresceu 7,4% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2011.

Já as ações da Companhia apresentaram valorização de 18,9% no mesmo período, apesar da desvalorização observada logo após a edição da MP 579. Após intensa campanha de comunicação conduzida pela Tractebel Energia, com o objetivo de esclarecer que as concessões de suas usinas só começarão a vencer em 2028, não fazendo parte, portanto, das contempladas pela referida MP, observou-se reversão dessa desvalorização.

As ações da Companhia fecharam 2012 cotadas a R$ 33,35, conferindo um valor de mercado à Tractebel Energia de cerca de R$ 21,8 bilhões.

TBLE3 x IBovespa x IEEX

(Base 100 - 31 de dezembro de 2011)



RATINGS

Em 2012, a Tractebel Energia obteve da agência Standard & Poor's a elevação do Rating de Crédito Corporativo de Longo Prazo da Companhia, na Escala Nacional Brasil, de 'brAA+' para 'brAAA', com perspectiva estável. A Fitch Ratings também elevou o Rating Internacional de 'BBB-' para 'BBB' e o Rating Nacional de Longo Prazo e da Segunda Emissão de Debêntures de 'AA+(bra)' para 'AAA(bra)', ambos com perspectiva estável.

Gestão da Operação • 7



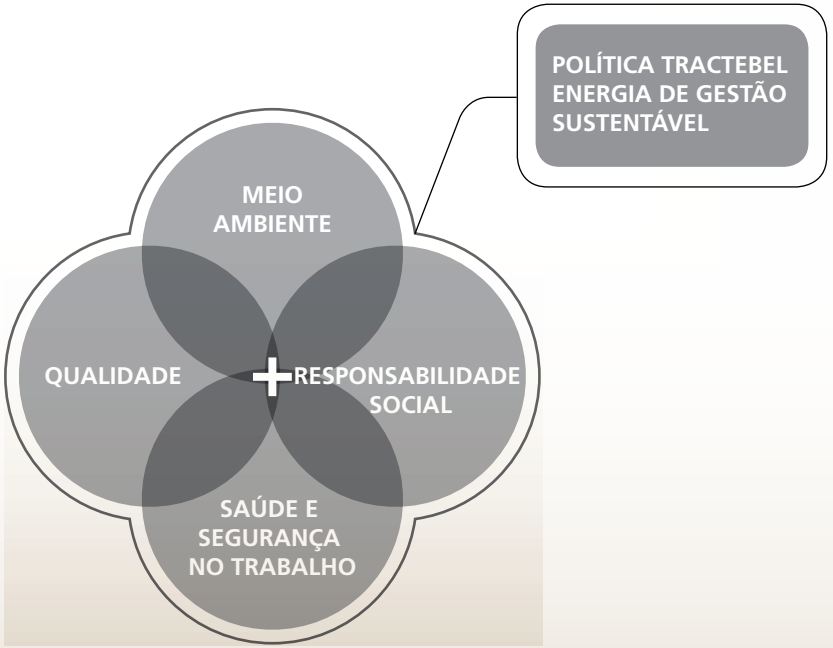
Tocantins

7. Gestão da Operação

1.2 4.12 4.13 4.14 EC2 EC3 EC5 EC6 EC7 EC8 EC9 EN1
EN2 EN3 EN7 EN8 EN9 EN11 EN12 EN13 EN14 EN16 EN18 EN19
EN20 EN21 EN22 EN24 EN25 EN29 EN30 LA1 LA2 LA3 LA4 LA5
LA6 LA7 LA8 LA10 LA11 LA12 LA13 HR1 HR3 HR8 SO1 SO3
SO5 SO6 PR5 EU5 EU13 EU14 EU15 EU16 EU17 EU18 EU19 EU20
EU25

7.1. Política de Gestão Sustentável

A Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável integra as dimensões Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social. Todas as 22 usinas operadas pela Companhia seguem essa política, que se encontra disponível no *website* www.tractebelenergia.com.br.



7.2. Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, do Meio Ambiente, da Responsabilidade Social e da Saúde e Segurança no Trabalho (SIG)

O SIG abrange as mesmas dimensões da Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, sendo uma ferramenta de gestão operacional e de melhoria contínua. O Sistema inclui um recurso de Tecnologia da Informação (TI), o Quality-Plan, *software* responsável pelo controle da documentação, tais como manuais, procedimentos, processos, registros, formulários, instruções de trabalho, requisitos legais, cronogramas, programas de auditorias, comunicações com partes interessadas e outros. Esse recurso é acessível por qualquer empregado pelo sistema de TI do ambiente corporativo. O SIG é certificado pelo Bureau Veritas Certification com base nas Normas ABNT ISO 9001:2008, ABNT ISO 14001:2004 e BS OHSAS 18001:2007.



7.3. Certificações

Das 22 usinas operadas pela Tractebel Energia, 15 são certificadas segundo as normas NBR ISO 9001:2008, NBR ISO 14001:2004 e BS OHSAS 18001:2007. Essas usinas representam uma capacidade total instalada equivalente a 7,4 GW, o que corresponde a 87% da total operada pela Companhia[1]. Em 2013, a Tractebel Energia buscará a renovação das mesmas certificações para o mesmo conjunto de usinas. Serão também iniciados os procedimentos da futura certificação, segundo as mesmas normas, da Usina Hidrelétrica Estreito.

As 22 usinas operadas pela Tractebel Energia receberam o Selo Energia Sustentável, concedido pelo Instituto Acende Brasil. Esse selo certifica a adesão, em diferentes níveis, aos princípios e compromissos de empresas de geração de energia elétrica com o Código de Ética Socioambiental do Instituto Acende Brasil. O processo de avaliação, baseado em documentos dos anos de 2011 e 2012, assegurado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), ocorreu no último trimestre de 2012. Nessa primeira edição, a Tractebel Energia foi a única geradora do Brasil a obter o selo, que é valido para 2012 e 2013.

Percentual de Certificação

2012[1]

Capacidade Instalada Total	8.494 MW
Capacidade Instalada nas Usinas Certificadas	7.396 MW
Geração de Energia Total	36.193.100,98 MWh
Geração de Energia nas Usinas Certificadas	31.408.383,97 MWh
Percentual de Certificação (capacidade instalada)	87,1 %
Percentual de Certificação (geração de energia)	86,8 %

[1] Não são consideradas neste cálculo as usinas em fase de implantação.

[1] O item Parque Gerador deste Relatório apresenta a ficha técnica das usinas operadas pela Tractebel Energia, identificando as que são certificadas.

7.4. Gestão da Qualidade

7.4.1. Diretrizes

A gestão da qualidade tem como requisitos fundamentais a confiabilidade, a disponibilidade e a segurança do sistema elétrico. A mensuração desses parâmetros é obtida por meio do indicador de disponibilidade interna das usinas e, no caso das usinas hidrelétricas, complementarmente pela taxa de falha. O cálculo da disponibilidade leva em conta a confiabilidade e segurança das instalações relativamente ao fornecimento de energia, pois são consideradas as horas de indisponibilidade intempestiva e urgente das unidades geradoras.

7.4.2. Metas

As metas e resultados corporativos para a Gestão da Qualidade de 2012 são apresentados na tabela a seguir.

7.4.3. Destaques de 2012

- O Bureau Veritas Certification (BVC) realizou duas auditorias de manutenção da certificação do SIG, em maio e novembro, segundo a Norma ABNT NBR ISO 9001:2008, e manteve a certificação das 15 usinas com a validade original, de 28 de novembro de 2013.
- A produção total alcançou 36.193 GWh (4.120 MW médios).
- Novo recorde de geração instantânea: 7.562,0 MW, o equivalente a 89,0% da capacidade total operada pela Tractebel Energia (em 18 de outubro de 2012).
- Maior geração histórica das usinas eólicas: 19,3 MW médios, 46,6% acima da obtida em 2011 e equivalente a um fator de capacidade de 44,3%.
- Concluída a implantação da infraestrutura de telecomunicações da Tractebel Energia na tecnologia Multi Protocol Label Switching (MPLS), trazendo ganhos para a gestão das telecomunicações da Companhia. Além disso, foram implantadas melhorias na segurança, acessibilidade e recuperação de informações corporativas, por meio de ferramentas de TI.

Gestão da Qualidade - Metas e Resultados em 2012

Indicador	Meta	Resultado	Avaliação
Disponibilidade interna anual (todas as usinas)	98,1%	96,9%[1]	[2]
Grau de satisfação do ONS[3]	≥ 90,0%	91,0%	

[1] Índice correspondente a 98,8% da meta estipulada.

[2] Como consta da Mensagem da Administração, problemas como limitações de uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, a inoperância de um transformador na Usina Termelétrica William Arjona e uma falha de contenção da vazão do Rio Tocantins na Usina Hidrelétrica Estreito, antes da sua inauguração, foram fatores que influíram nesses resultados.

[3] Operador Nacional do Sistema Elétrico. O ONS é cliente do serviço de operação e manutenção do parque gerador operado pela Tractebel Energia.

Meta Atingida Meta Parcialmente Atingida

7.5. Gestão Ambiental

7.5.1. Diretrizes

CONFORMIDADE LEGAL - A conformidade legal é requisito fundamental para a Tractebel Energia, que monitora permanentemente a evolução das leis, normas e resoluções de regulação da gestão ambiental. Para cumprir as exigências legais e os compromissos voluntários adicionais que assume, a Companhia avalia e ajusta operações e procedimentos sempre que necessário. Todas as usinas operadas pela Tractebel Energia possuem as autorizações e licenças ambientais exigidas pela legislação ambiental em vigor.

EQUILÍBRIO - A Companhia tem como foco permanente buscar o equilíbrio entre suas atividades e a conservação do meio ambiente, mitigando impactos ambientais e promovendo o uso racional de recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS - Os aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades, produtos e serviços da Tractebel Energia são identificados e classificados quanto à significância, sendo então estabelecidos controles operacionais e programas de gestão para a mitigação dos impactos caracterizados como negativos.

RESERVATÓRIOS - A área dos reservatórios das usinas hidrelétricas que a Tractebel Energia opera e seus entornos relacionados às Áreas de Preservação Permanente (APPs) são de responsabilidade jurídica da Companhia. A Tractebel Energia mantém contratos com empresas especializadas em vigilância ambiental e sociopatrimonial, além de acordos de cooperação com a Polícia Ambiental para os trabalhos de fiscalização. A Companhia incentiva o uso múltiplo dessas áreas pelas comunidades, por meio de parcerias com órgãos do governo e outras instituições, para atividades tais como irrigação, criação de praias artificiais e áreas reservadas à pesca, prática de motonáutica e outras formas de lazer.





Perfil dos Reservatórios

UHE ITÁ
Localização: entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS)
Área do Reservatório: 142 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 22,56 km²
Biodiversidade Regional: 27 espécies de mamíferos, 94 de aves, 31 de répteis, 11 de anfíbios, 40 de peixes e 60 de flora (arbóreas)
Unidades de Conservação: Parque Estadual Fritz Plaumann (SC), de 7,4 km², Parque Municipal Teixeira Soares (RS), de 4,6 km², e Parque Municipal de Preservação Ambiental de Severiano de Almeida (RS), de 0,2 km²

UHE MACHADINHO
Localização: entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS)
Área do Reservatório: 79 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 44,1 km²
Biodiversidade Regional: 52 espécies de mamíferos, 192 de aves, 63 de peixes, 2 espécies relevantes de répteis e 522 de flora
Unidades de Conservação: Parque Florestal Estadual Espigão Alto (RS), com 13,3 km²

UHE CANA BRAVA
Localização: entre os municípios de Cavalcante, Minaçu e Colinas do Sul (GO)
Área do Reservatório: 139 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 3,2 km²
Biodiversidade Regional: 92 espécies de mamíferos, 304 de aves, 98 de peixes, 41 de anfíbios e 77 de répteis
Unidades de Conservação: não há na área de abrangência da UHE Cana Brava

UHE PASSO FUNDO
Localização: município de Entre Rios do Sul (RS).
Área do Reservatório: 151 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 4,1 km²
Biodiversidade Regional: 18 espécies de mamíferos, 122 de aves, 14 de répteis, 10 de anfíbios, 44 de peixes e 20 de flora
Unidades de Conservação: Parque Estadual Rondinha, com 10 km², e Reserva Municipal da Sagrisa, com 4 km²

UHE SALTO SANTIAGO
Localização: entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu (PR)
Área do Reservatório: 208 km²
Área de Preservação Permanente (APP): a legislação da época da implantação da Usina não estabelecia a obrigatoriedade de se adquirir áreas para a formação de APP
Biodiversidade Regional e Unidades de Conservação: 14 espécies mamíferos, 302 de aves, 14 de anfíbios e 39 de peixes

UHE SALTO OSÓRIO
Localização: entre os municípios de São Jorge d'Oeste e Quedas do Iguaçu (PR)
Área do Reservatório: 55 km²
Área de Preservação Permanente (APP): a legislação da época da implantação da Usina não estabelecia a obrigatoriedade de se adquirir áreas para a formação de APP
Biodiversidade Regional e Unidades de Conservação: 13 espécies de mamíferos, 303 de aves, 9 de anfíbios e 39 de peixes

UHE PONTE DE PEDRA
Localização: entre os municípios de Itiquira (MT) e Sonora (MS)
Área do Reservatório: 14,5 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 7,8 km²
Biodiversidade Regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e 9 de invertebrados
Unidades de Conservação: o reservatório da usina é adjacente ao Parque Estadual da Serra de Sonora, com aproximadamente 79 km²

PCH JOSÉ GELAZIO DA ROCHA
Localização: Rondonópolis (MT)
Área do Reservatório: 0,3 km²
Área de Preservação Permanente (APP): não foi estabelecida pela legislação no entorno do reservatório da Usina
Biodiversidade Regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e 9 de invertebrados
Unidades de Conservação: Parque Estadual Dom Osório Stoffel, com 64,2 km²

PCH RONDONÓPOLIS
Localização: Rondonópolis (MT).
Área do Reservatório: 0,024 km²
Área de Preservação Permanente (APP): não foi estabelecida pela legislação no entorno do reservatório da Usina
Biodiversidade Regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e 9 de invertebrados
Unidades de Conservação: Parque Estadual Dom Osório Stoffel, com 64,2 km²

PCH AREIA BRANCA
Localização: Caratinga e Ipanema (MG)
Área do Reservatório: 1,4 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 1,1 km² ha no reservatório da Usina
Biodiversidade Regional: 17 espécies de mamíferos, 191 de aves, 16 de répteis e 20 de anfíbios
Unidades de Conservação: não há na área diretamente afetada

UHE SÃO SALVADOR
Localização: entre os municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã (TO)
Área do Reservatório: 104 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 47,5 km²
Biodiversidade Regional: 26 espécies de mamíferos, 242 de aves, 38 de répteis, 29 de anfíbios e 209 de peixes
Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental do Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis, com 145,3 km²

UHE ESTREITO
Localização: entre os municípios de Estreito (MA), Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (TO)
Área do Reservatório: 555,0 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 125 km²
Biodiversidade Regional: 2 espécies de mamíferos aquáticos, 164 de aves, 21 de répteis, 38 de anfíbios e 50 de peixes
Unidades de Conservação: o reservatório é adjacente à Unidade de Conservação Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, com 356,3 km²

7.5.2. Metas

Os Objetivos Empresariais anuais incluem aspectos de gestão ambiental e respectiva melhoria contínua, que se desdobram em metas para os empregados encarregados.

Metas de gestão ambiental por usina são definidas para os empreendimentos certificados. Essas metas são estabelecidas anualmente ou por demandas específicas, quando necessário, e os prazos, recursos e responsáveis pelo seu alcance são determinados conforme a complexidade dos assuntos envolvidos e as necessidades locais ou regionais, sem que se perca o foco da gestão corporativa.

Em certas condições, de acordo com a relevância do tema, são definidas metas ambientais corporativas, como ocorreu para a eliminação dos equipamentos e resíduos contaminados com óleo Ascarel em 2008. Em 2012 foi estabelecida a meta de aumentar em 10,0% o índice de recuperação de resíduos na Tractebel Energia como um todo. A seguir são apresentados os resultados alcançados em 2012.

Metas Ambientais - Hidrelétricas

Usina	Meta	Observações/Comentários	Avaliação	Próximos Anos
		Desenvolvimento Socioambiental nas Áreas de Atuação		
Cana Brava, Salto Santiago e Salto Osório, Itá, Machadinho e Passo Fundo	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas nas áreas de abrangência das usinas.	A Companhia participa regularmente dos eventos dos Comitês existentes e dos que fomentam a criação de Comitês nas regiões em que ainda não estejam constituídos.		Meta permanece em 2013.
		Resíduos		
Cana Brava	Reduzir, em 2012, 5% da geração anual de resíduos em relação à média das registradas nos inventários de 2010 e 2011.	A média de 2010 e 2011 foi de 11,3 toneladas. O inventário de 2012 registrou 19,7 toneladas, mas desse total deve ser expurgada a geração de 14 toneladas de resíduos do banco de baterias, que foi substituído em 2012 – pois, conforme Plano de Manutenção Plurianual, essa substituição deve ser feita a cada dez anos.		Reduzir, em 2013, 5% da geração anual de resíduos em relação à média das registradas nos inventários de 2010, 2011 e 2012, considerando-se o expurgo de 2012, relativo ao banco de baterias substituído.
São Salvador	Reduzir, em 2012, 5% da geração anual de resíduos em relação à média das registradas nos inventários de 2010 e 2011.	O inventário de 2010 registrou um total de 1,9 toneladas de resíduos gerados, e o de 2011, de 6,87 toneladas, assim obtendo-se a média de 4,39 toneladas nos dois anos. A meta para 2012 seria, portanto, gerar no máximo 4,17 toneladas de resíduos, quando foram geradas 4,22 toneladas (correspondendo a uma redução de 4% e não 5%).		Reduzir, em 2013, 5% da geração anual de resíduos em relação à média das registradas nos inventários de 2010, 2011 e 2012.
Salto Santiago e Salto Osório	Substituir os equipamentos contendo mercúrio até dezembro de 2012.	Substituição iniciada, mas não concluída.		Meta permanece em 2013.
Salto Santiago e Salto Osório	Reduzir, em 2012, 5% da geração anual de resíduos em relação à média das registradas nos inventários de 2010 e 2011, excluindo-se os resíduos de reformas de unidades e serviços especiais.	Em Salto Osório, a média de 2010 e 2011 foi de 59,6 toneladas, e, em 2012, a geração de resíduos foi de 42 toneladas, o que corresponde a uma redução de 30%. Em Salto Santiago, a média de 2010 e 2011 foi de 77,5 toneladas e, em 2012, foram geradas 45 toneladas de resíduos, correspondendo a uma redução de 42%.		A ser definida.
Ponte de Pedra	Reduzir, em 2012, 2,5% da geração anual de resíduos em relação ao inventário de resíduos de 2010.	A meta para 2012 correspondia a 5,86 toneladas, e foram geradas 4,87 toneladas.		A meta será mantida, de forma a continuar reduzindo 2,5% da geração anual de resíduos.
		Água e Efluentes		
Cana Brava	Manter a concentração de óleos e graxas nos efluentes (sistema de drenagem e separador de água e óleo dos transformadores da Usina) no máximo em 10 mg/L.	O limite legal é de 20 mg/L, tendo sido efetuadas algumas medições com valor superior a 10 mg/L.		Manter a concentração de óleos e graxas nos efluentes (sistema de drenagem e separador água e óleo dos transformadores da Usina) em 50% do máximo estabelecido no padrão legal (de 20 mg/L), até dezembro de 2013.

Meta Atingida Meta Não Atingida

Metas Ambientais - Hidrelétricas

Usina	Meta	Observações/Comentários	Avaliação	Próximos Anos
Cana Brava	Manter, em 2012, o consumo anual de água tratada, com base no ano de 2011, mesmo com a reestruturação prevista no quadro funcional da Usina (aumento do número de empregados).			Meta permanece em 2013.
São Salvador	Reduzir para 50%, do estabelecido no padrão legal, a concentração de óleos e graxas nos efluentes (sistema de drenagem e separador água e óleo dos transformadores da Usina), até janeiro de 2012.	O limite legal é de 20 mg/L, tendo sido efetuadas algumas medições com valor superior a 10 mg/L.		Manter a concentração de óleos e graxas nos efluentes (sistema de drenagem e separador água e óleo dos transformadores da Usina) em 50% do máximo estabelecido no padrão legal (de 20 mg/L), até dezembro de 2013.
Salto Santiago e Salto Osório	Reduzir o lançamento de óleo do poço de drenagem no corpo receptor - Rio Iguaçu - para até 25% do permitido como padrão legal.	Meta atingida, conforme resultados das análises do efluente do poço de drenagem.		Meta permanece em 2013.
Itá	Manter abaixo de 50%, do estabelecido no padrão legal, a concentração de óleos e graxas nos efluentes da Usina.	Resultados das análises do efluente do poço de drenagem evidenciam que a meta não foi alcançada (o limite legal é de 20 mg/L).		Meta permanece em 2013.
Ponte de Pedra	Reduzir para 50%, do estabelecido no padrão legal, a concentração de óleos e graxas nos efluentes (sistema de drenagem e separador água e óleo dos transformadores da Usina), até dezembro de 2015, com uma taxa de redução de 10% ao ano.	Meta de 10%, em 2012, atingida para o Sistema de Drenagem. Para o Separador Água-Óleo, não foi alcançada a redução anual esperada, sendo aberto um plano de ação específico. A meta global de 50% continua sendo buscada até 2015.		Meta permanece em 2013.
		Visitas às Usinas e Educação Ambiental		
Cana Brava	Obter, no período de 2011 a 2013, um aumento anual de 5% do número de pessoas atendidas pelo Programa de Visitas e de Educação Ambiental.	Resultado de 2011: 3.246. Resultado de 2012: 4.243, (31% de aumento).		Meta válida de 2011 a 2013.
São Salvador	Obter, no período de 2011 a 2013, um aumento anual de 5% no número de pessoas atendidas pelo Programa de Visitas e de Educação Ambiental.	Resultado de 2011: 1.074. Resultado de 2012: 1.767, (65% de aumento).		Meta válida de 2011 a 2013.
Machadinho	Atender, no mínimo, 6.500 visitantes até dezembro de 2012.	A Usina recebeu 7.228 visitantes.		Meta permanece em 2013.

Meta Atingida Meta em Andamento Meta Não Atingida

Metas Ambientais - Hidrelétricas

Usina	Meta	Observações/Comentários	Avaliação	Próximos Anos
Machadinho	Atender, anualmente, um público de 10.000 pessoas com o Programa de Educação Ambiental, nos municípios lindeiros da Usina.	O Programa passou a ser realizado no Centro de Atendimento da Usina Hidrelétrica Itá (CDA), não tendo sido feita a contagem dos visitantes encaminhados por Machadinho.		Meta permanece em 2013, porém sendo levado em conta o atendimento conjunto pelo CDA.
Passo Fundo	Realizar visita em, pelo menos, 53 instituições de ensino dos municípios lindeiros e atender, no mínimo, 8.500 pessoas até dezembro de 2012.	Foram realizadas palestras em 53 escolas municipais e atendidas 11.773 pessoas.		Meta permanece para 2013.
Itá	Atender, no mínimo, 9.000 visitantes até dezembro de 2012.	Em 2012, o público total abrangido pelo Programa foi de 10.385 visitantes.		Meta permanece para 2013.
Ponte de Pedra	Obter, no período de 2011 a 2014, um aumento anual de 50% no número de pessoas atendidas pelo Programa de Visitas, tendo como base o ano de 2010.	Em 2012, foram recebidas 439 pessoas na Usina (Meta: 225).		A meta será mantida até 2014.
Salto Santiago	Receber, pelo menos, 3.600 visitantes anualmente, envolvendo escolas, associações, universidades e comunidade em geral.	Recebidos 4.432 visitantes na Usina.		A ser definida.
Salto Osório	Receber, pelo menos, 3.500 visitantes anualmente, envolvendo escolas, associações, universidades e comunidade em geral.	Recebidos 3.529 visitantes na Usina.		A ser definida.
		Reflorestamento, Recuperação, Monitoramento e Conservação Ambiental		
Cana Brava	Recuperar as áreas da concessão, com o plantio e doação de 100.000 mudas de espécies nativas do cerrado, até abril de 2012.	Em 2012, o total do plantio e doações foi de 7.105 mudas. O resultado acumulado foi inferior à meta de 100.000 mudas, sendo possível, porém, alcançá-lo em 2013.		A meta foi revisada para ser atingida em 2013. A Tractebel Energia manterá o viveiro, buscando parcerias em projetos de recuperação de nascentes, da Área de Preservação Permanente (APP) e de reservas legais.
Passo Fundo	Recuperar a vegetação das ilhas do reservatório por meio do plantio de 50.000 mudas de espécies nativas.	Em 2012, foram plantadas 54.790 mudas.		A ser definida.
Salto Santiago	Recuperar as áreas degradadas do antigo canteiro de obras, até dezembro de 2012.	Em 2011, ocorreu o início da recuperação da área com remoção das pedras, aterramento da área e semeadura de adubação verde. Durante 2012, foi efetuado o plantio de mudas nativas, poleiros, picagem do material lenhoso e manutenção. Trabalho a ser encerrado em 2013.		Concluir em 2013.
Salto Osório	Recuperar faixa ciliar com o plantio e doação de, no mínimo, 17.000 mudas de espécies nativas, até dezembro de 2012.	Em 2012, foram plantadas 250 mudas florestais e doadas outras 16.545, tendo sido alcançado um total de 16.795 mudas (99% da meta).		Concluir em 2013.
Salto Santiago	Manter a faixa ciliar com o plantio e doação de, no mínimo, 32.000 mudas, até dezembro de 2012.	Em 2012, foram plantadas 7.371 mudas florestais e doadas 27.651 mudas, somando um total de 35.022 mudas.		A ser definida.
Passo Fundo, Itá e Machadinho	Controlar, permanentemente, a ocupação irregular das margens dos reservatórios.	A equipe de fiscalização ambiental e sociopatrimonial executa vistorias regulares das margens dos reservatórios dessas usinas.		Meta permanece em 2013.
Passo Fundo, Itá, Machadinho, Salto Santiago, Salto Osório, Ponte de Pedra, Cana Brava e São Salvador	Manter, permanentemente, ações de acompanhamento ambiental no reservatório e áreas de influência.	Essas usinas apresentam vários programas de monitoramento sendo executados em seus reservatórios (Qualidade da Água, Ictiofauna, Taludes Marginais, Climatologia, Sismologia, Hidrossedimentologia).		Meta permanece em 2013.
Ponte de Pedra	Implantar o viveiro de produção de mudas da Usina até setembro de 2012, com projeção para produção de 15.000 mudas de nativas por ano.	O viveiro foi concluído em setembro de 2012 e já está produzindo mudas.		A meta para 2013 é produzir 15.000 mudas de nativas.

Meta Atingida Meta Não Atingida

Metas Ambientais - Termelétricas

Usina	Meta	Observações/Comentários	Avaliação	Próximos Anos
		Desenvolvimento Socioambiental nas Áreas de Atuação		
Lages, Charqueadas e Alegrete	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas das usinas.	A Companhia participa regularmente dos eventos dos Comitês existentes e dos que fomentam a criação de Comitês nas regiões em que ainda não estejam constituídos.		Meta permanece em 2013.
Jorge Lacerda	Participar dos processos de recuperação ambiental de áreas degradadas, em parceria com o órgão estadual de meio ambiente (Fundação do Meio Ambiente - Fatma).	A Tractebel Energia está atuando na recuperação ambiental da bacia de finos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).		Meta permanece em 2013.
Jorge Lacerda	Implantar o Parque Ambiental contíguo ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda no prazo definido após conclusão do Projeto.	Inauguração do parque prevista para novembro de 2013.		Meta permanece em 2013.
Jorge Lacerda	Dar continuidade ao projeto de P&D "Utilização da palha de arroz em processo de *co-firing* com carvão pulverizado".	Em 2012 foram investidos R$ 860.205,05 neste projeto.		Meta permanece em 2013.
		Consumo de Materiais		
Lages	Atingir 100% dos fornecedores de biomassa com atendimento da legislação vigente, referente exclusivamente ao licenciamento ambiental, até dezembro de 2012.	Meta atingida para os fornecedores que prestaram o serviço em 2012.		Meta permanece em 2013.
Lages	Reduzir o consumo específico anual de Hidróxido de Sódio (NaOH) para 1,40 kg/m³ e de Ácido Clorídrico (HCl) para 1,20 kg/m³ até dezembro de 2012.	O resultado para o consumo de NaOH foi alcançado, com um consumo específico de 1,18 kg/m³. Já o proposto para o consumo de HCL não foi alcançado, tendo sido de 1,21 kg/m³. Os valores próximos aos estabelecidos na meta se deram em função da condutividade elevada da água captada nos meses de abril e maio de 2012.		Meta permanece em 2013.
Jorge Lacerda	Redução do estoque de carvão armazenado no pátio das usinas UTLB e UTLC para um máximo de 600.000 toneladas até o final de 2012.	Meta permanece com prazo prorrogado para 2013.		Meta permanece em 2013.
Charqueadas	Manter os índices de consumo específico de carvão abaixo de 1,50 ton/MWh.	A revitalização da Usina foi concluída e a média do consumo específico no ano de 2012 foi de 1,42 ton/MWh.		Meta permanece em 2013.
Charqueadas	Reduzir em 20% o consumo de HCl e NaOH até junho de 2012.	Meta é associada à troca do processo de utilização de resina (para osmose reversa). A ser reavaliada em 2013.		Reavaliar a meta.
		Emissões		
Lages	Manter as emissões de material particulado abaixo de 100 mg/Nm³ na caldeira principal e 260 mg/Nm³ na caldeira reserva.	Em 2012 foi registrada emissão média de 73,57 mg/Nm³ para a caldeira principal e a caldeira reserva não operou no ano.		Meta permanece em 2013.
		Visitas às Usina		
William Arjona	Atender cerca de 200 visitantes por ano.	Foram recebidos 218 visitantes.		Meta permanece em 2013.
Alegrete	Atender 800 visitantes até dezembro de 2012.	Foram recebidos 1.154 visitantes.		A ser definida.
Lages	Atender 1.000 visitantes no ano.	Foram recebidos 1.068 visitantes.		Meta permanece em 2013.
Charqueadas	Atender, no mínimo, 2.000 visitantes até dezembro de 2012.	Foram recebidos 2.235 visitantes.		A ser definida.
Jorge Lacerda	Atender a mais de 11.000 visitantes durante o ano de 2012.	Foram recebidos 11.194 visitantes.		Meta permanece em 2013.
		Reflorestamento e Recuperação Ambiental		
William Arjona	Doação de, no mínimo, 200 mudas de árvores em 2012.	Foram doadas 300 mudas na região da Usina.		Meta permanece em 2013.
Charqueadas	Doação de, no mínimo, 6.000 mudas de árvores em 2012.	Foram doadas 6.144 mudas na região da Usina.		A ser definida.
Alegrete	Doação de, no mínimo, 1.400 mudas de árvores em 2012.	Foram doadas 2.000 mudas na região da Usina.		A ser definida.
Jorge Lacerda	Doação de, no mínimo, 90.000 mudas de árvores em 2012.	Foram doadas 87.984 mudas na região da Usina (98% da meta).		Meta permanece em 2013.
		Ruídos		
Lages	Manter os níveis de ruído nos equipamentos críticos abaixo de 80 dB.	Os valores medidos na comunidade (área externa) estiveram entre 41 e 53 dB, enquanto o ruído ambiente ficou entre 43 e 46 dB.		Meta permanece em 2013.

Meta Atingida | Meta em Andamento | Meta Não Atingida

7.5.3. Indicadores Ambientais Consolidados

7.5.3.1. EMISSÕES

Gestão

A Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas, disponível no *website* da Companhia, estabelece e ratifica seus compromissos em relação ao tema, como a priorização de fontes renováveis na expansão da sua matriz energética, o investimento em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados à conservação do meio ambiente, às mudanças climáticas e às energias renováveis, e a atuação como promotora do desenvolvimento sustentável.

A Tractebel Energia possui sistemas, equipamentos, técnicas e processos para minimizar a emissão de poluentes e Gases de Efeito Estufa (GEE), especialmente em suas usinas termelétricas a carvão mineral, óleo combustível e biomassa, conforme demonstram os exemplos a seguir:

- Precipitadores eletrostáticos no **Complexo Termelétrico Jorge Lacerda**, que retêm mais de 98,5% das emissões do material particulado.
- Filtros de mangas e dessulfurizador na Usina Termelétrica Charqueadas, que reduzem as emissões de material particulado e de dióxido de enxofre (SO_2).
- Redução da formação e emissão de dióxido de enxofre, controlando o teor de enxofre no carvão e óleos combustíveis.
- Destinação para produção de cimento de 100% das cinzas da combustão do carvão mineral, minimizando, assim, o uso do calcário e, consequentemente, reduzindo as emissões de CO_2.
- Destinação para silvicultura e agricultura de 100% das cinzas da biomassa (madeira e bagaço de cana), substituindo o uso de adubos químicos, o que diminui as emissões de CO_2.

Outros meios empregados pela Tractebel Energia para controle e redução de emissão de poluentes e de GEEs são a implantação de *software* para estimativa das emissões de CO_2 em viagens aéreas e a utilização de sistema de videoconferência para reduzir o número de deslocamentos e, assim, evitar as correspondentes emissões de GEE.



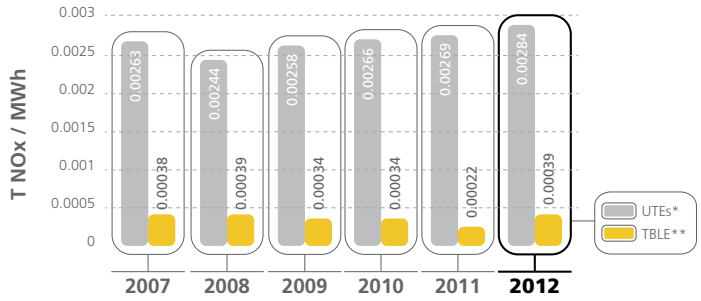
Desde 2011, a Companhia vem elaborando seu Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol e submetendo o mesmo à asseguração limitada por parte independente (terceira parte). Em 2012 foi realizado o segundo Inventário da Companhia, em cumprimento a uma das premissas básicas da Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas.

Indicadores

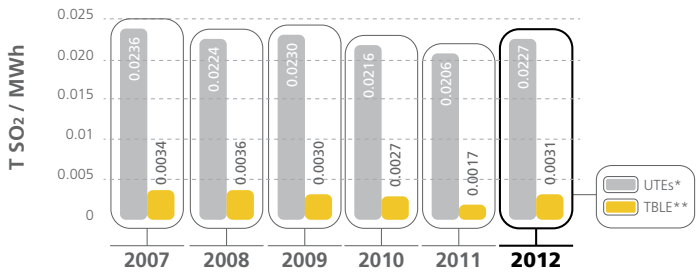
As emissões atmosféricas de dióxido de carbono (CO_2) da Companhia totalizaram, em 2012, 5.343.588 toneladas. Esse valor corresponde a um aumento de 29% em relação a 2011, como consequência da maior geração de energia nas usinas termelétricas ao longo de 2012, em função das condições hidrológicas menos favoráveis que as registradas no ano anterior.

Os gráficos a seguir apresentam o total de emissões e as emissões por MWh gerado nas termelétricas operadas pela Tractebel Energia: Charqueadas, a carvão mineral; Alegrete, a óleo combustível; William Arjona, a gás natural; e Ibitiúva Bioenergética, a biomassa do bagaço de cana, bem como do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, a carvão mineral, e da Unidade de Cogeração Lages, a biomassa de resíduos de madeira.

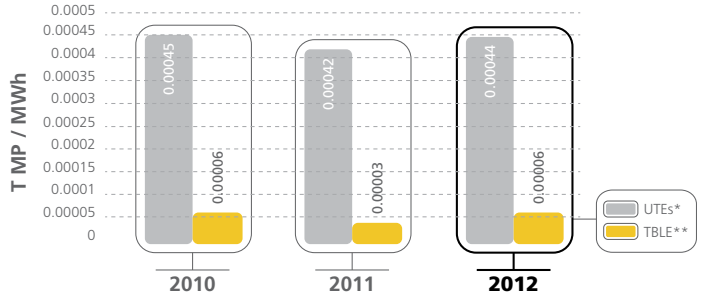
Índice de Emissão de NOx (Óxido de Nitrogênio)



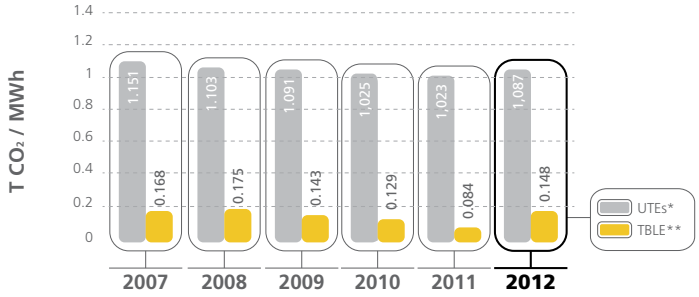
Índice de Emissão de SO_2



Índice de Emissão de MP (Material Particulado)



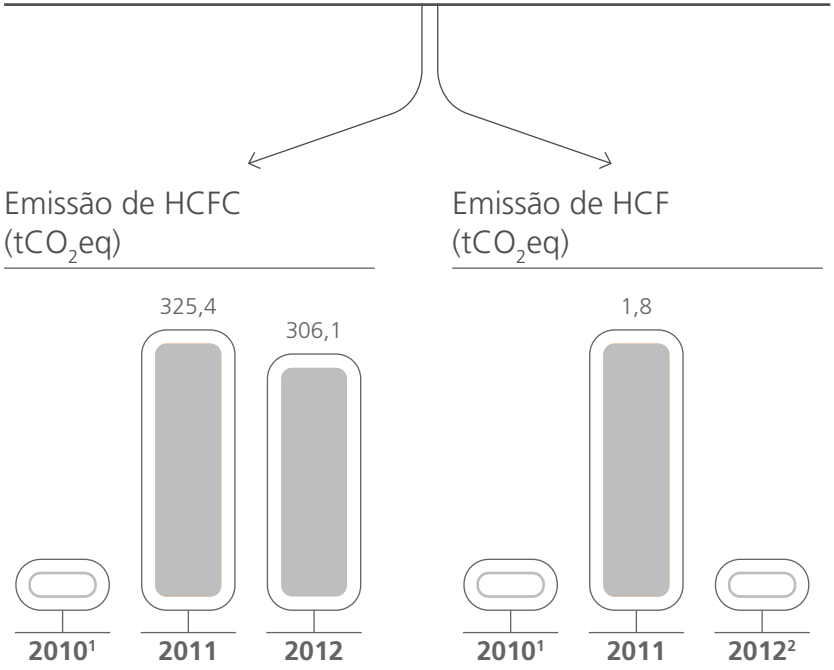
Índice de Emissão de CO_2



(*) UTEs - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia elétrica nas termelétricas e a energia gerada nessas usinas

(**) TBLE - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia elétrica nas termelétricas e a energia gerada em todas as usinas da Tractebel (inclui UHEs, UTEs, UEEs e PCHs)

A Tractebel Energia também monitora as emissões dos gases que afetam a camada de ozônio, conhecidos como Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio (SDOs), presentes principalmente em aparelhos de ar condicionado, refrigeradores e bebedouros. Os gráficos a seguir indicam as emissões de duas dessas substâncias: hidroclorofluorcarbono (HCFC) e hidrofluorcarbono (HFC), em toneladas de carbono equivalente (tCO_2eq).



[1] Os dados de 2010, tanto para HCFC quanto para HFC não estão disponíveis.
[2] Em 2012 não houve emissões de HFC, visto que este tipo de emissão não é constante.



Em 2012, com a aprovação da 5ª verificação do Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da **Unidade de Cogeração Lages**, referente ao período de 1° de junho de 2009 a 31 de maio de 2011, foram emitidas 443.651 Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) geradas por esse projeto. Desse total, 8.873 foram entregues ao Adaption Fund da United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) e 176.000 serão entregues ao Prototype Carbon Fund do Banco Mundial, nos dois casos a um preço de US$ 10,00 por RCE. As demais 258.778 foram destinadas à venda no mercado de RCEs.

Ainda em 2012, a Tractebel Energia elaborou o Relatório de Execução do Projeto de MDL de Lages ("Lages Methane Avoidance Project"), referente ao período de julho de 2011 a junho de 2012, que reporta a situação desse projeto em relação às questões previstas quando da sua aprovação no âmbito da UNFCCC, com ênfase na estimativa de sua geração de RCEs nesse período. Esse documento foi aprovado pelo Banco Mundial, comprovando o atendimento aos compromissos de sustentabilidade e à política de salvaguarda estabelecida pelo Banco para aquisição dos RCEs gerados por esse projeto.

A Companhia também obteve registro junto à UNFCCC dos quatro projetos de MDL que compõem o Complexo Eólico Trairi, no Ceará, e do Projeto de Porto do Delta[1], no Piauí. Assim, esses projetos estão aptos a gerar créditos de carbono respectivamente da ordem de:

(a) Complexo Eólico Trairi, no Ceará:

- Trairi: 38.310 RCEs por ano;
- Guajiru: 50.695 RCEs por ano;
- Mundaú: 41.086 RCEs por ano; e
- Fleixeiras I: 45.876 RCEs por ano.

(b) Projeto de Porto do Delta, no Piauí: 53.004 RCEs por ano.

[1] Este projeto terá sua viabilidade econômica reavaliada em 2013.

7.5.3.2. CONSUMO DE ENERGIA DIRETA

Gestão

A energia elétrica consumida no processo produtivo da Tractebel Energia provém da geração de suas usinas. Assim, a diminuição na geração total de energia também afeta diretamente o volume da energia consumida.

A Companhia avalia continuamente as possibilidades de melhoria da eficiência energética para redução do consumo de energia elétrica. Com esse intuito, foi criado, em 2012, um grupo interno para a gestão do consumo de energia, cujos trabalhos são focados especialmente em ampliação da eficiência energética, com base nos princípios da NBR ISO 50.001 (Sistemas de Gestão da Energia — Requisitos com Orientações para Uso). Inicialmente, esse grupo tem concentrado suas atividades nas usinas termelétricas.

Indicadores

A Tractebel Energia consumiu, em 2012, 937,2 GWh, que correspondem a 3,4 milhões de GJ na operação das usinas de seu parque gerador, para produzir 36.193,1 GWh, que correspondem a 130,3 milhões de GJ de energia elétrica. A tabela a seguir apresenta o total de energia consumido e produzido por tipo de usina.

Consumo e Produção de Energia

2012

Tipo de Usina	Consumo de Energia		Produção	
	GWh	GJ	GWh	GJ
Termelétricas	511,2	1,8 milhão	4.915,8	17,7 milhões
Hidrelétricas	385,6	1,4 milhão	30.583,8	110,1 milhões
Complementares - PCHs, eólicas e termelétricas a biomassa	40,4	145,5 mil	693,5	2,5 milhões

Desde 2004, a Companhia oferece aos seus clientes industriais o Programa Tractebel Energia de Diagnóstico de Eficiência Energética, fruto da política de fidelização de clientes e do foco no desenvolvimento sustentável. O programa é desenvolvido gratuitamente e seu objetivo é ajudar o cliente industrial a identificar possibilidades de redução do consumo de energia em seu processo produtivo, diminuindo custos e aumentando sua competitividade e a confiabilidade do sistema de energia. Além disso, a eventual energia não consumida em função da implantação de ações sugeridas pelo Diagnóstico de Eficiência Energética pode ser vendida para outros clientes, permitindo a ampliação da carteira de clientes livres da Companhia. Até dezembro de 2012, foram investidos pela Companhia R$ 8,3 milhões no desenvolvimento desse programa.

7.5.3.3. ÁGUA

Gestão

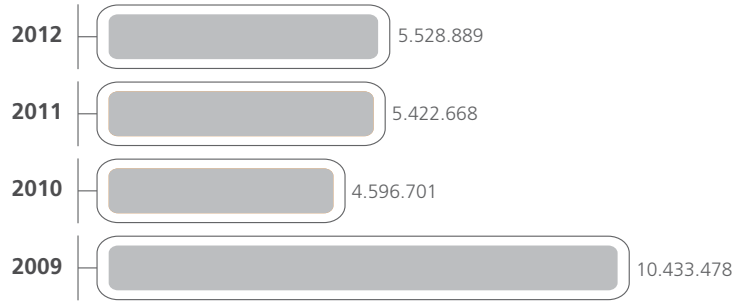
A Companhia conta com sistemas de efluentes líquidos em regime fechado nas usinas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e Charqueadas, o que evita o lançamento de efluentes nos rios e possibilita a reutilização da água. Nas usinas termelétricas que ainda não contam com sistema fechado (UTE Alegrete, UTE Ibitiúva Bioenergética e Unidade de Cogeração Lages), os efluentes passam por um tratamento físico-químico de sedimentação e neutralização antes de serem lançados no corpo hídrico. A UTE William Arjona não faz captação de água e, portanto, não gera efluente em seu processo industrial.

Todas as usinas termelétricas da Tractebel Energia dispõem de bacias de contenção nos seus reservatórios de combustíveis para evitar a poluição das águas em decorrência de possíveis acidentes com vazamentos. Nas hidrelétricas, para que não ocorra a contaminação da água, são estabelecidas metas mais rigorosas do que as da legislação para redução da concentração de óleos e graxas nos efluentes dos poços de drenagem.

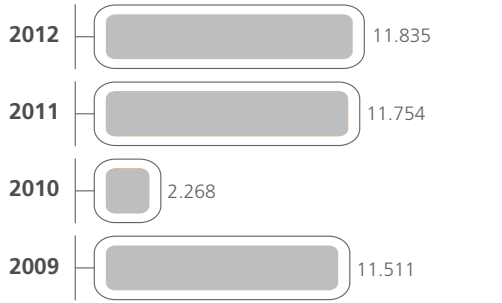
As Usinas Hidrelétricas Passo Fundo, Machadinho, Cana Brava e Itá contam ainda com um controle dos efluentes dos poços de drenagem por meio de um sistema que separa a água do óleo dos efluentes gerados nas casas de máquinas.

Indicadores

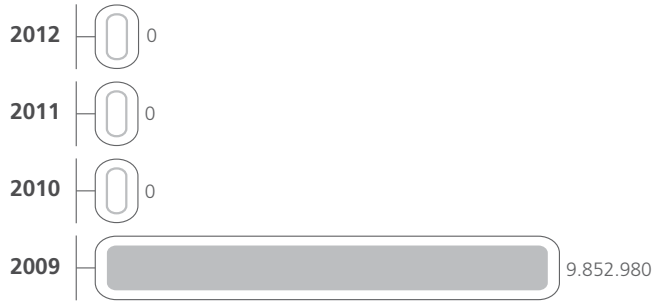
Consumo de Água de Superfície (m^3)



Consumo de Água de Subterrânea[1] (m^3)



Descarte de Água Tratada (m^3/ano)



[1] Água subterrânea: o baixo valor apurado em 2010 se deveu à falha de equipamentos de medição (hidrômetros) da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, os quais foram substituídos em 2011.

7.5.3.4. RESÍDUOS

7.5.3.4.1. RESÍDUOS PERIGOSOS

Gestão

A gestão de resíduos perigosos obedece às normas da Organização das Nações Unidas (ONU), aos demais requisitos legais aplicáveis e às regulamentações do licenciamento ambiental, abrangendo o acondicionamento, o armazenamento interno temporário, o transporte e a destinação final.

A Tractebel Energia busca ainda prevenir vazamentos provenientes desses resíduos por meio da utilização de fichas de segurança de produtos químicos, da implantação de barreiras de contenção e da sinalização adequada dos veículos, além da contratação exclusivamente de empresas comprovadamente habilitadas e licenciadas para o transporte de resíduos perigosos.

Indicadores

Destinação dos Resíduos Perigosos

2012

Método de Disposição	Tipo de Resíduo	Quantidade (t)
Aterro Industrial Classe I	Água contaminada com óleo, borra de óleo ou xisto, borra de óleo e borra de tinta, brita contaminada com óleo, cartuchos de impressoras e *toners*, baterias industriais, embalagens contaminadas, graxa residual, lâmpadas em geral, materiais contaminados com óleos, graxas, produtos químicos e mercúrio, materiais contendo lã-de-vidro, óleo isolante, pilhas e baterias, produtos químicos, querosene e outros solventes contaminados, resíduos de solda, sucata eletrônica e resinas.	181,1
Autoclavagem - Aterro Industrial Classe II	Resíduos de saúde.	0,015
Coprocessamento	Água contaminada com óleo, borra de óleo, borra de tinta, materiais contaminados com óleo, graxa e produtos químicos, cartuchos de impressora, graxa residual, querosene e outros solventes, resíduos de solda e resinas.	134,9
Incineração	Resíduos de saúde – infectante, pérfuro-cortante e medicamentos.	0,011
Reciclagem	Água contaminada com óleo, cartuchos de impressoras e *toners*, baterias industriais, embalagens de defensivos, lâmpadas em geral, óleos lubrificantes e isolantes e sucata eletrônica.	18,3
Reutilização	Toalhas industriais retornáveis, óleo lubrificante usado e óleo isolante.	57,3
Tratamento / Descontaminação	Resíduos de saúde, lâmpadas e lodo de esgoto.	84,4
Armazenamento Local	Resíduos aguardando volume viável ou em fase de análise para destinação final.	72,7
Total (resíduos perigosos destinados adequadamente)[1]		**476,0**

[1] Todos os resíduos perigosos foram transportados, exclusivamente em território nacional, até o local da destinação final.

7.5.3.4.2. RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS

Gestão

Reaproveitar, reutilizar ou reciclar resíduos não perigosos são práticas rotineiras da Tractebel Energia, realizadas com o máximo critério pela Companhia. As cinzas geradas pela combustão de carvão no processo de geração de energia nas usinas termelétricas, que correspondem a 97,9% (66,6% de cinzas leves e 31,3% de cinzas pesadas) do volume total de resíduos servem, praticamente em sua totalidade, para a indústria cimenteira, como insumo do cimento pozolânico, substituindo o calcário na sua composição. Prestam-se também para recuperação de áreas degradadas pelo carvão mineral. Em Charqueadas (RS), parte volta para a cava da mina, sendo aplicada na recuperação ambiental da área de extração do carvão mineral.

Em 2012, foram reciclados, reutilizados ou reaproveitados em processos de compostagem, pavimentação de estradas e recuperação de áreas degradadas, 99,9% do volume total de resíduos não perigosos encaminhados para destinação final. Já o consumo total de papel na Companhia apresentou aumento de 48,4% em relação a 2011. Das 14,2 toneladas consumidas de papel em 2012, 89,8% foram provenientes de reciclagem.

A Companhia vem realizando uma campanha de orientação de empregados para o uso racional de papéis e copos plásticos, a correta destinação desses materiais e também do resto de alimentos consumidos, salientando os benefícios de seu reaproveitamento. Na sede da Tractebel Energia, em 2012, essa campanha incluiu um lanche oferecido aos empregados e prestadores de serviços com alimentos feitos à base do reaproveitamento consciente e adequado de cascas de alimentos. No período de junho a dezembro de 2012, os resultados apurados na sede apresentaram 89% de aumento na reciclagem dos resíduos gerados.

Indicadores

Destinação dos Resíduos não Perigosos

2012

Método de Disposição	Tipo de Resíduo	Quantidade (t)
Aterro Controlado	Isopor, plásticos, resíduos comuns e orgânicos.	9,5
Aterro Industrial Classe II	Entulhos de construção, escória de jateamento, filtros de ar condicionado, isopor, lã-de-rocha, lodo de Estação de Tratamento de Água (ETA), madeiras, resíduos comuns, resíduos de solda, sólidos não contaminados, sucata eletroeletrônica e vidros.	264,1
Aterro Sanitário	Entulho de construção, filtros de ar condicionado, isopor, lã-de-rocha, madeiras, manta de isolação acústica, plástico, resíduos comuns, resíduos orgânicos e borrachas.	144,0
Compostagem	Resíduos orgânicos.	47,8
Coprocessamento	Madeiras, isopor e sucata de borracha.	0,2
Pavimentação de Estradas	Entulho de construção.	2,5
Reciclagem	Cinzas pesadas, cinzas leves, gesso, óleo de cozinha, papel e papelão, plásticos, borracha, sucata metálica e vidros.	1.501.562,4
Recuperação de Áreas Degradadas	Madeiras e podas de jardim.	339,0
Reutilização	Escória de jateamento, sucata metálica e entulho de construção.	10,9
Tratamento / Descontaminação	Lodo de esgoto.	50,3
Utilização como Combustível	Resíduos de madeira.	144,5
Total		**1.502.575,2**
Armazenamento Local	**Resíduos aguardando volume viável ou em fase de análise para destinação final**	**50,9**

7.5.3.5. COMBUSTÍVEIS

Gestão

A Tractebel Energia desenvolve análises, pesquisas e estudos para a geração de energia por meio de fontes renováveis, de modo a minimizar o consumo de combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, a diversificação da matriz energética é importante para garantir a oferta de energia e a segurança do sistema no contexto atual. Assim, além das fontes hídricas, que correspondem à maior parte do portfólio da Tractebel Energia, eólicas e duas usinas termelétricas a biomassa, que dispensam o uso de combustíveis fósseis, a Companhia conta com usinas a carvão mineral, gás natural e óleo combustível.

A Tractebel Energia também participa com outras instituições de um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para implantação de um parque de energia solar para conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com capacidade de pico de 3,0 MW. O local previsto para sua instalação é nas proximidades do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, e o projeto inclui a avaliação técnica e econômica da geração fotovoltaica em diferentes condições climáticas na matriz elétrica brasileira. Assim, oito módulos de avaliação com diferentes tecnologias de energia fotovoltaica, de 10 kW de pico cada uma, serão instaladas nas cinco regiões do Brasil.

Em 2012, o projeto de P&D denominado "Implantação de Protótipo de Conversor de Ondas Onshore nas Condições de Mar do Nordeste do Brasil" apresentado no tópico sobre esse tema neste Relatório, foi executado em pleno cumprimento aos objetivos estabelecidos. Foram realizadas duas etapas de testes de operação, sendo que, na segunda, o protótipo gerou 12,919 kWh de forma contínua. Paralelamente, estão sendo buscadas parcerias para desenvolver novas versões do protótipo, até que se atinja a sua viabilidade econômica.

Indicadores

A Companhia consumiu, em 2012, 15,6 mil GWh (56,3 milhões de GJ) em combustíveis fósseis nas suas usinas termelétricas. O aumento do consumo de combustíveis em relação ao ano anterior está diretamente relacionado à maior geração de energia nas usinas termelétricas em 2012.

Como consta da Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas, a Companhia adota medidas como o uso preferencial de automóveis bicombustíveis, priorizando o álcool, a contratação de serviços de transporte coletivo na maioria das usinas e a realização de tele e vídeo conferências como medidas adicionais para reduzir o consumo de combustíveis fósseis.

Consumo de Combustíveis Fósseis

	2010	2011	2012
Carvão Mineral (t)	3.344.524	2.348.564	3.325.265
Óleo Combustível (t)	4.590	3.673	6.664
Óleo Diesel (m^3)	3.067	2.685	4.543
Gás Natural (m^3)	114.375.774	415.021	21.103.319

Na Unidade de Cogeração Lages e na Usina Termelétrica Ibitiúva, movidas a biomassa (de resíduos de madeira e bagaço de cana, respectivamente), o impacto ambiental é reduzido ao evitar a extração de recursos naturais não renováveis e o descarte de resíduos orgânicos na natureza, reduzindo as emissões de GEE.







7.5.3.6. BIODIVERSIDADE

Nas áreas de entorno dos reservatórios sob a responsabilidade da Tractebel Energia são desenvolvidos diversos programas para conservação da flora e da fauna. Esses programas, aliados a iniciativas de manejo, proporcionam as condições ambientais necessárias para a conservação e o desenvolvimento das espécies antes, durante e após a implantação dos reservatórios. A Companhia investe, ainda, em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para conservação de espécies ameaçadas, iniciativas de Educação Ambiental e apoio a organizações do terceiro setor, bem como informa à sociedade sobre a relevância da conservação ambiental.

FAUNA

O cuidado com a fauna é essencial durante a construção de uma usina hidrelétrica. No período que antecede o desmatamento e a formação do reservatório, são elaborados estudos e, durante esse processo, é realizado o salvamento de animais, bem como são mantidas as faixas de preservação em torno do reservatório, o que também contribui para a qualidade da água. Permanentemente, as espécies que possam ser foco de problemas de saúde para a população local, como animais peçonhentos, insetos e caramujos transmissores de doenças, são monitoradas e controladas por meio de estudos e levantamentos periódicos.

FLORA

É parte integrante dos programas ambientais desenvolvidos pela Companhia o monitoramento da flora na área de abrangência dos empreendimentos. O trabalho inclui a coleta de sementes e flores para estudo, a catalogação e a produção de mudas, compondo um esforço constante para garantir a continuidade das espécies nativas, por meio do reflorestamento e da recuperação da vegetação.

ICTIOFAUNA

A Companhia pesquisa e acompanha o equilíbrio dinâmico estabelecido ao longo da formação e maturidade dos reservatórios. Dessa forma, em cada usina é adotado o manejo específico para minimizar impactos sobre as espécies. O repovoamento dos rios, por meio da reprodução em laboratório de alevinos de espécies nativas, constitui uma das principais iniciativas desenvolvidas.

7.5.4. Destaques de 2012 - Projetos Socioambientais Desenvolvidos nas Usinas

EVENTOS PARA EMPREGADOS E FORNECEDORES

Semana Interna de Segurança e Meio Ambiente (Sisma 2012) – Envolvendo as UHEs Cana Brava e São Salvador, no Rio Tocantins, o evento é direcionado ao público interno das usinas, incluindo empregados terceirizados, empresas parceiras e familiares dos empregados. Em 2012, foram realizadas palestras sobre as atividades ambientais das usinas e projetos de pesquisa e desenvolvimento, além de aspectos relacionados à saúde, segurança e questões familiares.

6ª Semana de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas 2012) – Realizada em parceria com os Consórcios Machadinho e Itá, no município de Piratuba (SC), na região das UHEs Machadinho, Itá e Passo Fundo. Com foco em desenvolvimento regional sustentável, a Semas 2012 contou com a participação da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), que promoveu um evento paralelo para divulgação do Plano de Sustentabilidade para a Competitividade da Indústria Catarinense; da Associação dos Municípios Lindeiros da Barragem de Itá (Amulbi) e da Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai.

Semana do Meio Ambiente da UHE Ponte de Pedra - Promovida em parceria com a Gerência de Educação, Cultura e Lazer da Prefeitura Municipal de Sonora (MS), área de abrangência da UHE Ponte de Pedra. Entre outras atividades, o evento incluiu um concurso de desenho com escolas municipais e estaduais, que premiou estudantes e professores da região.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Concurso Cultural de Redação e Desenhos - Realizado na região do Complexo Trairi, no Ceará, o concurso teve por objetivo promover a produção artística e textual, incentivando o debate sobre energias renováveis no ambiente escolar. Ao todo, 13 escolas do município participaram. O evento de premiação foi realizado em dezembro de 2012, reunindo cerca de 2 mil pessoas, entre estudantes e professores da comunidade.

Concurso de Redação da Usina Hidrelétrica Machadinho - Na 6ª edição do concurso, concorreram 700 redações de 29 escolas da área de abrangência do empreendimento. A iniciativa é destinada aos estudantes de 8ª série que visitam a Usina, onde recebem informações sobre os programas ambientais desenvolvidos na região pelo Consórcio Machadinho. Em 2012, os concorrentes foram convidados a escrever sobre os dez anos de operação do empreendimento.

Trilha ecológica do Centro de Atividades Socioambientais e Patrimoniais da UHE Passo Fundo (Casap) - Visa promover a Educação Ambiental com ênfase na conservação dos recursos naturais e no relacionamento com a sociedade. Além do Casap, a estrutura conta com o horto florestal, arboreto, percurso interpretativo em meio à floresta e às margens do Rio Passo Fundo e mirantes. Em 2012, 983 pessoas visitaram o local, a maioria formada por estudantes e professores.

Programa de Formação de Educadores Ambientais (PFEA) - Em 2012, formou-se a quarta turma do PFEA, implantado no final de 2010 na região de abrangência da Usina Hidrelétrica Itá. O Programa foi estruturado para que os educadores aprimorem seus conhecimentos na área de Educação Ambiental, e, assim, possam identificar e analisar práticas pedagógicas, aplicando-as em seu cotidiano.

Encontro de Educação Ambiental (EDEA) - Realizado em outubro de 2012 no Centro de Cultura de Entre Rios do Sul (RS), o evento contou com a presença de gestores públicos e representantes das escolas dos municípios lindeiros (diretores, professores e alunos). A programação incluiu palestras e uma exposição de projetos de 48 escolas, selecionados durante as oficinas "Educar, Participar e Transformar em Educação Ambiental", realizadas anteriormente. O Encontro reuniu 178 participantes.

Programa de Visitas e Educação Ambiental - A Companhia mantém programas estruturados para visitações de estudantes, pesquisadores e turistas aos empreendimentos que opera. Nessas visitas, são apresentados aspectos relacionados ao funcionamento das usinas, com destaque para os programas socioambientais desenvolvidos. O Programa é complementado por apresentações em escolas e outros locais comunitários, com ênfase em Educação Ambiental. Em 2012, mais de 95 mil pessoas participaram do Programa.



Programa de Visitas e Educação Ambiental

número de participantes em 2012

	Ações de Educação Ambiental	Visitas às Usinas
UHE Cana Brava	2.945	1.298
UHE Itá	18.175	10.385
UHE Machadinho	100	7.228
UHE Passo Fundo	11.773	1.174
UHE Ponte de Pedra	257	439
UHE Salto Osório	682	3.529
UHE Salto Santiago	862	4.432
UHE São Salvador	1.208	559
CT Jorge Lacerda	11.545	11.194
UTE Alegrete	-	1.154
UTE Charqueadas	-	2.235
UTE William Arjona	-	218
PCH Areia Branca	30	59
Unidade de Cogeração Lages	1.040	1.068
PCH José Gelazio	-	32
PCH Rondonópolis	-	32
Eólica Beberibe	-	773
Eólica Pedra do Sal	-	1.122
TOTAL	**48.617**	**46.931**

AÇÕES PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Conservação de Nascentes - Na região de abrangência das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Salto Osório, no Paraná, a Tractebel Energia participou, em 2012, da quinta etapa do projeto de proteção de nascentes desenvolvido em parceria com a Casa Familiar Rural (instituição de ensino que alterna atividades em sala de aula e no campo). Em 2012, 182 nascentes foram protegidas, atingindo cerca de 60% do total do escopo do projeto, que envolve estudantes da zona rural da região, e 192 famílias foram diretamente beneficiadas. No final do mesmo ano, a Companhia assinou um novo Termo de Cooperação Técnica com a Casa Familiar Rural, para estender as ações ao município de Rio Bonito do Iguaçu, onde a meta é a proteção de 300 nascentes. Na região da Usina Hidrelétrica Machadinho, vem sendo executado um projeto de proteção de 27 nascentes, que beneficiará diretamente 22 famílias. Esse projeto inclui ações de conscientização da população da região.

Plantio e doação de mudas de essências florestais nativas - Ao longo de 2012, a Tractebel Energia plantou mais de 150 mil mudas nas áreas de abrangência dos empreendimentos operados. Outras 196 mil foram doadas à comunidade.

Programa de Restauração Florestal das Ilhas do Reservatório da UHE Passo Fundo - O Programa visa à restauração das ilhas do reservatório com o plantio de espécies florestais nativas da região. No ano de 2012 foram plantadas 54.790 mudas, sendo as mesmas produzidas no horto florestal da UHE Passo Fundo, a partir de sementes coletadas em matrizes criteriosamente selecionadas de forma a garantir a diversidade genética das espécies.

Implantação de um viveiro de mudas nativas na UHE Ponte de Pedra - Com essa iniciativa, a Companhia passa a contar com seis viveiros de produção de mudas nativas distribuídos em diferentes regiões do Brasil, com capacidade de produção de aproximadamente 480 mil mudas por ano.



Plantio e Doação de Mudas

2012

	Plantadas	Doadas
UHE Cana Brava	1.852	5.253
UHE Itá	3.863	17.433
UHE Machadinho	27.384	1.030
UHE Passo Fundo	54.790	7.539
UHE Ponte de Pedra	8.000	8
UHE Salto Osório	250	16.545
UHE Salto Santiago	7.371	27.651
UHE São Salvador	180	13.011
UHE Estreito[1]	25.458	10.143
CT Jorge Lacerda	3.552	87.984
UTE Alegrete	-	2.000
UTE Charqueadas	-	6.144
UTE William Arjona	-	300
PCH Areia Branca	15.000	65
Unidade de Cogeração Lages	61	180
PCH José Gelazio	2.050	-
PCH Rondonópolis	-	1.000
Eólica Beberibe	280	-
Eólica Pedra do Sal	103	-
Ibitiúva Bioenergética	-	200
TOTAL	**150.194**	**196.486**

[1] Realizado pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste).

7.5.5. Custos e Investimentos em Gestão Ambiental

A Companhia investiu, em 2012, R$ 40,1 milhões nas seguintes atividades:

- Gestão ambiental propriamente dita;
- Controle das emissões atmosféricas;
- Educação e treinamento ambiental;
- Melhorias para proteção ambiental;
- Instalação de tecnologias ambientalmente mais limpas;
- Certificação externa; e
- Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para gestão ambiental.

Mais R$ 355,6 mil foram empregados em seguro de responsabilidade civil sobre qualquer evento relacionado ao meio ambiente em decorrência de poluição súbita, como derramamentos; e R$ 64,8 mil em 428 horas de treinamento e conscientização ambiental.

Dos cerca de R$ 10 milhões investidos pela Companhia em P&D no ano de 2012, R$ 6,8 milhões foram direcionados a projetos relacionados ao meio ambiente.

7.6. Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (SST)

7.6.1. Diretrizes

7.6.1.1. CONFORMIDADE LEGAL

Tal como na gestão ambiental, na SST conformidade legal é requisito fundamental para a Tractebel Energia, que monitora permanentemente a evolução das leis, normas e resoluções de regulação para sua gestão. Para cumprir as exigências legais e os compromissos voluntários adicionais que assume, a Companhia avalia e ajusta operações e procedimentos sempre que necessário.



7.6.1.2. SISTEMA DE GESTÃO

Baseado no princípio da melhoria contínua, o sistema de gestão em Saúde e Segurança no Trabalho da Tractebel Energia tem por objetivo prevenir e preservar a **integridade física**, a saúde e a qualidade de vida dos empregados, prestadores de serviços, fornecedores e visitantes. O sistema tem por regra identificar e controlar perigos e riscos presentes nos processos, equipamentos e ambientes de trabalho. Todos os públicos são orientados sobre esses riscos e perigos, bem como sobre as respectivas medidas de prevenção e controle.

Há dez Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), distribuídas entre a sede administrativa e as usinas, constituídas por representantes do empregador e dos empregados. Nas usinas em que o número de empregados é inferior a 20, há um empregado responsável pelas mesmas funções legais atribuídas às CIPAs. Naquelas que possuem um número de empregados igual ou superior a 20, há CIPAs constituídas e, anualmente, é realizada a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat). Seu objetivo é sensibilizar os empregados quanto a rotinas e hábitos que possibilitem trabalhar de modo mais seguro e saudável.

Os integrantes das CIPAs e os profissionais designados para cumprimento das normas de segurança totalizam 78 empregados. Há, ainda, 33 profissionais na área de Saúde e Segurança no Trabalho, sendo 19 empregados próprios da Tractebel Energia e 14 prestadores de serviços. Em 2012, 61% dos empregados da Companhia receberam treinamento em SST.

Simultaneamente às ações para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, a Companhia identifica o perfil de saúde dos seus empregados e desenvolve programas com o objetivo de promover hábitos saudáveis, com foco nas seguintes áreas:

» Gestão do Bem-Estar: incentivo ao esporte e à atividade física em geral, ginástica laboral, alimentação saudável, gerenciamento do estresse, tratamento e prevenção de dependência química e atendimento a pessoas com necessidades especiais; e

» Gestão de Saúde: baseado em um *check-up* anual, dividido em três etapas: exames laboratoriais e específicos, questionários de saúde e estilo de vida, consulta clínica e definição do Plano Individual de Saúde – que é um compromisso anual assumido voluntariamente pelo empregado em relação aos cuidados com sua saúde.

Em atendimento à Norma Regulamentadora NR-7 (Medicina do Trabalho), anualmente, todos os empregados são convocados para o exame periódico. A Companhia ultrapassa essa exigência e realiza uma série de exames complementares e consultas específicas, obtendo dados mais completos e abrangentes sobre a saúde do empregado. As informações de saúde dos últimos cinco anos - resultados dos exames laboratoriais, questionários e Plano Individual de Saúde – ficam disponíveis no portal corporativo, em área de acesso restrito, o que permite ao empregado acompanhar seu histórico de saúde. A Companhia também realiza periodicamente campanhas de comunicação e de prevenção sobre temas como vacinação contra a gripe e prevenção ao câncer, entre outros, além de treinamentos anuais para operadores de usinas, referentes a métodos de primeiros socorros e eventos com palestrantes da área de saúde para os empregados e prestadores de serviços.

7.6.2. Metas

A tabela a seguir descreve as metas e os resultados corporativos para a gestão da SST, baseados em indicadores previamente estabelecidos, em 31 de dezembro de 2012, de acordo com a metodologia da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Metas e Resultados de SST[1]

2012

Indicador	Meta	Resultado	Avaliação
Índice de Taxa de Frequência (TF)	TF < 3,2	TF = 1,28	
Índice de Taxa de Gravidade (TG)	TG < 0,072	TG = 0,00	
Acidente Fatal	0	0	

Meta Atingida

[1] Valores calculados segundo padrão estabelecido pela ABNT.

7.6.3 Indicadores

De acordo com os requisitos legais e subscritos pela Companhia, a seguir são apresentados os indicadores consolidados da gestão da SST, segundo as metodologias da ABNT e, para 2012, onde aplicável, também da Global Reporting Initiative (GRI).

Indicadores de Saúde e Segurança no Trabalho

EMPREGADOS PRÓPRIOS	2010	2011	2012 ABNT	2012 GRI
Número de acidentes de trabalho e de trajeto com e sem afastamento	9	7	2	2
Número de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	91	49	12	12
Taxa de doenças ocupacionais (TDO)	0	0	0	0
Taxa de Frequência (TF)	1,04	1,5	0	0
Taxa de Gravidade (TG)	0,05	0,025	0	0
Acidente fatal	1	0	0	0
Absenteísmo (dias)	6.874	6.253	5.478	-
Parâmetros segundo a metodologia da GRI:				
- Taxa de Lesões	-*	-*	-*	0,2
- Taxa de dias perdidos	-*	-*	-*	1,2
- Taxa de absenteísmo (dias)	-*	-*	-*	4.346
EMPREGADOS DE EMPRESAS CONTRATADAS	**2010**	**2011**	**2012 ABNT**	**2012 GRI**
Número de horas de exposição ao risco	3.893.222	4.148.850	4.230.648	4.230.648
Número de acidentes de trabalho com afastamento	9	13	8	8
Número de acidentes de trabalho e trajeto com e sem afastamento	44	42	36	36
Número de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	78	339	350	350
Taxa de Frequência (TF)	2,3	3,13	1,89	-
Taxa de Gravidade (TG)	0,02	0,082	0,083	-
Acidente fatal	0	1	0	0
Absenteísmo[1]	-	-	-	-
Parâmetros segundo a metodologia da GRI:				
- Taxa de doenças ocupacionais (TDO)	-*	-*	-*	NA
- Taxa de Lesões	-*	-*	-*	1,7
- Taxa de dias perdidos	-*	-*	-*	18,7

* A partir de 2012 o cálculo para obtenção deste dado foi alterado, sendo assim, não há como compará-lo com os anos anteriores.
[1] O controle é feito pelas empresas contratadas.

7.6.4. Destaques de 2012

» Manutenção da certificação segundo a BS OHSAS 18001.

» Realização do 1º Encontro de Presidentes e Vice-Presidentes das CIPAs e Profissionais de Segurança da Tractebel Energia (em 30 e 31 de outubro de 2012), com os objetivos de proporcionar a integração entre todas as CIPAs e alinhar as ações de Saúde e Segurança no Trabalho aos objetivos da Companhia.

» Desenvolvimento do vídeo piloto das rotas de fuga para evacuação de áreas do edifício-sede da Tractebel Energia.

» Treinamento de 61% dos empregados da Companhia em Saúde e Segurança no Trabalho em 2012.

» Realização de oito Sipats, abordando temas como direção defensiva e segurança no trânsito, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, tabagismo e estresse.

» Implantação do Programa "Recado da Dra." - mural virtual apresentado trimestralmente com informações sobre saúde.

» Campanhas de esclarecimento sobre o uso correto de extintores, elevadores, ramal de emergência e rotas de fuga - incluindo a realização de um exercício simulado para evacuação do prédio da sede.

» Investimento de R$ 6,2 milhões em Saúde e Segurança no Trabalho no ano.

7.7. Gestão Social

7.7.1. Diretrizes

7.7.1.1. CONFORMIDADE LEGAL

Também na gestão social a conformidade legal é requisito básico para a Tractebel Energia, que monitora permanentemente a evolução das leis, normas e resoluções de regulação de responsabilidade social empresarial. Para cumprir as exigências legais e os compromissos voluntários adicionais que assume, a Companhia avalia e ajusta operações e procedimentos sempre que necessário.

7.7.1.2. MELHORIA CONTÍNUA

Diretrizes, recomendações e indicadores como os da Global Reporting Initiative (GRI) e do Instituto Ethos, bem como os da norma NBR ISO 26000 e os que norteiam o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE), são referências complementares à evolução da legislação para embasar a melhoria contínua da gestão social da Companhia.

7.7.2. Relacionamento com *Stakeholders*

Com 22 usinas, distribuídas em todas as regiões do País, e atuando em um setor essencial para a sociedade, o relacionamento com *stakeholders* é fundamental para a Tractebel Energia, que se empenha em desenvolver relacionamentos de longo prazo com todos os seus públicos.

A Companhia estabelece e gerencia a comunicação com seus *stakeholders* por meio de canais específicos no *website* da Companhia - como os dedicados a investidores, fornecedores, candidatos a trabalhar na Tractebel Energia e público em geral - e o módulo Comunicação com Partes Interessadas do sistema Quality-Plan, entre outros.

Durante a implantação de novos empreendimentos, como o Complexo Eólico Trairi, no Ceará, programas de comunicação para o engajamento de partes interessadas são desenvolvidos de modo a:

- fornecer informações sobre aspectos e impactos positivos e negativos do projeto;
- identificar as expectativas da comunidade local; e
- procurar atender às demandas de maior relevância, que sejam compatíveis com as possibilidades e obrigações da Companhia.

Como exemplo, na região de Trairi, a partir de 2013, a Tractebel Energia iniciará o desenvolvimento de um Centro de Cultura em moldes semelhantes do implantado em Entre Rios do Sul (RS) e dos que serão inaugurados, no mesmo ano, em Quedas do Iguaçu (PR), Capivari de Baixo (SC) e Alto Bela Vista (SC). As obras de implantação do Centro de Cultura de Trairi deverão ser iniciadas em 2014.

Ao lançar a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, em 2010, a Companhia realizou um mapeamento das partes interessadas do entorno das usinas em operação. Esse mapeamento inclui análises dos impactos positivos e negativos das atividades da Companhia sobre as comunidades das áreas de abrangência dos empreendimentos e pode ser atualizado pontualmente sempre que necessário. Também em 2010, a Política foi compartilhada presencialmente nas mesmas regiões. Esse trabalho complementou o workshop multidisciplinar realizado pela Tractebel Energia em 2008, que contou com a participação de diversas unidades da Companhia, para avaliar o grau de impacto exercido e sofrido por todos os seus públicos em relação ao seu negócio, do ponto de vista social, ambiental e econômico-financeiro.

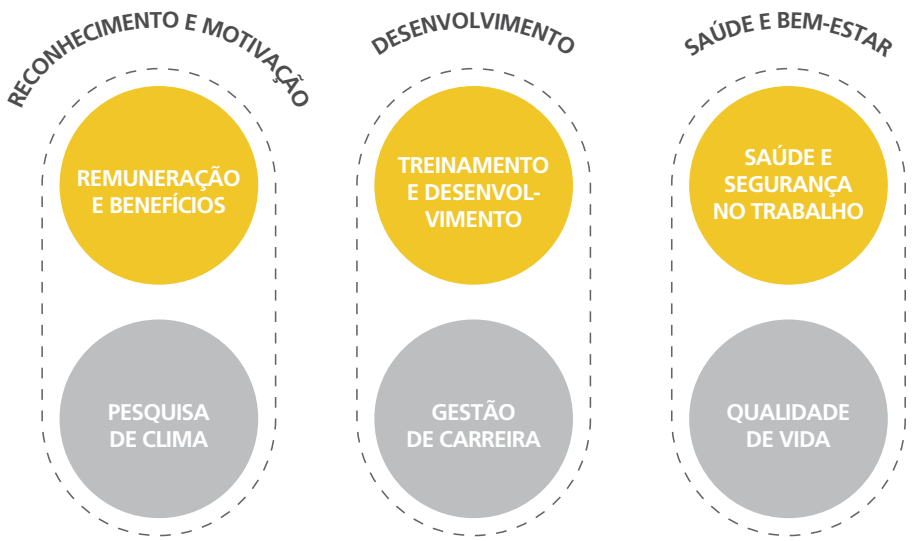
Em 2012, esses públicos foram novamente consultados (conforme apresentado no capítulo "Sobre o Relatório") e suas principais demandas no tocante à gestão e ao desempenho da Companhia são apresentadas no decorrer deste Relatório.

As ações desenvolvidas, bem como a tomada de decisões e o planejamento da infraestrutura e da oferta de energia da Companhia, envolvem os públicos da Tractebel Energia com base nos seguintes preceitos e diretrizes:

- **Clientes, acionistas e governo -** Transparência em relação à identificação e gestão de demandas, bem como de oportunidades de mercado.
- **Comunidades** - Consultas e audiências públicas para avaliação dos aspectos socioeconômicos e ambientais relacionados à instalação e operação da usina, além da participação em fóruns de desenvolvimento regional e iniciativas conjuntas de desenvolvimento sociocultural e melhoria ambiental.
- **Empregados -** Acompanhamento e participação direta no dia a dia do negócio da Tractebel Energia – sua estrutura, modo de operação de cada unidade organizacional, perspectivas em análise e novos empreendimentos.
- **Sociedade -** Informação, por meio da mídia, sobre as iniciativas da Tractebel Energia para contribuir de modo sustentável com o atendimento às necessidades atuais e futuras de suprimento de energia.

7.7.2.1. EMPREGADOS E SEUS REPRESENTANTES

Pilares da Gestão de Recursos Humanos

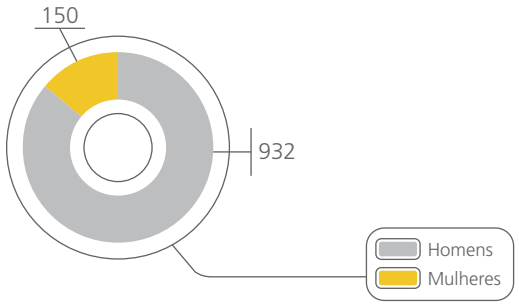


A Tractebel Energia desenvolve um diálogo permanente com seus empregados, buscando ampliar o grau de envolvimento e comprometimento mútuo. A Companhia se empenha em praticar uma remuneração compatível com os melhores padrões do mercado e um programa diferenciado de benefícios - que inclui um plano de previdência privada -, além de promover a Saúde e Segurança no Trabalho e estabelecer planos de carreira e de desenvolvimento individual. Essa forma de atuação com seus recursos humanos foi duplamente reconhecida em 2012. Em pesquisa de clima organizacional realizada por meio de consulta aos empregados, dentre os que responderam a pesquisa, foi obtido um índice geral de favorabilidade à Companhia de 74%. Concorrendo pela segunda vez ao *ranking* promovido pelas revistas Você S.A. e Exame, a Tractebel Energia foi novamente selecionada entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

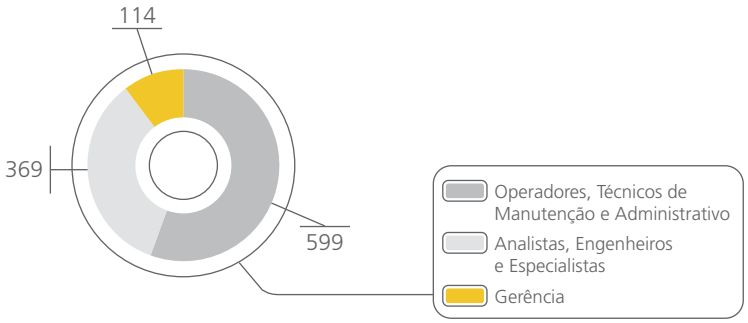
Em 2012, foi realizado um *workshop* de fortalecimento dos valores da Tractebel Energia em todas as áreas da Companhia. No total foram formadas 14 turmas, abrangendo todas as regionais da Tractebel Energia, das quais participaram 584 empregados (54% do quadro). O evento constituiu mais uma oportunidade de compartilhamento da cultura organizacional da Tractebel com os seus empregados.

PERFIL DO QUADRO FUNCIONAL

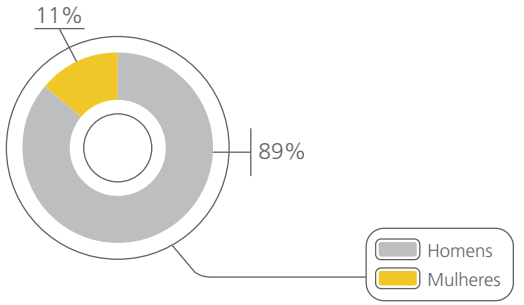
Empregados por Gênero



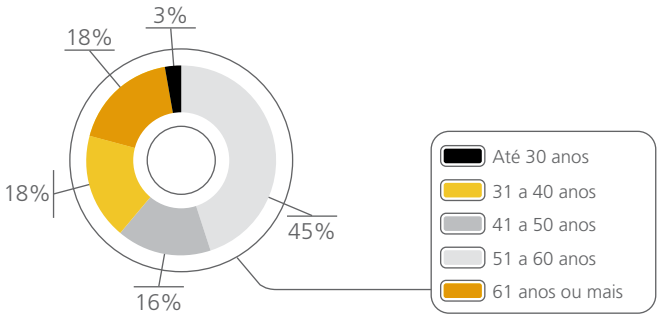
Empregados por Categoria Funcional



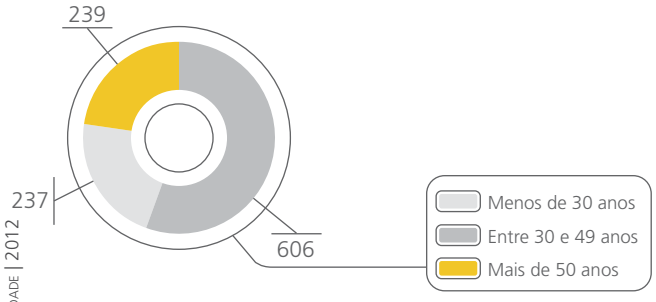
Distribuição por Gênero nos Conselhos e Comitês



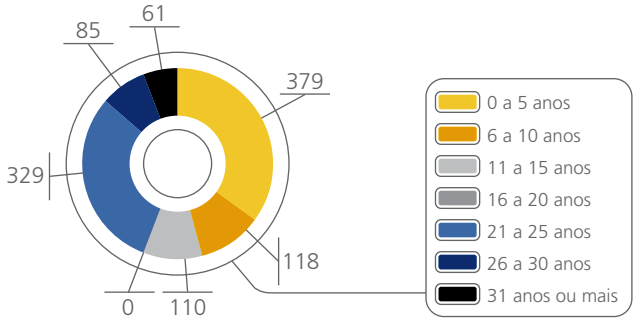
Distribuição por Idade nos Conselhos e Comitês



Empregados por Idade

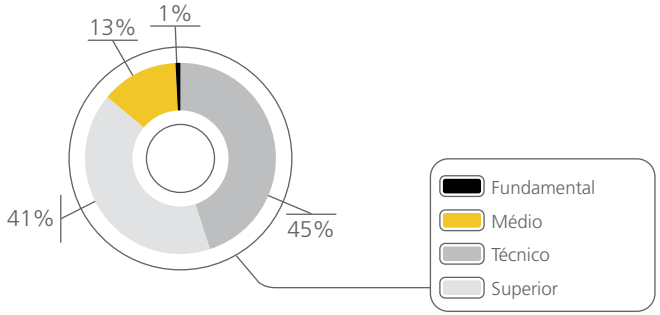


Empregados por Tempo de Serviço[1]



[1] Considerando o tempo de serviço prestado pelos empregados à Eletrosul.

Distribuição por Grau de Escolaridade



ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO (ACTs)

Todos os empregados da Tractebel Energia têm garantido seu direito de livre associação. Os sindicatos e federações representativos das diferentes profissões e regiões dos empregados da Companhia filiam-se a três entidades: a Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil (Intersul), a Intersindical e o Sindicato dos Profissionais de Secretariado no Estado de Santa Catarina (Sinsesc). Com essas instituições, a Companhia pratica uma política de portas abertas e de plena transparência.

Os ACTs assinados pela Companhia com as entidades representativas dos seus empregados são anuais, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a legislação brasileira. Esses acordos abrangem 100% dos empregados e incluem itens como reajuste salarial pactuado em decorrência da inflação, plano de previdência, benefícios, Saúde e Segurança no Trabalho, entre outros. Alterações no Manual de Gestão ou de itens integrantes dos ACTs são previamente negociados com as entidades sindicais.

REMUNERAÇÃO

As melhores práticas de remuneração do mercado são monitoradas pela Tractebel Energia por meio de pesquisas salariais, e a Companhia adota a equidade salarial entre gêneros e etnias. A remuneração inclui uma parcela fixa e outra variável. Em 2012, considerada exclusivamente a parcela fixa, o menor salário pago pela Tractebel Energia foi 2,72 vezes maior que o salário mínimo nacional vigente. A parcela variável é composta pela Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e, para os empregados de carreira gerencial, um bônus. Por critérios que são negociados com as entidades sindicais e estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho, a PLR e o bônus gerencial são definidos em função do alcance das metas individuais e dos objetivos empresariais previamente estabelecidos. O valor do bônus gerencial é proporcional ao impacto da meta nos resultados empresariais e ao grau de desafio da meta, enquanto a distribuição da PLR condiciona-se aos resultados empresariais, medidos pelo EBITDA e o lucro líquido.

BENEFÍCIOS

O plano de aposentadoria privada da Companhia se dá principalmente pela sua participação na Previg – Sociedade de Previdência Complementar. A Previg conta com a adesão de 1.653 participantes: 1052 ativos, 553 assistidos (dependentes), 26 autopatrocinadores (aposentados que optaram por continuar contribuindo integralmente) e 22 em regime de benefício proporcional definido. Esse Fundo se constitui de 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia. Em 2012, a Tractebel Energia repassou R$ 30,5 milhões para a Previg. A Companhia também apoia um plano de previdência privado da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, chamado ELOS, o qual, em 2012, totalizou 2.185 participantes, com um aporte de R$ 25,0 milhões pela Tractebel Energia.

Benefícios Complementares

- Auxílio à recuperação da saúde (assistência médica, odontológica, farmacêutica, psicológica, fonoaudiológica e nutricional) aos empregados e dependentes;
- Auxílio Creche;
- Auxílio Alimentação;
- Auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais; e
- Seguro de vida em grupo com cobertura para incapacidade e invalidez.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

O plano de treinamento e desenvolvimento da Tractebel Energia abrange suas estratégias de curto, médio e longo prazo. Em 2012, foram investidos R$ 4,0 milhões, em um total de 78.916 horas, das quais 51.939 foram em cursos técnicos, 5.566 em Saúde e Segurança no Trabalho, 468 em idiomas e 20.943 em matérias como comportamento, liderança e comunicação. Aspectos relacionados à ética, como o combate à corrupção e o respeito à diversidade e aos direitos humanos fazem parte do Programa Boas Vindas, de recepção a novos empregados, e são abordados em ocasiões como o lançamento ou divulgação de políticas corporativas e palestras que versam sobre o Código de Ética da Companhia.

O plano de treinamento e desenvolvimento inclui bolsas de estudo, com uma contribuição por parte da Companhia de 50% das mensalidades. Em 2012, foram concedidas bolsas de estudos a 73 empregados, sendo sete para cursos técnicos, 42 para cursos de graduação e 24 para cursos de pós-graduação.

GESTÃO DE CARREIRA

A Companhia utiliza recursos de autogestão de carreira, como avaliações e *feedbacks* que indicam as oportunidades de melhoria e os pontos fortes de cada empregado. Os empregados são avaliados anualmente quanto ao seu desempenho individual e, a cada três anos, passam por um Mapeamento de Competências 360°, pelo qual, além de sua autoavaliação, o empregado recebe a contribuição dos seus pares, subordinados (caso houver), gestor imediato e clientes internos. Esse processo resulta em um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Em 2012, 374 empregados pertencentes à Carreira Gerencial foram avaliados com base nas competências definidas pela Companhia. Após o processo de avaliação foi realizado um Workshop de Feedback, onde os empregados tiveram a oportunidade de conhecer seus resultados e pensar em ações de desenvolvimento.

Para empregados em processo de aposentadoria ou desligamento, a Tractebel Energia oferece programas de apoio à transição, que incluem o planejamento pré-aposentadoria, além de Programas de Demissão Voluntária (PDV). Em 2012, 19,0% dos empregados estavam aptos a se aposentar nos próximos cinco anos e 20,2% nos próximos dez anos. Para administrar a reposição e o preenchimento de postos de trabalho, a Tractebel Energia possui um plano de sucessão de cargos.

Em 2012, 61 novos profissionais passaram a fazer parte do quadro de empregados da Tractebel Energia, enquanto 63 deixaram a Companhia. Destes, 31 ingressaram em outras empresas do Grupo GDF SUEZ, que incentiva a mobilidade interna.

Horas de Treinamento por Empregado

2012

Categoria Funcional	Média de Horas
Gerência	70,6
Analistas, Engenheiros e Especialistas	76,3
Operadores, Técnicos de Manutenção e Administrativos	74,5

7.7.2.2. COMUNIDADE

A Companhia busca, permanentemente, ampliar sua inserção e contribuir para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde se localizam a sede e as usinas. Para isso, mantém um diálogo aberto com a comunidade, forma parcerias com agentes locais, tais como universidades e organizações do terceiro setor, e prioriza a contratação e formação de profissionais e fornecedores locais. A Companhia tem estabelecidos três programas de Responsabilidade Social Corporativa.



Foco na Educação Ambiental, recuperação das áreas degradadas e reflorestamento:

- Redução do impacto das atividades da Companhia no meio ambiente;
- Apoio à preservação do meio ambiente;
- Conscientização ecológica;
- Racionalização do uso dos recursos naturais; e
- Melhoria da qualidade de vida.

Foco na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes de comunidades carentes:

- Educação de crianças;
- Parcerias em assistência social, em promoção da saúde e da justiça (defesa dos direitos da criança e adolescente);
- Qualificação profissional de jovens; e
- Sensibilização das comunidades para superação da miséria e inclusão social de crianças em situação de risco.

Foco no desenvolvimento cultural das comunidades:

- Preservação e valorização dos traços culturais da região;
- Desenvolvimento de cultura local; e
- Promoção do uso dos incentivos fiscais em benefício das comunidades.

Uma das principais ações que a Tractebel Energia vem realizando nas comunidades é o patrocínio à implantação de centros de cultura nas áreas de atuação - tanto por meio de recursos próprios quanto por dedução do Imposto de Renda, em conformidade com a Lei Rouanet. O Centro de Cultura do Parque Ambiental contíguo ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, a ser inaugurado em 2013, está sendo construído sem incentivo fiscal. Nos Centros de Cultura de Entre Rios do Sul (RS), inaugurado em 2011, e Alto Bela Vista (SC) e Quedas do Iguaçu (PR) foram utilizados recursos abatidos do Imposto de Renda, como previsto pela Lei Rouanet. Esses dois novos centros serão inaugurados também em 2013, mesmo ano em que a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Conexão Cidadã, de Minaçu (GO), submeterá ao Ministério da Cultura o projeto do Centro de Cultura da cidade, que, a exemplo dos demais, terá o apoio da Tractebel Energia.

Esses empreendimentos ganham vida própria: associações locais, como a Conexão Cidadã, têm seus integrantes capacitados por especialistas, contratados pela Companhia, em gestão de empreendimentos culturais, e assumem a administração dos centros de cultura, que passam a funcionar autonomamente, sem depender da Tractebel Energia nem do poder público.



Em função das eleições municipais, os Centros de Cultura de Alto Bela Vista e Quedas de Iguaçu, e o Parque Ambiental contíguo ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, que seriam inaugurados em 2012, tiveram sua inauguração transferida para 2013. O adiamento se justifica para reiterar a gestão autônoma, independente da Companhia e do Governo, elemento fundamental à sustentabilidade desses empreendimentos.

Exemplo disso é o Centro de Cultura de Entre Rios do Sul (RS), na área de influência da Usina Hidrelétrica Passo Fundo. Inaugurado em 7 de julho de 2011 e vencedor na categoria Responsabilidade Socioambiental do 8° Prêmio Brasil Ambiental da Câmara de Comércio Americana, tornou-se um pólo de cultura, lazer e capacitação profissional para toda a região.

7.7.2.3. IMPRENSA E SOCIEDADE

O relacionamento da Companhia com a imprensa tem suas regras estabelecidas no documento Políticas e Diretrizes Tractebel Energia de Comunicação. O porta-voz da Tractebel Energia é o seu Diretor-Presidente, que pode delegar parcialmente essa função a diretores e gerentes. Tanto na implantação quanto na operação de uma usina, sempre que exigido, solicitado ou por iniciativa própria, a Companhia anuncia amplamente e realiza consultas e audiências públicas para apresentação e discussão dos aspectos socioeconômicos e ambientais pertinentes.

Campanhas e programas de Educação Ambiental, comunicação social e de divulgação de assuntos que sejam de interesse do público da área de abrangência do empreendimento são continuamente realizados pela Tractebel Energia. A Companhia se relaciona com a sociedade de maneira geral por meio de seu *website* e de veículos de comunicação, divulgando assuntos e posicionamentos pertinentes às suas atividades que sejam de interesse público, tais como fatos relevantes, publicações legais, campanhas educativas em prol da sustentabilidade às quais vincula sua marca e também por anúncios de propaganda e *marketing*.

7.7.2.4. CLIENTES

A Tractebel Energia baseia seu relacionamento com clientes na confiança mútua, tanto no ambiente regulado quanto no mercado livre – sendo que, neste, a política de flexibilização e fidelização tem permitido manter, renovar e ampliar negócios com vantagens para ambas as partes. O *website* da Tractebel Energia possui o portal "Negócios", onde são divulgadas informações atualizadas sobre o mercado de energia, o fornecimento contratado, e a fatura mensal – sendo que os dados contratuais são mantidos em estrita confidencialidade.

A Companhia oferece para os clientes de sua carteira o Programa de Diagnóstico de Eficiência Energética, que se baseia na identificação e proposição de melhorias de sistemas e processos para redução do consumo de energia elétrica. Além disso, desenvolve um programa de visitas às usinas especialmente dedicado aos clientes.

O Seminário Ética, Sustentabilidade e Energia, realizado na sede da Tractebel Energia em 26 de junho de 2012, contou com a presença de diferentes públicos, entre eles clientes da Companhia - que, sempre que possível, também participa de eventos por eles promovidos, incluindo alguns encontros com foco na sustentabilidade.

Em 2012, 31 novos clientes ingressaram no portfólio da Tractebel Energia. Uma pesquisa realizada com a totalidade dos 114 clientes livres e especiais da Companhia, desde os mais antigos até os que ingressaram em 2012, teve a participação de 89 clientes e revelou um índice geral de satisfação de 94,5%.

7.7.2.5. FORNECEDORES

A Tractebel Energia se empenha em atuar como promotora do desenvolvimento sustentável. A Companhia possui programas de capacitação e avaliação de desempenho de fornecedores com foco no comprometimento e engajamento com os direitos humanos, a responsabilidade social, a Saúde e Segurança no Trabalho e o meio ambiente. Um destaque é o Projeto Parcerias Sustentáveis, que em 2012 capacitou 12 fornecedores na região do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda em gestão empresarial de modo sustentável.

Preços, prazos, qualidade e outros aspectos técnico-comerciais são regidos por normas administrativas, com procedimentos que viabilizam a seleção de ofertas que atendam aos interesses da Companhia da melhor forma possível. Confirmando sua política de contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua, em 2012, foram mantidos 83 contratos com 67 empresas com mão de obra local de cada região, que representam 36% do orçamento total de serviços. Isso equivale a R$ 52,9 milhões de um total de R$ 147,2 milhões, para serviços locais de manutenção, gestão ambiental, utilidades, vigilância, limpeza, informática e infraestrutura. Os empregados dispõem de um programa de benefícios em caráter permanente, composto por planos de saúde e odontológico. Esse programa, no qual a Tractebel Energia investiu R$ 1,5 milhão em 2012, se aplica a contratos de prestação de serviços com mais de dois anos de duração.

7.7.2.6. GOVERNO

Prioritariamente, é por meio de compromissos legais e institucionais que se desenvolve o relacionamento com o governo, em suas diferentes esferas e instâncias. Outra forma de relacionamento praticado com instituições governamentais é por meio de convênios com fins específicos, voltados ao desenvolvimento sustentável das comunidades e regiões onde a Tractebel Energia está inserida. A Companhia também participa do debate e do desenvolvimento de temas relacionados às suas atividades.

A Tractebel Energia não possui uma política formal para prática de *lobby* e/ou atuação em políticas públicas, mas mantém diálogo com as instituições governamentais, coerentemente com sua função social de empresa de grande porte, atuação nacional e prestadora de um serviço essencial para a população.

Apoio a partidos políticos

A atuação da Tractebel Energia relativa ao apoio a partidos políticos ou candidatos a cargos eletivos segue rigorosamente a legislação vigente. As doações são aprovadas pelo Comitê de Ética e devidamente informadas no *website* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

7.7.2.7. ACIONISTAS

Fatos Relevantes, Avisos aos Acionistas, Comunicados ao Mercado e o desempenho trimestral da Companhia, bem como o Relatório de Sustentabilidade, podem ser encontrados no espaço "Investidor" do *website* da Tractebel Energia. O Departamento de Relações com Investidores promove teleconferências trimestrais de apresentação dos resultados, reuniões com investidores e analistas de investimentos – como o da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) -, e participa de conferências e seminários dos principais bancos de investimentos e corretoras.

Em 2012, a Tractebel Energia participou de 29 eventos, no Brasil e no exterior, promovidos por agentes do mercado de capitais, reunindo-se com 437 investidores, consideradas as repetições e excluídas as reuniões da Apimec. O "Por Dentro da Tractebel" - um programa de visitação de profissionais do mercado de capitais a uma das instalações da Tractebel Energia, geralmente uma usina, em operação ou construção -, em 2012, ocorreu na nova sede que a Companhia passou a ocupar a partir do segundo semestre de 2011 e contou com a presença de 77 convidados.



7.7.2.8. ENTIDADES SOCIAIS, AMBIENTAIS E DO SETOR

Por meio de empregados e/ou diretores, a Tractebel Energia participa de fóruns responsáveis sobre aspectos ou temas relevantes para o setor elétrico e a sociedade, como os destacados a seguir:

- Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage);
- Associação Brasileira de Manutenção (Abraman);
- Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine);
- Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogen);
- Bacia Hidrográfica Apuaê-Inhadava;
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel);
- Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica Cigré-Brasil
- Conselho de Infraestrutura (Coinfra);
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc);
- Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs / Ciergs);
- Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Funcoge);
- Instituto Acende Brasil;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS);
- World Energy Council - Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME);
- Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel);
- International Hidropower Association (IHA);
- Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM);
- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBovespa);
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC);
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI); e
- Assiciação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE).

7.7.2.9. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Como companhia de grande porte, capital aberto e controle acionário exercido por um forte grupo de atuação mundial, a Tractebel Energia se relaciona com instituições financeiras nacionais, tanto estatais quanto privadas, e internacionais.

7.7.2.10. EMPRESAS DO SETOR

O relacionamento da Tractebel Energia com as empresas do setor - geradoras, transmissoras, comercializadoras e distribuidoras – é pautado pelo Código de Ética da Companhia. A Tractebel Energia participa de associações setoriais, compartilhando com as demais empresas os assuntos de interesse comum, e atua em consórcio em alguns empreendimentos, como nas Usinas Hidrelétricas Machadinho, Itá e Estreito e na Usina a biomassa Ibitiúva Bioenergética.

7.7.3. Metas de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Anualmente, a Companhia estabelece as Metas Tractebel Energia de Sustentabilidade, as quais são desdobradas em ações com indicadores previamente definidos. A seguir são descritas as metas e ações de sustentabilidade empresarial relacionadas à RSC, estabelecidas pela Companhia para 2012. São também apresentados os respectivos indicadores e resultados obtidos até 31 de dezembro para as ações propostas.

Meta 1 – Ampliar a Inserção Regional da Companhia por Meio de Ações de Desenvolvimento Cultural (Programa Tractebel Energia de Desenvolvimento Cultural)

Ação	Indicadores	Avaliação
Concluir as obras e inaugurar o Centro de Cultura de Alto Bela Vista (SC).	Conclusão das obras	
	Inauguração	
Cumprir cronograma da implantação do Centro de Cultura do Parque Jorge Lacerda (SC).	Conclusão das obras	
	Plano da inauguração do Parque	
Cumprir cronograma da implantação do Centro de Cultura de Quedas do Iguaçu (PR).	Contratação das obras	
	Cumprimento do cronograma	
Realizar mostra cultural em Minaçu (GO), nos moldes da Lei Rouanet, e submeter ao Ministério da Cultura o projeto do Centro de Cultura do município.	Mostra cultural[1]	
	Conclusão do Projeto do Centro	
	Submissão ao Ministério da Cultura	
Desenvolver projeto cultural em Trairi (CE).	Definição do Projeto	
	Concretização do Projeto	
Aprovar no Ministério da Cultura projeto cultural para a cidade de Itá (SC).	Submissão ao Ministério da Cultura	
	Aprovação do Ministério da Cultura	
Desenvolver projeto cultural com a Associação Novo Horizonte, do município de Florianópolis (SC).	Viabilização da proponente	
	Montagem do Projeto	

Realizada | Parcialmente Realizada | Não Realizada

[1] Redenominado Festival Cultural de Minaçu, que foi realizado de 14 a 17 de novembro de 2012, estimulando o conhecimento das manifestações culturais locais e regionais, disseminando as tradições e costumes do povo do Cerrado por meio de apresentações teatrais e folclóricas, totalmente gratuitas e abertas à população.

Meta 2 - Desenvolver / Implantar Projetos de Energia por Fontes Alternativas para Autorreassentados e Comunidades (Programa Tractebel Energia de Responsabilidade Social)

Ação	Indicadores	Avaliação
Implantar seis projetos para autorreassentados em Goiás e Tocantins, sendo quatro na região da UHE São Salvador e dois na região da UHE Cana Brava.	Contratação dos Projetos	
	Implantação dos Projetos	
Implantar pelo menos um projeto para atendimento em centro de saúde na região da UHE São Salvador.	Contratação do Projeto	
	Implantação	
Desenvolver projeto para comunidade com cerca de 200 famílias na vizinhança da sede da Companhia, em Florianópolis (SC).	Concepção do Projeto	
	Estabelecimento da parceria	
	Projeto Executivo	

Realizada | Parcialmente Realizada | Postergada

Em 2012, a Tractebel Energia estabeleceu parceria com o Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Autossustentabilidade (IDEAAS), para concepção e implantação de sistemas de energia fotovoltaica para autorreassentados pela implantação das Usinas Hidrelétricas Cana Brava e São Salvador, respectivamente em Goiás e Tocantins, que optaram por propriedades localizadas em regiões ainda não abastecidas por redes de distribuição de energia. Após a avaliação da eficiência operacional desses projetos, poderão ser implantados novos sistemas, inclusive para centros comunitários, nas regiões dessas e outras usinas e também da sede da Companhia, em Florianópolis (SC).

Meta 3 - Realizar Programa de Educação para a Sustentabilidade (Programa Tractebel Energia de Responsabilidade Social)

Ação	Indicadores	Avaliação	Situação
Desenvolver campanhas para públicos interno e externo.	Um evento com empregados		
	Duas SEMAS[1] em regiões de usinas com a participação da comunidade		Realizada a SEMAS Piratuba (SC)
	Um evento com fornecedores		Superado: Seminário ESE[2] e Projeto Parcerias Sustentáveis
	Um evento com clientes		Superado: Seminário ESE e evento realizado por cliente
	Um evento com acionistas e investidores		"Por dentro da Tractebel"
Dar continuidade ao Programa de Visitas às Usinas e Educação Ambiental.	Cumprimento da meta das Unidades Organizacionais		Ver capítulo Gestão Ambiental neste Relatório
Atingir um total de no mínimo de 350.000 unidades entre plantio de árvores e doação de mudas.	Cumprimento da meta		Ver capítulo Gestão Ambiental neste Relatório

[1] Semana(s) do Meio Ambiente e da Sustentabilidade.
[2] Ética, Sustentabilidade e Energia.

Meta 4 - Desenvolver Ações de Melhoria Ambiental Adicionais às Relacionadas ao licenciamento (Programa Tractebel Energia de Melhoria Ambiental)

Ação	Indicadores	Avaliação	Situação
Incentivar, por meio de material orientativo e outras iniciativas, a criação de Reservas Particulares de Proteção Natural (RPPN) nas regiões das usinas e sede.	Seleção da RPPN		Postergada, para melhor avaliação do novo Código Florestal e potenciais parcerias
	Assinatura dos Termos de Compromisso		
Dar sequência aos projetos de conservação de nascentes nas regiões da UHE Salto Santiago e UHE Machadinho.	Cumprimento do cronograma		
Concluir Programa de Educação Ambiental associado ao projeto de preservação de nascentes do Rio Tubarão (SC).	Reportes do Núcleo Administrativo do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda		
Implantar etapas do Programa de Conservação de Nascentes estabelecidas para o ano.	Reporte da Assessoria de Meio Ambiente		

Realizada | Parcialmente Realizada | Postergada

7.7.4. Destaques de 2012

» Primeira edição do Projeto Parcerias Sustentáveis, que registrou evolução ou manutenção de desempenho de 75% dos fornecedores após a realização do Projeto.

» Campanha publicitária educativa para promoção de hábitos éticos, como devolução de troco indevido, respeito ao trânsito e ao uso de vagas de automóveis reservadas, em parceria com a RBS TV.

» Abordagem de temas relacionados à sustentabilidade e à RSC em visitas à sede da Tractebel Energia de alunos e professores da Universidade Estadual de Londrina (PR) e Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da Universidade Estadual de Santa Catarina, além da participação do Comitê de Sustentabilidade em eventos promovidos por instituições educacionais catarinenses.

» Adesão da Tractebel Energia à Face Brasil[3] durante a participação conjunta com a GDF SUEZ na Rio + 20.

» Conclusão das obras do Centro de Cultura de Alto Bela Vista (SC), e planejamento da sua inauguração e de mais dois centros de cultura em 2013 (Capivari de Baixo, também em Santa Catarina, e Quedas do Iguaçu, no Paraná).

» Realização do Festival Cultural de Minaçu (GO), como passo inicial para o desenvolvimento e a implantação do futuro Centro de Cultura do município.

» Recorde anual de investimentos em desenvolvimento cultural e social, que atingiu R$ 11 milhões. Esses investimentos se dão, em sua maioria, por meio de recursos da Lei Rouanet, de incentivo à cultura e renúncia fiscal por parte do governo, o que faz ampliar a responsabilidade de seu uso.

[3] Fight Against Child Exploitation Foundation (Fundação da Luta contra a Exploração Infantil).

7.7.5. Custos e Investimentos na Gestão Social

Ver Balanço Social Consolidado, integrante deste Relatório.

A Tractebel Energia prioriza a utilização de recursos da Lei Rouanet, de incentivo à cultura e renúncia fiscal por parte do governo, na implantação de centros de cultura de gestão autônoma por associações das suas regiões. Essas organizações comunitárias são capacitadas pela Companhia para a administração de empreendimentos culturais. Recursos de incentivos fiscais também são direcionados ao apoio a espetáculos e outras iniciativas que promovam a arte e a cultura, agregando, sempre que possível, benefícios sociais - como é o caso da Escola Balé Bolshoi de Joinville (SC), que capacita para a dança jovens talentosos, geralmente oriundos de comunidades carentes de diversas regiões do País.



Premiações e Reconhecimentos . 8

8. Premiações e Reconhecimentos



» **8º Prêmio Brasil Ambiental**, promovido pela Câmara de Comércio Americana. A Tractebel Energia foi reconhecida, junto com a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Vila Alegre (Adecova), na categoria Responsabilidade Socioambiental, pelo trabalho desenvolvido no Centro de Cultura de Entre Rios do Sul, em funcionamento desde 7 de julho de 2011. Idealizado pela Tractebel Energia, o Centro é o primeiro empreendimento cultural desse porte na região e também o primeiro 100% incentivado pela Lei Rouanet em municípios com menos de 100 mil habitantes.

» **XI Prêmio LIF - Liberdade, Igualdade, Fraternidade**, da Câmara de Comércio França-Brasil. Vencedor na categoria "Apoio às Comunidades", o programa "Crianças Saudáveis, Futuro Saudável", em uma iniciativa do Consórcio Estreito Energia (Ceste), atende a cerca de 15 mil crianças em 197 escolas na região da Usina Hidrelétrica Estreito.

» **Certificado de Excelência** na categoria Governança Organizacional na Pesquisa Expressão de Gestão Sustentável, promovida pela Editora Expressão (Região Sul).

» **Troféu Responsabilidade Social** da Assembleia Legislativa de Santa Catarina – Destaque SC – Edição 2012. O prêmio tem por objetivo difundir e reconhecer o esforço das empresas privadas de Santa Catarina que tenham a responsabilidade social incluída em suas políticas de gestão. A Tractebel Energia foi reconhecida na categoria "Empresa de Grande Porte", no segmento "Indústria".

» **Prêmio Nacional de Desenvolvimento Sustentável e de Responsabilidade Socioambiental**, promovido pelo Instituto Biosfera. Concedido ao Horto Florestal da Usina Hidrelétrica Cana Brava, que promove a inclusão social de comunidade quilombola da região de inserção do empreendimento e conservação de essências nativas do Bioma Cerrado.

» **19º Prêmio Expressão de Ecologia**, concedido pela Editora Expressão. A Tractebel Energia foi vencedora em duas categorias: Inovação Tecnológica, com o Projeto "Aproveitamento da Água de Percolação das Usinas Hidrelétricas Itá, Machadinho e Salto Santiago em Substituição às Estações de Tratamento de Água (ETAs)"; e Conservação de Insumos de Produção – Água, com o Projeto "Implantação de um Sistema em Ciclo Fechado para Utilização de Água na Extração de Cinzas Úmidas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda".

» **Ranking das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil**, das revistas Você S.A. e Exame, da Editora Abril. Integrante pelo segundo ano consecutivo, na segunda participação da pesquisa de seleção.



» **Primeiro lugar no prêmio Melhor Relação com Investidores na avaliação dos analistas de mercado**, no *ranking* promovido pela revista Institutional Investor na América Latina.

Balanço Social Consolidado



Paraná

Balanço Social Consolidado

Balanço Social Consolidado - 2012

	2012	2011
1. BASE DE CÁLCULO	**R$ mil**	**R$ mil**
Receita Líquida de Vendas	4.912.499	4.326.951
Resultado Operacional	2.100.000	2.034.788
Folha de Pagamento Bruta	135.147	117.126

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**R$ mil**	**% sobre a Folha de Pagamento Bruta**	**% sobre a Receita Líquida**	**R$ mil**	**% sobre a Folha de Pagamento Bruta**	**% sobre a Receita Líquida**
Alimentação	10.420	7,71	0,21	9.512	8,12	0,22
Encargos Sociais Compulsórios	44.673	33,06	0,91	41.296	35,26	0,95
Previdência Privada	40.427	29,91	0,82	40.340	34,44	0,93
Saúde	9.471	7,01	0,19	8.748	7,47	0,20
Segurança e Saúde no Trabalho	5.519	4,08	0,11	3.826	3,27	0,09
Educação	481	0,36	0,01	411	0,35	0,01
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	7.551	5,59	0,15	4.275	3,65	0,10
Creches ou Auxílio Creche	161	0,12	-	127	0,11	-
Participação nos Resultados / Bônus	32.073	23,73	0,65	31.481	26,88	0,73
Outros Benefícios	4.545	3,36	0,09	6.141	5,24	0,14
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**155.321**	**114,93**	**3,16**	**146.157**	**124,79**	**3,38**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**
Educação	2.320	0,11	0,05	1.431	0,07	0,03
Cultura	8.797	0,42	0,18	9.216	0,45	0,21
Esportes	675	0,50	0,03	7	0,01	0,00
Outros	5.561	0,26	0,11	4.638	0,23	0,11
Total das contribuições para a sociedade	17.353	0,83	0,35	15.292	0,75	0,35
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.146.119	54,58	23,33	1.074.898	52,83	24,84
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**1.163.472**	**55,40**	**23,68**	**1.090.190**	**53,58**	**25,20**

4, INDICADORES AMBIENTAIS	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**
Relacionados com a operação da Companhia	26.286	1,25	0,54	21.621	1,06	0,50
Relacionados com projetos em curso	30.026	1,43	0,61	55.757	2,74	1,29
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE	**56.312**	**2,68**	**1,15**	**77.378**	**3,80**	**1,79**

Balanço Social Consolidado - 2012

	2012	2011
5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	**Quantidade**	**Quantidade**
Nº de empregados(as) ao final do período	1.082	1.084
Nº de admissões durante o período	61	108
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	827	907
Nº de estagiários(as)	10	54
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	460	443
Nº de mulheres que trabalham na empresa	150	139
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,0%	3,7%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a etnia a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esse indicador.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a etnia a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esse indicador.
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a etnia a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esse indicador.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a etnia a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esse indicador.
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	23	9

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	**2012**			**Metas 2013**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Companhia	19,82			Não Definida		
Número total de acidentes de trabalho	Tractebel Energia: 0 Empresas prestadoras de serviços: 8			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a Companhia:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) não se envolve	(x) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Nº total de reclamações e críticas dos consumidores	Na empresa não houve	No Procon não aplicável	Na justiça não houve	Na empresa ND	No Procon ND	Na justiça ND
Valor adicionado total a distribuir (em milhares de Reais):	R$ 3.647.170			ND		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	42,70% governo 5,93% colaboradores(as) 41,12% acionistas 10,25% terceiros 0% retido			ND% governo ND% colaboradores(as) ND% acionistas ND% terceiros ND% retido		

7. OUTRAS INFORMAÇÕES	**2012**	**2011**
Consumo de água	5.528.889 m³	5.330.988 m³
Consumo de energia elétrica	937,2 GWh	794,7 GWh
Quantidade anual de resíduos gerados	1.519.488,5 t	1.191.475,3 t
Quantidade anual de resíduos reciclados	1.518.749,4 t	1.169.986,1 t

Índice GRI



Maranhão

Perfil

1. Estratégia e Análise

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão sobre a relevância da sustentabilidade para a organização	Completo	8 e 9			
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Completo	43 a 45 e 65 a 89			

2. Perfil Organizacional

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
2.1	Nome da organização	Completo	Tractebel Energia S.A.			
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	Completo	13 a 19			
2.3	Estrutura operacional	Completo	13 a 19			
2.4	Localização da sede	Completo	13 a 19			
2.5	Número de países em que a organização opera	Completo	As operações da Tractebel Energia estão localizadas no Brasil			
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	Completo	13 a 19			
2.7	Mercados atendidos	Completo	13 a 19			
2.8	Porte da organização	Completo	13 a 19			
2.9	Principais mudanças durante o período coberto	Completo	13 a 19			
2.10	Prêmios recebidos no período	Completo	105			

3. Parâmetros para o Relatório

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
3.1	Período coberto pelo relatório	Completo	10 e 11			
3.2	Data do relatório anterior mais recente	Completo	10 e 11			
3.3	Ciclo de emissão dos relatórios	Completo	10 e 11			
3.4	Dados para contato	Completo	135			

3. Parâmetros para o Relatório (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório	Completo	10 e 11			
3.6	Limite do relatório	Completo	"Os dados reportados abrangem a operação da Tractebel Energia e de todas as suas subsidiárias controladas e nas quais tem participação em consórcios em todo o Brasil. Na página 14 é apresentado organograma com todas as empresas controladas pela Companhia que compõem o escopo desse relatório"			
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	Completo	10 e 11			
3.8	Base para elaboração do relatório no que se refere a *joint ventures*, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações	Completo	13 a 19			
3.9	Técnicas de medição de dados	Completo	10 e 11			Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto
3.10	Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Completo	13 a 19			
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório	Completo	Não houve mudanças significativas no escopo, limite ou métodos de medida em relação ao relatório anterior			
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório	Completo	109 a 129			
3.13	Verificação externa dos dados	Completo	132 e 133			A Tractebel Energia adota verificação externa de seu Relatório com auditoria dos dados conduzida pela empresa PricewaterhouseCoopers

4. Governança, Compromissos e Engajamento

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
4.1	Estrutura de governança	Completo	21 a 29			
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	Completo	O Presidente do Conselho de Administração não acumula cargo de Diretor Executivo			
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	Completo	21 a 29			
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança	Completo	A Companhia valoriza a participação dos acionistas minoritários junto ao Conselho de Administração e decide, nas assembleias de acionistas, para que façam recomendações e orientem o órgão quanto à tomada de decisão			Além dos acionistas minoritários, os empregados também têm acesso ao Conselho de administração por meio do contato com seu Presidente
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização	Completo	21 a 29			
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	Completo	21 a 29			
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização, para questões relacionadas a temas econômicos, sociais e ambientais	Completo	21 a 29			
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como estágio de sua implementação	Completo	4 e 21 a 29			
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social	Completo	21 a 29			

4. Governança, Compromissos e Engajamento (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	Completo	"Não há processo de autoavaliação de desempenho relativo às dimensões econômica, ambiental ou social formalizado no Conselho de Administração. Porém, por considerar essa avaliação como boa prática, está em análise a adoção de um modelo que contemple a autoavaliação"			
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio de precaução	Completo	43 a 45			
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social, que a organização subscreve ou endossa	Completo	21 a 29			
4.13	Participação significativa em associações e/ ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; integra projetos ou comitês; contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada	Completo	99			
4,14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização	Completo	10 a 11 e 89 a 99			
4.15	Base para identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar	Completo	Em 2008, a Tractebel Energia realizou um workshop multidisciplinar que contou com a participação de diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os públicos de interesse que impactam ou são impactados pelo seu negocio e avaliar o grau desse impacto. Esses públicos fazem parte da consulta online anual que a Tractebel Energia conduz para definir os temas materiais do Relatório			
4.16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo sua frequência por tipo e grupo de stakeholders	Completo	Como parte do processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade, a Companhia realiza anualmente o engajamento e consulta aos stakeholders. Para isso, aplica a todos os públicos e simultaneamente uma pesquisa online.			
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos stakeholders e medidas adotadas para tratá-los	Completo	10 e 11			

Desempenho Econômico

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
	Informações sobre a forma de gestão econômica	Completo	31 a 35 e 47 a 63			
Aspecto	Desempenho Econômico	Completo	7 e 47 a 63			
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	Completo	7			
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	Completo	68 a 86			Ver gráfico de "Distribuição do Valor Adicionado"
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece	Completo	93			
EC4	Ajuda financeira recebida do governo	Completo	Não foi recebida ajuda financeira em 2012			
Aspecto	Presença no Mercado	Completo	91 a 100			
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	Parcial	93	O indicador é apresentado em uma média geral, e não por unidade operacional	Informação sigilosa	
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	Completo	100			
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	Parcial	91 a 94	Não inclui segregação por membros da alta gerência recrutados na comunidade local	Não material	A Companhia não faz a segregação por cargo dos empregados contratados localmente
Aspecto	Impactos Econômicos Indiretos	Completo	89 a 103			
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono	Completo	95 e 96			
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	Completo	89 a 103			

Meio Ambiente

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	
	Informações sobre a forma de gestão ambiental $_{COM}$	Completo	68 a 86				
Aspecto	Materiais	Completo	81				
EN1$_{COM}$	Materiais usados por peso ou volume	Completo	81				
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	Completo	81				
Aspecto	Energia	Parcial	77 e 81	Quantidade de energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	Não disponível	A Companhia deu início em 2010 ao processo para levantamento de suas emissões atmosféricas, que incluiu o consumo de energia indireta e a evolução e redução do consumo devido às melhorias em conservação e eficiência	
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Completo	77 e 81				
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária	Não reportado			Não aplicável	O principal consumo da Companhia nas usinas é de energia gerada nas próprias instalações, ou seja, não compreende consumo de energia indireta (comprada de fontes externas)	
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	Não reportado			Não disponível	A Companhia deu início em 2010 ao processo para levantamento de suas emissões atmosféricas, que deverá incluir o consumo de energia indireta e a evolução e redução do consumo em função das melhorias em conservação e eficiência	Meta para 2013

Meio Ambiente (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas	Não reportado			Não aplicável		
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	Completo	77 e 81				
Aspecto	Água	Completo	78				
EN8$_{COM}$	Total de água retirada por fonte	Completo	78				
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	Não reportado			Não aplicável	A retirada de água pela Companhia nestes casos não se enquadra nos critérios que definem retiradas significativas	
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	Completo	A instalação de circuito fechado no sistema de arraste das cinzas pesadas de Jorge Lacerda possibilitou uma redução média estimada de 50% do consumo total de água e de cerca de 95% do consumo de água industrial da Usina, devido ao reuso da água, desde sua implantação, em 2010				
Aspecto	Biodiversidade	Parcial	68, 69 e 82	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações	Não material	A Companhia faz o levantamento de todas as espécies nas áreas de entorno dos seus reservatórios, porém não há um número consolidado de quantas dessas espécies fazem parte das listas nacionais de conservação	Meta para 2013
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Completo	68 e 69				

Meio Ambiente (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	
EN12$_{COM}$	Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Completo	82				
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	Completo	68 e 69				
EN14$_{COM}$	Estratégia, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	Completo	82				
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	Não reportado		Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações	Não material	A Companhia faz o levantamento de todas as espécies nas áreas de entorno dos seus reservatórios, porém não há um número consolidado de quantas dessas espécies fazem parte das listas nacionais de conservação	
Aspecto	Emissões, Efluentes e Resíduos	Parcial	74 a 76 e 78 a 80	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa	Não disponível	As medições não englobam as emissões indiretas do negócio, porém a Companhia pretende monitorá-las a médio prazo e deu início ao processo de monitoramento e levantamento para seu inventário de emissões de gases de efeito estufa	Meta para 2013
EN16$_{COM}$	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso	Completo	74 a 76				
EN17	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa	Não reportado			Não disponível	As medições não englobam as emissões indiretas do negócio, porém a Companhia pretende monitorá-las a médio prazo e deu início ao processo de monitoramento e levantamento para seu inventário de emissões de gases de efeito estufa	Meta para 2013

Meio Ambiente (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EN18$_{COM}$	Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas	Completo	74 a 76			
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	Completo	74 a 76			
EN20$_{COM}$	NOx, SO_2 e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Completo	74 a 76			
EN21$_{COM}$	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Completo	78			
EN22$_{COM}$	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Completo	79 e 80			
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	Completo	Em 2012 não foi registrado nenhum derramamento significativo			
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basiléia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Completo	79 e 80			
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora	Completo	68 e 69			Os descartes realizados pela Companhia nestes casos não se enquadram nos critérios definidos pelo GRI
Aspecto	Produtos e Serviços	Não reportado			Não aplicável	Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos	Não reportado			Não aplicável	Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia

Meio Ambiente (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	Não reportado			Não aplicável	Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia
Aspecto	Conformidade	Completo				
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Completo	A Companhia não sofreu multas significativas por não cumprimento da regulamentação ambiental em 2012			
Aspecto	Transporte	Completo				
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores	Completo	81			A Companhia possui procedimento de monitoramento dos índices de fumaça preta dos veículos a diesel utilizados pelos fornecedores e consequente notificação em caso de desvio dos padrões normativos/legais. Além disso, a fim de evitar derramamentos de óleos, combustíveis e substâncias químicas, a Tractebel Energia conta com procedimentos operacionais preventivos e de contenção, além de Planos de Atendimento a Emergências (PAE)
Aspecto	Geral	Completo				
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	Completo	86			

Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
Aspecto	Emprego	Completo	91 a 93			
LA1$_{COM}$	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	Completo	91 e 92			
LA2$_{COM}$	Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região	Parcial	91 e 92	Não inclui a taxa de rotatividade segregada por idade, gênero e região	Não disponível	
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações	Completo	93			Todos os empregados próprios da Tractebel Energia trabalham em regime de tempo integral
Aspecto	Relações entre os Trabalhadores e a Governança	Completo	93			
LA4$_{COM}$	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	Completo	93			
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	Completo	A Companhia notifica seus empregados com antecedência, avaliada caso a caso, porém, não tem um período mínimo estabelecido			
Aspecto	Segurança e Saúde no Trabalho	Completo	86 a 89			
LA6	Percentual de empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	Completo	87			Os comitês descritos representam mais de 75% dos empregados
LA7$_{COM}$	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região	Completo	88			
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	Completo	86 a 89			

Meta para 2014

Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	Completo	Os acordos coletivos firmados entre a Tractebel Energia e os sindicatos abrangem temas como segurança e saúde, uso de equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às CIPAs			
Aspecto	Treinamento e Educação	Completo	94			
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional	Completo	94			
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira	Completo	94			
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Completo	94			
Aspecto	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Completo	92			
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	Parcial	92	Não há segregação por raça	Não material	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita o reporte desse dado
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	Não reportado			Não aplicável	A Tractebel Energia não trabalha com a distinção entre o salário base de homens e mulheres em nenhuma categoria funcional

Social: Direitos Humanos

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	
	Informações sobre a forma de gestão social	Completo	89 a 103				
Aspecto	Práticas de Investimento e de Processos de Compra	Completo	94 e 98				
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	Completo	98				
HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas	Parcial	Todos os contratos-padrão da Companhia possuem cláusula de direitos humanos (proibindo mão-de-obra infantil e qualquer tipo de trabalho escravo)	Porcentagem de empresas contratadas que passaram por avaliação sobre suas práticas de direitos humanos	Não disponível	As avaliações "in loco", para verificar o cumprimento dos compromissos assumidos, são feitas com base em uma amostra aleatória dos contratos da Companhia	Meta para 2013
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento	Completo	94				
Aspecto	Não Discriminação	Completo					
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	Completo	Não foram identificados casos de discriminação em 2012				
Aspecto	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	Completo					
HR5$_{COM}$	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	Completo	Não foram identificadas operações nesse sentido				
Aspecto	Trabalho Infantil	Completo					
HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	Completo	Não foram identificadas operações nesse sentido				
Aspecto	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	Completo					

Social: Direitos Humanos (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo	Completo	Não foram identificadas operações nesse sentido			
Aspecto	Práticas de Segurança	Completo	94			
HR8	Porcentagem do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	Completo	94			
Aspecto	Direitos Indígenas	Completo				
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	Completo	Não foram identificadas operações nesse sentido			

Social: Sociedade

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
Aspecto	Comunidade	Completo	83 a 85, 95 e 96			
SO1$_{COM}$	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	Completo	83 a 85, 95 e 96			
Aspecto	Corrupção	Completo	94			
SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção	Completo	As unidades de negócio contam com sistema de controle dos processos de aquisições, que atua também reduzindo o risco de corrupção. Entretanto, não há avaliação das mesmas quanto aos riscos relacionados a corrupção			
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização	Completo	94			

Social: Sociedade (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	Completo	Não foram registradas ocorrências deste tipo			
Aspecto	Políticas Públicas	Completo	98 e 99			
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	Completo	99			
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país	Completo	98			
Aspecto	Concorrência Desleal	Completo				
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	Completo	Não foram registradas ocorrências deste tipo			
Aspecto	Conformidade	Completo				
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos	Completo	Não foram registradas ocorrências deste tipo			

Social: Responsabilidade pelo Produto

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
	Informações sobre a forma de gestão social	Completo	97			
Aspecto	Saúde e Segurança do Cliente	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes
PR1$_{COM}$	Fases do ciclo de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes

Social: Responsabilidade pelo Produto (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes
Aspecto	Rotulagem de Produtos e Serviços	Completo	97			
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não estão sujeitos a exigências de procedimentos de rotulagem
PR4	Número total de casos de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não estão sujeitos a exigências de procedimentos de rotulagem
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação	Completo	97			
Aspecto	Comunicações de Marketing	Não reportado			Não aplicável	A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	Não reportado			Não aplicável	A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório
PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	Não reportado			Não aplicável	A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório
Aspecto	Privacidade do Cliente	Completo				
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes	Completo	Não foram registradas reclamações desse tipo			

Social: Responsabilidade pelo Produto (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
Aspecto	Conformidade	Completo				
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Completo	O suprimento de energia elétrica é regulado e fiscalizado pela Aneel. Em 2012 a Companhia não registrou nenhuma penalização			

Indicadores Setoriais: Energia Elétrica

Perfil Organizacional

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU1	Capacidade instalada por fonte de energia e regime regulatório	Completo	13 a 19			
EU2	Produção líquida de energia conforme fonte primária de energia e regime regulatório	Completo	47 a 63			
EU3	Número de clientes residenciais, industriais e comerciais	Completo	31 a 35			
EU4	Extensão das linhas de transmissão e distribuição de superfície e subterrâneas por regime regulatório	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU5	Licenças de comercialização de emissões CO_2	Completo	76			

Econômico

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU6	Planejamento para assegurar a disponibilidade e segurança na oferta de energia	Completo	8, 9, 48 e 49			

Indicadores Setoriais: Energia Elétrica (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU7	Programas de gerenciamento da demanda abrangendo consumidores residenciais, comerciais, institucionais e industriais, entre outros	Completo	32 e 33			
EU8	Atividades de pesquisa e desenvolvimento e investimentos com o objetivo de prover energia confiável e promover o desenvolvimento sustentável	Completo	39 a 41			
EU9	Providências para fechamento de plantas de energia nuclear	Não reportado			Não aplicável	A Tractebel Energia não opera usinas nucleares de energia
EU10	Capacidade planejada (MW) em relação à demanda projetada	Não reportado			Informação sigilosa	Por considerá-la estratégica, a Tractebel Energia não divulga essa informação
EU11	Média de eficiência na geração em plantas de termelétricas	Completo	50 e 51			
EU12	Percentual de perdas (eficiência) em transmissão e distribuição em relação à energia total	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia

Meio Ambiente

Perfil Organizacional

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU13	Evolução na biodiversidade de habitats recuperados	Completo	68 a 73			

Social

Perfil Organizacional

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU14	Processos para garantir a retenção e renovação da força de trabalho qualificada	Completo	91 a 94			
EU15	Porcentagem de empregados aptos à aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos por categoria de trabalho e região	Parcial	94	Não está segregado por categoria e região	Informação sigilosa	A Companhia não divulga a segregação por categoria e por região por se tratar de informação estratégica e confidencial
EU16	Políticas e critérios relativas à saúde e segurança dos empregados contratados e subcontratados	Completo	86 a 89			
EU17	Dias trabalhados por empregados contratados e terceirizados na construção, operação e manutenção das atividades	Parcial	88	Não apresenta dias trabalhados por empregados, apenas por terceirizados em "horas de exposição ao risco"	Não disponível	Os serviços de construção, operação e manutenção que envolvem exposição ao risco são, em maior parte, realizados por empregados terceirizados
EU18	% de contratados e terceirizados treinados em saúde e segurança	Completo	89			Todos os empregados e terceirizados são treinados em saúde e segurança, de acordo com a a norma BS OHSAS 18001 – Sistema de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho
EU19	Processo participativo dos *stakeholders* na elaboração e tomada de decisões e planejamento de oferta de energia e infraestrutura	Completo	90			
EU20	Gestão dos impactos do deslocamento involuntário	Completo	Em 2012 não foi necessário o deslocamento involuntário de comunidades, já que a Companhia não desenvolveu essa fase inicial de implantação de nenhuma usina			
EU21	Planejamento e medidas de contingência em caso de catástrofes/emergências	Completo	95 e 96			

Meta para 2014

Social (continuação)

Indicadores GRI		Reporte	Referência (pg.) / Resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU22	Número de pessoas desalojadas por projetos novos ou de expansão	Completo	Em 2012 não foi necessário o deslocamento involuntário de comunidades, já que a Companhia não desenvolveu essa fase inicial de implantação de nenhuma usina			Informação apresentada por número de famílias reassentadas
EU23	Programas para a melhoria ou manutenção do acesso à eletricidade e serviços	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU24	Práticas para abordar barreiras relacionadas a idioma, cultura e baixa alfabetização para obtenção e uso adequado dos serviços de eletricidade	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU25	Número de acidentes e óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa	Completo	87			
EU26	Porcentagem da população não atendida em áreas urbanas e em áreas rurais	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia. Portanto, não é responsável pelo atendimento à população
EU27	Número de desligamentos residenciais por não pagamento, divididos por duração do desligamento	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia. Portanto, não possui clientes residenciais
EU28	Freqüência de interrupção de energia	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU29	Duração média da interrupção de energia	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU30	Disponibilidade média de geração	Completo	50			

Asseguração
Independente

Mato Grosso do Sul



Asseguração Independente

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012

Aos Administradores
Tractebel Energia S.A.

INTRODUÇÃO

1. Fomos contratados pela Tractebel Energia S.A. ("Tractebel") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012 da Tractebel Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA TRACTEBEL ENERGIA S.A.

2. A administração da Tractebel é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012 de acordo com critérios e diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G3) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

3. Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade com base na NBC TO 3000 -Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de se obter segurança limitada de que as informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

4. Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e a ISAE 3000 consiste, principalmente, de indagações à administração e outros profissionais da Tractebel envolvidos na elaboração das informações, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para se obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações socioambientais, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

5. Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012 e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:
(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório de Sustentabilidade 2012 da Tractebel;
(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
(c) entrevistas com gestores responsáveis pelas informações por meio de visitas à unidade administrativa da Tractebel; e
(d) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012;

6. Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

ALCANCE E LIMITAÇÕES

7. Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012. Consequentemente, não nos foi possível obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

8. Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os exercícios anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

CONCLUSÃO

9. Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012 da Tractebel Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios e diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G3).

OUTROS ASSUNTOS

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

10. As demonstrações contábeis da Tractebel referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram seu parecer de auditoria em 07 de fevereiro de 2013, sem ressalvas. Os indicadores de desempenho social e ambiental baseados em informações contábeis, e apresentados no relatório de sustentabilidade da Tractebel, foram extraídos dessas demonstrações contábeis, as quais não foram objeto de asseguração para fins desta revisão.

Florianópolis, 29 de abril de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC BA022047/O-1 "S" SC

Parecer da GRI

Declaração de Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que a Tractebel Energia apresentou seu relatório "Relatório de Sustentabilidade 2012" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 da GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque a Tractebel Energia submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabelecem os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social (www.globalreporting.org).

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em abril de 2013. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

Global Reporting Initiative™

A+ GRI REPORT GRI CHECKED

Informações Corporativas



Ceará

InformaçõesCorporativas

ENDEREÇO DA COMPANHIA

Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064
CEP 88025-255 - Florianópolis (SC)
Tel.: (48) 3221-7000
Fax: (48) 3221-7001

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
sattamini@tractebelenergia.com.br

Antonio Previtali Jr.
Gerente de Relações com Investidores
previtali@tractebelenergia.com.br

Rafael J. Caron Bósio
Especialista em Relações com Investidores
rbosio@tractebelenergia.com.br

Mario Corrêa de Sá e Benevides
Consultor de Sustentabilidade
mariocsb@tractebelenergia.com.br

Mariana Nicoletti Puricelli
Analista de Relações com Investidores
mariananp@tractebelenergia.com.br

Ana Lígia Viccari
Analista de Relações com Investidores
aviccari@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7221

RELAÇÕES COM A IMPRENSA E COMUNIDADES

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo
luciano@tractebelenergia.com.br

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Leandro Provedel Kunzler
leandropk@tractebelenergia.com.br

Eduardo Peressoni Vieira
evieira@tractebelenergia.com.br

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Luciane Rodrigues Pinheiro Pedro
luciane@tractebelenergia.com.br
Tel.: (48) 3221-7060

WEBSITE

www.tractebelenergia.com.br

PUBLICAÇÕES LEGAIS

Diário Oficial de Santa Catarina
Notícias do Dia

ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS

Banco Itaú S.A.
Departamento de Atendimento Unificado
Tel.: (11) 5029-7780

BANCO DEPOSITÁRIO

No Brasil: Banco Itaú S.A.

Nos Estados Unidos da América (American Depositary Receipts):
The Bank of New York Mellon

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Deloitte Touche Tohmatsu

ASSEGURAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

PricewaterhouseCoopers (PwC)

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Coordenador:
Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo
luciano@tractebelenergia.com.br

COMITÊ DE ÉTICA

Membros
Diretor Administrativo (coordenador): (48) 3221-7060
Gerente da Unidade Organizacional Assuntos Jurídicos: (48) 3221-7042
Gerente da Unidade Organizacional Recursos Humanos: (48) 3221-7029
Gerente da Unidade Organizacional Auditoria Interna: (48) 3221-7314
comitedeetica@tractebelenergia.com.br

DIRETORIA DE ÉTICA DA GDF SUEZ

16, rue la Ville l'Evêque
75383 Paris 08 - France
ethic@suez.com
Tel.: + 33 1 4006-6400
Fax: + 33 1 4006-2969

EXPEDIENTE

Coordenação Geral
Tractebel Energia

Redação
Departamento de Relações com Investidores da Tractebel Energia

Consultoria em GRI, Edição e Tradução
Ricca RI

Revisão
Relata Editorial
Ricca RI

Design e Diagramação
Ricca RI

Imagens
Acervo Tractebel Energia

Goiás

Demonstrações Contábeis



Balanços Patrimoniais

Levantados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 31.12.2012	Controladora 31.12.2011	Consolidado 31.12.2012	Consolidado 31.12.2011
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	736.317	567.119	1.179.976	781.808
Contas a receber de clientes	5	413.001	410.903	622.916	542.149
Dividendos a receber de controladas		37.026	7.946	-	-
Estoques	6	42.317	38.883	45.374	42.837
Impostos e contribuições sociais a recuperar	7	305	1.987	64.749	64.294
Depósitos vinculados	8	-	32.159	1.309	38.923
Outros ativos circulantes		63.347	51.746	70.981	56.197
		1.292.313	**1.110.743**	**1.985.305**	**1.526.208**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Impostos e contribuições sociais a recuperar	7	13.814	16.099	128.185	162.007
Valores a receber pela alienação de ativo	9	86.886	86.886	86.886	86.886
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	-	16.992	23.930
Depósitos vinculados	8	-	-	103.310	90.567
Depósitos judiciais	10	108.616	104.059	110.411	105.832
Outros ativos não circulantes		20.033	38.586	40.742	51.433
		229.349	**245.630**	**486.526**	**520.655**
Investimentos	11	**2.763.992**	**2.551.112**	**-**	**-**
Imobilizado	12	**4.742.243**	**5.048.182**	**9.683.085**	**9.885.151**
Intangível	13	**10.965**	**15.852**	**109.500**	**96.549**
		7.746.549	**7.860.776**	**10.279.111**	**10.502.355**
TOTAL		**9.038.862**	**8.971.519**	**12.264.416**	**12.028.563**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(Continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	127.546	219.640	219.328	234.336
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	247.292	220.767	247.591	221.025
Empréstimos e financiamentos	15	163.006	41.364	357.043	233.924
Debêntures	16	170.042	183.540	170.042	183.540
Concessões a pagar	17	3.129	2.643	48.800	45.688
Impostos e contribuições sociais a pagar	18	362.975	304.483	416.076	352.009
Provisão para remunerações e encargos	19	61.400	53.031	61.785	53.710
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	20	28.439	7.640	29.170	8.615
Obrigações com benefícios de aposentadoria	21	32.368	36.045	32.368	36.045
Outros passivos circulantes		84.245	61.658	108.470	103.806
		1.280.442	**1.130.811**	**1.690.673**	**1.472.698**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15	487.972	629.681	2.848.912	2.923.882
Debêntures	16	158.548	307.854	158.548	307.854
Concessões a pagar	17	964.758	825.730	1.380.126	1.220.264
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	20	139.004	124.123	145.550	132.591
Obrigações com benefícios de aposentadoria	21	274.607	300.964	274.607	300.964
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	163.370	165.482	179.127	166.539
Outros passivos não circulantes		109.984	38.893	124.033	53.513
		2.298.243	**2.392.727**	**5.110.903**	**5.105.607**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reserva de capital	23	91.695	91.695	91.695	91.695
Ajustes de avaliação patrimonial	23	582.656	648.363	582.656	648.363
Reservas de lucros	23	2.340.060	2.262.157	2.340.060	2.262.157
		5.460.177	**5.447.981**	**5.460.177**	**5.447.981**
Participação de acionista não controlador	23	-	-	2.663	2.277
		5.460.177	**5.447.981**	**5.462.840**	**5.450.258**
TOTAL		**9.038.862**	**8.971.519**	**12.264.416**	**12.028.563**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	25	**3.497.685**	**3.540.143**	**4.912.499**	**4.326.951**
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda		(205.682)	(385.878)	(663.591)	(471.932)
Transações no âmbito da CCEE		(48.002)	(20.543)	(53.470)	(22.022)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(265.678)	(244.460)	(329.949)	(287.161)
Custo de produção de energia elétrica	26	(785.315)	(861.795)	(1.057.783)	(1.056.861)
Custo dos serviços prestados	26	(26.141)	(22.647)	(26.141)	(22.647)
		(1.330.818)	**(1.535.323)**	**(2.130.934)**	**(1.860.623)**
LUCRO BRUTO		**2.166.867**	**2.004.820**	**2.781.565**	**2.466.328**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(12.881)	(13.330)	(18.597)	(16.826)
Despesas gerais e administrativas	26	(158.502)	(145.498)	(170.017)	(157.060)
(Constituição) reversão de provisões operacionais	27	(26.998)	104.078	(29.009)	97.035
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(13.662)	15.861	(16.704)	19.121
		(212.043)	**(38.889)**	**(234.327)**	**(57.730)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	263.541	186.690	-	-
Amortização de Ágio	11	(3.712)	(1.843)	-	-
		259.829	**184.847**	**-**	**-**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**2.214.653**	**2.150.778**	**2.547.238**	**2.408.598**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	58.152	103.919	88.185	133.672
Despesas financeiras	28	(301.820)	(324.767)	(535.423)	(507.482)
		(243.668)	**(220.848)**	**(447.238)**	**(373.810)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**1.970.985**	**1.929.930**	**2.100.000**	**2.034.788**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	29	(473.600)	(463.244)	(580.551)	(563.125)
Diferido	29	2.112	(19.050)	(19.526)	(23.557)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.499.497**	**1.447.636**	**1.499.923**	**1.448.106**
LUCRO ATRIBUÍDO AOS:					
Acionistas da Tractebel Energia		**1.499.497**	**1.447.636**	**1.499.497**	**1.447.636**
Acionista não controlador		**-**	**-**	**426**	**470**
		1.499.497	**1.447.636**	**1.499.923**	**1.448.106**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS		**2,30**	**2,22**	**2,30**	**2,22**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Dividendos propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladora	Participação de não controlador	Patrimônio líquido consolidado
					Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros					
SALDO EM 31.12.2010		**2.445.766**	**91.695**	**708.190**	**422.556**	**16.827**	**1.229.380**	**158.270**	**-**	**5.072.684**	**-**	**5.072.684**
Transação com acionista não controlador		-	-	-	-	-	-	-	(2.065)	(2.065)	2.065	-
Dividendos de 2010 pagos		-	-	-	-	-	-	(158.270)	-	(158.270)	-	(158.270)
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	23	-	-	(59.827)	-	-	-	-	59.827	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.447.636	1.447.636	470	1.448.106
Destinações proposta à AGO:												
- Reserva legal	23	-	-	-	66.597	-	-	-	(66.597)	-	-	-
- Reserva de incentivos fiscais	23	-	-	-	-	9.455	-	-	(9.455)	-	-	-
- Dividendos	24	-	-	-	-	-	-	517.342	(1.175.356)	(658.014)	(258)	(658.272)
- Juros sobre o capital próprio creditados	24								(253.990)	(253.990)		(253.990)
SALDO EM 31.12.2011		**2.445.766**	**91.695**	**648.363**	**489.153**	**26.282**	**1.229.380**	**517.342**	**-**	**5.447.981**	**2.277**	**5.450.258**
Dividendos de 2011 pagos		-	-	-	-	-	-	(517.342)	-	(517.342)	-	(517.342)
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos		-	-	(65.707)	-	-	-	-	65.707	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.499.497	1.499.497	426	1.499.923
Destinações proposta à AGO:									-	-	-	-
- Reserva de incentivos fiscais	23	-	-	-	-	18.816	-	-	(18.816)	-	-	-
- Dividendos	24	-	-	-	-	-	-	576.429	(1.270.188)	(693.759)	(40)	(693.799)
- Juros sobre o capital próprio creditados	24								(276.200)	(276.200)		(276.200)
SALDO EM 31.12.2012		**2.445.766**	**91.695**	**582.656**	**489.153**	**45.098**	**1.229.380**	**576.429**	**-**	**5.460.177**	**2.663**	**5.462.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	1.970.985	1.929.930	2.100.000	2.034.788
Ajustes para conciliar o lucro antes dos tributos ao caixa gerado nas operações:				
Resultado de participações societárias	(259.829)	(184.847)	-	-
Depreciação e amortização	373.679	368.330	561.174	501.099
Variação monetária e cambial	102.250	84.933	124.471	109.468
Juros	168.338	192.433	360.005	340.336
Constituição (reversão) de provisões operacionais	28.530	(99.950)	31.099	(92.985)
Outros	10.479	(5.754)	10.569	6.395
Lucro ajustado	**2.394.432**	**2.285.075**	**3.187.318**	**2.899.101**
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	(4.925)	34.399	(82.404)	(9.846)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	18.168	899	63.998	35.625
Estoques	(3.434)	4.158	(2.537)	3.195
Depósitos vinculados e judiciais	36.735	79.434	42.628	83.653
Ativo disponível para venda	-	-	-	23.057
Outros ativos	(12.335)	(5.934)	(11.309)	(5.934)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	304	35.837	63.234	(24.808)
Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	6.747	(342)	9.135	2.098
Obrigações com benefícios de aposentadoria	(27.387)	(23.766)	(27.387)	(23.766)
Adiantamentos de clientes	(117)	(3)	(26.572)	(33.461)
Outros passivos	(10.689)	(24.439)	(18.221)	(28.812)
Caixa gerado pelas operações	**2.397.499**	**2.385.318**	**3.197.883**	**2.920.102**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(462.958)	(526.703)	(565.939)	(598.664)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(86.900)	(151.837)	(272.638)	(267.764)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.847.641**	**1.706.778**	**2.359.306**	**2.053.674**

Continua na próxima página

(Continuação)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	(141.434)	(107.874)	-	-
Aplicação no imobilizado	(67.895)	(91.410)	(306.704)	(347.321)
Aplicação no intangível	(2.516)	(3.722)	(28.284)	(13.757)
Dividendos recebidos de controladas	159.303	30.531	-	-
Restituição de capital de controlada	-	24.816	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(52.542)**	**(147.659)**	**(334.988)**	**(361.078)**
Atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	430.000	244.262	502.799
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(209.492)	(1.213.831)	(395.200)	(1.418.390)
Parcelas de concessões pagas	(2.724)	(2.528)	(49.053)	(44.443)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.421.110)	(1.002.366)	(1.421.110)	(1.002.366)
Créditos com partes relacionadas	7.425	608	-	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(5.049)	(30.968)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(1.625.901)**	**(1.788.117)**	**(1.626.150)**	**(1.993.368)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**169.198**	**(228.998)**	**398.168**	**(300.772)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	567.119	796.117	781.808	1.082.580
Saldo final	736.317	567.119	1.179.976	781.808
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**169.198**	**(228.998)**	**398.168**	**(300.772)**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 35 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receita bruta de vendas	3.863.329	3.908.292	5.489.792	4.848.480
Receita relativa à construção de ativos	-	-	290.271	300.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.665)	(6.043)	(2.937)	(6.180)
Outros	(13.662)	15.861	(16.704)	19.121
	3.847.002	**3.918.110**	**5.760.422**	**5.161.736**
(-) Insumos				
Energia elétrica comprada para revenda	(205.682)	(385.878)	(663.591)	(471.932)
Transações no âmbito da CCEE	(48.002)	(20.543)	(53.470)	(22.022)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão	(265.678)	(244.460)	(329.949)	(287.161)
Combustíveis para a produção de energia	(27.143)	(100.375)	(39.659)	(108.799)
Serviços de terceiros	(143.003)	(128.742)	(175.571)	(157.328)
Materiais	(28.124)	(23.214)	(30.903)	(26.450)
Seguros	(10.445)	(8.259)	(13.703)	(10.017)
(Constituição) reversão de provisões operacionais	(24.333)	110.121	(26.072)	103.215
Gastos com a construção de usinas	-	-	(256.430)	(199.282)
Outros	(36.986)	(31.029)	(50.915)	(32.887)
	(789.396)	**(832.379)**	**(1.640.263)**	**(1.212.663)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.057.606**	**3.085.731**	**4.120.159**	**3.949.073**
Depreciação e amortização	(373.679)	(368.330)	(561.174)	(501.099)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**2.683.927**	**2.717.401**	**3.558.985**	**3.447.974**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	58.152	103.919	88.185	133.672
Resultado de participações societárias	259.829	184.847	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**3.001.908**	**3.006.167**	**3.647.170**	**3.581.646**

Continua na próxima página

(Continuação)

Distribuição do Valor Adicionado

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2012	%	31.12.2011	%	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	135.395	4,51	118.104	3,93	139.508	3,82	121.173	3,38
Benefícios	43.156	1,44	37.546	1,25	43.645	1,20	37.922	1,06
Participação nos resultados	22.841	0,76	22.329	0,74	22.841	0,63	22.329	0,62
FGTS	9.724	0,32	8.695	0,29	10.145	0,28	8.910	0,25
	211.116	**7,03**	**186.674**	**6,21**	**216.139**	**5,93**	**190.334**	**5,31**
Do governo								
Impostos federais	817.975	27,25	816.081	27,14	1.094.512	30,01	1.010.818	28,23
Impostos estaduais	23.288	0,78	34.849	1,16	84.613	2,32	94.886	2,65
Impostos municipais	1.948	0,06	2.312	0,08	2.128	0,06	2.513	0,07
Encargos setoriais	135.609	4,52	182.750	6,08	168.984	4,63	213.258	5,95
Encargos sobre concessão a pagar	142.238	4,74	109.876	3,66	207.072	5,68	171.694	4,79
	1.121.058	**37,35**	**1.145.868**	**38,12**	**1.557.309**	**42,70**	**1.493.169**	**41,69**
Do capital de terceiros								
Juros e variações monetárias	140.779	4,69	197.483	6,57	304.122	8,34	314.813	8,79
Juros capitalizados	-	-	-	-	33.841	0,93	101.033	2,82
Aluguéis	11.555	0,38	12.978	0,43	13.999	0,38	15.713	0,44
Outras despesas financeiras	17.903	0,60	15.528	0,52	21.837	0,60	18.478	0,52
	170.237	**5,67**	**225.989**	**7,52**	**373.799**	**10,25**	**450.037**	**12,57**
Do capital próprio								
Reserva legal	-	-	66.597	2,22	-	-	66.597	1,86
Reserva de incentivos fiscais	18.816	0,63	9.455	0,31	18.816	0,52	9.455	0,26
Realização do ajuste a valor justo	(65.707)	(2,19)	(59.827)	(1,99)	(65.707)	(1,80)	(59.827)	(1,67)
Juros sobre o capital próprio	276.200	9,20	253.990	8,44	276.200	7,57	253.990	7,09
Dividendos	1.270.188	42,31	1.175.356	39,10	1.270.188	34,82	1.175.356	32,82
Acionista não controlador	-	-	2.065	0,07	426	0,01	2.535	0,07
	1.499.497	**49,95**	**1.447.636**	**48,15**	**1.499.923**	**41,12**	**1.448.106**	**40,43**
	3.001.908	**100,00**	**3.006.167**	**100,00**	**3.647.170**	**100,00**	**3.581.646**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

De 31.12.2012 e 2011 (Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

01. Contexto Operacional

A Tractebel Energia S.A. ("Companhia", "Tractebel Energia" ou "TBLE") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts (ADR)* Nível I no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, de acordo com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A. (atual denominação da SUEZ-Tractebel S.A.), cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, é controlada pela International Power PLC (IPR), empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,3%[1] da capacidade instalada do país ao final de 2012. A capacidade instalada da Companhia, em 31.12.2012, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial de sete das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), é de 6.854,8 MW. Desse total, 80,3% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,3% de termelétricas e 2,4% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas e geração à biomassa. A energia assegurada para fins de comercialização, em 31.12.2012, é de 3.804,9 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas, seis termelétricas[2], três PCH, duas de fontes eólicas e duas com geração à biomassa.

Os principais eventos relacionados com a atividade da Companhia, ocorridos no ano de 2012, estão sumarizados a seguir:

a) Início da operação comercial das unidades 5 a 7 da Usina Hidrelétrica Estreito

O início da operação comercial da 5ª, 6ª e 7ª unidades geradoras ocorreram em março, maio e agosto de 2012, respectivamente, adicionando 57 MW médios à energia assegurada para comercialização da Companhia. Com as novas unidades em operação a UHE Estreito atingiu 87,5% do total de sua capacidade instalada e 97,3% de sua capacidade comercial. A entrada em operação comercial da última unidade geradora está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2013.

b) Compromisso contratual *(covenant)* da 2ª emissão de debêntures da Tractebel Energia

Em 10.05.2012, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª emissão aprovou a elevação do *covenant* da Companhia de 2,5 vezes para 3,5 vezes a relação "Dívida bruta / EBITDA".

c) Implantação de projetos eólicos

A Companhia está em fase de implantação de quatro projetos eólicos no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 115,4 MW e comercial de 58,2 MW médios. O investimento inicial estimado foi de R$ 476.060 e o início da operação comercial está previsto para o segundo semestre de 2013. O projeto está sendo financiado com recursos do BNDES, no montante total de R$ 358.000, dos quais R$ 204.920 foram liberados em 2012.

d) Medida Provisória nº 579

Em 11.09.2012 foi publicada a MP 579, posteriormente convertida na Lei 12.783/2013, que aborda aspectos relativos às concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e à redução de encargos setoriais visando a modicidade tarifária.

De acordo com a nova legislação, as concessões de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei das Concessões (Lei

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são examinadas pelos auditores independentes.

[2] O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

nº 8.987/95) e não licitadas, poderão ser renovadas, uma única vez, por prazo de até trinta anos, desde que os concessionários aceitem remuneração exclusivamente via tarifas para cobertura de custos de operação e manutenção, encargos, tributos e, quando couber, uso de transmissão e distribuição. Ademais, alguns encargos setoriais serão eliminados ou reduzidos do custo da energia, passando a ser mantido por meio de recursos do Tesouro Nacional, inclusive o relativo à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que é utilizada para o reembolso do custo do carvão mineral usado para termoeletricidade.

Os ativos de geração da Companhia não sofreram nenhum impacto direto advindo da nova legislação, no tocante à renovação das concessões, dado que a aquisição desses ativos se deu por meio de processos licitatórios realizados após a publicação da Lei nº 8.987/95.

e) Elevação da capacidade de honrar os seus compromissos financeiros *(rating)*

A agência Standard & Poor's elevou, em 27.09.2012, o *rating* de crédito corporativo de longo prazo da Companhia, na escala nacional Brasil, de 'brAA+' para 'brAAA', com perspectiva estável. Nesta mesma data a agência também reafirmou o *rating* de crédito corporativo de curto prazo 'brA-1'.

f) Aquisição do projeto eólico Santa Mônica

Em 22.10.2012, a Companhia assinou o contrato de aquisição do projeto eólico Santa Mônica, localizado no Estado do Ceará. O montante total da aquisição foi de R$ 6.648. O projeto é composto por duas usinas com capacidade instalada total de 58,8 MW e capacidade comercial de 26,5 MW médios. O referido projeto se encontra em fase de estudos internos de avaliação quanto à sua implantação.

02. Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando um conjunto único, contendo as seguintes demonstrações contábeis:

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador do setor elétrico brasileiro, a Aneel.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Tractebel Energia, identificadas como "Controladora", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão convergentes com as normas IFRS, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas integrais e em conjunto que, pelas regras brasileiras, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

Não há diferenças entre o patrimônio líquido e os resultados da controladora e do consolidado constantes, respectivamente, das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente mencionadas.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia. As transações denominadas em moedas estrangeiras foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis.

c) Segmento de negócios

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou adquirida por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentrou 99,5% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

d) Demonstrações dos resultados de operações descontinuadas e dos resultados abrangentes

Nos exercícios apresentados, a Companhia não teve descontinuidade em suas operações que

demandassem a divulgação de resultado de operações descontinuadas, nem realizou transações que originassem resultados abrangentes e, em consequência, requeressem a apresentação específica da "Demonstração dos resultados abrangentes".

e) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações nos exercícios apresentados.

f) Demonstrações dos Valores Adicionados

Este demonstrativo não forma parte das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), sendo apresentada em atendimento às exigências do CPC e em consonância com o previsto na norma.

g) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer essas estimativas, a administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, ao seguinte: (i) vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a estabelecida pela Aneel; (ii) provisões para cobrir riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; (iii) definição das taxas de desconto utilizadas para cálculo do valor presente de ativos e passivos; (iv) premissas usadas para definição das taxas de descontos e da tábua de mortalidade para os cálculos das obrigações com benefícios de aposentadoria; e (v) cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros.

h) Reclassificação de saldos contábeis

No exercício de 2012, a Companhia passou a apresentar as contas relativas aos tributos a pagar e diferidos passivo, líquidas das correspondentes contas ativas, quando os referidos tributos estão relacionados às mesmas entidades tributárias e há a intenção da Administração da Companhia de quitá-los pelo valor líquido.

De modo a manter a comparabilidade entre os balanços divulgados, os saldos anteriormente apresentados nas rubricas "Impostos e contribuições sociais a recuperar" e "Imposto de renda e contribuição social ativo", em 31.12.2011, nos montantes de, respectivamente, R$ 85.429 e R$ 239.935 (R$ 62.633 e R$ 288.413 em 31.12.2010), na controladora, e de R$ 86.498 e R$ 240.607 (R$ 64.695 e R$ 299.259 em 31.12.2010), no consolidado, foram reclassificados para as contas "Impostos e contribuições sociais a pagar" e "Imposto de renda e contribuição social diferido passivo", respectivamente. Maiores detalhes estão descritos nas notas explicativas relacionadas às contas anteriormente citadas, quais sejam Notas 7, 18 e 22.

i) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 07.02.2013.

j) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da Tractebel Energia e de suas controladas e controladas em conjunto, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Tractebel Energia. As empresas consolidadas com a Tractebel Energia são as que seguem:

	Participação no capital integralizado e votante (%)	
CONTROLADAS INTEGRAIS E EM CONJUNTO	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Itá Energética S.A. (Itasa)	48,75	48,75
Companhia Energética Estreito (CEE)	99,99	99,99
Companhia Energética São Salvador (CESS)	99,99	99,99
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	99,99	99,99
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	99,99	99,99
Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)	99,99	99,99
Tupan Energia Elétrica Ltda. (Tupan)	99,99	99,99
Hidropower Energia S.A. (Hidropower)	99,99	99,99
Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)	99,99	99,99
Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)	99,99	99,99
Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)	99,99	99,99
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	95,00	95,00
Eólica Porto das Barcas S.A. (Porto das Barcas)	99,99	99,99
Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)	99,99	99,99
Central Eólica Mundaú S.A. (Mundaú)	99,99	99,99
Central Eólica Guajiru S.A. (Guajiru)	99,99	99,99
Central Eólica Fleixeiras I S.A. (Fleixeiras I)	99,99	99,99
Central Eólica Trairi S.A. (Trairi)	99,99	99,99

A Companhia concentra a alocação de suas aplicações financeiras no Fundo de Investimento Energy Renda Fixa, um fundo de investimento exclusivo da Companhia, o qual é consolidado integralmente em suas demonstrações contábeis.

A controlada em conjunto Itasa é consolidada na proporção de 48,75% das suas contas patrimoniais e de resultado.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido de controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas "Participação de acionista não controlador" e "Lucro atribuído ao acionista não controlador".

03. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados, nas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

a) Ativos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em análise individual dos clientes inadimplentes e constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis riscos de perda.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações do valor justo são reconhecidas no resultado quando auferidas.

b) Estoques

São compostos por matérias primas para a geração de energia (carvão mineral, óleo combustível e biomassa), materiais de consumo e suprimentos, os quais são avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor de realização.

c) Depósitos judiciais

São registrados inicialmente pelo montante depositado acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

d) Investimentos

A Companhia detém investimentos em sociedades controladas e participação em empresa controlada em conjunto.

d.1) Investimentos em empresas controladas direta ou indiretamente

Os investimentos permanentes em controladas são aqueles sobre os quais a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto e tem o controle e poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter os benefícios de suas atividades.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, e consolidados integralmente na Tractebel Energia para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

d.2) "Ágio" (direito de concessão) na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre os valores pagos nas aquisições de controle e o valor do patrimônio líquido da sociedade investida está apresentada no investimento. O fundamento econômico da referida diferença ("Ágio") corresponde aos direitos sobre as concessões ou autorizações pelo uso do bem público pelas empresas adquiridas.

No consolidado, a Companhia adotou as regras estabelecidas pelo IFRS 3 - *Business combination*, norma consistente com o CPC 15 - Combinação de Negócios. Em decorrência da adoção desses pronunciamentos os ativos líquidos ("patrimônio liquido") da sociedade cujo controle foi adquirido foram reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, não havendo "Ágio" - custo de aquisição superior ao valor justo dos ativos líquidos - pelos conceitos estabelecidos nas regras do CPC.

d.3) Investimentos em empresas controladas em conjunto

As controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Esses investimentos são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, e consolidados pelo método proporcional nas demonstrações contábeis consolidadas.

d.4) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações controladas em conjunto através de consórcios. Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

e) Imobilizado

e.1) Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis, em 01.01.2009, passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído. Esses custos são deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução do valor recuperável do ativo *(impairment)*, se aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

No consolidado, os ajustes a valor justo referentes ao valor das concessões ou autorizações pelo uso do bem público, alocados nos balanços patrimoniais de aquisição dos investimentos, estão registrados de acordo com o estabelecido nos pronunciamentos relativos à combinação de negócios, os quais permitem o reconhecimento do valor justo da concessão ou autorização e o da unidade de geração como único ativo, intangível ou imobilizado, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente. A Companhia optou por reconhecer os valores justos dessas concessões e autorizações pelo uso do bem público como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, os quais estão sendo depreciados na extensão dos respectivos contratos de concessão ou autorização.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel - as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens - limitadas ao prazo da

concessão ou autorização das usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas unidades de cadastro que compõem esses empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia estão demonstradas na Nota 12 – Imobilizado.

O método de depreciação adotado durante a fase de implantação das usinas, cujas operações comerciais das unidades geradoras são iniciadas ao longo de muitos meses, é o das "unidades produzidas". Por esse método, os custos com os reservatórios, barragens, casa de força e maquinários incorridos até o início da operação comercial de cada unidade geradora, são depreciados de forma proporcional à energia assegurada que cada unidade geradora agrega à capacidade comercial. Após a entrada em operação da última unidade, o total do custo do ativo em operação passa a ser depreciado pelo método linear, com base nas vidas úteis estabelecidas pela Aneel. A Administração da Companhia entende que esse método é o que melhor reflete a relação entre a despesa de depreciação e a geração de receita decorrente da operação dos ativos.

f) Intangível

É registrado ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os intangíveis da Companhia possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou de concessão e autorização.

g) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

h) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida e de patrimônio são classificados como passivos financeiros ou patrimônio de acordo com a natureza do acordo contratual e as respectivas definições.

h.1) Passivos financeiros

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

- Concessões a pagar

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, as parcelas a pagar ao longo do prazo das concessões são registradas inicialmente pelo valor presente e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o desconto a valor presente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação, os valores correspondentes às concessões são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. Durante a construção das usinas a atualização da obrigação, em função da taxa de desconto e da variação monetária, é capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

h.2) Instrumento de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos no patrimônio líquido quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de sua emissão.

i) Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida na despesa financeira.

Os passivos contingentes avaliados como de risco de perda possível e remota não são provisionados, mas sim divulgados em nota explicativa, quando necessário.

j) Obrigações com benefícios de aposentadoria

São reconhecidas pelo valor presente dos compromissos estimados decorrentes dos planos de pensão com benefício de aposentadoria definido, líquido do montante dos ativos garantidores do plano.

O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação estimada final.

Os ganhos e perdas atuariais acumulados, apurados anualmente, que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor"), não são reconhecidos no passivo e resultado da Companhia ao final de cada exercício, momento em que são originados. Os ganhos e perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidos no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

Em razão da adoção desse método, os ganhos e perdas atuariais apuradas quando das avaliações atuariais anuais não são apresentados nos "Resultados abrangentes".

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados individualmente por entidade do grupo de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

A Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) na apuração dos impostos, o qual não considera as alterações na lei societária (Lei 11.638/07) para fins de determinação da base tributária. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias geradas pela adoção da nova lei societária foram registrados como tributos diferidos.

A subvenção governamental relativa ao benefício fiscal da redução de imposto de renda, concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para a Usina Ponte de Pedra, localizada na região incentivada, é reconhecida na reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. Estes são integralmente apresentados no grupo não circulante, independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Os impostos e contribuições sociais correntes e diferidos são apresentados no ativo ou passivo, de forma líquida, quando os mesmos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver a intenção de quitá-los pelo valor líquido.

l) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas.

m) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intercalares - quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (ii) juros sobre o capital próprio - na data do crédito aos acionistas; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

O Estatuto Social da Tractebel Energia prevê o pagamento de dividendos de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da lei. Esses dividendos são provisionados no encerramento do exercício social somente se os dividendos intercalares pagos e os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício forem inferiores ao mínimo obrigatório.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido, uma vez que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. Os benefícios fiscais por eles gerados são mantidos no resultado do exercício.

A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento na Demonstração do Fluxo de Caixa.

n) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

o) Transações entre partes relacionadas

Os contratos de mútuo são atualizados pelos encargos contratados e as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados.

p) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

q) Contratos de arrendamento *(leasing)*

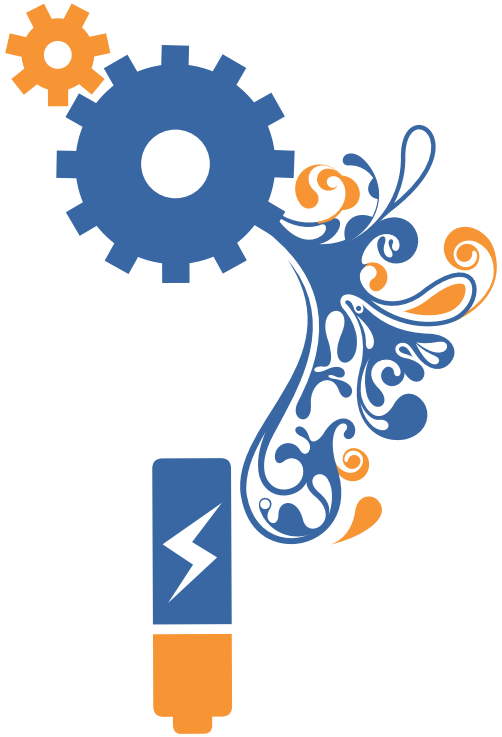
Os contratos de arrendamento são classificados como financeiro quando os termos do arrendamento transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. A Companhia, segundo sua avaliação, não possui operações de arrendamento financeiro. Todos os seus arrendamentos são avaliados como operacional, onde os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

r) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia



forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos decorrentes dos planos de benefício de pensão são determinados atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada.

A taxa de desconto usada para o cálculo do valor presente dos compromissos é definida na data do balanço patrimonial, com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com vencimentos similares aos esperados para os pagamentos dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade e previsão de crescimento salarial, de desligamento, e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

- Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando os mesmos são necessários.

- Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2012 a Companhia, baseada em suas análises, não identificou necessidade de constituir qualquer provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

- Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

s) Pronunciamentos contábeis recentes

Durante o exercício de 2012, somente a emenda ao IAS 12 (Tributos diferidos: realização de ativos correspondentes) teve vigência iniciada nesse exercício. A referida modificação na norma não resultou em efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

As normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia são as que seguem. Segundo a avaliação da Companhia, somente a alteração do IAS 19 (Benefícios a empregados), cuja adoção é obrigatória a partir de 01.01.2013, resultará em impacto no balanço patrimonial da Companhia na data da sua adoção.

Adoção a partir de 01.01.2013

- IAS 27 (Demonstrações contábeis separadas) - aborda questões relativas a investimentos em controladas, empresas com controles compartilhados ou associados quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

- IAS 28 (Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto) - está relacionado ao registro de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado.

- IFRS 10 (Demonstrações contábeis consolidadas) - estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas.

- IFRS 11 (Acordos com controle compartilhado) - aborda aspectos relativos à definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Essa norma também limita o uso da consolidação proporcional às empresas com operações compartilhadas *(joint operations)*, passando a requerer apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado *(joint operations)*. As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios e nas operações da Itasa justificam uma operação conjunta com outras entidades. Deste modo, não haverá nenhum efeito no balanço patrimonial e no resultado consolidado da Companhia em decorrência da adoção da nova prática contábil.

- IFRS 12 (Divulgação de participações em outras entidades) - está relacionado à divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. A Companhia avalia que a aplicação da norma implicará em um maior conjunto de informações a serem fornecidas, sobretudo quanto a julgamentos e premissas significativas utilizadas para determinar a natureza e o tipo de negócio em conjunto, a estrutura acionária, os riscos inerentes e as consequências de mudanças na participação.

- IFRS 13 (Mensuração a valor justo) - define o conceito do valor justo e estabelece em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados ao mesmo, reduzindo a complexidade, aperfeiçoando a consistência de sua aplicação e aprimorando a comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

- IAS 19 (Benefícios a empregados) - a revisão da norma elimina a abordagem do "corredor" que permite o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. De acordo com o IAS 19 revisado, os ganhos ou perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários deverão ser reconhecidos na rubrica "Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido. Até 31.12.2012, a Companhia vinha adotando o método do "corredor" para o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no seu resultado. A partir de 01.01.2013, em consequência da extinção desse método, os ganhos ou perdas atuariais não registrados pela Companhia serão reconhecidos no seu passivo, em contrapartida do Patrimônio Líquido. Em 31.12.2012, o montante referente ao ganho atuarial não reconhecido era de R$ 59.714 (R$ 39.411 líquidos de impostos), o qual será contabilizado em 01.01.2013, resultando na redução do passivo e no aumento do patrimônio líquido da Companhia.

- IAS 1 (Revisão da apresentação de itens de outros resultados abrangentes) - aborda aspectos relativos à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e estabelece a necessidade de segregar os itens que podem e não podem ser potencialmente reclassificáveis para o resultado, quando determinadas condições forem cumpridas.

- IFRIC 20 (Custos de remoção de estéril na fase de produção de mina de superfície) - diz respeito a procedimento contábil relativo à retirada de materiais não aproveitáveis de uma mina de superfície para acesso aos recursos minerais.

- IFRS 1 (Empréstimos Governamentais) - adiciona uma exceção à aplicação retrospectiva das normas internacionais.

Adoção a partir de 01.01.2014

- Alterações do IFRS 10 (Demonstrações contábeis consolidadas), IFRS 12 (Divulgação de participações em outras entidades) e IAS 27 (Demonstrações contábeis separadas) - definem o conceito de uma entidade de investimento e introduzem isenção na consolidação das referidas entidades, cuja obrigatoriedade de adoção será a partir de 01.01.2014.

- IFRS 9 (Instrumentos financeiros) - tem o objetivo de substituir o IAS 39 (Instrumentos financeiros) – aborda as regras de reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases, cuja adoção se tornará obrigatória a partir de 01.01.2015.

A Companhia está avaliando se os efeitos oriundos da aplicação dos referidos pronunciamentos podem afetar suas demonstrações contábeis.

04. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e depósitos bancários à vista	**3.207**	**960**	**13.832**	**5.274**
Aplicações financeiras:				
- Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais				
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	-	563.011	-	735.639
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	728.976	-	1.126.254	-
	728.976	**563.011**	**1.126.254**	**735.639**
- Instituições Financeiras [3]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.134	3.148	12.744	18.559
Operações lastreadas em debêntures	-	-	27.146	22.336
	4.134	**3.148**	**39.890**	**40.895**
Total das aplicações financeiras	**733.110**	**566.159**	**1.166.144**	**776.534**
	736.317	**567.119**	**1.179.976**	**781.808**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo e estão estruturadas, substancialmente, através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa (FIE), o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

As operações compromissadas realizadas no âmbito do FIE referem-se a transações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2012 e 2011 foi de 100,5% e 100,2% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

Os CDB e as operações lastreadas em debêntures podem ser negociados a qualquer época sem comprometimento dos rendimentos.

[3] Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

05. Contas a Receber de Clientes

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante				
Concessionárias	253.084	247.788	369.657	319.930
Comercializadoras	135.532	124.038	64.279	51.395
Consumidores livres	20.972	21.836	185.741	151.841
Outras	-	740	-	740
Transações no âmbito da CCEE [4]				
- Correntes	9.456	19.879	9.691	21.758
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	544.283	**539.520**	**754.607**	**670.903**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.282)	(128.617)	(131.691)	(128.754)
	413.001	**410.903**	**622.916**	**542.149**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

[4] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Composição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Comercializadora	6.043	6.043	6.452	6.180
RTE	2.665	-	2.665	-
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	131.282	**128.617**	**131.691**	**128.754**

A provisão sobre o saldo da conta "Agentes com ações judiciais ou inadimplentes", no montante de R$ 122.574, é composta pelos seguintes valores:

(i) R$ 110.498 - corresponde a créditos oriundos de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, que não foram recebidas em função de determinados agentes devedores terem ingressado com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico. A provisão foi constituída em virtude das dúvidas quanto à realização dos valores relativos às referidas transações.

(ii) R$ 12.076 - refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na primeira liquidação financeira feita pelo MAE, em 30.12.2002, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais a longa data. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

c) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Vencidas até 30 dias	9.252	9.397	9.401	10.475
Vencidas a mais de 91 dias:				
- Com provisão constituída	131.282	128.617	131.691	128.754
- Sem provisão constituída	1.143	3.405	1.160	3.688
	132.425	**132.022**	**132.851**	**132.442**
	141.677	**141.419**	**142.252**	**142.917**

A Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para os valores vencidos até 30 dias nem para parte dos montantes vencidos a mais de 90 dias em razão da expectativa de recebimento de tais valores.

d) Acordo com cliente em recuperação judicial

Em fevereiro de 2012, determinada distribuidora participante do Sistema Interligado Nacional entrou com pedido de recuperação judicial. Os valores a receber habilitados pela Companhia e suas controladas neste processo foram de R$ 7.360. Em setembro de 2012, a Assembleia dos Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial da distribuidora, o qual prevê o pagamento desta dívida em sessenta parcelas iguais, a partir de janeiro de 2013.

Considerando que o acordo acima mencionado não previu a incidência de juros sobre os valores a receber, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 7,5% a.a., compatível com a natureza, prazos e riscos relacionados à transação. Os montantes relativos ao ajuste a valor presente, reconhecido no exercício de 2012, são de R$ 712 e R$ 1.295, na controladora e no consolidado, respectivamente.

Como resultado do acordo, os valores de R$ 2.616 e R$ 4.758, na controladora e no consolidado, respectivamente, cuja expectativa de recebimento é superior a doze meses, foram reclassificados para o ativo não circulante.

06. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Insumos para produção de energia	6.211	3.739	6.917	6.312
Almoxarifado	31.927	29.249	34.041	30.534
Adiantamentos a fornecedores	623	3.501	623	3.501
Outros	3.556	2.394	3.793	2.490
	42.317	**38.883**	**45.374**	**42.837**

07. Impostos e Contribuições Sociais a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante				
PIS [5] e Cofins [6]	-	-	54.799	60.698
Imposto de renda e contribuição social	-	-	9.451	1.463
ICMS [7]	-	-	194	146
INSS [8]	305	1.987	305	1.987
	305	**1.987**	**64.749**	**64.294**
Não circulante				
PIS e Cofins	1.131	4.639	106.831	137.832
Imposto de renda e contribuição social	-	-	5.766	9.756
ICMS	12.683	11.460	15.581	14.413
INSS	-	-	7	6
	13.814	**16.099**	**128.185**	**162.007**

Os saldos de PIS e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

Os créditos relativos às aquisições de máquinas e equipamentos podem ser compensados no próprio mês de sua constituição e os oriundos de gastos com construções de edificações vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/24.

Conforme mencionado na Nota 18 – Impostos e contribuições sociais a pagar, parte dos tributos a recuperar, que até 31.12.2011 vinham sendo apresentados no ativo, foram reclassificados para a conta "Impostos e contribuições sociais a pagar".

[5] Programa de Integração Social

[6] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

[7] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

[8] Instituto Nacional do Seguro Social

08. Depósitos Vinculados

	Controladora	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante			
Conta reserva - transações na CCEE			
Fundos de investimentos	32.159	-	32.159
CDB e operações lastreadas em debêntures	-	1.309	6.764
	32.159	**1.309**	**38.923**
Não circulante			
Conta reserva - serviços da dívida			
Fundos de investimentos	-	101.431	86.025
CDB	-	1.879	4.542
	-	**103.310**	**90.567**

A conta reserva transações na CCEE destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado. Os montantes das garantias em cada período correspondem ao nível de exposição da Companhia nesse mercado.

A conta reserva serviços da dívida visa a garantia do pagamento dos serviços de dívida com os bancos financiadores, essencialmente, o BNDES e os bancos repassadores.

A rentabilidade média dos depósitos vinculados nos anos de 2012 e 2011 foi de 98,1% e 98,5% do CDI, respectivamente.

09. Valores a Receber pela Alienação de Ativo

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R$ 86.886, apresentado no balanço patrimonial, na controladora e no consolidado, em 31.12.2012 e 31.12.2011, corresponde ao valor presente das parcelas a receber em julho de 2009, mês em que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspendido os pagamentos das parcelas mensais devidas. A Companhia, a partir dessa data, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre as parcelas pendentes de recebimento.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, concedidos em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados, em novembro de 2011, foi de R$ 116.492.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão com a empresa.

O valor nominal, em 31.12.2012, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), totaliza R$ 126.576 (R$ 116.172 em 31.12.2011). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, em março de 2012, a solicitar um reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

Em julho de 2012, a Eleja ingressou com um pedido de anulação dos atos praticados até aquele momento. A Companhia tomou conhecimento deste pedido e, no mesmo mês, solicitou a impugnação de tal pedido.

A Companhia, de forma prudente, não pretende reconhecer o ajuste das contas a receber ao valor de mercado dos ativos, anteriormente mencionado, até que se tenha o desfecho do trâmite judicial da ação.

10. Depósitos Judiciais

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais	90.488	91.202	90.952	91.652
Cíveis	14.490	9.727	15.506	10.725
Trabalhistas	3.638	3.130	3.953	3.455
	108.616	**104.059**	**110.411**	**105.832**

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas. Do montante registrado em 31.12.2012, R$ 39.368 (R$ 40.627 em 31.12.2011) estão diretamente relacionados às provisões de risco provável.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, relativos ao processo de PIS e Cofins sobre contratos de venda de energia com preço predeterminado, no âmbito da Instrução Normativa 658/06 da Receita Federal do Brasil. Entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. O montante desses depósitos, em 31.12.2012, é de R$ 45.571, na controladora e no consolidado.

b) Mutação

	Controladora				Consolidado			
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2010	**84.720**	**40.996**	**5.599**	**131.315**	**85.075**	**42.485**	**5.904**	**133.464**
Adições	78	10.674	717	11.469	159	11.631	811	12.601
Atualizações	9.727	1.055	255	11.037	9.741	1.055	255	11.051
Baixas e resgates	(3.323)	(42.998)	(3.441)	(49.762)	(3.323)	(44.446)	(3.515)	(51.284)
Saldo em 31.12.2011	**91.202**	**9.727**	**3.130**	**104.059**	**91.652**	**10.725**	**3.455**	**105.832**
Adições	-	5.652	779	6.431	-	13.669	808	14.477
Atualizações	7.751	-	181	7.932	7.765	315	181	8.261
Baixas e resgates	(8.465)	(889)	(452)	(9.806)	(8.465)	(9.203)	(491)	(18.159)
Saldo em 31.12.2012	**90.488**	**14.490**	**3.638**	**108.616**	**90.952**	**15.506**	**3.953**	**110.411**

11. Investimentos

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.649.730	2.433.138
"Ágio" (Direito de concessão)	114.262	117.974
	2.763.992	**2.551.112**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Movimentação dos investimentos

	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP	Outros	Total
Saldo em 31.12.2010	**291.743**	**868.509**	**351.733**	**71.193**	**65.431**	**514.067**	**270**	**2.162.946**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	107.874	-	107.874
Equivalência patrimonial	26.280	46.899	9.042	3.005	102.823	(1.359)	-	186.690
Baixa/reclassificação	-	-	-	-	-	(2.361)	(269)	(2.630)
Dividendos	(6.742)	-	-	(15.000)	-	-	-	(21.742)
Saldo em 31.12.2011	**311.281**	**915.408**	**360.775**	**59.198**	**168.254**	**618.221**	**1**	**2.433.138**
Aumento de capital	-	46.999	-	-	-	94.435	-	141.434
Equivalência patrimonial	32.631	41.319	17.241	7.280	145.307	19.763	-	263.541
Dividendos	(14.109)	(20.359)	(1.636)	(7.280)	(144.999)	-	-	(188.383)
Saldo em 31.12.2012	**329.803**	**983.367**	**376.380**	**59.198**	**168.562**	**732.419**	**1**	**2.649.730**

Informações adicionais

Base 31.12.2012	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP
Ativo	769.992	2.691.577	1.341.435	69.884	382.324	1.241.041
Passivo	93.469	1.708.210	965.055	10.686	213.762	505.959
Patrimônio líquido	676.523	983.367	376.380	59.198	168.562	735.082
Receita líquida	217.497	332.852	214.565	44.408	1.841.842	111.505
Lucro líquido do exercício de 2012	66.935	41.319	17.241	7.280	145.307	20.189
Capital social	499.899	918.013	360.789	30.530	4.200	734.764
Participação no capital total e votante (%)	48,75	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99

b.2) "Ágio" (Direito de concessão) - Controladora

Movimentação

	CEE	CESS	Total
Saldo em 31.12.2010	**86.448**	**33.369**	**119.817**
Amortização	(576)	(1.267)	(1.843)
Saldo em 31.12.2011	**85.872**	**32.102**	**117.974**
Amortização	(2.446)	(1.266)	(3.712)
Saldo em 31.12.2012	**83.426**	**30.836**	**114.262**

Os valores relativos aos "Ágios" (Direito de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

b.3) Informações sobre as controladas diretas

- Itá Energética S.A. (Itasa) - controlada em conjunto

A Itasa e a Tractebel Energia são as detentoras dos direitos de exploração da Usina Hidrelétrica Itá (UHE Itá), localizada no Rio Uruguai (SC/RS), através de consórcio, do qual a Itasa participa com 60,5% e a Tractebel Energia com 39,5%. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios da energia assegurada da Usina de 720 MW médios. Os demais 52 MW médios (720 MW médios – 668 MW médios) da energia assegurada do empreendimento são detidos diretamente pela Tractebel Energia.

A Tractebel Energia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) possuem o controle conjunto da Itasa, ambas com participação equivalente a 48,75% do capital votante e integralizado da sociedade. Os principais grupos do ativo, passivo, resultado e fluxo de caixa da Itasa, conforme demonstrados a seguir, foram consolidados na Tractebel Energia na proporção correspondente à sua participação no capital dessa empresa.

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2012	31.12.2011
ATIVO		
Ativo circulante	90.730	81.729
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	38.412	44.239
Imobilizado	640.842	675.349
Intangível	8	18
TOTAL DO ATIVO	**769.992**	**801.335**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	87.660	100.175
Passivo não circulante	5.809	62.637
Patrimônio líquido	676.523	638.523
TOTAL DO PASSIVO	**769.992**	**801.335**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	**31.12.2012**	**31.12.2011**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**217.497**	**242.913**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA	**(109.821)**	**(120.277)**
LUCRO BRUTO	**107.676**	**122.636**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(5.177)	(15.023)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	143	(13.668)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**102.642**	**93.945**
Despesas financeiras, líquidas	**(1.746)**	**(12.275)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**100.896**	**81.670**
Imposto de renda e contribuição social	(33.961)	(27.762)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**66.935**	**53.908**

- Companhia Energética Estreito (CEE)

A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da UHE Estreito, localizada no Rio Tocantins (TO/MA). As demais consorciadas são: a Companhia Vale do Rio Doce, a Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa) e a Intercement Brasil S.A. (Grupo Camargo Corrêa), com participações de 30%, 25,49% e 4,44%, respectivamente. A liderança do consórcio cabe à CEE.

Durante o ano de 2012, mais três, das oito unidades geradoras, iniciaram a operação comercial. Com isso a UHE Estreito atingiu 951,14 MW, ou 87,5%, de sua capacidade instalada e 623,61 MW médios, ou 97,3%, de sua energia assegurada para comercialização. Em 2011 foram colocados em operação 543,5 MW de capacidade instalada e 192,8 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 50% e 75,1%, respectivamente. Resta apenas a entrada em operação da oitava unidade, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2013.

- Companhia Energética São Salvador (CESS)

A CESS detém a totalidade dos direitos de concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada no Rio Tocantins (TO), com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios.

- Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages é uma termelétrica que utiliza um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível, e está localizada no Município de Lages (SC). A Usina detém o registro no Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) para negociar créditos de carbono, por utilizar resíduos de madeira na cogeração de energia elétrica.

- Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)

A TBLC tem como objeto social a comercialização de energia elétrica nos ambientes de contratação livre e regulada, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. As vendas para os clientes industriais da Companhia normalmente são realizadas pela TBLC.

- Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP é uma *holding* que tem por objeto social participar no capital de outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias complementares da Companhia. A seguir algumas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2012 das controladas da TBLP.

	Tupan	Hidropower	Areia Branca	Beberibe	Pedra do Sal	Ibitiúva	EEN	Porto das Barcas
Capital social	80.379	33.393	84.160	60.230	33.133	36.576	148.530	4.302
Ativo ajustado	166.101	140.442	143.416	188.179	119.058	122.802	354.301	4.500
Passivo ajustado	10.117	21.492	56.150	94.175	63.414	69.547	207.301	25
Patrimônio Líquido	155.984	118.950	87.266	94.004	55.644	53.255	147.000	4.475
Receita líquida	14.761	13.812	15.614	26.050	19.866	21.402	-	-
Lucro líquido (Prejuízo)	1.414	3.087	592	2.262	5.383	8.518	(844)	155
Participação no capital total e votante (%)	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	95,00	99,99	99,99

As informações financeiras acima, quando aplicável, consideram o ajuste a valor justo dos balanços de aquisições nas combinações de negócios. Estes ajustes no balanço patrimonial consolidado correspondem ao ajuste a valor justo das autorizações para a exploração dos potenciais hidráulicos e eólicos. O seu registro foi feito como sendo um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, visto que as autorizações e as usinas não podem ser vendidas ou transferidas separadamente.

- Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)

A EEN é uma *holding* constituída para controlar as empresas adquiridas para a construção dos parques eólicos do Projeto Trairi, no Estado do Ceará. As empresas controladas pela EEN são as seguintes:

Empresa	Usina	Capacidade	
		Instalada (MW)	Comercial (MW médios)
Mundaú	Central Eólica Mundaú	30,0	14,5
Guajiru	Central Eólica Guajiru	30,0	16,3
Fleixeiras	Central Eólica Fleixeiras I	30,0	15,2
Trairi	Central Eólica Trairi	25,4	12,2
		115,4	**58,2**

Os parques eólicos estão com as obras em estágio avançado e possuem previsão de serem concluídos no segundo semestre de 2013. Os investimentos totais previstos inicialmente foram de R$ 476.060, dos quais R$ 358.000 estão financiados por recursos do BNDES.

A energia a ser gerada pelas eólicas do Projeto Trairi tem sido vendida no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo, através da controlada TBLC.

Em novembro de 2012, esses projetos obtiveram o registro pelas Nações Unidas no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, permitindo a comercialização de créditos de carbono, o que ainda não ocorreu.

12. Imobilizado

a) Composição

		Controladora			
		31.12.2012			31.12.2011
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,73	4.406.702	(2.247.251)	2.159.451	2.283.077
Edificações e benfeitorias	3,05	1.278.994	(735.366)	543.628	580.294
Máquinas e equipamentos	4,28	5.559.332	(3.557.390)	2.001.942	2.111.418
Veículos	14,29	1.729	(1.305)	424	496
Móveis e utensílios	6,25	8.485	(3.748)	4.737	4.547
Obrigações especiais		(13.275)	-	(13.275)	(13.535)
		11.241.967	**(6.545.060)**	**4.696.907**	**4.966.297**
Em curso					
Edificações e benfeitorias		16.501	-	16.501	12.625
Máquinas e equipamentos		20.452	-	20.452	63.210
Adiantamento a fornecedores		7.242	-	7.242	3.407
Aquisições a ratear		1.141	-	1.141	2.643
		45.336	**-**	**45.336**	**81.885**
		11.287.303	**(6.545.060)**	**4.742.243**	**5.048.182**

	Taxa média de depreciação %	Consolidado 31.12.2012 Custo corrigido	Consolidado 31.12.2012 Depreciação acumulada	Consolidado 31.12.2012 Valor líquido	Consolidado 31.12.2011 Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,00	6.822.542	(2.463.664)	4.358.878	4.550.425
Edificações e benfeitorias	3,26	1.747.448	(807.473)	939.975	991.768
Máquinas e equipamentos	4,18	7.555.435	(3.862.620)	3.692.815	3.720.407
Veículos	14,29	2.081	(1.609)	472	524
Móveis e utensílios	6,25	9.487	(4.139)	5.348	5.584
Obrigações especiais		(13.400)	-	(13.400)	(13.660)
		16.123.593	**(7.139.505)**	**8.984.088**	**9.255.048**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		13.517	-	13.517	10.892
Edificações e benfeitorias		43.852	-	43.852	12.836
Máquinas e equipamentos		123.189	-	123.189	182.187
Adiantamento a fornecedores		132.630	-	132.630	106.980
Aquisições a ratear		385.809	-	385.809	317.208
		698.997	**-**	**698.997**	**630.103**
		16.822.590	**(7.139.505)**	**9.683.085**	**9.885.151**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31.12.2010	**2.422.496**	**595.343**	**2.227.806**	**3.462**	**76.386**	**(10.223)**	**5.315.270**
Ingressos	-	-	-	-	96.918	(3.312)	93.606
Reclassificação	-	-	-	-	5.699	-	5.699
Transferências	(21.437)	19.306	93.875	5.374	(97.118)	-	-
Baixas	-	-	(5.388)	(16)	-	-	(5.404)
Depreciação	(117.982)	(34.355)	(204.875)	(3.777)	-	-	(360.989)
Saldo em 31.12.2011	**2.283.077**	**580.294**	**2.111.418**	**5.043**	**81.885**	**(13.535)**	**5.048.182**
Ingressos	-	-	-	-	70.556	260	70.816
Transferências	(6.419)	(941)	113.769	696	(107.105)	-	-
Baixas	(235)	-	(10.211)	(33)	-	-	(10.479)
Depreciação	(116.972)	(35.725)	(213.034)	(545)	-	-	(366.276)
Saldo em 31.12.2012	**2.159.451**	**543.628**	**2.001.942**	**5.161**	**45.336**	**(13.275)**	**4.742.243**

	Consolidado Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31.12.2010	**3.268.782**	**986.857**	**3.470.028**	**4.578**	**2.256.112**	**(10.348)**	**9.976.009**
Ingressos	-	-	-	-	400.847	(3.312)	397.535
Reclassificação	-	-	-	-	5.699	-	5.699
Transferências	1.445.395	55.338	526.394	5.428	(2.032.555)	-	-
Baixas	-	-	(5.585)	(16)	-	-	(5.601)
Depreciação	(163.752)	(50.427)	(270.430)	(3.882)	-	-	(488.491)
Saldo em 31.12.2011	**4.550.425**	**991.768**	**3.720.407**	**6.108**	**630.103**	**(13.660)**	**9.885.151**
Ingressos	-	-	-	-	354.108	260	354.368
Transferências	9.981	1.622	273.249	362	(285.214)	-	-
Baixas	(235)	-	(10.301)	(33)	-	-	(10.569)
Depreciação	(201.293)	(53.415)	(290.540)	(617)	-	-	(545.865)
Saldo em 31.12.2012	**4.358.878**	**939.975**	**3.692.815**	**5.820**	**698.997**	**(13.400)**	**9.683.085**

c) Composição do imobilizado em serviço consolidado, por grupo de usinas

		Consolidado			
		31.12.2012			31.12.2011
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Hidrelétricas	3,16	12.740.803	(4.997.670)	7.743.133	7.978.593
Termelétricas	5,62	2.671.071	(1.999.880)	671.191	678.471
Biomassa	5,20	180.046	(44.080)	135.966	142.366
PCH	4,31	300.507	(52.278)	248.229	259.640
Eólica	4,55	231.166	(45.597)	185.569	195.978
		16.123.593	**(7.139.505)**	**8.984.088**	**9.255.048**

d) Depreciação

As vidas úteis estabelecidas pela Aneel, que correspondem a vida útil estimada dos bens, para os principais grupos de ativos que compõem os parques geradores da Companhia são as seguintes:

	Depreciação (% a.a.)	Vida útil média (anos)
Reservatórios e barragens	2,00	50
Edificações e benfeitorias	4,00	25
Geradores	3,33	30
Caldeiras	4,00	25
Turbinas hidráulicas	3,33	30
Casas de força	2,00	50
Turbinas eólicas (aerogeradores)	5,00	20
Equipamentos gerais	6,25	16

Conforme a seguir mencionado, a depreciação dos valores correspondentes aos investimentos iniciais para a construção dos reservatórios e barragens e das casas de força, cujo prazo é superior ao das concessões, está limitada aos respectivos prazos das concessões.

No início de 2012, a Aneel emitiu Resolução Normativa estabelecendo novas taxas anuais de depreciação para determinados ativos vinculados à concessão e autorização para a geração de energia elétrica, aplicáveis a partir de 01.01.2012. A adoção das novas taxas não resultou em efeitos significativos na despesa de depreciação dos ativos da Companhia.

Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a Companhia, a partir de 01.01.2007, passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das concessões e autorizações.

Ainda segundo a referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações, logo estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

e) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e no ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28 - Propriedades para investimento), em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais e CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 31.12.2012 e 31.12.2011, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, nos montantes de R$ 882.769 e R$ 982.326, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31.12.2012 e 31.12.2011 foi de R$ 90.515 e R$ 86.595, respectivamente.

f) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 31.12.2012 e 31.12.2011, é de R$ 554.920 e R$ 589.727, respectivamente, na controladora, e de R$ 1.094.647 e R$ 1.142.403, respectivamente, no consolidado.

g) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado, nos exercícios de 2012 e 2011, foram de R$ 33.841 e R$ 101.033, respectivamente.

h) Redução ao valor recuperável de ativos *(Impairment)*

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

i) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

- Concessões para a geração de energia hidrelétrica

Concessões	Detentor (a) da concessão	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
UHE Salto Santiago	Tractebel Energia	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Tractebel Energia	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Tractebel Energia	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Tractebel Energia/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Tractebel Energia	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Tractebel Energia	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	Tractebel Energia	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	Ceste	1.087	26.11.2002	26.11.2037

A Companhia possui, direta e indiretamente, nas usinas Itá, Machadinho e Estreito, o equivalente a 1.126,9 MW, 403,9 MW e 435,6 MW, respectivamente, das capacidades instaladas das usinas, que correspondem às suas participações acionárias e/ou em consórcio.

- Autorizações para geração termelétrica, eólica e pequenas centrais hidrelétricas

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Data do ato	Vencimento
Usinas termelétricas (UTE)				
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	Tractebel Energia	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Tractebel Energia	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Tractebel Energia	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Tractebel Energia	190	02.06.2000	28.04.2029
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
UTE Ibitiúva Bioenergética	Consórcio Andrade [9]	33	05.04.2000	04.04.2030
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
Usinas eólicas (EOL) em operação				
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033
Usinas eólicas (EOL) Projeto				
EOL Trairi (em construção)	Trairi	25	20.09.2011	27.08.2041
EOL Guajiru (em construção)	Guajiru	30	20.09.2011	27.08.2041
EOL Mundaú (em construção)	Mundaú	30	20.09.2011	27.08.2041
EOL Fleixeiras I (em construção)	Fleixeiras I	30	20.09.2011	27.08.2041
EOL Porto das Barcas (em estudo)	Porto das Barcas	30	30.08.2011	09.07.2041

A Companhia possui 22,9 MW da capacidade instalada da Usina Ibitiúva Bioenergética, que corresponde às suas participações acionárias e no consórcio.

[9] As consorciadas são a controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A. (72,90%) e Andrade Açúcar e Álcool (27,10%).

j) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

k) Bens da União Federal utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União Federal e cedida em regime especial de utilização.

13. Intangível

a) Composição

		Controladora			
		31.12.2012			31.12.2011
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	28.134	(17.888)	**10.246**	**10.824**
Ágio incorporado da CEM [10]	Até 02.2013	44.578	(43.859)	**719**	**5.028**
		72.712	**(61.747)**	**10.965**	**15.852**

[10] Companhia Energética Meridional, controlada incorporada pela Companhia em 2008.

		Consolidado			
		31.12.2012			31.12.2011
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2037	36.005	(19.009)	**16.996**	**14.292**
Direito de compra de energia	2013 a 2023	64.561	-	**64.561**	**64.561**
Licença de operação	2013 a 2014	22.243	(7.687)	**14.556**	**-**
Direitos do Projeto Trairi	2013 a 2041	12.668	-	**12.668**	**12.668**
Ágio incorporado da CEM	Até 02.2013	44.578	(43.859)	**719**	**5.028**
		180.055	**(70.555)**	**109.500**	**96.549**

Descrição dos principais ativos intangíveis

Os direitos de uso decorrem, substancialmente, dos gastos com os direitos de passagem de linhas de transmissão e das licenças de softwares. Já o direito de compra de energia refere-se a aquisição dos direitos sobre contratos de compra de energia.

Os direitos sobre as licenças de operação correspondem aos custos necessários para a obtenção e manutenção da licença de operação da UHE Estreito.

Os direitos do Projeto Trairi decorreram do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos na combinação de negócios.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2010	**19.471**	**95.521**
Ingresso	3.722	13.757
Transferência para o ativo imobilizado	-	(121)
Amortização	(7.341)	(12.608)
Saldo em 31.12.2011	**15.852**	**96.549**
Ingresso	2.516	28.284
Transferência para o ativo imobilizado	-	(24)
Amortização	(7.403)	(15.309)
Saldo em 31.12.2012	**10.965**	**109.500**

c) Redução ao valor recuperável de ativos *(Impairment)*

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do seu valor recuperável.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante				
Encargos de uso da rede elétrica	36.423	93.500	44.413	98.979
Energia elétrica comprada	17.277	98.408	62.984	87.970
Transações no âmbito da CCEE	29.678	371	32.974	689
Materiais e serviços	29.768	24.424	39.166	32.494
Combustíveis fósseis e biomassa	9.579	1.037	9.579	873
Fornecedores de imobilizado	4.821	1.900	30.212	13.331
	127.546	**219.640**	**219.328**	**234.336**

Em 31.12.2012 a Companhia não possui valores vencidos com seus fornecedores de bens, direitos e serviços, relacionados com a sua atividade operacional.

15. Empréstimos e Financiamentos

a) Composição

	Controladora					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	143.333	286.667	430.000	-	430.000	430.000
BNDES	-	-	-	14.965	4.988	19.953
Encargos	5.372	-	5.372	8.886	-	8.886
	148.705	**286.667**	**435.372**	**23.851**	**434.988**	**458.839**
Moeda estrangeira						
STN [11]	8.876	93.692	102.568	12.374	97.605	109.979
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	107.613	107.613	-	97.088	97.088
Encargos	5.425	-	5.425	5.139	-	5.139
	14.301	**201.305**	**215.606**	**17.513**	**194.693**	**212.206**
	163.006	**487.972**	**650.978**	**41.364**	**629.681**	**671.045**

[11] Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas.

	Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	143.333	286.667	430.000	-	430.000	430.000
BNDES	103.047	1.459.830	1.562.877	106.829	1.319.263	1.426.092
Bancos (Repasse BNDES)	79.165	885.907	965.072	82.910	960.757	1.043.667
Banco do Brasil	3.966	15.203	19.169	3.966	19.169	23.135
BRDE	-	-	-	4.556	-	4.556
Encargos	13.231	-	13.231	18.150	-	18.150
	342.742	**2.647.607**	**2.990.349**	**216.411**	**2.729.189**	**2.945.600**
Moeda estrangeira						
STN	8.876	93.692	102.568	12.374	97.605	109.979
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	107.613	107.613	-	97.088	97.088
Encargos	5.425	-	5.425	5.139	-	5.139
	14.301	**201.305**	**215.606**	**17.513**	**194.693**	**212.206**
	357.043	**2.848.912**	**3.205.955**	**233.924**	**2.923.882**	**3.157.806**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2010	**49.577**	**213.417**	**262.994**	**189.414**	**2.567.145**	**2.756.559**
Ingressos	-	430.000	430.000	-	502.799	502.799
Transferências	26.001	(26.001)	-	256.485	(256.485)	-
Juros no resultado	36.489	-	36.489	150.186	879	151.065
Juros capitalizados	-	-	-	-	97.279	97.279
Remuneração de garantia	-	(3.996)	(3.996)	-	(3.996)	(3.996)
Variações cambiais	1.915	16.261	18.176	1.915	16.261	18.176
Amortização de principal	(44.557)	-	(44.557)	(222.615)	-	(222.615)
Amortização de juros	(28.061)	-	(28.061)	(141.461)	-	(141.461)
Saldo em 31.12.2011	**41.364**	**629.681**	**671.045**	**233.924**	**2.923.882**	**3.157.806**
Ingressos	-	-	-	-	244.262	244.262
Transferências	156.761	(156.761)	-	366.997	(366.997)	-
Juros no resultado	49.043	-	49.043	211.730	312	212.042
Juros capitalizados	-	-	-	-	32.401	32.401
Remuneração de garantia	-	(4.992)	(4.992)	-	(4.992)	(4.992)
Variações cambiais	1.427	20.044	21.471	1.427	20.044	21.471
Amortização de principal	(32.706)	-	(32.706)	(218.414)	-	(218.414)
Amortização de juros	(52.883)	-	(52.883)	(238.621)	-	(238.621)
Saldo em 31.12.2012	**163.006**	**487.972**	**650.978**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**

Liberações de financiamento durante o ano de 2012

O BNDES aprovou uma linha de crédito no montante de R$ 358.000, destinado à implantação dos parques eólicos do Projeto Trairi - Mundaú, Fleixeiras I, Trairi e Guajiru. A Companhia, até 31.12.2012, tinha recebido o montante total de R$ 204.920.

O BNDES liberou R$ 40.055 do crédito relativo ao financiamento para a construção da UHE Estreito, permanecendo pendente de liberação o montante de R$ 8.122.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2012	%	31.12.2011	%	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Moeda nacional								
CDI	435.372	66,88	438.801	65,39	435.372	13,58	438.801	13,90
TJLP	-	-	20.038	2,99	2.505.785	78,16	2.449.427	77,57
Não indexado	-	-	-	-	49.192	1,53	57.372	1,81
	435.372	**66,88**	**458.839**	**68,38**	**2.990.349**	**93,27**	**2.945.600**	**93,28**
Moeda estrangeira								
Dólar norte americano	104.260	16,02	111.737	16,65	104.260	3,25	111.737	3,54
Euro	111.346	17,10	100.469	14,97	111.346	3,48	100.469	3,18
	215.606	**33,12**	**212.206**	**31,62**	**215.606**	**6,73**	**212.206**	**6,72**
	650.978	**100,00**	**671.045**	**100,00**	**3.205.955**	**100,00**	**3.157.806**	**100,00**

d) Taxas de juros e variação das moedas estrangeiras

	2012	2011
CDI	8,40%	11,60%
TJLP [12]	5,75%	6,00%
Dólar norte americano	8,94%	12,58%
Euro	10,73%	9,25%

[12] A TJLP foi reduzida de 6% para 5,5% a partir de julho de 2012.

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2014	286.667	4.313	290.980	467.658	4.313	471.971
2015	-	107.613	107.613	181.813	107.613	289.426
2016	-	-	-	182.710	-	182.710
2017	-	-	-	183.038	-	183.038
2018	-	-	-	178.899	-	178.899
2019 a 2023	-	-	-	868.908	-	868.908
2024 a 2028	-	89.379	89.379	514.149	89.379	603.528
2029	-	-	-	70.432	-	70.432
	286.667	**201.305**	**487.972**	**2.647.607**	**201.305**	**2.848.912**

f) Condições Contratadas

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Saldo em 31.12.2012
		Vencimento	Principal e juros	
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014	**435.372**
Controladas				
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. [a]	09.2013	Mensais	**9.130**
Bancos (Repasse BNDES) [b]	TJLP + 3,85% a.a. [a]	09.2013	Mensais	**11.324**
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. [a]	09.2029	Mensais	**892.353**
BNDES – Crédito Social [e]	TJLP	06.2018	Mensais	**20.755**
Bancos (Repasse BNDES) [b]	TJLP + 2,95% a.a. [a]	09.2029	Mensais	**605.447**
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. [a]	10.2023	Mensais	**173.893**
Bancos (Repasse BNDES) [b]	TJLP + 3,25% a.a. [a]	10.2023	Mensais	**351.212**
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. [c]	10.2017	Mensais	**19.335**
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. [a]	06.2024	Mensais	**54.522**
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. [a]	01.2021	Mensais	**28.985**
BNDES (Subcrédito B) [d]	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	**29.857**
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. [a]	12.2023	Mensais	**91.381**
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. [a]	12.2023	Mensais	**61.974**
Mundaú (BNDES)	TJLP + 2,51% [a]	07.2029	Mensais, após 08.2013 [f]	**45.387**
Guajiru (BNDES)	TJLP + 2,51% [a]	07.2029	Mensais, após 08.2013 [f]	**55.714**
Fleixeiras I (BNDES)	TJLP + 2,51% [a]	07.2029	Mensais, após 08.2013 [f]	**56.223**
Trairi (BNDES)	TJLP + 2,51% [a]	07.2029	Mensais, após 08.2013 [f]	**47.485**
Moeda estrangeira				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04.2024	Semestrais	**104.260**
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	*Euribor* + 2,75% a.a.	11.2015	Anuais	**111.346**

[a] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

[b] Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim.

[c] Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

[d] Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.

[e] Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.

[f] Para os financiamentos dos projetos eólicos no Ceará, a amortização do pagamento de principal e o pagamento de juros iniciar-se-ão em agosto de 2013.

Empréstimo no Bank of America Merrill Lynch

Em julho de 2011, a Companhia contratou um empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch no valor de US$ 273.537, equivalente a R$ 430.000.

Faz parte da transação negociada com o Bank of America Merrill Lynch a contratação de uma operação de *swap* com a sua subsidiária brasileira, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, no valor de R$ 430.000, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 2,6236% a.a. e uma posição passiva equivalente a 98% do CDI.

A instituição financeira que concedeu o empréstimo garante o pagamento de todos os fluxos de caixa decorrentes da operação de *swap* caso a sua subsidiária brasileira eventualmente não honre com as obrigações contratadas. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap* em base líquida, caso necessário, e fará estas liquidações, simultaneamente, nos seus respectivos vencimentos.

Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que estes fluxos de caixa estarão expostos.

Em consequência, o efeito no resultado financeiro da Companhia decorrente da contratação dos referidos instrumentos financeiros será o equivalente a 98% do CDI.

g) Garantias

g.1) Controladora

- Moeda Nacional - Bank Of America Merrill Lynch: nota promissória, no valor de US$ 273.537, correspondentes a R$ 558.973, em 31.12.2012, em favor do Bank of America N.A.

- Moeda estrangeira - STN: (a) cessão e transferência à União Federal dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 82.842, em 31.12.2012 (R$ 70.562 em 31.12.2011), o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente, uma vez que o mesmo será utilizado obrigatoriamente para amortizar o principal no vencimento do contrato. Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

g.2) Controladas

BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

- Financiamento de empreendimentos hidrelétricos: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, no contrato com a CEE, há a garantia do penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, GSELA.

- Financiamento de Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Biomassa e Eólicos: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e conta reserva; e (c) fiança corporativa da Tractebel Energia.

h) Compromissos contratuais *(covenants)*

A Companhia possui os seguintes compromissos contratuais estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	*Covenants*
Controladora	
Bank of America Merrill Lynch	EBITDA [13]/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada/EBITDA ≤ 3,5
Controladas	
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - Itasa	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 40%
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CEE e Areia Branca	Índice de cobertura do serviço da dívida [14] ≥ 1,2
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CESS, Beberibe e Pedra do Sal	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
BNDES - Ibitiúva	(i) Índice de Endividamento Geral ≤ 0,80 (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Banco do Brasil - Hidropower	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 0,35 (ii) Margem EBITDA [15] (EBITDA/ROL) ≥ 0,80 (iii) EBITDA/ despesas financeiras ≥ 2,70 (iv) Dívida financeira total / EBITDA ≤ 4,0 (v) Ativo circulante / passivo circulante ≥ 1,2 (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

[13] EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização.

[14] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

[15] Margem EBITDA: EBITDA / Receita operacional líquida (ROL).

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia. Os *covenants* dos financiamentos dos parques eólicos Mundaú, Guajiru, Fleixeiras I e Trairi serão exigidos somente após a entrada em operação comercial de cada usina e corresponderá ao "Índice de cobertura do serviço da dívida" ≥ 1,3.

16. Debêntures

a) Composição

	Controladora e Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª Emissão – série única	156.825	158.548	315.373	149.046	299.328	448.374
Cana Brava – séria única	-	-	-	15.880	8.526	24.406
Juros	13.217	-	13.217	18.614	-	18.614
	170.042	**158.548**	**328.590**	**183.540**	**307.854**	**491.394**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2010	**895.178**	**765.964**	**1.661.142**	**905.017**	**782.344**	**1.687.361**
Transferências	484.054	(484.054)	-	500.434	(500.434)	-
Juros gerados	87.387	2.509	89.896	89.109	2.509	91.618
Variações monetárias	9.971	23.435	33.406	11.058	23.435	34.493
Amortização de principal	(1.169.274)	-	(1.169.274)	(1.195.775)	-	(1.195.775)
Amortização de juros	(123.776)	-	(123.776)	(126.303)	-	(126.303)
Saldo em 31.12.2011	**183.540**	**307.854**	**491.394**	**183.540**	**307.854**	**491.394**
Transferências	160.909	(160.909)	-	160.909	(160.909)	-
Juros gerados	28.705	126	28.831	28.705	126	28.831
Variações monetárias	7.691	11.477	19.168	7.691	11.477	19.168
Amortização de principal	(176.786)	-	(176.786)	(176.786)	-	(176.786)
Amortização de juros	(34.017)	-	(34.017)	(34.017)	-	(34.017)
Saldo em 31.12.2012	**170.042**	**158.548**	**328.590**	**170.042**	**158.548**	**328.590**

Alteração do compromisso contratual *(covenant)* da 2ª emissão de debêntures

A Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 10.05.2012, aprovou a elevação do compromisso contratual *(covenant)* da Companhia de 2,5 vezes para 3,5 vezes a relação "Dívida bruta / EBITDA". Esta alteração resultou no pagamento de um prêmio de R$ 1.076, equivalentes a 0,22% do valor nominal dessas debêntures.

c) Condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Juros/variação monetária	Principal	
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA [16] + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia

Nos anos de 2012 e 2011 o IPCA variou 5,84% e 6,5%, respectivamente. Os covenants das debêntures - EBITDA / despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 e Dívida consolidada / EBITDA ≤ 3,5 - estão sendo cumpridos pela Companhia.

[16] Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

17. Concessões a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Usina Hidrelétrica Cana Brava	508.629	432.721	508.629	432.721
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	459.258	395.652	459.258	395.652
Usina Hidrelétrica São Salvador	-	-	419.712	401.132
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	41.327	36.447
	967.887	**828.373**	**1.428.926**	**1.265.952**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	3.129	2.643	48.800	45.688
Passivo não circulante	964.758	825.730	1.380.126	1.220.264
	967.887	**828.373**	**1.428.926**	**1.265.952**

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,28% a.a.

Contrato de Concessão de UBP da UHE Estreito

Em atendimento à solicitação da Companhia, a Aneel aprovou, em 2012, a alteração do índice de atualização do contrato de IGP-M para o IPCA com o objetivo de equalizar a obrigação com o índice de atualização dos preços de venda de energia realizada no Ambiente de Contratação Regulada.

Ademais, em função da elevação da garantia física da usina de 584,9 MW médios para 641,08 MW médios, a parcela anual da UBP a ser paga pela controlada CEE passou de R$ 3.819 para R$ 4.186. A aplicação retroativa dessa alteração resultou em um pagamento adicional da UBP de R$ 436 no ano de 2012.

Valores originais contratados

Os valores originais, atualizados pela variação anual do IGP-M (Cana Brava e Ponte de Pedra) e do IPCA (Estreito e São Salvador), a seguir indicados, são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

	Valor original		Valor atualizado	
Usinas e anos de pagamento	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Usina Hidrelétrica Cana Brava				
Até 31.07.2023	680	7.310	2.275	25.057
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	210.575	2.105.753
		620.110		**2.130.810**
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra				
Até 30.09.2019	200	1.350	604	4.093
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	49.154	49.154
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	94.392	1.321.483
		453.081		**1.374.730**
Usina Hidrelétrica São Salvador				
Até 30.04.2037	20.000	**488.333**	43.776	**1.088.139**
Usina Hidrelétrica Estreito				
Até 31.12.2037	1.966	**49.324**	4.302	**109.312**

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2010	**2.499**	**718.526**	**721.025**	**42.297**	**1.092.650**	**1.134.947**
Transferências	2.672	(2.672)	-	47.834	(47.834)	-
Juros no resultado	-	66.543	66.543	-	104.899	104.899
Juros capitalizados	-	-	-	-	3.754	3.754
Variações monetárias	-	43.333	43.333	-	66.795	66.795
Amortizações	(2.528)	-	(2.528)	(44.443)	-	(44.443)
Saldo em 31.12.2011	**2.643**	**825.730**	**828.373**	**45.688**	**1.220.264**	**1.265.952**
Ingresso	-	-	-	-	3.515	3.515
Transferências	3.210	(3.210)	-	52.165	(52.165)	-
Juros no resultado	-	78.822	78.822	-	121.237	121.237
Juros capitalizados	-	-	-	-	1.440	1.440
Variações monetárias	-	63.416	63.416	-	85.835	85.835
Amortizações	(2.724)	-	(2.724)	(49.053)	-	(49.053)
Saldo em 31.12.2012	**3.129**	**964.758**	**967.887**	**48.800**	**1.380.126**	**1.428.926**

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2014	2.556	44.850
2015	2.331	40.780
2016	2.126	37.071
2017	1.939	33.706
2018	1.769	30.649
2019 a 2023	209.311	318.768
2024 a 2028	453.900	521.839
2029 a 2033	277.950	320.121
2034 a 2037	12.876	32.342
	964.758	**1.380.126**

18. Impostos e Contribuições Sociais a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Federais				
Imposto de renda e contribuição social	409.824	357.804	436.981	383.212
PIS e Cofins	18.648	19.142	22.661	22.192
INSS	3.597	3.663	4.277	4.228
Outros	1.431	1.389	1.471	1.437
	433.500	**381.998**	**465.390**	**411.069**
(-) Tributos federais a compensar	(75.541)	(78.079)	(76.431)	(78.832)
	357.959	**303.919**	**388.959**	**332.237**
Estaduais				
ICMS a pagar	6.110	7.443	27.457	26.584
(-) ICMS a compensar	(1.717)	(7.350)	(1.724)	(7.666)
	4.393	**93**	**25.733**	**18.918**
Municipais				
Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS)	623	471	1.384	854
	362.975	**304.483**	**416.076**	**352.009**

A Companhia, no exercício de 2012, passou a apresentar os tributos a pagar, líquidos dos a compensar, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços demonstrados, os saldos anteriormente apresentados na conta "Impostos e contribuições a compensar", em 31.12.2011, no montante de R$ 85.429 na controladora (R$ 86.498 no consolidado), foram reclassificados para a rubrica "Impostos e contribuições sociais a pagar".

Do saldo de tributos federais a compensar acima apresentado, R$ 69.326, na controladora e no consolidado, correspondem a crédito de PIS e Cofins reconhecido por decisão judicial transitada em julgado favorável à Companhia relativa à aplicação da Instrução Normativa 468/2004. Em 27.12.2012, a Companhia obteve despacho favorável da Receita Federal do Brasil quanto aos pedidos de habilitação de crédito, ficando apta a proceder à compensação, o que ocorrerá no início de 2013.

19. Provisão para Remunerações e Encargos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Passivo circulante				
Provisão para participação nos resultados e bônus	35.311	34.303	35.311	34.303
Provisão para férias	18.606	15.744	18.991	16.423
Provisão para gastos com demissão voluntária	7.069	2.783	7.069	2.783
Outras	414	201	414	201
	61.400	**53.031**	**61.785**	**53.710**

Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consiste em dois programas: (i) Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - aplicável a todos os empregados da Companhia e atrelado aos resultados auferidos; e (ii) Programa de Bônus Gerencial - aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial e vinculados aos resultados das suas áreas e ao desempenho individual.

20. Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
Riscos prováveis	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais				
INSS	16.195	15.451	16.195	15.451
Outros	4.767	2.418	6.533	2.418
	20.962	**17.869**	**22.728**	**17.869**
Cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	65.085	49.603	65.085	49.603
Contratos com fornecedores	25.549	23.815	25.549	29.619
Benefícios de aposentadoria	10.894	9.787	10.894	9.787
Ambientais	7.873	7.069	7.873	7.069
Doença ocupacional e acidente do trabalho	4.785	4.407	4.785	4.407
Desapropriações	15.298	3.620	15.298	3.620
Ações diversas	7.203	4.597	11.275	8.236
	136.687	**102.898**	**140.759**	**112.341**
Trabalhistas	**9.794**	**10.996**	**11.233**	**10.996**
Total	**167.443**	**131.763**	**174.720**	**141.206**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	28.439	7.640	29.170	8.615
Passivo não circulante	139.004	124.123	145.550	132.591
	167.443	**131.763**	**174.720**	**141.206**

a.1) Riscos fiscais prováveis

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 31.12.2012 é de R$ 14.151 (R$ 13.428 em 31.12.2011).

a.2) Riscos cíveis prováveis

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No ano de 2012 não houve qualquer alteração no andamento da ação, apenas a atualização dos montantes provisionados.

Contratos com fornecedores

- Companhia de Interconexão Energética (Cien): refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

A Tractebel Energia apresentou contestação em março de 2002, sendo que em setembro de 2006 foi decidido que a Aneel deveria ingressar no processo como ré, o que deslocaria a competência da Justiça Comum para a Justiça Federal.

Após longa tramitação foi fixada a competência da Justiça Comum para julgar o processo. Em 19.11.2012 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A Cien se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde se aguarda a designação de relator. O montante relacionado a essa causa em 31.12.2012 é de R$ 21.658 (R$ 19.754 em 31.12.2011).

- Fornecedor de energia: essa ação pleiteava a cobrança de valores apurados no âmbito do MAE (atualmente CCEE), durante o período de racionamento de energia, compreendido entre setembro de 2000 e dezembro de 2002, da controlada Itasa. Em dezembro de 2012 as partes envolvidas celebraram um acordo judicial para a conclusão e arquivamento da causa. O valor da baixa da provisão, correspondente à participação da Companhia nesta empresa, foi de R$ 6.416.

Benefício de aposentadoria

Refere-se, substancialmente, à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual os participantes da fundação, autores na ação, requerem a declaração de nulidade ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a fundação aos seus salários de contribuição, que resultou na redução dos seus benefícios de aposentadoria.

A decisão de primeiro grau, confirmada pelo TJSC, é contrária aos interesses da Eletrosul e ELOS. Em 2011 a Companhia firmou um acordo com a maior parte dos reclamantes. O montante estimado para cobrir os riscos relativos à ação dos reclamantes que não aderiam ao acordo é de R$ 10.545 em 31.12.2012 (R$ 9.469 em 31.12.2011).

Ambientais

A Companhia responde atualmente a treze ações civis públicas ambientais. Os objetos dessas ações estão divididos da seguinte forma: (i) três ações cujo objeto versa sobre a implantação de eclusa, escada para peixes e "destoca" - ato de retirar ou arrancar o toco de uma árvore com as raízes - dos reservatórios das usinas hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago; (ii) oito ações requerem a implantação de reflorestamento e constituição de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas antes citadas; (iii) uma ação relativa aos supostos danos causados pelo enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Cana Brava; e (iv) uma ação decorrente do despejo de cinzas da Usina Termelétrica Charqueadas.

Em duas das oito ações relativas à implantação de APP foram proferidas decisões, às quais condenam a Companhia a apresentar projeto de reflorestamento e implantar APP de 100 metros no entorno do reservatório da usina Hidrelétrica Salto Santiago. A Companhia recorreu dessas decisões.

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

Desapropriações

A evolução no montante provisionado entre os anos de 2011 e 2012 decorreu, substancialmente, do ingresso de ações impetradas por pessoas físicas e jurídicas cujo objeto versa sobre desapropriações das áreas atingidas pelo reservatório das usinas hidrelétricas Cana Brava e Ponte de Pedra.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações requerendo reassentamento rural ou emissão de carta de crédito e ações indenizatórias ajuizadas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

a.3) Riscos trabalhistas prováveis

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicatos ou por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, a pedidos de vínculo empregatício, FGTS, horas extraordinárias, complementação de benefício na Previdência Complementar e indenizações diversas.

b) Movimentação das provisões para riscos prováveis

	Controladora			
	Fiscais	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**105.892**	**13.579**	**151.731**
Adições	-	9.620	1.892	11.512
Atualizações	2.939	11.499	1.229	15.667
Pagamentos	-	(15.056)	(2.511)	(17.567)
Reversões	(17.330)	(9.057)	(3.193)	(29.580)
Saldo em 31.12.2011	**17.869**	**102.898**	**10.996**	**131.763**
Adições	2.348	23.193	745	26.286
Atualizações	789	12.886	776	14.451
Pagamentos	-	(733)	(1.203)	(1.936)
Reversões	(44)	(1.557)	(1.520)	(3.121)
Saldo em 31.12.2012	**20.962**	**136.687**	**9.794**	**167.443**

	Consolidado			
	Fiscais	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**108.443**	**13.579**	**154.282**
Adições	-	24.760	1.892	26.652
Atualizações	2.939	11.695	1.229	15.863
Pagamentos	-	(15.065)	(2.511)	(17.576)
Reversões	(17.330)	(9.119)	(3.193)	(29.642)
Reclassificação	-	(8.373)	-	(8.373)
Saldo em 31.12.2011	**17.869**	**112.341**	**10.996**	**141.206**
Adições	4.112	24.093	2.184	30.389
Atualizações	791	14.041	776	15.608
Pagamentos	-	(7.334)	(1.203)	(8.537)
Reversões	(44)	(2.382)	(1.520)	(3.946)
Saldo em 31.12.2012	**22.728**	**140.759**	**11.233**	**174.720**

c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	115.740	554.796	670.536	461.053	530.830	991.883
Cíveis	15.143	412	15.555	9.631	371	10.002
Trabalhistas	6.774	27.829	34.603	10.940	15.407	26.347
	137.657	**583.037**	**720.694**	**481.624**	**546.608**	**1.028.232**

	Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	163.999	557.582	721.581	499.551	530.830	1.030.381
Cíveis	38.696	1.456	40.152	12.237	1.351	13.588
Trabalhistas	6.824	30.200	37.024	10.940	15.407	26.347
	209.519	**589.238**	**798.757**	**522.728**	**547.588**	**1.070.316**

c.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de "denúncia espontânea", desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 31.12.2012 é de R$ 55.502 (R$ 52.809 em 31.12.2011).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir dessa data é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após esta decisão a TBLC ingressou com pedido de retificação e a admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para um deles foi negado o provimento ao pedido, bem como indeferido o recurso e para o outro ainda se espera o julgamento na esfera administrativa. Em relação ao processo cujo recurso na esfera administrativa não foi aceito, a TBLC aguarda o processo de execução por parte da Secretaria da Fazenda para que possa realizar o embargo na esfera judicial.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, os quais estão no aguardo de admissibilidade por parte do juízo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 31.12.2012 é de R$ 13.995 (R$ 13.628 em 31.12.2011), na controladora, e de R$ 52.902 (R$ 51.694 em 31.12.2011), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita a quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 31.12.2012 é de R$ 29.688 (R$ 28.524 em 31.12.2011).

c.2) Riscos fiscais remotos

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco remoto são os que seguem:

Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

Em 30.12.2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506/1976, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, sobre as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% a.a., acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, alterando a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, até então registrada no resultado, passando a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela referente às obras realizadas com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela referente às obras realizadas com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com esse procedimento a parcela da receita isenta decorrente de obras realizadas com empréstimos, que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser reconhecida no resultado, com exclusão para fins de apuração do lucro real, somente quando: i) o ativo em construção que lhe dera origem entrasse em operação ou (ii) ocorresse a baixa do respectivo bem.

Este novo procedimento contábil permaneceu até 31.12.1995, sendo alterado pela Portaria nº 526, de 22.11.1995, do DNAEE que, entre outras providências, determinou a transferência dos saldos existentes no ativo diferido, relativamente à remuneração das imobilizações em curso, para o imobilizado e extinguiu o cálculo e contabilização da RIC correspondente à parcela das obras realizadas com capital de terceiros, permanecendo apenas a remuneração sobre a parcela das obras realizada com capital próprio.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-Lei foi revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e sua contabilização a partir de 01.01.1999.

Dessa forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal referem-se a receitas anteriormente diferidas, calculadas ao amparo do referido Decreto-Lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda, que estão sendo reconhecidas no resultado durante a operação das usinas que lhe deram origem.

Em 24.02.2012, a Companhia tomou ciência do Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, onde seus membros, depois da análise de mérito da questão, julgaram, por unanimidade, procedente a impugnação. Esta decisão só será definitiva após sua confirmação pela instância administrativa superior, ou seja, o CARF. Em razão desta decisão, a Companhia passou a avaliar o risco de perda da ação como remoto. O relator do processo no Conselho foi sorteado e será o representante dos contribuintes.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda. O montante atualizado dessa autuação em 31.12.2012 é de R$ 374.090 (R$ 350.919 em 31.12.2011).

PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN 658/2006)

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra as exigências previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 468/2004 (IN 468/2004), para que as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31.10.2003 fossem submetidas à tributação não cumulativa de PIS e Cofins a partir da primeira alteração de preço, descaracterizando assim, o conceito do "preço predeterminado", previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

A IN 468/2004 foi revogada em 04.07.2006 pela IN 658/2006, em face do advento do artigo 109 da Lei nº 11.196/2005, o qual estabeleceu que o preço predeterminado não fosse alterado caso o reajuste de preço ocorresse em função do custo de produção ou da variação do índice que refletisse a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados. Contudo, apesar da ressalva incorporada à IN 658/2006 decorrente da referida lei, as exigências questionadas para a Companhia foram mantidas.

Em outubro de 2006, o Tribunal Regional Federal (TRF), assegurou à Companhia o direito de recolher as contribuições do PIS e da Cofins segundo o regime de tributação cumulativa, tal como previsto na Lei nº 10.833/2003, e sem as restrições ilegais e inconstitucionais da IN 468/2004, propiciando à Companhia suspender os depósitos judiciais iniciados em junho de 2005. No entanto, a decisão do TRF não contemplou a IN 658/2006, fazendo com que a Companhia apresentasse recurso especial ao STJ.

A União Federal, por sua vez, interpôs recurso especial em face da decisão do TRF, o qual não foi admitido, motivo pelo qual, em abril de 2010, foi certificado formalmente o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo TRF em relação à IN 468/2004.

Por esta razão, em julho de 2010, foi deferido o pedido de expedição de alvará para levantamento dos depósitos judiciais realizados no período de junho de 2005 a junho de 2006, ficando pendente de liberação o indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005 e os depósitos realizados no período de julho de 2006 - mês de publicação da IN 658/2006 - a outubro de 2006 – mês da decisão do TRF. As restrições para a repetição de indébito e para o resgate dos depósitos judiciais foram impostas pela RFB sob o argumento de que o Mandado de Segurança em questão não havia transitado em julgado.

Considerando que o Recurso Especial interposto pela Companhia não foi conhecido pelo STJ, em virtude da ausência de interesse recursal, haja vista que o TRF acolheu integralmente o pedido da Companhia de permanecer na sistemática da cumulatividade, tal processo, teve o seu trânsito em julgado no mês de junho de 2012, não havendo mais quaisquer discussões envolvendo as referidas Instruções Normativas (468/2004 e 658/2006).

Como não há mais discussão a respeito das referidas IN, após esta decisão, a Companhia, em junho, deixou de apresentar no quadro demonstrativo de contingências o valor de R$ 373.457, que vinha sendo demonstrado como de risco remoto.

Em relação ao montante depositado em juízo, referente aos depósitos judiciais efetivados de julho a outubro de 2006, foi publicado, em 12.07.2012, o deferimento do pedido de levantamento efetuado pela Companhia autorizando a expedição de alvará para liberação de tais depósitos, em razão do STJ ter concluído que a concessão da ordem pelo TRF, abranger também o período regido pela IN 658/2006.

Porém, em 10.08.2012 a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para levantamento dos referidos depósitos judiciais, para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. Intimada a se manifestar a Companhia requereu o indeferimento do pedido da União Federal, tendo sido mantida a ordem de expedição do alvará.

Contra a decisão que manteve esta ordem, a União Federal interpôs um recurso jurídico denominado "Agravo de Instrumento", no qual obteve liminar, sendo que a questão será examinada no julgamento do recurso após o pleno contraditório das contrarrazões. O montante do depósito atualizado em 31.12.2012 é de R$ 45.659 (R$ 41.496 em 31.12.2011).

A Companhia também protocolou, em 11.09.2012, o pedido de habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitado em julgado relativo ao indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005, cujo pedido foi deferido em 27.12.2012. O montante atualizado, em 31.12.2012, é de R$ 68.701 (R$ 66.009 em 31.12.2011) e será compensado no exercício de 2013.

Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" ("Subvenção CCC").

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

Na avaliação da administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "Subvenção da CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a "Subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da "Subvenção CCC" e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "Subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é de entendimento da administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis. O montante atualizado em 31.12.2012 é de R$ 173.118 (R$ 163.273 em 31.12.2011).

21. Obrigações com Benefícios de Aposentadoria

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG.

Em 31.12.2012, a PREVIG tinha 456 (452 em 31.12.2011) aposentados e pensionistas em gozo de benefícios e a ELOS 2.185 (2.182 em 31.12.2011).

As principais características dos planos administrados pela Companhia são as seguintes:

a) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora e a contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Os benefícios previstos no plano BD são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão;
- Abono anual; e
- Auxílio funeral.

Atualmente, na PREVIG, esse plano possui 81 participantes (88 em 31.12.2011), dos quais 27 estão no plano BD e 54 no plano BSPS (a seguir especificado). Já na ELOS, esse plano possui 4 participantes em 31.12.2012 (6 em 31.12.2011).

As despesas administrativas da ELOS são rateadas proporcionalmente a cada patrocinadora de acordo com o patrimônio dos seus participantes. No ano de 2012, 48,11% das despesas administrativas foram pagas pela Tractebel Energia (49,64% em 2011) e o restante pela Eletrosul. O valor de responsabilidade da Companhia em 2012 foi de R$ 2.466 (R$ 2.108 em 2011).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas ao plano BD, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciárias. O valor dessas despesas no exercício de 2012 foi de R$ 1.877 (R$ 1.660 em 2011).

Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS)

A Companhia mantém ainda um plano de contribuição definida (CD) na PREVIG, denominado "Prevflex" e tem sido oferecido a todos os novos contratados desde 2005. Aos empregados da Tractebel Energia foi permitido escolher entre permanecer no plano de benefícios definidos (BD) ou ser transferido para o "Prevflex" (CD).

Entretanto, para os participantes que atendessem a algumas pré-condições estabelecidas quando da criação do Previflex, houve a opção de manter as reservas existentes até aquela data no plano BD e, daí em diante, efetuar as contribuições diretamente no plano CD. Porém, caso optassem por transferir suas reservas diretamente para o plano CD, teriam direito a uma contribuição especial, o que foi aceito por 94% dos participantes. A opção pelo "BSPS" foi fechada para novas adesões.

a.1) Premissas atuariais

As premissas atuariais e hipóteses econômicas utilizadas na avaliação dos benefícios pós-emprego foram as seguintes:

Premissas	31.12.2012	31.12.2011
Taxa de desconto (a.a.)		
- Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)	9,00%	10,50%
- Planos de benefícios BSPS	8,00%	9,75%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)		
- Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)	11,00%	10,50%
- Planos de benefícios BSPS	11,00%	12,00%
Rentabilidade prevista	11,00%	11,00%
Crescimento salarial futuro dos participantes ativos e auto patrocinados (a.a.)	5,20%	4,50%
Crescimento dos benefícios do plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,20%	4,50%
Inflação	5,20%	4,50%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%	100%

Hipóteses	31.12.2012 e 31.12.2011
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que os maridos
Fator de conversão do SB-40	140%
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em tempo de serviço (SB-40), que optaram pela conversão	100%

a.2) Demonstrativo dos benefícios pós-emprego por plano, líquidos

						Classificação no balanço patrimonial	
	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total	Circulante	Não circulante
31.12.2011							
Valor presente das obrigações	1.027.245	235.951	45.775	2.217	1.311.188		
Valor justo dos ativos	(852.865)	(241.772)	(45.171)	-	(1.139.808)		
Passivo (ativo) calculado	**174.380**	**(5.821)**	**604**	**2.217**	**171.380**		
Ganhos (perdas) não reconhecidos	86.963	57.377	22.012	(723)	165.629		
Passivo registrado em 31.12.2011	**261.343**	**51.556**	**22.616**	**1.494**	**337.009**	**36.045**	**300.964**
31.12.2012							
Valor presente das obrigações	1.300.358	311.843	66.181	2.661	1.681.043		
Valor justo dos ativos	(1.065.255)	(312.548)	(55.979)	-	(1.433.782)		
Passivo (ativo) calculado	**235.103**	**(705)**	**10.202**	**2.661**	**247.261**		
Ganhos (perdas) não reconhecidos	16.435	40.537	3.679	(937)	59.714		
Passivo registrado em 31.12.2012	**251.538**	**39.832**	**13.881**	**1.724**	**306.975**	**32.368**	**274.607**

A análise de sensibilidade preparada pelos atuários mostra que para cada 0,1% de elevação na taxa de desconto o passivo atuarial aumenta em cerca de R$ 13.000.

De acordo com as práticas contábeis atualmente adotadas pela Companhia, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não são reconhecidas no resultado da Companhia quando da avaliação atuarial anual. As perdas excedentes ao limite do corredor são registradas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

No balanço patrimonial relativo à primeira adoção do IFRS e CPC, em 01.01.2009, foram reconhecidas pela Companhia, como complemento do seu passivo de "Obrigações com benefício de aposentadoria", as perdas atuariais que não vinham sendo registradas por estarem situadas dentro dos limites do "corredor", conforme isenção prevista no CPC 37 R1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. De acordo com os procedimentos relativos à primeira adoção dos IFRS e CPC, a contrapartida do complemento do passivo foi a conta "Lucros acumulados", no patrimônio líquido. A partir desta data, a Companhia optou por manter a abordagem do corredor anteriormente mencionada para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais.

Entretanto, a partir de 01.01.2013, essa prática não será mais permitida pelas normas internacionais e brasileiras de contabilidade e, em consequência, os ganhos ou perdas atuariais não registrados pela Companhia, no montante de R$ 59.714, serão reconhecidos como redução do passivo "Obrigações com benefícios de aposentadoria", tendo como contrapartida o aumento do Patrimônio Líquido. A partir de 01.01.2013, os juros sobre os ativos e passivos serão registrados líquidos no resultado financeiro e as variações nas avaliações atuariais anuais serão registradas na conta "Outros resultados abrangentes".

Composição das obrigações com benefícios de aposentadoria

	Controladora e Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	20.921	98.017	118.938	18.646	111.870	130.516
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e Cobertura de custos	1.385	517	1.902	3.575	1.642	5.217
Déficit não contratado	10.062	116.359	126.421	13.824	21.823	35.647
Avaliação atuarial	**32.368**	**214.893**	**247.261**	**36.045**	**135.335**	**171.380**
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	59.714	59.714	-	165.629	165.629
Passivo atuarial registrado	**32.368**	**274.607**	**306.975**	**36.045**	**300.964**	**337.009**

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2014	19.149	2.007	21.156
2015	3.484	1.812	5.296
2016	3.693	1.920	5.613
2017	3.914	2.036	5.950
2018	4.150	2.158	6.308
2019 a 2023	24.796	9.926	34.722
2024 a 2028	15.246	167	15.413
2029 a 2032	3.559	-	3.559
	77.991	**20.026**	**98.017**

A movimentação das "Obrigações com benefícios de aposentadoria", por plano, está resumida a seguir:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo registrado em 31.12.2010	**348.286**	**59.712**	**25.878**	**1.515**	**435.391**
Efeitos no resultado de 2011:					
Custo do serviço corrente	-	79	-	67	146
Custo dos juros	98.088	22.563	3.852	191	124.694
Rendimento esperado dos ativos	(81.296)	(22.548)	(2.685)	-	(106.529)
Amortização dos ganhos atuariais	(77.520)	(3.478)	(924)	40	(81.882)
Ganho líquido no resultado	**(60.728)**	**(3.384)**	**243**	**298**	**(63.571)**
Contribuições	-	(3.051)	(3.175)	(319)	(6.545)
Pagamentos de obrigações contratadas	(26.215)	(1.721)	(330)	-	(28.266)
Passivo registrado em 31.12.2011	**261.343**	**51.556**	**22.616**	**1.494**	**337.009**
Efeitos no resultado de 2012:					
Custo do serviço corrente	-	43	-	64	107
Custo dos juros	103.468	23.879	3.391	190	130.928
Rendimento esperado dos ativos	(90.720)	(25.934)	(3.961)	-	(120.615)
Amortização dos ganhos atuariais	-	(4.513)	(3.479)	43	(7.949)
Perda líquida no resultado	**12.748**	**(6.525)**	**(4.049)**	**297**	**2.471**
Contribuições	-	(1.927)	(4.338)	(67)	(6.332)
Pagamentos de obrigações contratadas	(22.553)	(3.272)	(348)	-	(26.173)
Passivo registrado em 31.12.2012	**251.538**	**39.832**	**13.881**	**1.724**	**306.975**

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado ao longo do ano de 2013, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	113	-	84	197
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	20.092	(1.025)	619	183	19.869
Despesa líquida	**20.092**	**(912)**	**619**	**267**	**20.066**

A composição dos ativos do plano por natureza de investimentos, em 31.12.2012, é a seguinte.

	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS
Renda fixa	88,11%	94,15%	72,44%
Renda variável	7,35%	3,98%	-
Empréstimos	2,23%	1,59%	27,56%
Imóveis	1,55%	-	-
Outros	0,76%	0,28%	-%
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**
Rentabilidade de 2012 - variações do valor de mercado dos ativos	34,18%	39,29%	16,71%
Rentabilidade prevista para o ano de 2013	9%	9%	8%

Os ativos de renda fixa são compostos, predominantemente, por Títulos Públicos Federais, substancialmente, as Notas do Tesouro Nacional (NTN).

A partir de 01.01.2013, de acordo com as novas regras contábeis, a rentabilidade prevista não será mais calculada pela rentabilidade dos ativos do plano, e sim com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente do passivo atuarial, passando também a ser apresentada líquida no resultado financeiro da Companhia.

a.3) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no exercício de 2012 foram de R$ 2.022 (R$ 2.613 em 2011).

22. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

	Controladora				
	31.12.2012				31.12.2011
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	929.558	232.390	83.660	316.050	350.826
Ganho com operação de *Swap*	125.952	31.488	11.336	42.824	-
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	47.958	11.990	4.316	16.306	17.056
Subtotal		**302.732**	**108.983**	**411.715**	**404.417**
Ativo:					
RIC [17]	138.265	34.566	-	34.566	38.205
Obrigações com benefícios de aposentadoria	187.828	46.957	16.905	63.862	69.591
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.282	32.821	11.815	44.636	43.729
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	165.128	41.282	14.862	56.144	44.012
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	84.747	21.187	7.627	28.814	26.511
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.526	3.632	1.307	4.939	4.718
Depreciação acelerada incentivada	8.596	2.149	774	2.923	4.021
Outros	36.650	9.163	3.298	12.461	8.148
Subtotal		**191.757**	**56.588**	**248.345**	**238.935**
Total líquido		**110.975**	**52.395**	**163.370**	**165.482**

[17] Remuneração das Imobilizações em Curso

Natureza dos créditos	Consolidado				
	31.12.2012				31.12.2011
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	929.558	232.390	83.660	316.050	350.826
Ganho com operação de *Swap*	125.952	31.488	11.336	42.824	-
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	47.958	11.990	4.316	16.306	17.056
Depreciação acelerada incentivada	109.312	27.328	9.838	37.166	18.282
Subtotal		**330.060**	**118.821**	**448.881**	**422.699**
Ativo:					
RIC	138.265	34.566	-	34.566	38.205
Obrigações com benefícios de aposentadoria	187.828	46.957	16.905	63.862	69.591
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.691	32.922	11.852	44.774	43.776
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	167.146	41.787	15.043	56.830	46.823
Provisão para perdas com investimentos	15.662	3.916	1.410	5.326	-
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	84.747	21.187	7.627	28.814	26.511
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	58.166	14.542	5.235	19.777	19.806
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	46.867	11.717	4.218	15.935	16.820
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.939	3.735	1.345	5.080	4.718
Outros	34.655	8.664	3.118	11.782	13.840
Subtotal		**219.993**	**66.753**	**286.746**	**280.090**
Total líquido		**110.067**	**52.068**	**162.135**	**142.609**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		**122.562**	**56.565**	**179.127**	**166.539**
Ativo		**(12.495)**	**(4.497)**	**(16.992)**	**(23.930)**
Total		**110.067**	**52.068**	**162.135**	**142.609**

No exercício de 2012, a Companhia passou a apresentar os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços demonstrados, o saldo anteriormente apresentado, na conta "Imposto de renda e contribuição social diferido ativo", no montante de R$ 239.935 na controladora (R$ 240.607 no consolidado), no balanço de 31.12.2011 , foi reclassificado para a rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferido passivo".

A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre o "ágio" (diferença entre o valor pago e o patrimonial) nas aquisições das controladas CESS e CEE e seus valores patrimoniais, em razão das incertezas quanto à sua realização. Os referidos tributos diferidos sobre esse "ágio" seriam de R$ 41.312.

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2013	31.471	28.742	36.856	28.742
2014	11.775	36.788	19.293	36.788
2015	35.992	49.358	44.429	49.358
2016	64.918	19.783	69.524	19.783
2017	18.008	19.772	19.071	19.772
2018 a 2020	37.929	99.294	40.832	99.543
2021 a 2023	22.156	63.870	24.934	67.471
2024 em diante	26.096	94.108	31.807	127.424
	248.345	**411.715**	**286.746**	**448.881**

23. Patrimônio Líquido

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A Companhia não possui ações em tesouraria e não efetuou transação envolvendo compra e venda de ações de sua emissão nos exercícios de 2012 e 2011.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2012 e 31.12.2011, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2012, é de R$ 8,36 (R$ 8,35 por ação em 31.12.2011).

O quadro societário da Companhia em 31.12.2012 e 31.12.2011 é o seguinte:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 31.12.2012 e 31.12.2011, a quantidade de ações da Companhia em poder do acionista controlador GSELA era de 448.512.633. Nestas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 364.340 e 134.775 ações, respectivamente, enquanto que as ações em circulação somavam 203.865.219 e 204.094.784, respectivamente.

c) Reserva de Capital

Refere-se, substancialmente, à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante os anos de 1986 a 1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Esta reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, e para incorporação ao capital social.

d) Reservas de lucros

- Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. Em virtude do saldo de reserva legal ter atingido o limite de 20% sobre o capital social durante o exercício findo em 31.12.2011, não houve, consequentemente, constituição de reserva legal sobre o lucro líquido relativo ao exercício de 2012. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

- Reservas de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela UHE Ponte de Pedra.

- Reserva de retenção de lucros

A reserva foi constituída em exercícios anteriores, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a implantação de usinas, a manutenção do parque produtivo e a possível aquisição de participação na Usina Hidrelétrica Jirau.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no IAS 16 e CPC 27 - Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC, em 01.01.2009. A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferido, foi reconhecida na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A realização desta reserva é registrada em contrapartida da conta "Lucros acumulados", na medida

em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia. Nos anos de 2012 e 2011 os valores da realização foram de R$ 65.707 e R$ 59.827, respectivamente.

f) Participação de acionista não controlador

Refere-se à participação de 5% do acionista não controlador da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética, no valor de R$ 2.663, em 31.12.2012 (R$ 2.065 em 31.12.2011).

g) Dividendos intercalares propostos

Os dividendos intercalares propostos sobre o lucro líquido do segundo semestre, no montante de R$ 576.429, serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada no dia 07.02.2013, e serão mantidos no patrimônio líquido até sua aprovação.

24. Dividendos

a) Cálculo

	31.12.2012	31.12.2011
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	1.499.497	1.447.636
Constituição da reserva legal	-	(66.597)
Reserva de incentivos fiscais	(18.816)	(9.455)
Transação com acionista não controlador	-	(2.065)
Lucros acumulados - realização dos ajustes de avaliação patrimonial	65.707	59.827
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**1.546.388**	**1.429.346**
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre	693.759	658.014
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	236.534	217.340
Dividendos intercalares propostos relativos ao segundo semestre	576.429	517.342
Subtotal	**1.506.722**	**1.392.696**
IRRF dos juros sobre o capital próprio	39.666	36.650
Total dos dividendos anuais	**1.546.388**	**1.429.346**
Percentual do lucro líquido ajustado	**100%**	**100%**
Dividendos e juros sobre o capital próprio, antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em reais)**:	2,3690660667	2,1897556102

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Tractebel Energia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76, bem como estabelece a intenção de pagar em cada ano-calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

c) Distribuições realizadas e proposta relativa ao lucro líquido do exercício de 2012

c.1) Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 26.07.2012, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2012, no valor de R$ 693.759, correspondente a R$ 1,0628376925 por ação. O início do pagamento dos referidos dividendos ocorreu em 27.09.2012.

c.2) Créditos de juros sobre o capital próprio

Em 25.10.2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, no valor bruto de R$ 276.200, correspondente a R$ 0,4231379607 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio da Companhia foi registrado contabilmente na data de 31.12.2012, com base na posição acionária do dia 23.11.2012. As ações da Companhia foram negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 26.11.2012.

Os juros, líquidos do imposto de renda na fonte, foram imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva.

c.3) Dividendos intercalares propostos

A Companhia está propondo para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 07.02.2013, a proposta de pagamento de dividendos intercalares sobre o lucro líquido do segundo semestre de 2012, no valor de R$ 576.429 (R$ 0,8830904134 por ação).

De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral ou pelo órgão competente, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, foram apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos intercalares propostos", até a sua aprovação pelo Conselho de Administração ou pela AGO.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2012 será ratificada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

25. Conciliação da Receita Líquida de Vendas

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica				
- Distribuidoras de energia elétrica	2.043.924	2.037.340	3.135.311	2.692.518
- Comercializadoras de energia elétrica	1.396.786	1.328.413	355.885	441.667
Fornecimento de energia elétrica (Consumidores livres)	198.752	263.431	1.632.605	1.439.898
Transações no âmbito da CCEE	170.909	90.853	325.300	96.749
Exportação de energia elétrica	8.023	153.060	8.023	153.060
Outras receitas	44.935	35.195	32.668	24.588
	3.863.329	**3.908.292**	**5.489.792**	**4.848.480**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(311.005)	(300.896)	(455.675)	(389.511)
ICMS	(22.331)	(34.217)	(82.775)	(94.177)
ISS	(1.313)	(1.246)	(1.313)	(1.246)
Pesquisa e desenvolvimento	(30.995)	(31.790)	(37.530)	(36.595)
	(365.644)	**(368.149)**	**(577.293)**	**(521.529)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**3.497.685**	**3.540.143**	**4.912.499**	**4.326.951**

Em 31.12.2012 os seguintes clientes participavam em percentual superior a 5% da receita líquida consolidada da Companhia: Celesc, Cemig Distribuição S.A. e Rio Grande Energia S.A. (RGE).

26. Detalhamento dos Gastos Operacionais por Natureza

	Custo da Energia vendida				Custo dos Serviços prestados	
	Controladora		Consolidado		Controladora e consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pessoal	145.979	131.649	149.306	133.789	18.212	15.027
Serviço de terceiro	96.584	84.596	122.826	108.687	5.478	5.299
Material	24.878	19.122	27.646	22.314	925	666
Combustível para geração	27.143	100.375	39.659	108.799	-	-
Royalties [18]	89.223	136.479	111.838	159.209	-	-
Depreciação e amortização	362.619	358.974	550.086	486.663	-	-
Seguros	9.600	7.018	12.828	8.776	423	819
Taxa de fiscalização	11.167	10.295	13.525	11.947	-	-
Outros	18.122	13.287	30.069	16.677	1.103	836
	785.315	**861.795**	**1.057.783**	**1.056.861**	**26.141**	**22.647**

[18] Compensação pela utilização de recursos hídricos.

Custos com pessoal

As despesas com pessoal incluem, além dos salários e encargos sociais, os benefícios de auxílio à recuperação da saúde, seguro de vida em grupo, auxílio creche às empregadas, vale alimentação e transporte, previdência privada, entre outros. A Companhia oferece ainda cursos e treinamentos aos seus empregados.

Pagamento baseado em ações

A Tractebel Energia não tem nenhum programa específico de pagamento baseado em suas ações. Entretanto, a sua controladora indireta GDF SUEZ, sediada na França, mantém os seguintes programas de ações para determinados executivos e empregados: (i) opção de compra de ações na Bolsa de Valores de Paris (França), estabelecido com base nas principais responsabilidades desenvolvidas pelos beneficiários; e (ii) prêmio em ações por desempenho ou bonificação. Adicionalmente há o programa de cessão de ações gratuitas que abrange todos os empregados.

Os programas de opções de compras de ações e de prêmio em ações por desempenho tem vigência de quatro ou cinco anos e seus valores estão vinculadas ao atingimento de determinados índices financeiros da GDF SUEZ. Por conta da conjuntura econômica mundial, tem-se verificado ao longo dos anos uma redução nos valores de mercado dessas opções de compra e das ações por desempenho, o que possivelmente influenciará o exercício das opções e a obtenção do benefício das ações por desempenho nos seus vencimentos.

Os custos envolvidos com estes programas são integralmente pagos pela GDF SUEZ, não cabendo à Tractebel Energia nenhum desembolso relativo aos mesmos.

Em 31.12.2012 os valores de mercado dos referidos programas são os seguintes:

	Programas até 2011	Programa 2012	Total
Opções de compra de ações	7	2	9
Ações por desempenho	643	529	1.172
Ações gratuitas	566	501	1.067
	1.216	**1.032**	**2.248**

Os valores de mercado das opções de compras de ações foram calculados com base no modelo "Bjerksund e Stensland (2002)", para as opções em que a data de aquisição *(vesting date)* já tenha se iniciado, e o modelo "Rubinstein (1990)", para as opções que a data de aquisição ainda não se iniciou.

Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Vendas				Gerais e administrativas			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pessoal	10.405	9.160	10.405	9.160	52.885	46.257	54.819	47.893
Administradores	-	-	-	-	17.130	15.019	17.984	15.794
Serviço de terceiro	1.602	3.891	5.692	5.731	39.339	34.956	41.575	37.611
Material	65	63	68	63	2.256	3.363	2.264	3.407
Depreciação e amortização	-	-	-	-	11.060	9.356	11.088	14.436
Contribuições setoriais	-	-	1.320	932	4.224	4.186	4.771	4.575
Aluguéis	227	214	239	236	3.552	4.872	4.108	5.500
Propaganda e publicidade	-	-	-	-	5.244	3.190	5.246	3.190
Indenizações	-	-	-	-	3.094	7.766	3.094	7.766
Contribuição PREVIG	-	-	-	-	8.414	3.206	8.414	3.206
Outros	582	2	873	704	11.304	13.327	16.654	13.682
	12.881	**13.330**	**18.597**	**16.826**	**158.502**	**145.498**	**170.017**	**157.060**

27. (Constituição) Reversão de Provisões Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Benefícios de aposentadoria	12.571	89.470	12.571	89.470
Fiscais	(2.304)	14.391	(4.068)	14.391
Cíveis	(20.903)	2.994	(20.427)	(3.834)
Trabalhistas	1.978	2.583	1.756	2.583
Devedores duvidosos	(2.665)	(6.043)	(2.937)	(6.180)
Perda em investimento	(15.662)	-	(15.662)	-
Outras	(13)	683	(242)	605
	(26.998)	**104.078**	**(29.009)**	**97.035**

28. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	32.925	62.176	61.440	89.436
Juros sobre valores a receber	14.372	22.654	15.364	23.917
Variação monetária sobre depósitos judiciais	7.932	9.982	8.261	9.996
Outras receitas financeiras	2.923	9.107	3.120	10.323
	58.152	**103.919**	**88.185**	**133.672**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	72.882	122.389	235.881	238.687
Juros sobre concessões a pagar	78.822	66.543	121.237	104.899
Juros sobre passivo atuarial líquido	10.313	18.165	10.313	18.165
Juros sobre tributos	825	1.477	2.294	1.747
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19.168	33.640	19.168	34.727
Variação monetária sobre concessões a pagar	63.416	43.333	85.835	66.795
Variação monetária outras	6.127	340	6.258	346
Variação cambial sobre dívidas	21.471	17.942	21.471	17.942
Outras despesas financeiras	28.796	20.938	32.966	24.174
	301.820	**324.767**	**535.423**	**507.482**
Despesas financeiras, líquidas	**243.668**	**220.848**	**447.238**	**373.810**

29. Conciliação dos Tributos, no Resultado

	Controladora			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.970.985**	**1.970.985**	**1.929.930**	**1.929.930**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(492.746)**	**(177.389)**	**(482.482)**	**(173.694)**
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	65.885	23.719	46.672	16.802
Juros sobre o capital próprio	69.050	24.858	63.498	22.859
Incentivos fiscais	20.341	-	10.856	-
Outras	(4.450)	(756)	12.011	1.184
	(341.920)	**(129.568)**	**(349.445)**	**(132.849)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(342.510)	(131.090)	(336.430)	(126.814)
Diferido	590	1.522	(13.015)	(6.035)
	(341.920)	**(129.568)**	**(349.445)**	**(132.849)**
Alíquota efetiva	**17,3%**	**6,6%**	**18,1%**	**6,9%**

	Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**2.100.000**	**2.100.000**	**2.034.788**	**2.034.788**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(525.000)**	**(189.000)**	**(508.697)**	**(183.131)**
Diferenças permanentes:				
Juros sobre o capital próprio	69.050	24.858	63.498	22.859
Incentivos fiscais	20.341	-	10.856	-
Outras	(497)	171	8.871	(938)
	(436.106)	**(163.971)**	**(425.472)**	**(161.210)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(420.785)	(159.766)	(409.566)	(153.559)
Diferido	(15.321)	(4.205)	(15.906)	(7.651)
	(436.106)	**(163.971)**	**(425.472)**	**(161.210)**
Alíquota efetiva	**20,8%**	**7,8%**	**20,9%**	**7,9%**

30. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Risco

a) Gestão de risco

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

No exercício de 2012 não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados por qualquer um ou ambos os fatores de risco a seguir descritos:

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, formalizada e informada ao mercado pelo *website* da Companhia no documento "Política de Investimentos e Derivativos". As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos devem atender aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2012 esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com

derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. A operação de *swap*, mencionada na Nota 15 - Empréstimos e financiamentos, foi realizada com a mesma contraparte do empréstimo e com o objetivo exclusivo de proteção contra o risco cambial e de fluxo de caixa do empréstimo.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- Risco relacionado às dívidas com taxa de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, *Libor*, *Euribor*, IGP-M e IPCA.

No que diz respeito ao risco de taxas de juros flutuantes, a maior parte das dívidas da Companhia está vinculada à TJLP, e essa taxa, apesar de ser considerada uma taxa "flutuante", vinha sendo mantida no patamar de 6% há vários anos, o que a caracterizava como uma taxa de caráter *quasi*-fixo. Em julho de 2012 essa taxa foi reduzida para 5,5% com vistas a estimular os investimentos produtivos e o crescimento da atividade econômica do País.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI.

- Risco relacionado às dívidas denominadas em moeda estrangeira

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e o saldo dos passivos indexados à moeda estrangeira. A política de proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos designados em moeda estrangeira, a qual é permanentemente monitorada pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido em níveis muito baixos em relação ao seu endividamento total. Avaliações internas de riscos e benefícios levaram a Companhia a optar por não fazer nenhuma operação de proteção cambial *(hedge)* para essas dívidas.

Conforme mencionado na Nota 15 – Empréstimos e financiamentos, o empréstimo contratado com o Bank Of America Merrill Lynch, denominado em dólar norte americano, está totalmente protegido através de uma operação de *swap* com o mesmo Banco sediado no Brasil, eliminando qualquer exposição da Companhia à variação da moeda em relação ao Real nessa operação.

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para o ano de 2013 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

			Sensibilidade		
	Variação 2012	Cenário Provável	Provável	Δ + 25% (*)	Δ + 50% (*)
Variação das taxas de juros e índices:					
- TJLP	5,50%	5,00%	-0,50 p.p.	1,25 p.p.	2,50 p.p.
- CDI	6,90%	7,25%	+0,35 p.p.	1,81 p.p.	3,63 p.p.
- IPCA	5,84%	5,53%	-0,31 p.p.	1,38 p.p.	2,77 p.p.
- IGP-M	7,82%	5,40%	-2,42 p.p.	1,35 p.p.	2,70 p.p.
Variação das moedas:					
- Dólar norte americano	2,04	2,09	+2,45%	2,61	3,14
- Euro	2,70	2,76	+2,22%	3,45	4,14

(*) Variações sobre o cenário provável.

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre os índices relativos a 2012 e os previstos no cenário provável. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais a serem causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se materializem, são os seguintes:

Riscos	Saldo em 31.12.2012	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Taxas de juros e índices flutuantes:				
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.505.785	11.983	(29.103)	(59.395)
- CDI	435.372	(1.189)	(6.368)	(12.784)
		10.794	**(35.471)**	**(72.179)**
Debêntures				
- IPCA	328.590	**537**	**(2.395)**	**(4.789)**
Concessões a pagar				
- IGP-M	967.887	23.153	(13.629)	(27.258)
- IPCA	461.039	1.389	(6.189)	(12.379)
		24.542	**(19.818)**	**(39.637)**
Total		**35.873**	**(57.684)**	**(116.605)**
Moeda estrangeira:				
- Dólar norte americano	104.260	(2.372)	(26.065)	(52.130)
- Euro	111.346	(2.534)	(27.836)	(55.673)
Total		**(4.906)**	**(53.901)**	**(107.803)**

As variações das taxas flutuantes *Libor* e *Euribor*, em 31.12.2012, foram de 0,13 p.p. e 0,26 p.p., respectivamente, e os saldos dos empréstimos vinculados a estas taxas de juros na mesma data são de R$ 37.130 (líquido das garantias depositadas) e R$ 111.346, respectivamente. Eventuais variações dessas taxas não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente apresentada.

a.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados incorporados às reservas de lucros.

A Tractebel Energia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 3,5 x o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha permanentemente o nível de endividamento da Companhia, o qual deve se situar em torno de 2 x o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos dada a política de aquisição de novas usinas pela Companhia.

a.3) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, conforme anteriormente mencionado, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos federais, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

a.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

O demonstrativo a seguir apresenta os passivos financeiros por período previsto de liquidação. Os valores foram determinados de acordo com os fluxos de caixa não descontados previstos,

considerando a estimativa de amortização de principal e de pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Controladora				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	127.546	104.184	-	-	231.730
Instrumentos a taxas de juros:					
- pós-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	175.988	416.928	2.285	7.510	602.711
Debêntures	178.829	169.600	-	-	348.429
- pré-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	16.044	17.051	12.562	40.956	86.613
Concessões a pagar	3.268	5.887	5.887	3.490.498	3.505.540
	501.675	**713.650**	**20.734**	**3.538.964**	**4.775.023**

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	219.328	110.872	-	-	330.200
Instrumentos a taxas de juros:					
- pós-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	503.076	1.081.475	619.736	2.247.165	4.451.452
Debêntures	178.829	169.600	-	-	348.429
- pré-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	26.703	37.149	30.002	50.310	144.164
Concessões a pagar	51.346	103.806	103.806	4.444.034	4.702.992
	979.282	**1.502.902**	**753.544**	**6.741.509**	**9.977.237**

b) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	733.110	566.159	1.166.144	776.534
Depósitos vinculados	-	32.159	104.619	129.490
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários à vista	3.207	960	13.832	5.274
Contas a receber de clientes	416.357	410.903	630.263	542.149
Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Créditos com controladas	37.026	14.927	-	-
	1.276.586	**1.111.994**	**2.001.744**	**1.540.333**
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	231.730	219.640	330.200	234.336
Empréstimos e financiamentos	650.978	671.045	3.205.955	3.157.806
Debêntures	328.590	491.394	328.590	491.394
Concessões a pagar	967.887	828.373	1.428.926	1.265.952
	2.179.185	**2.210.452**	**5.293.671**	**5.149.488**

As aplicações financeiras correspondem substancialmente aos recursos mantidos no fundo de investimento exclusivo. O valor justo deste instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem o fundo em mercado ativo (Nível I).

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças, entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011		31.12.2012		31.12.2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos								
- Em moeda nacional	435.372	435.269	458.839	457.188	2.990.349	2.993.824	2.945.600	2.947.085
- Em moeda estrangeira	215.606	244.638	212.206	239.702	215.606	244.638	212.206	239.702
Debêntures	328.590	340.460	491.394	493.908	328.590	340.460	491.394	493.908
Concessões a pagar	967.887	1.817.911	828.373	1.227.435	1.428.926	2.550.529	1.265.952	1.811.391
	1.947.455	**2.838.278**	**1.990.812**	**2.418.233**	**4.963.471**	**6.129.451**	**4.915.152**	**5.492.086**

31. Transações com Partes Relacionadas

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO					PASSIVO			
	Contas a receber					Fornecedores			
	Energia	Serviços	Outras	Mútuo	Dividendos a receber	Energia	Materiais e serviços	Juros sobre o capital próprio	Outras
31.12.2012									
CEE	21.212	-	-	-	20.359	-	-	-	-
CESS	1.191	-	10	-	1.637	-	-	-	-
Lages	1.587	167	-	-	7.280	-	-	-	-
TBLC	106.209	-	-	-	-	-	-	-	-
Itasa	-	2.310	-	-	7.750	4.260	-	-	193
Ceste	-	1.316	-	-	-	-	-	-	-
GSELA	-	-		-	-	-	-	189.783	-
Outras	-	-	454	-	-	-	101		-
	130.199	**3.793**	**464**	**-**	**37.026**	**4.260**	**101**	**189.783**	**193**
31.12.2011	**112.272**	**3.869**	**200**	**6.981**	**7.946**	**48.926**	**598**	**148.344**	**132**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	RESULTADO						
	Receita			Custo	Despesa		
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras	Resultado de participações societárias
31.12.2012							
CEE	701	-	-	-	-	2.252	41.319
CESS	9.039	1.062	228	-	-	-	17.241
Lages	12.889	2.031	207	-	-	-	7.280
TBLC	1.156.539	-	415	-	-	-	145.307
Itasa	-	13.835	-	121.156	-	-	32.631
TBLP	-	-	-	-	-	-	19.763
Ceste	-	16.137	-	-	-	-	-
Controladas TBLP	-	-	812	-	-	-	-
Leme	-	-	-	-	1.189	-	-
Outras	-	-	205	-	57	444	-
	1.179.168	**33.065**	**1.867**	**121.156**	**1.246**	**2.696**	**263.541**
31.12.2011	**1.105.235**	**29.707**	**1.694**	**308.570**	**1.119**	**721**	**186.690**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contrato	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 31.12.2012
Compra:					
TBLE - Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	1.304.022
TBLE - Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	527.823
Venda:					
TBLE - TBLC	322	2015/2016	IPCA	Março	817.454
TBLE - TBLC	950	2013	IGP-M	Julho	798.882
TBLE - Lages	16	2017	IGP-M	Abril	71.122
TBLE - CESS	5	2037	IPCA	Janeiro	157.809
TBLC - CEE	9	2041	IPCA	Outubro	384.006
TBLC – Projeto Trairi	64	2032	IPCA	Dezembro	1.640.862

De acordo com a política comercial da Companhia as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo, quando necessário.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairi, em construção, será comercializada no Ambiente de Contratação Livre através da controlada TBLC.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 31.12.2012
Itasa	16.10.2030	IGP-M	204.771
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	201.938
CESS	15.10.2023	IGP-M	11.501
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	4.515

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os valores contratados são calculados com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC, sendo que esses contratos não possuem prazo de vencimento determinado. O valor anual contratado com suas controladas é de R$ 2.366.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.12.2012
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes controladas: Itasa, CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú e Trairi.	2.535.642
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	19.335

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 31.12.2012 é de R$ 146.256. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R$ 58.432 em 2013, R$ 18.945 em 2014, R$ 17.084 em 2022 e R$ 51.796 em 2023.

f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. A remuneração do mútuo corresponde à variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 31.12.2012 é de R$ 16.534.

g) GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

A Companhia possui créditos de juros sobre o capital próprio a pagar para a sua controladora, no montante de R$ 189.783, referente ao crédito realizado em 31.12.2012.

h) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Honorários e benefícios de curto prazo	8.832	8.352	9.547	8.997
Indenizações	-	723	-	723
Bônus dos administradores	4.210	2.657	4.210	2.657
Benefícios pós-emprego	675	627	675	627
Encargos sociais	3.413	2.660	3.552	2.790
	17.130	**15.019**	**17.984**	**15.794**

32. Seguros [19]

Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro é até 31.05.2013 e o valor da cobertura é de R$ 18.535.102, conforme a seguir demonstrado.

	Consolidado	
Tipo de usina	**Danos materiais**	**Lucro cessante**
Usinas hidrelétricas	13.850.439	255.253
Usinas termelétricas	2.926.501	973.874
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	435.411	93.624
	17.212.351	1.322.751

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R$ 705.303, por evento.

Riscos de engenharia

O Ceste possui seguro de risco de engenharia para as unidades da UHE Estreito que ainda não haviam entrado em operação comercial durante período de negociação da apólice da Tractebel Energia. A cobertura total para danos materiais é de R$ 2.405, correspondente a R$ 964 relativos à participação da Companhia no consórcio.

Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

[19] As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

33. Compromissos de Longo Prazo

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Eletrosul e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia. Para a UHE Ponte de Pedra, a Companhia possui contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). As controladas Beberibe e Pedra do Sal possuem contratos de conexão com a Companhia Energética do Ceará (Coelce) e Companhia Energética do Piauí (Cepisa), respectivamente.

Em 31.12.2012 o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 244.100 (R$ 248.242 em 31.12.2011).

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia e suas controladas CESS, CEE e Itasa mantêm contratos com o ONS. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia.

Em 31.12.2012 o valor dos compromissos futuros provenientes destes contratos totaliza R$ 6.801.279 (R$ 7.039.804 em 31.12.2011).

c) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde essas usinas estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia.

Em 31.12.2012 o valor dos compromissos futuros derivados destes contratos totaliza R$ 334.057 (R$ 429.471 em 31.12.2011).

d) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:

	MW médios [20]					
Ano	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Recursos próprios	3.657	3.681	3.681	3.681	3.681	3.681
Compras para revenda	540	333	215	205	200	200
Disponibilidade total	4.197	4.014	3.896	3.886	3.881	3.881
Disponibilidade contratada	4.131	3.963	3.448	2.880	2.341	1.942
% Contratados	98,43%	98,73%	88,50%	74,11%	60,32%	50,04%

[20] As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

e) Compra de energia elétrica da Argentina

Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Cien firmaram contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer à Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, ocorrido em junho de 2000.

No ano de 2006, constatou-se que a Cien não tinha possibilidade de disponibilizar a quantidade de energia contratada, fato que levou a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde longa data, sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada.

No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

A ação está seguindo em curso normal, tendo a Tractebel Energia se manifestado sobre as considerações apresentadas pela Cien.

f) Compra de gás natural

A Companhia celebrou, no ano de 2001, contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), pelo prazo de cinco anos, renováveis por igual período, para atendimento do início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTE William Arjona).

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que tal renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Em razão do reajuste proposto não estar adequado às condições estabelecidas no contrato, a Companhia ajuizou uma ação contra a Petrobras e MSGÁS objetivando a continuidade do suprimento de gás. Esta ação segue no aguardo de julgamento dos recursos ingressados, tanto pela Companhia como pela Petrobras, inclusive para a ampliação do prazo do contrato referente ao período em que não houve suprimento de gás.

Em novembro de 2009, a Companhia obteve uma decisão transitória favorável, determinando à MSGÁS e à Petrobras a continuidade do fornecendo gás para a UTE William Arjona. Esse fornecimento permaneceu vigente até meados do ano de 2012 quando a Petrobras obteve um efeito suspensivo que lhe permitiu novamente suspender o fornecimento do gás.

No final de 2012, sobreveio decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dando pela intempestividade do recurso apresentado pela Petrobras no processo existente entre as partes, o que leva à perda dos efeitos da decisão suspensiva e à perda de objeto, já requeridos pela Companhia, o qual ainda pende de decisão do próprio STJ.

No mês de janeiro de 2013, a Companhia ingressou com um pedido junto ao Presidente do STJ requerendo a perda da eficácia da decisão que garantiu a Petrobras suspender, no ano de 2012, o fornecimento de gás para a UTE William Arjona.

Esse pedido foi aceito pelo STJ e terá vigência até que ocorra uma decisão por parte do próprio STJ sobre outro pedido da Companhia que trata da extinção de Medida Cautelar obtida pela Petrobras em determinado recurso especial.

Com essa nova decisão o fornecimento de gás para essa Usina foi retomado, ainda que o processo sobre a defasagem do preço de gás - alegado pela Petrobras - continue vigente e no aguardo dos desfechos comentados no parágrafo anterior.

g) Contratos de arrendamentos

Os contratos de arrendamento abaixo mencionados foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições necessárias para a classificação como arrendamento mercantil financeiro.

- Eólicas Beberibe, Pedra do Sal e Projeto Trairi

Os projetos eólicos da Companhia possuem contratos de arrendamento de terrenos utilizados na instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os contratos têm parcelas fixas e/ou variáveis e atualização por índices de inflação ou percentuais sobre a receita operacional bruta das empresas. Os prazos dos contratos normalmente são equivalentes ao das autorizações concedidas pela Aneel para a geração de energia.

Em 2012 as despesas com os arrendamentos operacionais nas referidas empresas foram de R$ 1.501 (R$ 1.691 em 2011). Os pagamentos mínimos futuros estimados são como segue:

Ano	Valor
2013	1.864
2014 a 2017	9.527
2018 em diante	34.121
	45.512

h) Contratos para construção em andamento

- Usina Hidrelétrica Estreito

O Consórcio Estreito Energia, do qual a controlada CEE participa com 40,07%, possui contratos vinculados à implantação da UHE Estreito, cujos compromissos futuros, na data base de 31.12.2012, são de R$ 265.892 (R$ 176.406 em 31.12.2011), dos quais R$ 106.543 (R$ 70.686) correspondem à participação da Companhia no consórcio.

- Parques eólicos do Projeto Trairi

A EEN e suas controladas mantêm contratos vinculados à implantação de parques eólicos no Estado do Ceará. Os compromissos futuros referentes a esses contratos, na data base de 31.12.2012, são de R$ 316.572 (R$ 488.516 em 31.12.2011).

i) Modernização das Usinas Hidrelétricas Passo Fundo e Salto Santiago

Em dezembro de 2012, a companhia assinou contrato com a Voith Hydro Ltda. referente a modernização das usinas hidrelétricas de Passo Fundo e Salto Santiago. O valor total do contrato é de R$ 383.997, dos quais R$ 56.219 referem-se a modernização da UHE Passo Fundo, a ser realizada até o ano de 2015, e R$ 327.778 a modernização da UHE Salto Santiago, a qual deve ser efetivada até o ano de 2017.

34. Riscos Específicos da Atividade Operacional de Geração de Energia

- Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

- Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa.

A eventual exigência de pagamento de custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais poderão resultar em efeitos adversos para os negócios e os resultados da Companhia.

A Política de Meio Ambiente da Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

- Riscos sociais e trabalhistas

Buscando minimizar riscos trabalhistas presentes em suas atividades, a Companhia conta com políticas e diretrizes de gestão de recursos humanos baseadas em três pilares que são: o reconhecimento e motivação, o desenvolvimento, a saúde e o bem estar. Essas diretrizes fundamentam a identificação e a manutenção de um bom clima organizacional e mitigam os riscos sociais e trabalhistas.

Anualmente, são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrangem todos os empregados da Tractebel Energia e incluem temas como benefícios trabalhistas, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA).

35. Informações Complementares ao Fluxo de Caixa

Durante os exercícios de 2012 e de 2011 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Compensação de imposto de renda e contribuição social	14.772	3.312	16.650	8.928
Fornecedores de ativo imobilizado	4.821	1.900	36.900	13.331
Juros sobre financiamentos e concessões a pagar capitalizados	-	-	33.841	101.033
Dividendos adicionais propostos e juros sobre o capital próprio creditados	852.629	771.332	852.629	771.332
Dividendos propostos a receber de controladas	37.036	7.946	-	-

36. Eventos Subsequentes

Contratação de financiamento

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento no montante de R$ 142.702, correspondentes a US$ 70.000, junto ao Nordic Investment Bank, com as seguintes principais condições:

- Juros: IPCA + 3,55% a.a.
- Prazo de amortização: 10 anos.
- Início da amortização: outubro de 2015.
- Custos de captação: R$ 854, equivalentes a US$ 420.
- Compromissos contratuais *(covenants)*: Controladora - Dívida Total / EBITDA ≤ 3,5; Consolidado - Dívida Total / EBITDA ≤ 4,5; e Relação EBITDA / Despesas Financeiras ≥ 2,0.
- Garantias: não há garantia.

Aquisição de projetos eólicos

A Companhia assinou, em janeiro de 2013, o contrato de compra da totalidade do capital social da CLWP Brasil Ltda. (CLWP) pelo valor de R$ 22.638, que será integralmente pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato. Esse montante corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

A CLWP é detentora de sete projetos de geração eólica, localizados nos municípios de Umburanas e Sento Sé, no estado da Bahia, com potência instalada conjunta aproximada de 206 MW.

Os controladores anteriores da CLWP também estão desenvolvendo projetos eólicos de mais 150 MW, na mesma região, tendo a Companhia uma opção de compra destes projetos, no valor de R$ 16.500, condicionada à obtenção de licenciamento ambiental, já em fase adiantada de aprovação.

Em fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu o projeto eólico Flecheiras, localizado no Estado do Ceará e próximo a outros parques já em construção pela Companhia. A capacidade instalada e comercial prevista para o projeto é de 18,9 MW e 8,9 MW médios, respectivamente. O valor da aquisição foi de R$ 850.

Os projetos anteriormente mencionados ainda se encontram em fase de estudos internos de avaliação quanto às suas implantações.

Dividendos intercalares propostos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 07.02.2013, aprovou a proposta de dividendos intercalares propostos, referente ao resultado apurado no segundo semestre de 2012, no montante de R$ 576.429, ou R$ 0,8830904134 por ação. As ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos a partir de 20.02.2013 e o início do pagamento será definido posteriormente pela Diretoria Executiva da Companhia.

Declaração dos Diretores da Companhia

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2013.

Conselho de Administração

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Conselheiro

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Philip Gotsall Cox
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

Diretoria Executiva

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

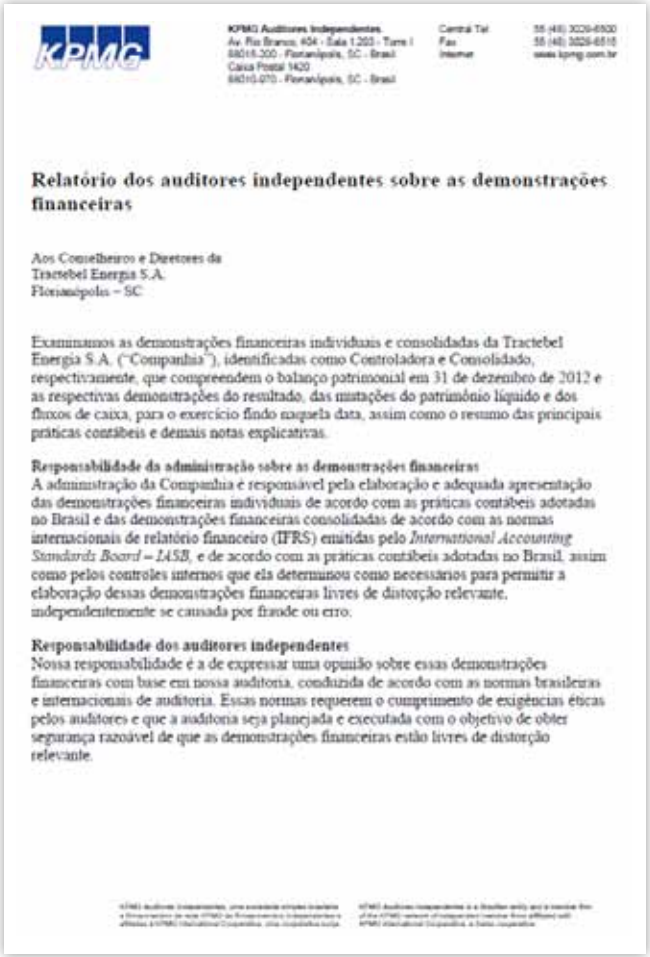
Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Departamento de Contabilidade

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Relatório dos Auditores Independentes

Tipo: sem ressalva



KPMG Auditores Independentes
Av. Rio Branco, 404 - Sala 1.203 - Torre I
88015-200 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Central Tel 55 (48) 3229-6500
Fax 55 (48) 3028-6515
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2012, examinamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 2.h que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2011. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras daquele exercício tomadas em conjunto.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 07 de fevereiro de 2012, que não continha nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Florianópolis, 7 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024484/O-1

Tractebel Energia

GDF SUEZ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre a destinação do Lucro Líquido, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base no relatório dos auditores independentes – KPMG Auditores Independentes – emitido em 7 de fevereiro de 2013, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2013.

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro